



# Educação *como forma de* socialização

Volume 5

Educação na diversidade dos  
seguintes de ensino, currículos e docência

Organizadores:

Estanislau Ferreira Bié

Maria Saraiva da Silva

Henrique Cunha Júnior

Theóphilo Michel Á. C. Beserra

Francisco Valdey A. Guedes

Edivar Barbosa dos Santos

Manoel Jocélio dos Santos

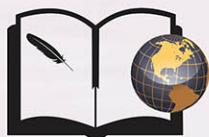
Marcos Nunes da Silva

Ana Maria V. Gomes

Luana Felix Bié



As mudanças ocorridas em sociedade e conseqüentemente na educação contemporânea brotam de transmutações de ordem econômica, política, social e cultural que desencadearam conseqüências por todo o planeta. Essas mudanças vieram repletas de exigências que refletem sobre o mundo do trabalho, que requer do trabalhador conhecimento teórico e prático para o exercício de funções, mobilidades, atitudes e diversidades de ações em um dinamismo que segundo alguns contratos trabalhistas devem prezar por resultados considerados de qualidade com baixo custo. Ao tratarmos de educação e sociedade na *Coleção Educação como forma se socialização* por meio das coletâneas que a compõem desejamos apresentar as mudanças nos currículos universitários e as conseqüências na educação básica tendo a escola e a comunidade escolar como foco das diversidades dos temas a serem aprendidos e ensinados. A democracia e o exercício da democracia é o que se espera com as mudanças na educação brasileira que por força de decisões políticas partidárias e sócio participativas requereram uma nova base norteadora da educação básica com o objetivo de conduzir os sistemas de ensino nacional por caminhos comuns. A escola mais uma vez tem no Brasil o papel de pela educação dos conhecimentos e com conhecimento de causa, preparar os indivíduos para o exercício das diversas formas de trabalho e estabelecer vínculos com a sociedade de forma a transformar cidades, estados e país. Nessa perspectiva e frente às novas realidades, a superação de conceitos e teorias dantes estudadas nas universidades e vivenciadas na educação escolar por séculos eram modelo para os locais de trabalho junto com os livros adotados pelos sistemas de ensino que eram praticamente a única fonte de ensino e aprendizagem. Na atualidade, contudo, as formas e meios de ensino e aprendizagem devem ser considerados e adotados nos diversos ambientes em que as sociedades estejam restabelecidas. São sociedades em transformação e os aprendizados brotam de todos os lugares, meios e formas. É a recriação na sociedade em que a informática está inserida no mundo da rua, das casas, das famílias, universidades, escolas e trabalho, transformando vidas. São choques de gerações e conhecimentos em um mesmo universo. Universo na dimensão cósmica e universo dos conhecimentos paralelos entre educação escolar e trabalho modificando a história da educação nas interligações, inter-relações de contextos das políticas, das científicidades e das culturas.



INSTITUTO SUPERIOR  
DE ENSINO SEM  
FRONTEIRAS - ISESF



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ



**editora fi**  
www.editorafi.org

# **Educação como forma de socialização**

## **Conselho Editorial e Científico da Coleção Educação como Forma de Socialização**

---

Dr. Alcides Fernando Gussi  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Dra. Clarice Zientarski  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Dra. Dawn Duke  
**University Tennessee/EUA – UT**

Dr. Estanislau Ferreira Bié  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Dr. Henrique Cunha Junior  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Dr. Ivan Costa Lima  
**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira-UNILAB**

Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Dr. João Marcus Figueiredo Assis  
**Universidade Federal do Estado do RJ - UNIRIO**

Dr. Moacyr Gonçalves de Aquino Junior  
**Universidade de San Lorenzo - UNISAL**

Dr. Nardi Sousa  
**Universidade de Santiago/Cabo Verde – US**

Dr. Oséias Santos de Oliveira  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR**

Me. Ana Cláudia Silva Farias  
**Universidade de Fortaleza – UNIFOR**

Me. Maria Saraiva da Silva  
**Universidade Federal do Estado do RJ – UNIRIO**

Me. Samia Paula dos Santos Silva  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Me. Marlene Pereira dos Santos  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Me. Maria Socorro Pimentel  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Me. Theóphilo Michel Á. Cabral Beserra  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Esp. Francisco Valdey Acioly Guedes  
**Universidade Federal do Ceará – UFC**

Esp. Solange Lima Simão Bié  
**Instituto Superior de Ensino Sem Fronteiras – ISESF**

Esp. Edivar Barbosa dos Santos  
**Instituto Superior de Ensino Sem Fronteiras – ISESF**

---

A Coleção Educação Como Forma de Socialização foi avaliada  
e facultada por colaboração *ad hoc*.

Claudio Pedro Gondim de Alcântara, Estanislau Ferreira Bié, Estanislau  
F. Bié Segundo, Estanislau F. Bié Terceiro, Felipe Tadeu Beserra de  
Oliveira, Edivar Barbosa dos Santos, José Cildo Martins, Luana Felix Bié,  
Manoel Jocélio dos Santos, Marcos Nunes da Silva, Maria Sanders  
Martins Souza, Solange Lima Simão Bié, Stenio Ferreira Bié  
**Instituto Superior de Ensino Sem Fronteiras – ISESF**

# **Educação como forma de socialização**

**Volume 5**

---

**Educação na diversidade dos  
seguintos de ensino, currículos e  
docência**

---

Estanislau Ferreira Bié  
Maria Saraiva da Silva  
Henrique Cunha Júnior  
Theóphilo Michel Á. C. Beserra  
Francisco Valdemy A. Guedes  
Edivar Barbosa dos Santos  
Manoel Jocélio dos Santos  
Marcos Nunes da Silva  
Ana Maria V. Gomes  
Luana Felix Bié  
(Orgs.)

***φ editora fi***

**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Fontella Margoni

**Arte de capa:** Carole Kümmecke

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIÉ, Estanislau Ferreira; SILVA, Maria Saraiva da; JÚNIOR, Henrique Cunha; BESERRA, Théophilo Michel Á. C.; GUEDES, Francisco Valdemir A.; SANTOS, Edivar Barbosa dos; SANTOS, Manoel Jocélio dos; SILVA, Marcos Nunes da; GOMES, Ana Maria V.; BIÉ, Luana Felix; (Orgs.)

Educação Como Forma de Socialização - Volume 5: Educação na diversidade dos seguimentos de ensino, currículos e docência [recurso eletrônico] / Estanislau Ferreira Bié; Maria Saraiva da Silva; Henrique Cunha Júnior; Théophilo Michel Á. C. Beserra; Francisco Valdemir A. Guedes; Edivar Barbosa dos Santos; Manoel Jocélio dos Santos; Marcos Nunes da Silva; Ana Maria V. Gomes; Luana Felix Bié; (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

328 p.

ISBN - 978-85-5696-320-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação, 2. Ensino, 3. Pedagogia 4. Coleção I. Título.

CDD-371

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores, métodos e disciplinas

371

# Apresentação

## *Os organizadores*

As mudanças ocorridas em sociedade e conseqüentemente na educação contemporânea brotam de transmutações de ordem econômica, política, social e cultural que desencadearam conseqüências por todo o planeta. Essas mudanças vieram repletas de exigências que refletem sobre o mundo do trabalho, que requer do trabalhador conhecimento teórico e prático para o exercício de funções, mobilidades, atitudes e diversidades de ações em um dinamismo que segundo alguns contratos trabalhistas devem prezar por resultados considerados de qualidade com baixo custo.

Ao tratarmos de educação e sociedade na ***Coleção Educação como forma de socialização*** por meio das coletâneas que a compõem desejamos apresentar as mudanças nos currículos universitários e as conseqüências na educação básica tendo a escola e a comunidade escolar como foco das diversidades dos temas a serem aprendidos e ensinados.

A democracia e o exercício da democracia é o que se espera com as mudanças na educação brasileira que por força de decisões políticas partidárias e sócio participativas requereram uma nova base norteadora da educação básica com o objetivo de conduzir os sistemas de ensino nacional por caminhos comuns. A escola mais uma vez tem no Brasil o papel de pela educação dos conhecimentos e com conhecimento de causa, preparar os indivíduos para o exercício das diversas formas de trabalho e estabelecer vínculos com a sociedade de forma a transformar cidades, estados e países.

Nessa perspectiva e frente ás novas realidades, a superação de conceitos e teorias dantes estudadas nas universidades e vivenciadas

na educação escolar por séculos eram modelo para os locais de trabalho junto com os livros adotados pelos sistemas de ensino que eram praticamente a única fonte de ensino e aprendizagem. Na atualidade, contudo, as formas e meios de ensino e aprendizagem devem ser considerados e adotados nos diversos ambientes em que as sociedades estejam restabelecidas.

São sociedades em transformação e os aprendizados brotam de todos os lugares, meios e formas. É a recriação na sociedade em que a informática está inserida no mundo da rua, das casas, das famílias, universidades, escolas e trabalho, transformando vidas. São choques de gerações e conhecimentos em um mesmo universo. Universo na dimensão cósmica e universo dos conhecimentos paralelos entre educação escolar e trabalho modificando a história da educação nas interligações, inter-relações de contextos das políticas, das científicidades e das culturas.

As culturas que surgiram por consequências da informatização e automação impactaram os sistemas de produção e de trabalho da mesma forma que trouxeram o progresso nas várias dimensões da sociedade também provocaram mudanças nos comportamentos humanos e relações sociais. Os impactos sobre os diversos setores intensificaram o Brasil com os altos índices de desemprego, baixos salários, desvalorização dos profissionais e índices alarmantes de descompromisso com a alfabetização de populações excluídas da participação social. O desrespeito e desprezo pelo ente humano em sua essência em forma de abandono, a exploração da força de trabalho, as más condições de vida nas cidades e zonas rurais atingem aos pobres e aos mais pobres ainda, exacerbando instintos de violência por conta da violência sofrida.

Dentre as tantas violências infligidas ao povo brasileiro, o analfabetismo, o coloca sempre em dinâmicas de escravização por falta de acesso ao conhecimento que o aproxime dos direitos e deveres de cidadania.

Nesse sentido a coleção educação como forma de socialização abre portais que interligam a sociedade ao direito a ela devido e por ela produzido. Para tanto, apresentamos aos/as leitores/as



produções diversas e distintas provenientes de várias universidades e áreas de estudo cujos organizadores se propuseram a contribuir com suas pesquisas para dentro da história da educação e da sociedade rever e apontar caminhos que possam de alguma forma direcionar os planos e gestão educativa.

Educação em sociedade e para a sociedade em que a instrumentalização requer o envolvimento de todos os espaços privados e públicos. As dinâmicas de introdução dos familiares em participação na educação social e escolar dos/as aprendentes, à prática de cuidado com os lugares de educação formal e informal, a compreensão dos dinamismos comunitários são propriedades que comporão a nova adequação dos projetos de ações políticas e pedagógicas de universidades e escolas em que a liberdade para busca do conhecimento e a internalização deste conhecimento seja refletido política e socialmente.

São exemplos de temas que formam esta coleção: Educação e contemporaneidade; Paradigmas em Educação e Educação freiriana;; Gestão Pública e políticas educacionais; Debates contemporâneos para a cidadania; Educação Infantil discutindo práticas pedagógicas; Educação e práticas de ensino; Comunicação e aprendizados: processos de socialização do saber, dentre outros conhecimentos a serem postos que fazem de cada coletânea suporte de reiteração e recomposição de conceitos e guias para a vida de educadores e estudantes ao trilharem juntos o caminhar da vida em sociedade.



# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>15</b>
Os organizadores	
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>21</b>
<b>As concepções sobre o processo de aprendizagem</b>	
Maria Aparecida Teixeira Eugênio; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 2.....</b>	<b>29</b>
<b>A aprendizagem</b>	
Antônio Ananias de Lima	
<b>Capítulo 3.....</b>	<b>41</b>
<b>O lúdico na aprendizagem na infância</b>	
Luzia Maria Delmondes Ferreira; Maria Arlete Delmondes	
<b>Capítulo 4.....</b>	<b>49</b>
<b>Formação de professores para a educação infantil: desafios e possibilidades</b>	
Lucilene dos Santos Lima Alves	
<b>Capítulo 5.....</b>	<b>61</b>
<b>Aprendizagem na infância</b>	
Maria Aparecida Teixeira Eugênio; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 6.....</b>	<b>71</b>
<b>Compreendendo o processo de ensino e aprendizagem</b>	
Erivania G. da Silva; Bruno N. O. R. da Silva; Maria C. A. da Silva	
<b>Capítulo 7.....</b>	<b>81</b>
<b>As dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais</b>	
Luzia Maria D. Ferreira; Rosylene A. Modesto; Maria V. da Silva	

<b>Capítulo 8 .....</b>	<b>89</b>
<b>A dislexia e suas complicações no processo de aprendizagem</b>	
Soraia Kaline Delmondes; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 9.....</b>	<b>101</b>
<b>Os desafios no ambiente escolar e a necessidade da participação da família</b>	
Erivania G. da Silva; Bruno N. O. R. da Silva; Maria A. da S. Souza	
<b>Capítulo 10 .....</b>	<b>111</b>
<b>Família e escola: formação de valores e preparação profissional</b>	
Erivania G. da Silva; Bruno N. O. R. da Silva; Maria A. da S. Souza	
<b>Capítulo 11.....</b>	<b>119</b>
<b>As dificuldades na infância e utilização do lúdico</b>	
Maria Aparecida Teixeira Eugênio; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 12 .....</b>	<b>127</b>
<b>Os desafios da prática docente na contemporaneidade</b>	
Soraia Kaline Delmondes; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 13 .....</b>	<b>137</b>
<b>Inclusão de crianças com deficiências nas Escolas regulares de ensino</b>	
Lucilene dos Santos Lima Alves	
<b>Capítulo 14 .....</b>	<b>153</b>
<b>O papel do psicopedagogo no processo de inclusão social na escola</b>	
Edna M. R. da Silva; Antônia Derlângia C. do N. Nobre	
<b>Capítulo 15 .....</b>	<b>169</b>
<b>A educação básica e o atendimento a pessoas com deficiências</b>	
Soraia Kaline Delmondes; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 16 .....</b>	<b>179</b>
<b>Educação inclusiva: uma perspectiva histórica dessa modalidade</b>	
Francisca Cleide Pires Cantarele Lima	
<b>Capítulo 17 .....</b>	<b>193</b>
<b>A educação superior e mudanças pedagógicas</b>	
Maria Jacilde Pereira Cordeiro; Estanislau Ferreira Bié	

<b>Capítulo 18</b> .....	<b>203</b>
<b>Relato de experiência no ensino da disciplina de “empreendedorismo” no curso de graduação tecnológica em recursos humanos</b>	
Patrícia Pereira de Sousa Timóteo	
<b>Capítulo 19</b> .....	<b>211</b>
<b>A intervenção pedagógica no processo de alfabetização</b>	
Cícero I. R. do Nascimento; Maria de F. N. de Oliveira; Dionizio F. da Silva	
<b>Capítulo 20</b> .....	<b>219</b>
<b>A educação de jovens e adultos e caracterização social</b>	
Cícero I. R. do Nascimento; Maria de F. N. de Oliveira; Dionizio F. da Silva	
<b>Capítulo 21</b> .....	<b>229</b>
<b>As dificuldades de aprendizagem e ação pedagógica</b>	
Maria Jacilde Pereira Cordeiro; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 22</b> .....	<b>237</b>
<b>Avaliação da aprendizagem</b>	
Maria Jacilde Pereira Cordeiro; Estanislau Ferreira Bié	
<b>Capítulo 23</b> .....	<b>247</b>
<b>Educação holística na formação de professores e seus desafios</b>	
Antônia Derlângia C. do N. Nobre; Edna Maria R. da Silva	
<b>Capítulo 24</b> .....	<b>259</b>
<b>Educação x trabalho: um resgate histórico necessário para o entendimento do sujeito e sua relação com o trabalho e o processo educativo</b>	
Cicera Reuva da Silva Carvalho	
<b>Capítulo 25</b> .....	<b>283</b>
<b>A reforma do ensino médio no Brasil inovação e atraso</b>	
Maria de Fatima Alves; Antônio Vanúbio da Silva	
<b>Capítulo 26</b> .....	<b>299</b>
<b>A docência e sua necessidade de adequação do espaço físico</b>	
Maria Lesimária Cruz e Silva	
<b>Capítulo 27</b> .....	<b>309</b>
<b>Os desafios do multiculturalismo no cotidiano escolar</b>	
Edleusa Delmondes Siqueira Pimentel; Chico Verde	

**Capítulo 28 .....321**

**Educação a distância na formação do indivíduo no ensino superior**

Dionizio Ferreira da Silva; Maria de Fátima Neri de Oliveira

# Apresentação

## *Os organizadores*

A educação tem infinitudes de interpretações e práticas. Em se tratando de educação universitária, escolar e infantil as diversidades se dão no formato dos currículos, das didáticas e das possibilidades físicas ambientais. Com base no produto da Coletânea: **“Educação na diversidade dos seguimentos de ensino, currículos docência”**, apresentamos as pesquisas realizadas por estudantes e orientadores de cursos de pós-graduação stricto sensu de várias universidades.

O currículo e a didática andam lado a lado, ou inserem-se mutuamente. Conteúdos e práticas se complementam quando as finalidades são ensinar, aprender, executar. Entretanto, podemos diferenciar currículo e docência.

O currículo: “não é apenas um documento que contemplam as disciplinas e sim toda a ação, todo o percurso percorrido por todos os envolvidos no sistema educacional, família, comunidade, professores, alunos, governo federal, governo estadual e também os representantes municipais, todas as pessoas envolvidas no processo educacional, de certa forma elabora, organiza e legitima. Todos os saberes e conhecimentos estão ligados a política e a cultura, trabalhando o currículo, trabalha-se o saber do cotidiano onde se transforma em saber científico”.

E docência: “caracteriza-se por ser um campo de estudo voltado para formação humana, em que o mediador procura compreender os aspectos presentes na sociedade, na formação do indivíduo, e em suas práticas pedagógicas, para que estas sejam eficientes”.

Nestes contextos em que as definições sobre currículo e docência podem ser diferenciadas através da exposição anterior, como também das pesquisas realizadas pelos/as autores/as desta coletânea, apresentamos resumidamente a que se propõe cada texto em sua composição.

Por pesquisa bibliográfica há estudos que tem por objetivo entender alguns aspectos que teóricos formularam sobre ensino e aprendizagem. Há enfoques para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Em se tratando do ensino superior e a vertente profissional para o ensino na educação infantil, o texto voltado para este tema foca nos desafios que o profissional docente do Normal Superior ou Pedagogia irá enfrentar ou enfrenta na condução de sua prática ou didática, tendo sempre o currículo em novas atualizações para esta modalidade de ensino.

Tendo o seguimento infantil e aprendizagem para crianças pequenas embasadas nos teóricos que tem suas experiências utilizadas na formação do/a professor/a para esta finalidade, alguns autores optaram por realizar recortes para: Piaget (2007), Reis (2001), Spinillo (1999), Libâneo (2006), Iori (2004), dentre outros. Tendo estas bases científicas o/a educador/a elabora as melhores formas de estimular e atrair a criança para a aprendizagem utilizando métodos que possam trazer alegria, ânimo e prazer nas relações ensino e aprendizado. Para esta prática ser conquista de sucesso cabe a/ao docente está atento/a, saber por quais meios se portará para alcançar os objetivos da educação infantil, visto que a aprendizagem para esta modalidade se dá mais efetivamente através da brincadeira. Brincar e aprender são estradas que levam aos caminhos das intelectualidades infantis.

Nesse sentido, autores e autoras da coletânea se reportam as famílias como colaboradoras no processo de aprendizagem das crianças e adolescentes. E a legislação chama a atenção para a responsabilidade da família junto à escola. A família sendo parceira enquanto componente da comunidade escolar. Esta interação



família- escola torna-se amparo na superação das dificuldades que o/a professora tem frente aos desafios que diariamente se apresentam em sala de aula.

Na inteiração entre família e escola e seguimentos da educação, há destaque para a Educação Especial, onde autores apresentam o despreparo da escola fisicamente, administrativamente. Quanto à prática docente, incide sobre o/a professor/a grande responsabilidade referente à criança com deficiência. Pouco houve ou há preparação para lidar com essa parcela dos/as educandos/as. A inclusão e educação inclusiva em escolas regulares têm pressupostos legais, no entanto, o descumprimento da legislação dificulta o acesso, a aprendizagem e a permanência do/a estudante com deficiência no espaço escolar.

No espaço escolar e na contribuição para a permanência da criança na escola, o profissional psicopedagogo, ganha destaque nesta produção. O atendimento educacional especializado é um suporte imprescindível para a/a professor/a referindo-se as crianças e adolescentes portadores de deficiência, pois são profissionais desafiados/as a todo o momento. O/a psicopedagogo/a tem papel de intermediário/a entre quem ensina e quem aprende nesse processo de dar e receber.

A preparação do profissional docente se dá no ensino superior em termos teóricos e se completa em sua prática nos ambientes educativos e educacionais. As pesquisas aqui apresentadas pelos pesquisadores se remetem a pouca qualidade do professor universitário. A descaraterização da educação superior desencadeia em profissionais com conhecimentos que pouco colabora para o desempenho do educando e da escola. A expansão do ensino superior e a baixa aplicação de recursos na educação e para a educação é tida como preocupações que para os/as pesquisadores/as possa se contrapor a educação de qualidade esperada.

Sendo profissionais qualificados para lecionar na educação básica, espera-se que atuem com bom desempenho. Essa

qualificação incidirá na alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental valorizando o aprendizado fruto de ensino coerente com o esperado para cada faixa de idade das crianças. Para tanto, reitera-se que a formação continuada seja efetiva para que os profissionais da educação estejam sempre atualizados.

Dentre os seguimentos nas modalidades educativas, a educação de jovens e adultos, e educação profissional são destacadas nas pesquisas aqui apresentadas. Vinculadas a estes temas estão os paradigmas que estimularam as mudanças nos sistemas de ensino provocadas pelo desenvolvimento dos conhecimentos, pelos avanços ocasionados na evolução humana e elaboração de conceitos que estabeleceram ensino e práticas diferenciadas que possam atender as revoluções e novas técnicas. Pelas técnicas avançadas a educação para o trabalho pautada em metas a serem alcançadas em tempo menor, requer dos/as professores/as maior dinamismo e conhecimentos sempre atualizados. A história do trabalho e educação é apresentada de forma que o/a leitor/a compreenda o dinamismo ocorrido e suas transformações.

Apresenta-se ainda neste contexto, a prática em oficina de trabalho empresarial estimulado em disciplina de empreendedorismo, cujo objetivo seria a criação e administração de uma empresa no tempo real do desenvolvimento técnico das aulas. Trabalho e educação caminhando conjuntamente em detrimento de atender ao mercado de trabalho a cada dia mais exigente.

Tendo uma agenda cultural cada vez expandida os momentos atuais para todos os setores da sociedade esperam da educação que supra os mercados de trabalho com profissionais com múltiplas habilidades. Teorias e práticas em ação. Setores multiculturais, sociedades multiculturais, seres humanos aculturados. Dando ênfase a razão da pouca aplicabilidade de temas relativos à educação da cultura religiosa, histórica, política e social-relacional das populações e grupos consideradas minorias no cumprimento curricular os/as autores/as deste tema ensinam maior integração as diversidades no campo educacional.

Dentre as atualizações multiculturais, a Educação a Distância, tem expansão garantida nas dinâmicas formativas para todos os campos da educação. Da preparação de educadores/as e professores/as à profissionalização para outros setores. Os ambientes virtuais e suas plataformas tem possibilidades de longo alcance e de comodidade para o/a estudante e interação com instrutores virtuais.

São pesquisas importantes que essa coletânea trás em seu bojo que se fazem contribuições a leitores, pesquisadores e profissionais de várias áreas da educação. Componente da Coleção do fazer educativo, este livro, torna-se fonte bibliográfica para embasamento de outras pesquisas.

### **Os organizadores**



# Capítulo 1

## As concepções sobre o processo de aprendizagem

*Maria Aparecida Teixeira Eugênio<sup>1</sup>*

*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

Ao longo dos anos o homem foi observado em suas relações, como também suas possibilidades de aprendizagem. Muitos pesquisadores da área da psicologia apresentaram considerações acerca da aprendizagem humana em que esta poderia se resultar de aspectos ambientais, hereditários, organizacionais, entre outros.

Muitos estudiosos procuraram compreender o processo de desenvolvimento humano em suas relações, Piaget, Vygotsky, e outros realizaram suas investigações envolvendo desde o processo

---

<sup>1</sup> Especialista em Geografia Geral pela Faculdade de Formação de Professores –FAFOPA. E-mail: [teixeirzildinha@gmail.com](mailto:teixeirzildinha@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

biológico como os aspectos culturais e seus reflexos sobre o comportamento do homem.

A docência caracteriza-se por ser um campo de estudo voltado para formação humana, em que o mediador procura compreender os aspectos presentes na sociedade, na formação do indivíduo, e em suas práticas pedagógicas, para que estas sejam eficientes.

Este estudo tem como finalidade compreender as influências de algumas concepções teóricas acerca do processo de ensino e aprendizagem. O estudo caracteriza-se como pesquisa de cunho bibliográfico, embasado em autores, como: Rego (2002), Moro (2002), Goulart (2005), entre outros.

## **2. Teorias inatista**

Segundo Becker (1993), o sujeito desde o seu nascimento traz consigo determinadas condições que favorecem a construção da aprendizagem, que se manifestam de imediato em suas relações (inatismo), ou pode se manifestar progressivamente, no decorrer de sua maturação. As concepções inatistas envolvem as condições hereditárias, em que o sujeito já nasce propenso a se desenvolver.

Esta concepção apresenta as relações do homem, acredita que os valores, crenças, e costumes são inatos, e que os acontecimentos presentes na vida do homem são resultantes de um fenômeno de sua consciência.

Por sua vez, é cabível destacar que esta concepção se encontra enraizada em que o homem já nasce pronto, e considera que os acontecimentos após o nascimento não influenciam em seu desenvolvimento. Para Rego (2002, p.88):

A abordagem inatista [...]se baseia na crença de capacidades básicas de cada ser humano (personalidade, potencial, valores, comportamentos, formas de pensar e de conhecer) são inatas, ou seja, já se encontram praticamente prontas no momento do nascimento ou potencialmente determinadas e na dependência do amadurecimento para se manifestar.

Com base na concepção supracitada, o sujeito não desenvolve suas capacidades, mas porque não houve maturação do próprio indivíduo. Assim, não há fatores que podem implicar no processo de desenvolvimento, mas sim o próprio sujeito.

Ao comparar a inatista com a ambiental, há diferenças, já que a ambiental apresenta sujeitos como influentes em seu processo de desenvolvimento, e caso estes não atuem de forma adequada podem comprometer o processo de desenvolvimento destes, desencadeando no fracasso social (CHARLOT, 2000).

Diante deste enfoque, é cabível destacar que por meio da filosofia, é apresentada a resposta acerca da racionalidade, na visão inatista “afirma que nascemos trazendo em nossa inteligência não só os princípios racionais, mas também algumas ideias verdadeiras, que, por isso, são ideias inatas” (CHAUÍ, 1999, p. 69).

Estas concepções acabam limitando a capacidade presente no indivíduo, por meio de suas relações com o meio, estímulos, entre outros aspectos que influenciam em seu processo de desenvolvimento social e intelectual. Assim, esta teoria não acredita na potencialidade que se encontra no meio educativo, sendo este elemento indispensável para formação humana.

Acerca do desenvolvimento do homem não há apenas as considerações inatistas, mas outras que buscam compreender os fenômenos presentes no progresso humano.

### **3. Visão Behaviorista**

As concepções acerca do behaviorismo, surgiram do pesquisador John Watson, em que este concordava com as ideologias comparativas presentes na psicologia, “se era possível empregar observações objetivas para compreender os processos psicológicos de animais o mesmo poderia ser feito com seres humanos” (WETHEIMER, citado por BAUAM 1999, p.151).

Assim, o pesquisador procura apresentar a necessidade de compreender o comportamento do sujeito em seu processo de desenvolvimento, como também criticava a situação em que a psicologia se encontrava, já que seus estudos ainda não eram tão seguros, e abordava sobre a necessidade da psicologia compreender melhor o comportamento do sujeito por meio de constantes observações.

Por sua vez, é cabível destacar que uma das considerações clássicas na psicologia, foi a que apresentou o processo de aquisição da linguagem, embasado na filosofia empirista, caracterizando-se como behaviorista. Como também, apresentava em suas considerações as relações de associações por meio das vivências, em que estas ocorriam em um determinado período da vida do indivíduo.

Nesta visão, os comportamentos de um indivíduo ainda são limitados, sendo resultante de relações anteriores, por meio de estímulos, presentes durante a relações de simultaneidade. Assim, passou a surgir o processo de desenvolvimento da linguagem humana, na produção e compreensão (SIMÕES, 1990).

#### **4. Visão Piagetiana**

Os estudos realizados por Piaget contribuíram significativamente para que fosse possível compreender o processo de desenvolvimento humano, e até nos dias atuais seus postulados ainda são considerados como essenciais para a prática educativa e formação docente.

De acordo com Moro (2002, p. 117), apresenta a teoria piagetiana como “[...] é uma teoria epistemológica, produzida por um biólogo de formação, psicólogo por necessidade e epistemólogo por interesse central”. Assim, o pesquisador influente em duas áreas a biologia e psicologia, uma apresenta a vida diante dos seus mais variados reinos, e a outra apresenta o processo de desenvolvimento humano.



Suas pesquisas abordam sobre as relações entre a biologia e epistemologia, envolvendo o sujeito em suas necessidades cognitivas, apresentando a biologia em seus conceitos e métodos. Assim, a teoria de Piaget busca compreender as ciências humanas.

Segundo Goulart (2005), o campo de estudos de Piaget envolve a realização de observações acerca do processo de desenvolvimento da criança, com enfoque no desenvolvimento humano. Sua principal finalidade estava no compreender como o conhecimento passa a evoluir, e suas possíveis problemáticas, em que veio a apresentar estágios para representar o processo de desenvolvimento, levando em consideração a faixa etária do indivíduo.

## **5. Abordagem sobre as concepções teóricas e suas influências no processo de ensino e aprendizagem**

Com base em algumas considerações já anteriormente apresentadas, percebe-se que o processo de desenvolvimento humano passou por uma série de avaliações, buscando contribuir para as mais variadas áreas, para que fosse possível superar as limitações como também criar estratégias a serem incorporadas.

No ambiente escolar, as teorias de Piaget como Vigotsky, entre outros pesquisadores contribuíram e contribuem para uma melhor compreensão do sujeito em formação.

Nos cursos de formação de professores são apresentadas várias concepções acerca do processo de desenvolvimento da mente humana, como também os estímulos, para que o docente possa atuar com êxito no ambiente escolar, passando a levar em consideração as particularidades, e intervindo de forma adequada.

Por sua vez, o docente necessitar estar por dentro dos acontecimentos presentes no processo de ensino e aprendizagem, levando para sala de aula estratégias metodológicas eficientes, sendo estas sistematizadas, para que venha a ser realizada sua prática com base nos princípios pedagógicos, respeitando as particularidades, como também suprimindo as necessidades formativas.

## 6. Conclusões

O processo de aprendizagem apresenta diferentes fatores, o que requer do mediador uma postura diferenciada no ambiente escolar, refletindo e inovando, proporcionando aos educandos condições para que estes possam superar suas limitações, e desenvolverem-se com êxito.

A prática docente não pode ser desenvolvida em sala de aula de forma limitada, ou tradicional, esta deve propiciar a interação entre o mediador e o sujeito em aprendizagem, para que as dúvidas sejam apresentadas, como também o educando ter a segurança de que o docente será o seu suporte no processo de aprendizagem.

A aprendizagem ocorre por meio de estímulos, mas é relevante que os estímulos sejam realizados de forma sistematizada, já que a utilização de muitos recursos que venham a despertar a atenção do educando, pode levar um certo tempo para o processamento destes, o que requer a disciplina na utilização, para facilitar o processo de mediação e aprendizagem.

## Referências

- BAUM, W. M. Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura; tradução Maria Teresa Araujo Silva e outros - Porto Alegre: Editora Artes médicas Sul Ltda., 1999.
- BECKER, F. A epistemologia do professor: o cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COUTINHO, M.T.; MOREIRA, M. **Psicologia da educação**. 8.ed. Belo Horizonte: Lê, 2000.
- CHAUI, M. **Filosofia**. 11. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

- GOURLART, I. B. Piaget: **experiências básicas para utilização pelo professor**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LEMKE, J. (2001). Articulating Communities: Sociocultural Perspectives on Science Education. *Journal of Research in Science Teaching*, 38, 3, 296- 316.
- MORO, M. L. F. “Implicações da epistemologia genética de Piaget para a educação”. In: Placco, V. (org.) (2002). *Psicologia e Educação: revendo contribuições*. São Paulo, Fapesp/Educ.
- MORTIMER, E.F. (1996). Construtivismo, mudança conceitual e ensino de ciências: para onde vamos? *Investigações em Ensino de Ciências*, 1, 1, 20- 39.
- REGO, T.C; Vygotsky: **Uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- ROGOFF, B. & Chavajay, P. (1995). What’s become of research on the cultural basis of cognitive development. *American Psychologist*, 50, 859-877.
- SIMÕES, M. D. F. S. (1990). **Comunicação entre Crianças**. Coimbra: Coimbra Editora Limitada
- VYGOTSKY, L.S. (1998). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Editora Martins Fontes
- WERTSCH, J. V. (1995). Sociocultural research in the copyright age. *Culture & Psychology*, 1, 81-102.
- WICKMAN, P. e L. Östman. (2002). Learning as Discourse Change: A Sociocultural Mechanism. *Science Education*, 86, 5, 601-623.



## Capítulo 2

### A aprendizagem

*Antônio Ananias de Lima<sup>1</sup>*

#### 1. Introdução

A função da escola pode ser assumida, de certa forma nos seguintes termos: espera-se que o aluno aprenda e que o professor Oriente a aprendizagem do aluno.

Alguém que faz curso de habilitação para o magistério precisa distinguir-se do leigo que ensina, e até mesmo, eventualmente, o faz bem, contando apenas com sua experiência pessoal e suas improvisações.

O leigo vai abrindo um caminho sem conhecimento mais aprofundado daquilo que realiza. Parte de sua própria vivência como aluno e transforma em regra geral o que pode ser apenas questão pessoal.

Aprendizagem é um tema central na atividade do professor. Pode-se dizer que todo trabalho do professor se resume na questão da aprendizagem.

#### 2. Desenvolvimento

Costuma-se definir a aprendizagem dizendo que se trata de uma mudança de comportamento, é aqui precisamos entender

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: [niasdelima@hotmail.com](mailto:niasdelima@hotmail.com).

comportamento no sentido mais amplo que esta palavra pode ter. realmente, a criança que, ao entrar na classe de alfabetização, não lê, e, ao final do ano, está lendo, apresenta uma modificação.

Quem não resolvia uma operação aritmética e passa a resolver, apresenta uma modificação. Os exemplos podem multiplicar-se; que adquire a habilidade de nadar, de preparar certo prato culinário, quem adquire novas informações, quem passa a nutrir certo sentimento por determinada pessoa, são tantos outros casos de aprendizagem.

O termo, portanto, não se aplica somente às ditas aprendizagem escolares, que o estudante deve, através de uma prova, demonstrar que adquiriu. Aprendizagens é fenômeno do dia a dia, que ocorre desde o início da vida.

Não é qualquer mudança comportamental, no entanto, que será considerada aprendizagem. Como por exempli; as mudanças decorrentes de maturação onde uma criança que passa a mexer em certos objetos simplesmente porque já anda ou alcança o lugar onde estão. Ou então as mudanças mais ou menos passageiras decorrentes de ocasionais alterações fisiológicas e motivacionais; onde a pessoa que, cansada após um dia de trabalho, não consegue concentrar-se numa atividade; ou a pessoa que se encontra sob estranhamente; a pessoa eufórica pelo recebimento de notícia especialmente agradável.

Reserva-se o termo aprendizagem aquelas mudanças provenientes de algum tipo de treinamento como o que ocorre nas aprendizagens escolares. Treinamento supõe repetições, exercícios, prática. Em certos casos, porém, uma única ocorrência parece ser suficiente para modificar o comportamento do indivíduo. Após um acidente automobilismo, um só, muitas pessoas ficam de tal modo traumatizadas que passam longo tempo sem conseguir entrar em automóvel.

Outra situação que propicia aprendizagem é quando, embora o sujeito não vivencie propriamente a experiência, observa alguém

a vivenciá-la. Quanta coisa a criança aprende do adulto só por observa-lo atentamente! Quem aprende está sujeito a esquecer.

Entretanto um esquecimento rápido demais pode indicar excessiva fragilidade da aprendizagem ou, para ser mais incisivo, pode indicar simplesmente que não chegou a haver aprendizagem. Um mínimo de retenção é exigido para que se possa reconhecer a existência do processo. A aprendizagem é uma modificação relativamente duradoura do comportamento, através de treino, experiência, observação. Se a pessoa treinou ou passou por uma experiência especialmente significativa para ela, ou observou alguém na realização de algo, e depois disso mostra-se de alguma forma modificaria, podendo demonstrar esta modificação desde que se aprendem condições adequadas, e além disso, mantiver esta mudança por tempo razoavelmente longo então podemos dizer que houve aprendizagem.

Aprendizagem é mudança de comportamento, isto é; quando repetimos comportamentos já realizados anteriormente, não estamos aprendendo. A maior parte de nossos comportamentos são aprendidas como: andar, falar, gritar, pedalar, digitar, nadar, calcular, etc.

Quase todos os comportamentos são aprendidos, mais não todos. Há crescimento de nosso organismo e, portando não constituem aprendizagem, respiração, digestão, salivação. Estamos continuamente aprendendo novos comportamentos ou modificações de comportamentos. Aprendendo em toda parte, na escola e fora dela, aprendemos de forma sistemática. No processo de aprendizagem são uma soma de fatores que estimulam os órgãos dos sentidos das pessoas que aprendem. Se houver apenas um fator, este recebe o nome de estímulo, onde a pessoa que aprende é o indivíduo antigo pela situação estimuladora. Para a aprendizagem, são importantes os órgãos dos sentidos, afetados pela situação estimuladora; o sistema nervoso central, que interpreta a situação estimuladora e orna a ação, e os músculos que executam a ação.

O processo de aprendizagem compreende sete etapas, como motivação, sem motivação, não há aprendizagem. Não adianta insistir; por mais que o professor de oferece para ensinar por exemplo a matemática de mil maneiras diferentes e interessantes, se o aluno não estiver motivado, ele não aprende. Recompensas e punições também não resolvem se o aluno não quer aprender.

Qualquer pessoa motivada orienta seu comportamento para os objetivos que possam satisfazer suas necessidades.

O comportamento é sempre intencional, isto é, orientado para um objetivo que satisfaça alguma necessidade do indivíduo. Em educação, é importante que os objetivos propostos pela escola e pelo professor coincidam com os objetivos do aluno. Caso contrário, o aluno não se preocupará em atingi-los, pois não satisfarão suas necessidades. O aluno só aprenderá as disciplinas propostas se estiver convencido de que estas aprendizagens satisfarão suas necessidades, se entender que ao aprender, estará reduzindo alguma tensão provocada por suas necessidades. O aluno necessita também de preparação ou prontidão, de nada adianta o indivíduo está motivado, ter um objetivo, se não for capaz de atingir esta motivação para satisfazer sua necessidade. A preparação ou prontidão, compreende três fatores principais; fisiológicos (maturação dos órgãos dos sentidos, do sistema nervoso central, dos músculos, das glândulas etc.) psicológicos (motivação adequada, confiante em sua capacidade de aprender) experiências anteriores (qualquer aprendizagem depende de informações, habilidades e conceitos aprendidos anteriormente).

Muitas dificuldades escolares surgem exatamente por que o aluno não está preparado para as aprendizagens que lhes são propostas. O ensino e o treinamento antes da maturação adequada podem ser inúteis e até prejudiciais. Mais é possível desenvolver a motivação e as habilidades antes do período considerado normal. Para isso, deve-se adaptar o material e o método de apresentação. Outra etapa no processo de aprendizagem é o obstáculo. Se não houvesse obstáculos, barreiras, não haveria necessidade de



aprendizagem que lhes são propostas. Pois bastaria o indivíduo repetir comportamentos anteriores. Quando alguém tem sede vai a torneira. Se há água, não há necessidade de aprender novos comportamentos para conseguir água, se não há água na torneira, precisará encontrar outro meio de achar água.

Os obstáculos podem ser de natureza social (a mãe proíbe o filho de jogar bom, o baixo salário que dificulta a compra de material escolar, governo que censura à imprensa. Etc.) psicológica (a criança que está em dúvida entre brincar e estudar) ou física (o doce que está numa prateleira muito alta, a distância a ser vencida numa corrida, etc.) outros obstáculos podem ser de natureza pessoal; a baixa estatura para um indivíduo que quer ser jogador de basquete, as deficiências físicas trazidas por um acidente, etc. Outro processo são as respostas. O indivíduo vai agir de acordo a melhor maneira de vencer o obstáculo: a criança tentará dividir o tempo entre estudar e jogar bola, o aluno procurará uma maneira de conseguir o material, a imprensa aprenderá a burlar a censura, a criança tentará várias maneiras de alcançar o doce no alto da prateleira, e assim por diante.

Quando a pessoa tenta superar o obstáculo até conseguir a resposta que leva a satisfação é reforçada e, futuramente em situações semelhantes, tende a ser repetida. Se deu certo, a criança poderá voltar a dividir o tempo entre estudar e jogar bola; o aluno tentará a repetir a maneira de conseguir material escolar, e assim por diante no processo de aprendizagem a generalização consiste em integrar a resposta correta ao repertório de conhecimentos. Essa generalização permite que o indivíduo dê a mesma resposta que levou ao êxito diante de situações semelhantes. A nova aprendizagem, passa a fazer parte do indivíduo e vai ser utilizada sempre que for preciso.

A imagem da aprendizagem colocada num arquivo, de onde o indivíduo a tira quando precisa, não é adequada. Ao contrário das fichas de arquivo que permanecem estáticas, as aprendizagens e

comportamentos humanos são dinâmicos, evoluem constantemente, modificando a própria pessoa que aprende.

Aprendemos muitas coisas na vida, umas diferentes das outras; ter medo de cobra, dançar, decorar uma poesia, de distinguir árvore de capim, saber o que é liberdade. Saber que um substantivo ode ser comum ou próprio, cultivar rosas. Essas diferentes formas de aprendizagem exigem condições diferente para ocorrer. Robert Gagné, no livro, como se realiza a aprendizagem (Rio de Janeiro, livros técnicos e científicos, 1974) analisa oito tipos de aprendizagem.

Ter simpatias, antipatias, preferências, medo da água ou das alturas: chorar com facilidade, roborizar-se e outros comportamentos involuntários podem ser resultado de aprendizagem de sinais produzida por condicionamento respondente, também chamado condicionamento clássico.

Condicionamento respondente por que se refere a aprendizagem de comportamentos involuntários, que a pessoa apresenta automaticamente diante de estímulos externos. Assim diante da diminuição da intensidade luminosa, nossas pupilas se dilatam; diante de alimento, salivamos: quando descascamos cebolas, choramos, etc. a dilatação ou contração da pupila, a salivação e o lacrimejar diante de cebolas são comportamentos involuntários, mesmo que não queria você apresenta tais comportamentos.

No estímulo resposta, aprendizagem consiste em associar uma resposta a um determinado estímulo; o aluno levanta quando o professor manda, o cão dá a pata quando o do no pede, o filho fica queiro quando a mãe pede. A associação estímulo resposta é reforçada. Ou seja. Recompensada: o aluno que obedece ao professor recebe uma nota mais alta, o filho, que obedece a mãe recebe uma barra de chocolate ou é elogiado, etc. Esse tipo de aprendizagem também é chamado condicionamento operante ou instrumenta. Cadeias motora é um tipo de aprendizagem que

consiste numa sucessão de movimentos; como nadar e andar de bicicleta, tocar piano, jogar basquete.

Cada um desses comportamentos simples, compõe-se uma cadeia continua de estímulos e respostas. Em alguns casos, para que tais cadeias sejam aprendidas, é necessário que se sucedam uma à outra, sempre na mesma ordem, e que sejam repetidas muitas vezes, na aprendizagem de cadeias verbais a memorização torna-se mais eficiente quando associamos as palavras, formando cadeias. Neste caso, uma palavra funciona como um estímulo para lembranças de outra: ao pensarmos em belo recordamos um sinônimo (bonito) ou um antônimo (feio), etc.

Na aprendizagem de discriminação consiste em dar respostas diferentes a estímulos semelhantes. Exemplo é o canário e andorinha (duas patas, cabeça, bico, pena, etc.) mas (tamanho. Cor, forma do rabo, etc.) e a criança aprende a discriminar essas diferenças, atribuindo nome a cada passarinho. Na aprendizagem de conceitos, acontece o contrário do que ocorre na aprendizagem de discriminação. O indivíduo aprende a dar uma resposta comum a estímulos diferentes em vários aspectos, por exemplo, uma pessoa aprende o conceito de pássaro um animal voador; andorinhas, etc., mas nunca viu um sabiá e a pessoa logo identifica, como um pássaro, embora não sabia descrevê-lo pelo nome, pois na aprendizagem de discriminação, nova aprendizagem é necessária para cada estímulo diferente.

O conceito é uma representação mental de uma classe de estímulos, que inclui uma série de estímulos e exclui outros. O conceito de cachorro inclui todos os cachorros e exclui vacas, etc. o conceito de vegetal inclui milho, cedros, etc. exclui animais, etc. o conceito de amor inclui compreensão, carinho e exclui agressão, ódio, etc.

Na aprendizagem de princípios é uma cadeia de dois ou mais conceitos. Para aprender um princípio é necessário ter aprendido previamente os conceitos que o formam. Na solução de problemas essa é uma forma superior de aprendizagem, pois permite a pessoa

enfrentar suas dificuldades, solucionar seus problemas, mediante a aplicação de princípios conhecidos. Para que o indivíduo possa solucionar os problemas, é necessário que conheça os princípios aplicáveis, seja capaz de lembrá-los e de aplicá-los conforme o caso.

A solução de problemas é uma necessidade bastante frequente entre pessoas adultas: que roupa vestir, o que preparar para o almoço. Que itinerário seguir até o trabalho, como fugir de um congestionamento, o que fazer para tornar o jardim mais bonito, como melhorar a nota de história, como resolver uma equação de 2º grau. Esses são apenas alguns exemplos de problemas cuja solução exige a aplicação de princípios pelo indivíduo. Em todos os tempos, o ser humano sempre preocupou-se em compreender e explicar recursos para solucionar problemas e enfrentar os perigos e sobreviver.

Avançar para além das aparências e duvidar do que todo mundo acha que é certo parecem ser atitudes que fazem avançar a ciência. Os contemporâneos de Copérnico acreditavam que o sol girava ao redor da terra. Se Copérnico não duvidasse dessa crença geral, certamente não teria procurado pesquisar melhor o assunto, e não teria chegado à teoria atualmente aceita de que a terra gira ao redor do sol.

Da mesma forma, no campo da aprendizagem, os psicólogos não acreditam que alguém aprende simplesmente porque outra pessoa ensina, ou mesmo, apenas porque quer aprender. Por que dúvida disso? Porque observaram também que outras pessoas, embora quando aprendem, não conseguem fazê-lo sem que alguém lhes ensine; observaram, ainda, que há pessoas que, embora querendo aprender e tendo quem lhes ensine. Assim mesmo não aprendem.

A aprendizagem, apesar de ser universal e ocorrer durante toda a vida, não é tão simples quanto possa parecer à primeira vista. Os psicólogos ainda não chegaram a um acordo sobre os

aspectos considerados mais importantes no processo de aprendizagem.

Vimos que nesse processo há três elementos fundamentais: a situação estimuladora, a pessoa que aprende e a resposta. Na medida em que se detiveram na observação e no estudo desses três elementos, os psicólogos chegaram a conclusões referentes sobre o que é fundamental para compreender o processo de aprendizagem. E isso justifica, em parte, o surgimento de diferentes teorias para explicar a aprendizagem.

Para Skinner um dos principais representantes da teoria do condicionamento, as pessoas são como “caixas negras” podemos conhecer os estímulos que as atingem e as respostas que dão a esses estímulos, mas não podemos conhecer experimentalmente os processos internos que fazem com que determinado estímulo leve a uma dada resposta. Mas, se descobrimos qual o estímulo que produz certa resposta num organismo, quando pretendemos obter a mesma resposta desse organismo, basta aplicar-lhe o estímulo que descobrimos.

De acordo com essa teoria, a aprendizagem é iguala condicionamento, isso significa que, se queremos que uma pessoa aprenda um novo comportamento devemos condicioná-la a essa aprendizagem, para que ocorra o condicionamento, não é necessário dar o reforço todas as vezes em que o indivíduo manifesta o comportamento desejado. O reforço intermitente, às vezes sim e às vezes não, produz um condicionamento mais duradouro.

Para os defensores da teoria da Gestalt, como Kohler, Kafka e Hartmann, no processo de aprendizagem, a experiência, e a percepção são mais importantes que as respostas específicas dada a cada estímulo, a experiência e a percepção englobam a totalidade do comportamento e não apenas respostas isoladas e específicas.

Quando o indivíduo vai iniciar um processo de aprendizagem qualquer, ele já dispõe de uma série de atitudes, habilidades e expectativas sobre sua própria capacidade de aprender, seus conhecimentos, e percebe a situação se aprendizagem de uma forma

particular, certamente diferente das formas de percepção de seus colegas. Por isso, o sucesso de aprendizagem vai depender de suas experiências anteriores.

A pessoa seleciona e organiza os estímulos de acordo com suas próprias experiências e não vai responder a eles isoladamente, mas percebendo a situação como um todo e reagindo a seus elementos mais significativos. A pessoa percebe uma “forma”, uma “estrutura”, uma “configuração” ou “organização”. Esses termos são sinônimos da palavra alemã Gestalt. Para os psicólogos gestaltistas, a aprendizagem ocorre, principalmente, por Insight. E o que é insight? É uma espécie de estalo, de compreensão repentina a que chegamos depois de tentativas infrutíferas em busca de uma solução. Em relação ao trabalho escolar, pode-se afirmar que a teoria da Gestalt é mais rica que a teoria do condicionamento, pois tenta explicar aspectos ligados à solução de problemas. Explica também, como ocorre o trabalho científico e artístico que, muitas vezes, resulta de um estalo, de uma compreensão repentina, depois que a pessoa lidou bastante com o assunto.

A teoria de campo é uma teoria derivada da Gestalt. Seu principal formulador foi Kurt Lewin. De acordo com essa teoria, são as forças do ambiente social que levam o indivíduo a reagir, a alguns estímulos e não a outros: ou que levam indivíduos diferentes a reagirem de maneira diferente ao mesmo estímulo. A influência dessas forças sobre o indivíduo dependeria, em alto grau das próprias necessidades, atitudes, sentimentos e expectativas dos indivíduos, pois são estas condições internas que constituem o campo psicológico de cada um.

O campo psicológico seria o ambiente, incluindo suas forças sociais, da maneira como é visto ou percebido pelo indivíduo. O que acontece é que muitas vezes, uma equação de 2º grau, em capítulo de história e um trabalho de geografia são vistos como problemas a serem resolvidos pelo professor ou por alguns alunos, mas não por outros, cujo campo psicológico é diferente, e que tem outras prioridades no momento.

A teoria cognitiva, elaborada por John Dewey e depois por Jerome Bruner concebe a aprendizagem como solução de problemas. É por meio da solução dos problemas do dia-a-dia que os indivíduos se ajustam a seu ambiente. Da mesma forma deve proceder a escola no sentido de desenvolver os processos de pensamento do aluno e, melhorar sua capacidade para resolver problemas do cotidiano.

Como a escola pode fazer isso? É Dewey quem responde: “ a criança não consegue adquirir capacidade de julgamento, exceto quando é continuamente treinada a formar e a verificar julgamentos. E precisa ter oportunidade de escolher por si própria e, então, tentar pôr em execução suas próprias decisões para submetê-las ao teste final, o da ação”.

Dewey foi um professor preocupado com os problemas práticos do ensino e defendia o ponto de vista de que a aprendizagem deveria aproximar-se o mais possível da vida prática dos alunos. Isto é, se a escolar quer preparar seus alunos para a vida democrática, para a participação social, deve praticar a democracia dentro dela, dando preferência à aprendizagem por descoberta.

Os teóricos da fenomenologia dão grande importância à maneira como o aluno percebe a situação em que se encontra. Além disso, entendem que a criança aprende naturalmente, que ela cresce por sua própria natureza.

O mais importante é que o material a ser aprendido tenha significado pessoal para o aluno. O material sem sentido exige dez vezes mais esforço para ser aprendido do que o material com o sentido e é esquecido muito mais depressa,

O que pode fazer a escola para facilitar a aprendizagem, a partir da própria experiência da criança? Segundo a teoria fenomenológica; proporcionar aos alunos oportunidades de pensar por si próprios, por meio da criação de um clima democrático na sala de aula, de maneira que os alunos sejam encorajados a expressar suas opiniões e a participar das atividades do grupo.

Dar a cada aluno estudante a oportunidade de desenvolver os estudos de acordo com seu ritmo pessoal. O êxito e a aprovação devem ser baseados nas realizações de cada um.

A escola deve considerar o impulso universal de todos os seres humanos no sentido de concretizar suas próprias potencialidades, e não reprimir tal impulso, prendendo-o à competição artificial e ao sistema rígido de notas.

### 3. Conclusões

Possibilitar a cada aluno estabelecer e alcançar os próprios objetivos. No estudo de um assunto, os objetivos de todos os alunos não precisam ser os mesmos. Ao estudar ciência por exemplo, um aluno pode ter um objetivo de satisfazer sua curiosidade sobre o corpo humano, outro pode pretender ser enfermeiro, um terceiro pode pretender tornar-se cientista e assim por diante. Na medida em que a escola der a cada um a possibilidade de se desenvolver em direção a seus objetivos particulares, o interesse pela disciplina será maior, e conseqüentemente a aprendizagem terá êxito.

### Referências

BIGGE M.L. **Teoria da Aprendizagem para Professores**, São Paulo, Editora Pedagógica e universitária/ editora da universidade de São Paulo, 1980.

CABRAL M.A.V. **Didática fundamental na teoria de Piaget**. 5º ed. Rio de Janeiro, forense.

FALCÃO G.M. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo editora ática. 1996.

PATTO M.H.S. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo, QUEIROZ T.A, 1980.



## Capítulo 3

### O lúdico na aprendizagem na infância

*Luzia Maria Delmondes Ferreira<sup>1</sup>*

*Maria Arlete Delmondes<sup>2</sup>*

#### 1. Introdução

A utilização do lúdico no ambiente escolar durante muito tempo vem sendo discutida, já que o educando necessita ser estimulado o processo de aprendizagem, como também a utilização dos recursos para a prática docente deve ser de forma sistematizada, o que passa a gerar muitos questionamentos acerca da utilização do lúdico.

O docente deve saber utilizar os recursos lúdicos no ambiente escolar, não deve apenas utilizar sem fins pedagógicos, mas aplicá-los em sua prática docente com base nos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, para aprendizagem ocorrer de forma diferenciada.

Quando o lúdico é utilizado sem princípios pedagógicos os educandos não compreendem o motivo de estarem brincado, como também o docente não apresenta tal princípio, sem contextualizar e apresentar o verdadeiro sentido e fim da utilização do lúdico no ambiente escolar. Assim, o lúdico não deve ser visto como um simples passa tempo, mas como um meio que permite a construção

---

<sup>1</sup> Especialista em Geografia Geral pela FAFOPA. E-mail: [luziaadelmondes@gmail.com](mailto:luziaadelmondes@gmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em Desenvolvimento Ambiental pela Leão Sampaio. E-mail: [arlete-del@live.com](mailto:arlete-del@live.com)

da aprendizagem na infância, e que necessita ser utilizado de forma adequada. O ambiente escolar também deve ter uma boa estrutura para atender os educandos na educação infantil, como também ter profissionais preparados para suprir suas necessidades informacionais possibilitando a execução de uma docente significativa.

O lúdico deve ser visto como um meio de permitir a interação do educando em seu processo de aprendizagem, e quando utilizado de forma significativa propicia ótimos resultados, em que o educando passa a ver o aprender de forma diferenciada, motivando-se também a realizar novas descobertas.

O presente trabalho tem como finalidade compreender o lúdico em suas contribuições no processo de aprendizagem do educando. Sendo desenvolvido por meio da realização de pesquisa bibliográficas realizadas em diferentes recortes científicos.

## **2. Compreendendo o lúdico**

A proposta do lúdico é de promover um aprendizado mais amplo no processo de compreensão, buscando a interação do educando com o meio proporcionando não apenas a compreensão de conteúdos programados, mas que também perita a apropriação destes. Em meio à ludicidade toda brincadeira, ou, jogos trará recursos para o discente, pois desenvolverá sua coordenação, interação com o meio, entre outros fatores que viabilizam uma melhor forma de interpretação ao que for proposto.

Segundo Luckesi (2004), a ludicidade envolve:

[...] quando estamos definindo ludicidade como um estado de consciência, onde se dá uma experiência em estado de plenitude, não estamos falando, em si das atividades objetivas que podem ser descritas sociológica e culturalmente como atividade lúdica, como jogos ou coisas semelhantes. Estamos, sim, falando do estado interno do sujeito que vivencia a experiência lúdica. Mesmo quando o sujeito está vivenciando essa experiência com outros, a

ludicidade é interna; a partilha e a convivência poderão oferecer-lhe, e certamente oferecem, sensações do prazer da convivência, mas, ainda assim, essa sensação é interna de cada um, ainda que o grupo possa harmonizar-se nessa sensação comum; porém um grupo, como grupo, não sente, mas soma e engloba um sentimento que se torna comum; porém, em última instância, quem sente é o Sujeito (LUCKESI, 2004, p.18).

A proposta do lúdico é de promover um aprendizado mais amplo no processo de compreensão, buscando a interação do educando com o meio proporcionando não apenas a compreensão de conteúdos programados, mas que também permita a apropriação destes. Em meio à ludicidade toda brincadeira, ou, jogos trará recursos para o discente, pois desenvolverá sua coordenação, interação com o meio, entre outros fatores que viabilizam uma melhor forma de interpretação ao que for proposto.

### **3. A aprendizagem na educação infantil**

Compreender as razões da execução da educação infantil e sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, é de suma, já que esta etapa da educação valoriza e contribui para diferentes conquistas na vida do sujeito em formação. A educação desempenha um papel relevante durante os primeiros anos de vida do indivíduo, em que passa a favorecer condições para o desenvolvimento intensivo das faculdades intelectuais.

Toda essa organização pedagógica faz da educação infantil etapa de maior importância e que precisa ser valorizada e integrada à vida da criança, pois a tríade entre o cuidar, o educar e o brincar são fatores importantes que precisam caminhar juntos para que o processo de desenvolvimento e aprendizagem aconteça.

É relevante destacar que:

O trabalho pedagógico na educação infantil deve respeitar a criança quanto aos seus direitos e especificidades, isto é sua essência lúdica; sua constante curiosidade; seu desenvolvimento

físico. Cognitivo. Afetivo e social; sua dependência e / ou necessidade de ajuda no cuidado com seu corpo, com sua alimentação, seus pertences etc. (MORENO, 2007, p. 57)

É relevante que o docente proponha a discussão perante os jogos para que o educando desenvolva uma postura crítica, como também possibilite indagar novas possibilidades para resolução de situações problemas. Conforme Piaget (1971), a partir do momento em que o educando aprende brincado este passa a não ter medo de apresentar suas opiniões, como também passa a ser mais participativo no processo de aprendizagem, o que vem a contribuir para o docente na identificação de problemáticas que possam estar presentes no processo de desenvolvimento do educando.

Por sua vez, o desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida é importante, pois ajuda durante todo seu processo ensino-aprendizagem, tanto familiar, educacional como social. Busca-se em todo seu processo sua interação com os demais, e a família por sua vez também contribui proporcionando a inserção da criança na instituição escolar, para que a mesma esteja em seu processo de adaptação, podendo trabalhar sua coordenação motora, sua fala, habilidades, a interação em meio à comunidade dentre outros viabilizando sempre todo seu processo ensino-aprendizagem.

#### **4. As brincadeiras**

É importante destacar que, por meio das brincadeiras o educando na infância passa a aprender de forma mais prazerosa, como também passa a realizar descobertas, como os sentidos, a valorização da socialização, cooperação, entre outros aspectos relevantes para o seu desenvolvimento, seja intelectual como social. As brincadeiras realizam diferentes estímulos, seja físico, psicológicos, afetivos, intelectuais, entre outros. Conforme o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 27, v.01):

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-verbal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

Assim, o docente deve ver a brincadeira como uma forma de aproximar o educando do processo de aprendizagem, em que este sujeito em formação passe a ser estimulado a realizar novas e constantes descobertas. O brincar deve ser visto diante de suas variadas possibilidades no processo de ensino e aprendizagem.

As brincadeiras em sala de aula permitem a aproximação entre os educandos, como também permite o educando compreender o que está sendo apresentado de forma diferenciada, e este passa a realizar comparações perante as apresentações realizadas no ambiente escolar. Os estímulos cognitivos têm sido significativos no ambiente escolar por meio da utilização dos recursos lúdicos, o que vem a ser necessário que o educador utilize estes recursos voltados para a aprendizagem. Segundo Carvalho (1992, p.28):

(...) o ensino absorvido de maneira lúdica, passa a adquirir um aspecto significativo e afetivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança, já que ela se modifica de ato puramente transmissor a ato transformador em ludicidade, denotando-se, portanto em jogo.

A partir da utilização do lúdico é possível que o educando supere seus anseios, como também realize novas descobertas. As brincadeiras além de apresentarem sentidos para sua execução, devem ser executadas com a finalidade de construir conhecimentos. Quando o docente passa a associar os conteúdos com as brincadeiras e jogos o educando passa a ser estimulado, como também se automotiva, o que vem a contribuir para as próximas etapas de seu desenvolvimento.

## 5. O docente e o método lúdico

Há muitas discussões sobre inteligências múltiplas, de competências e habilidades, como também busca valorizar os educandos em aspectos que ultrapassam o cognitivo, como a criatividade, a cooperação, a ética, o senso crítico, o protagonismo e o espírito empreendedor, buscando diversos métodos para melhor desempenho do educando em todo um processo que visa toda sua valorização diante dos conceitos adquiridos em meio ao ensino-aprendizagem dos mesmos.

Sabe-se que a atuação docente em sala de aula está embasada na construção de conhecimentos durante sua jornada acadêmica, como também a partir de suas vivências em sala de aula, em que a teoria passa a ser contextualizada com a prática, em que passa o docente a compreender as necessidades, como também a realidade existente neste meio.

Para Negrini (apud SANTOS, 1997, p. 13) “a formação do educador deve contemplar três pilares que fariam a sustentação da formação profissional: a formação acadêmica, a formação pedagógica e a formação pessoal, que tem como sugestão que seja feita através da formação lúdica”.

Santos (1997), considera que a utilização do lúdico permite a construção de conhecimentos, como também colabora para a construção de valores para viver em sociedade, em especial em seu processo de socialização, respeitando o próximo diante de suas particularidades.

A partir do momento em que o docente utiliza os recursos lúdicos em sala de aula permite a construção de saberes de forma eficiente, em que este passa a sistematizar a utilização deste recurso para a aprendizagem ocorrer de forma significativa. A utilização do lúdico, é de suma:

A formação lúdica deve proporcionar ao futuro educador conhecer-se como pessoa, saber de suas possibilidades e

limitações, desbloquear suas resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, jovem e do adulto (SANTOS 1997: 13)

A formação lúdica permite ao futuro educador de conhecer-se, explorar e descobrir suas possibilidades e limitações, desbloquear resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança e por toda a sua vida.

## **6. Conclusões**

A utilização do lúdico no ambiente escolar permite a interação do educando, em que este passa a compreender os conteúdos apresentados de forma mais significativa. O lúdico permite aprender de forma prazerosa, em que o educando aprende brincado, e o processo de aprendizagem não se torna monótono.

É relevante destacar o lúdico deve ser trabalhado de forma sistematizada, em que os conteúdos devem estar presentes durante este momento de aprendizagem.

A educação inovadora permite estimular o educando a realizar novas descobertas, como também a prática docente passa a ser vista com maior enfoque sobre seus desafios e possibilidades no processo de ensino e aprendizagem. O docente não deve utilizar o lúdico sem fins pedagógicos, mas deve contextualizar as competências a serem trabalhadas em sala de aula.

O docente necessita procurar aprimorar os seus saberes acerca da utilização do lúdico em sala de aula, de forma que possibilite a realização de uma prática pedagógica eficiente, em que não seja apenas brincar por brincar, mas um brincar repleto de construção de saberes, valores, capaz de inferir nas relações do sujeito em desenvolvimento.

Ser professor de turma de educação infantil requer dedicação, comprometimento, bem como afinidade com o público, já que o profissional que não apresenta um perfil compatível, que não tenha

afinidade ou paciência com o público em questão compromete o desenvolvimento, bem como passa a desenvolver as atividades com aborrecimento, gerando receio nos educandos em aprender. Assim, cabe frisar que a prática docente na educação infantil deve ser realizada por afinidade e comprometimento.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.
- CARVALHO, A.M.C. et al. (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992
- LUCKESI, C. **Estados de consciência e atividades lúdicas**. In: PORTO, Bernadete (Org.). Educação e ludicidade. Salvador: UFBA, 2004
- MORENO, G. L. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil**. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina: Humanidades, 2007.
- PIAGET, L. E. **A formação do símbolo na criança**. Tradução de A. Cabral e C. M. Otíctica. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SANTOS. S. M. P. **O Lúdico na Formação do Educador**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



## Capítulo 4

# Formação de professores para a educação infantil: desafios e possibilidades

*Lucilene dos Santos Lima Alves<sup>1</sup>*

### 1. Introdução

A elaboração deste trabalho implica em fazer uma abordagem sobre a formação do professor de educação infantil superando os desafios dentro da prática do trabalho docente de forma mais dinâmica facilitando a transmissão dos conteúdos aplicados na sala de aula que deve ser um ambiente onde o aluno sintá-se cada vez motivado a aprender realizando novas descobertas e assim aprimorando os conhecimentos adquiridos nas atividades estrategicamente desenvolvidas. Trata a presente pesquisa de caráter bibliográfico documental sobre estratégias pedagógicas no ambiente escolar como formas de facilitar a aprendizagem.

Objetiva analisar de forma breve a formação do professor para a educação infantil, englobando os desafios e possibilidades dentro da sala de aula no sentido de conduzir um trabalho de qualidade. Nesse sentido, procura demonstrar que a pesquisa como deve ser o processo de formação do profissional da educação infantil, valorizando a criatividade, significa logo o fenômeno pelo qual algo novo é criado e que tem algum tipo de valor.

---

<sup>1</sup> AL VES, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco-UPE e Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

O que conta como novo pode se referir ao criador individual, ou para a sociedade ou o domínio dentro do qual ocorre a novidade. O que conta como valioso é similarmente definido em uma variedade de maneiras, sejam subjetivas ou objetivas, sendo as objetivas as que mais interessam, visto que são universais.

Trata o processo de aprendizagem e suas dificuldades humanas, considerando as realidades interna e externas à escola e procura compreender as questões cognitiva, orgânica, social, familiar, emocional e também o trabalho pedagógico como elementos relevantes de sucesso ou insucesso para aquisição de aprendizagens.

Como ensinar? É uma questão recorrente no cotidiano do processo educativo. Ela antecede as decisões do professor na organização do seu ensino. Está presente nas interações entre professores e formadores de professores, ora motivando construções coletivas para o aprimoramento profissional de ambos, ora criando expectativa de receber receitas prontas, ora oportunizando a passagem de receitas e ora reforçando a atual distância entre professor e pesquisador por meio da tradicional negação da experiência que um faz do outro. A questão também costuma estar presente nas interações que o professor estabelece com o não professor, especialmente pais de alunos, que, sem conhecimento apropriado.

A aprendizagem é, sem dúvida, uma questão de caráter interdisciplinar, o aluno precisa construir o seu conhecimento de modo abrangente para melhor compreender a realidade que predomina no contexto social, sabendo interpretar as diversas situações. Sem uma educação de qualidade não é possível à construção de uma sociedade mais igualitária onde não haja tanta desigualdade social.

O analfabetismo é dos males que afetam o universo social, por isto, é importante que a educação seja vista como algo prioritário para que se tenha um contexto educacional conduzido por

profissionais capacitados e conscientes do seu verdadeiro papel como agentes construtores de uma nova realidade social.

O ensino e papel do professor na educação infantil devem ser revistos, a fim de superar a relação mecânica entre conhecimento científico-técnico e a prática. Na perspectiva da reconstrução social, o professor é visto como profissional autônomo, um indivíduo que reflete criticamente sobre seu fazer pedagógico numa tentativa de compreensão do processo e do contexto em que está inserido, possibilitando um desenvolvimento autônomo também de seus educandos.

## **2. A formação e a aprendizagem e seus conceitos**

A formação dos profissionais da educação infantil deve proporcionar, além dos conhecimentos teóricos voltados para o desenvolvimento da criança e suas especificidades, também conhecimentos voltados à questão prática, abrangendo estágios na Educação Infantil, bem como nos diversos segmentos da Pedagogia, pois a prática pedagógica tem o objetivo de fornecer aos futuros profissionais a bagagem para uma prática de qualidade.

A formação de profissionais da educação infantil é um desafio que exige uma ação conjunta entre as instâncias municipais, estaduais e federais. Sendo assim, busca-se o atendimento das necessidades e das possibilidades na formação desses profissionais, seja através da formação continuada, quanto na formação inicial. (KRAMER, 2006, p. 45).

A aprendizagem se define como um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental daquele que aprende. O processo de construção do conhecimento acontece através de uma base sólida de acordo com a afetividade que se tem perante o objeto de estudo e o desconhecido, pressupondo-se que todo desconhecido é novo e o novo tem que associar-se ao já aprendido, modificando-o e aumentando-o. “Uma criança que, em

seu processo encontra dificuldades em crescer, em lidar com as novas propostas pode estar transformando suas má-relações familiares para o espaço escolar”. (KISHIMOTO, 2005, p. 35).

É importante que o professor tenha consciência de que a criança traz consigo a bagagem natural cultural e também traz todas as referências afetivas. No aspecto social, destaca-se o ambiente, a quantidade e a qualidade de estímulos recebidos e o valor dado à aprendizagem pela família ou meio social comunitário.

Ter um olhar diferenciado para o processo de ensino-aprendizagem é buscar compreender como eles utilizam os elementos do seu sistema cognitivo e emocional para aprender. “É também buscar compreender a relação do aluno com o conhecimento, a qual é permeada pela figura do professor e pela escola.” (BARRETO, 1994, p. 47).

É importante observar como a criança aprende, buscando introduzir mudanças na metodologia utilizada na sala de aula. Essa transformação se dá através da alteração de conduta de um indivíduo, seja por condicionamento operante, experiência ou ambos, de uma forma razoavelmente permanente. “As informações podem ser absorvidas através de técnicas de ensino ou até pela simples aquisição de hábitos.” (OLIVEIRA, 1994, p. 25).

O ato ou vontade de aprender é uma característica essencial do psiquismo humano, pois somente este possui o caráter intencional, ou a intenção de aprender; dinâmico, por estar sempre em mutação e procurar informações para a aprendizagem; criador, por buscar novos métodos visando à melhora da própria aprendizagem, por exemplo, pela tentativa e erro. A aprendizagem é uma mudança relativamente durável do comportamento, de uma forma mais ou menos sistemática, ou não, adquirida pela experiência, pela observação e pela prática motivada.

O ser humano nasce potencialmente inclinado a aprender, necessitando de estímulos externos e internos motivação, necessidade para o aprendizado. Há aprendizados que podem ser considerados natos, como o ato de aprender a falar, a andar,

necessitando que ele passe pelo processo de maturação física, psicológica e social. Na maioria dos casos a aprendizagem se dá no meio social e temporal em que o indivíduo convive; sua conduta muda, normalmente, por esses fatores, e por predisposições genéticas. (KRAMER, 1994, p. 31)

Entende-se que a aprendizagem é uma aquisição de comportamentos através de relações mais ou menos mecânicas entre um estímulo e uma resposta. Numa abordagem cognitiva, considera-se que o homem não pode ser considerado um ser passivo.

Enfatiza a importância dos processos mentais do processo de aprendizagem, na forma como se percebe, seleciona, organiza e atribui significados aos objetos e acontecimentos. Numa abordagem social, as pessoas aprendem observando outras pessoas no interior do contexto social. Nessa abordagem a aprendizagem é em função da interação da pessoa, do ambiente e do comportamento.

Os objetivos da aprendizagem são classificados em: domínio cognitivo ligado a conhecimentos, informações ou capacidades intelectuais; domínio afetivo, relacionados a sentimentos, emoções, gostos ou atitudes; psicomotor que ressaltam o uso e a coordenação dos músculos. No domínio cognitivo temos as habilidades de memorização, compreensão, aplicação, análise, síntese e a avaliação. (BARRETO, 1999, p. 32).

No domínio afetivo têm-se habilidades de receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização. No domínio psicomotor apresenta-se habilidades relacionadas a movimentos básicos fundamentais, movimentos reflexos, habilidades perceptivas e físicas e a comunicação não discursiva.

A educação vista sobre o prisma da aprendizagem representa a vez da voz, o resgate da vez e a oportunidade de ser levado em consideração. O conhecimento como cooperação, criatividade e criticidade, fomenta a liberdade e a coragem para transformar, sendo que o aprendiz se torna no sujeito ator como protagonista da

sua aprendizagem. “Aprendizagem é um destes fatores. Diferentemente dos outros animais, no homem a aprendizagem é vista como um sistema dinâmico de interação, pois é um processo, biológico, intelectual, emocional e social.” (MORENO, 2002, p. 103).

Nos últimos anos, muitos são os estudos sobre aprendizagem, principalmente na educação infantil, uma fase essencial no desenvolvimento do ser humano que na condição de aluno está descobrindo o mundo do conhecimento.

Vale salientar que não existe uma fonte única, capaz de englobar os elementos fundamentais à compreensão da aprendizagem, mas acreditam-se nas propostas que ressaltam a importância dos processos mentais superiores, sendo resultado da interação do organismo com o meio.

Portanto, a aprendizagem no contexto da educação infantil tem um sentido amplo: abrange os hábitos que se formam, os aspectos da vida efetiva e assimilação de valores culturais. “Enfim, aprendizagem refere-se a aspectos funcionais e resulta de toda estimulação ambiental recebida pelo indivíduo no decorrer da vida.” (MORENO, 2002, p. 84).

As atividades motoras, associadas ao lúdico, possibilitam à criança desenvolver suas funções intelectuais e efetivas. Sendo o corpo em movimento, o meio de ação da criança sobre o mundo dos objetos, faz-se necessário desenvolver a consciência corporal, para através dela, a criança estar disponível para aprender.

### **3. O professor e sua prática do planejamento das aulas**

A escola deve ser um ambiente bastante diversificado, onde as práticas pedagógicas devem variar de acordo com os professores que as realizam. No trabalho docente, o professor faz muitas opções para que no decorrer da sua atividade o aluno consiga apreender aquilo que está sendo trabalhados. Então é neste contexto que se deve introduzir diversas alternativas lúdicas para contribuir no processo de ensino-aprendizagem com as crianças.

Conteúdos, objetivos, avaliação entre outros, são alguns aspectos com os quais o professor deve estar atento ao planejar suas aulas. “É na sala de aula, porém, que o professor coloca em prática as ações que planejou. Nesse contexto, os métodos utilizados pelos professores tornam-se mais visíveis podendo caracterizar a sua atuação enquanto docente.” (KISHIMOTO, 2005, p. 162).

Assim, é possível distinguir algumas situações que envolvem o planejamento na escola. Dentre essas situações, algumas se destacam como os professores que planejam e seguem estes planejamentos rigorosamente te, utilizando o planejamento de forma diversificada para a execução da ação docente; a qual deve ser conduzido dentro de um dinamismo amplamente eclético visando tornar o ambiente escolar descontraído e atrativo, trazendo maior estímulo ao aluno.

Ao longo do processo de ensino-aprendizagem o professor deve procurar utilizar as estratégias que considera mais adequada para a promoção e desenvolvimento das competências essenciais da disciplina.

Dessa maneira, o entendimento que o professor tem de planejamento mostra-se importante para sua ação em sala de aula uma vez que este pode influenciar a sua prática de maneiras diferenciadas e até mesmo não influenciar. O favorecimento de um comportamento dialógico baseado na interação e na construção de conceitos, coletivamente, e o respeito à diversidade dos alunos, seriam fatores que podem contribuir para a modificação existente entre as práticas.

Todas essas opções que o professor faz, conscientemente ou não, sustentam a sua forma de ação pedagógica. Com isso, pode-se dizer que, também através de sua estratégia envolvendo métodos e técnicas de ensino, pode-se ter maior clareza dessas opções. (MORENO, 2002, p. 99).

Portanto, faz-se necessário estudar as estratégias de ensino como componentes do planejamento, se considera que o método

utilizado pelo professor auxilia na sua caracterização enquanto docente e que sua concepção de método ou estratégia se reflete no seu comportamento docente na sala de aula. “A questão primordial que hoje se coloca para a metodologia do ensino é a da superação do apriorismo e do dogmatismo metódico reinante na prática educativa” (BARRETO, 1994, p.88).

Antes de receitas prontas sobre como fazer para que os alunos assimilem o conteúdo, como aquele presente nos manuais de didática faz-se necessário durante esse trabalho buscar entender como a estratégia pedagógica enquanto recurso relacional entre professor e aluno no âmbito da educação infantil pode favorecer a aprendizagem do sujeito através de um planejamento baseado nas necessidades dos alunos.

Esse entendimento pode dar novas pistas para o esclarecimento de questões importantes referentes à prática educativa uma vez que em última instância, o problema dos meios coloca-se como crucial para o pedagogo contemporâneo, desde que o método, enquanto meio, deixou de ser caminho para se chegar a um fim. (CERISARA, 1999, p. 87).

Com essa análise, há a possibilidade de refletir se o processo ensino-aprendizagem que está ocorrendo na escola faz com que o aluno construa conceitos, a partir de sua interação com os objetos e das suas relações com os outros sujeitos envolvidos nesse processo. “Por isso, a questão metodológica se transforma em um ponto essencial para a prática educativa, pois determina significativamente a relação professor-aluno conhecimento e o sentido do conteúdo estudado para a vida do aluno.” (MORENO, 2002, p. 129).

O desafio que põe é o de analisar a questão metodológica por um prisma capaz de explicar os problemas enfrentados pela escola brasileira, tais como a evasão, a repetência, a falta de motivação, a indisciplina, os quais podem ter uma explicação na relação professor-aluno e no ambiente onde este relacionamento ocorre,



não só no contexto da educação infantil como nas demais modalidades.

#### **4. Conclusões**

Ao concluir essa pesquisa compreende-se que quanto mais o professor procure criar diferentes estratégias para desempenhar o trabalho docente na sala de aula, o mesmo contribui para facilitar o aprendizado dos alunos.

As atividades lúdicas, além de ajudar, influencia a formação do educando, propicia à criança muito benefício, pois proporciona a ela prazer, criatividade, coordenação motora que vai desencadeando seu aprendizado. Ela também contribui com o educador, pois através dela se pode educar com criatividade e responsabilidade, descobrindo maneiras interessantes para serem trabalhadas conforme a realidade do educando.

Os jogos e os brinquedos constituem-se hoje em objetos privilegiados da educação infantil, desde que inseridos numa proposta educativa que se baseia na atividade e na interação delas. Através das atividades lúdicas desenvolvem-se várias habilidades, explorando e refletindo sobre a realidade, a cultura na qual se vive, incorporando e, ao mesmo tempo, questionando regras e papéis sociais. Pode-se dizer que as atividades lúdicas ultrapassam a realidade, transformando-a através da imaginação.

A incorporação de brincadeiras, jogos e brinquedos na prática pedagógica, na educação infantil, podem desenvolver diferentes atividades que contribuem para inúmeras aprendizagens e para a ampliação da rede de significados construtivos para o educando, também funciona como exercícios necessários e úteis à vida. Brincadeiras e jogos são elementos indispensáveis para que haja uma aprendizagem com divertimento, que proporcione prazer no ato de aprender, e que facilite as práticas pedagógicas em sala de aula com as crianças.

Propõe-se, portanto aos educadores infantis, transformar o brincar em trabalho pedagógico para que experimentem, como mediadores, o verdadeiro significado da aprendizagem com desejo e prazer. É notável que na atualidade o conhecimento se tornou um fator diferencial de superação de desigualdades e acabou por agregar valores, refletindo diretamente nas estruturas político-sociais e econômicas dos países.

Pode-se até afirmar que a riqueza de um país é determinada pelo quanto se é investido em conhecimento como forma de melhorar a qualidade da vida das pessoas. Vive-se no que a mídia vem chamando de Sociedade da Informação. Contudo, à medida que as tecnologias possibilitaram, em termos de quantidade, o acesso à informação, aos cursos de graduação e ao conhecimento, surgiu o risco de se privilegiar a quantidade numérica em detrimento da qualidade.

Contudo, a quantidade e qualidade, mostram apenas uma maneira de ser que está no meio das relações complexas e profundas entre os professores e alunos. O mais importante é compreender que o sentido e a importância da pesquisa como estratégia educacional do ponto de vista da sociedade, da política, da cultura, da construção de uma sociedade justa.

A produção do conhecimento apenas para o ensino daquilo que integra seus interesses imediatos; apontar a necessidade de evitar a todo custo que o ensino-aprendizagem fique relegado às meras aulas expositivas, seminários, resumo e fichamentos de textos, bem como ao uso exagerado ou inadequado das novas tecnologias e mídias.

É a influência discente sobre a ação docente que vai tornar possível estimular, instigar o educando tornando-o um construtor do saber, do conhecimento científico, um investigador, um pesquisador, libertando-o da mera esfera da opinião e da formação tecnicista. Dessa forma e nesse processo, enquanto o educando constrói a si mesmo como ser pensante, indagador, questionador,

pesquisador, se constrói como homem cidadão, transformador da sociedade e atuante na história.

## Referências

BARRETO, A. **Introdução: por que é para que uma política de formação do profissional de educação infantil?** Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC, 1994.

CERISARA, A.B. **Educar e cuidar: por onde anda a Educação Infantil.** Perspectiva, Florianópolis, v.17, n. Especial, p.11-21, jul. /dez.1999.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Pedagogia e a formação de professores (as) de Educação Infantil.** Pro-Posições, v.16, n.3, p.181-193, set. /dez. 2005.

KRAMER, S. **Currículo de Educação Infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: questões teóricas e polêmicas.** In: Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. /MEC/SEF/COEDI - Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p.16-31.

MORENO, G.L. **Professor de Educação Infantil: identidade, formação e perspectivas.** I Encontro de Educação Infantil: formando a criança cidadã: um desafio ao educador infantil, Londrina, 2002.

OLIVEIRA, Z.M.R. **A universidade na formação dos profissionais de educação infantil.** In: In: Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. /MEC/SEF/C



# Capítulo 5

## Aprendizagem na infância

*Maria Aparecida Teixeira Eugênio<sup>1</sup>*  
*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

É cabível salientar que lúdico é pouco valorizado no ambiente escolar diante do ponto de vista pedagógico, no entanto, este é valorizado e reconhecido como comportamento natural e espontâneo da criança. Diante deste enfoque, o que implica dizer que o lúdico é desvalorizado pela escola, do ponto de vista educativo/formativo? Assim, percebe-se que muitas vezes a prática docente é realizada de forma dispersa, em especial diante da utilização do lúdico.

O docente ao realizar uma conduta inovadora em sala de aula, este incentiva os educandos a realizarem novas descobertas, e

---

<sup>1</sup> Especialista em Geografia Geral pela Faculdade de Formação de Professores –FAFOPA. E-mail: [teixeirzildinha@gmail.com](mailto:teixeirzildinha@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

sentem-se motivados a se fazerem presente no ambiente escolar. A prática educativa que é realizada de forma motivadora, permitindo a aproximação e desenvolvimento do desejo do educando em desenvolver as atividades propostas, como também a estar presente constantemente no ambiente escolar.

Quando o lúdico é utilizado no ambiente escolar sem fins pedagógicos, este passa a influenciar na aprendizagem do educando de forma negativa, já que a brincadeira e o jogo estão sendo executados sem contextualização com as competências, sendo as competências relevantes para a criança que se encontra em plena formação.

É importante abordar que os jogos são considerados como uma proposta pedagógica inovadora em sala de aula, em que estes proporcionam a relação entre os educandos, permitindo um avanço no processo de desenvolvimento do cognitivo, já que durante a realização de jogos permite estabelecer decisões, conflita-se, reexamina-se conceitos, entre outros aspectos.

A utilização do lúdico na infância deve ser de forma planejada, em que o docente deve associar os conteúdos a serem vivenciados com as brincadeiras. Assim, os educandos passam a aprender brincado, já que na infância as brincadeiras e jogos fazem parte da vida do educando dentro e fora do ambiente escolar, tendo um dos seus maiores desejos, em que desperta sua imaginação, capacidade de criação, reflexão, cooperação, socialização.

Este trabalho tem como finalidade compreender a aprendizagem na infância, e as contribuições do docente neste processo. Sendo o estudo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica realizada em diferentes recortes científicos, embasado em autores, como: Piaget (2007), Reis (2001), Spinillo (1999), entre outros autores.

## 2. O lúdico no processo de aprendizagem

A utilização do lúdico no processo de aprendizagem é indispensável, já que permite o educando fantasiar e se divertir no momento em que está aprendendo. O docente ao contextualizar o lúdico nas competências, este deve planejar de forma sucinta, para que não se torne um momento disperso, e que os educandos realmente venham a aprender.

De acordo com Arroyo (1995, p. 17-21), ressalta que,

“Cada idade tem, em si mesma, a identidade própria, que exige uma educação própria, uma realização própria, enquanto idade e não enquanto preparo para outra idade. Cada fase da idade tem sua identidade própria, suas finalidades próprias, tem que ser vivida na totalidade dela mesma e não submetida a futuras vivências que muitas vezes não chegam”.

É relevante destacar que, cada educando apresenta o seu tempo de aprender, como também apresenta suas especificidades, tais como: uns tem mais facilidade para assimilação, e outros apresentam uma maior dificuldade. E isso deve ser respeitado pelo docente, e auxiliar por meio de procedimentos metodológicos que venham a contribuir no processo de mediação e aprendizagem do educando.

A utilização do lúdico na infância permite compreender as potencialidades dos sujeitos em desenvolvimento, além de apresentar o comportamento humano em suas relações com o meio. “Cultivaremos antes de tudo esse desejo inato da criança de se comunicar com outras crianças, de fazer conhecer ao redor de si seus pensamentos, seus sentimentos, seus sonhos e suas esperanças” (SANTOS, 2006, p. 12).

A apresentação das informações por meio da utilização do lúdico permite o sujeito em formação compreender o que se encontra em seu meio, como também passa a refletir sobre suas relações na sociedade, o que implica em uma conduta adequada, em

uma melhor socialização, desenvolvimento da capacidade de argumentar, entre outros. Cabe lembrar que necessita ser mediado para que se possa alcançar resultados positivos.

### **3. Teoria do desenvolvimento concepções de Piaget**

O processo de desenvolvimento da aprendizagem ocorrendo forma subjetiva, em que cada indivíduo apresenta suas particularidades, seja em potencialidades, como limitações. De acordo com Palangana (2001, p. 71), ressalta que,

(...) convém lembrar que Piaget se propôs a estudar o processo de desenvolvimento do pensamento e não a aprendizagem em sí. Ele observa a aprendizagem infantil não com o intuito de diferenciá-la do desenvolvimento, mas para obter uma resposta a questão fundamental (de ordem epistemológica) que se refere a natureza da inteligência, qual seja: como se constrói o conhecimento? (...) Ele trabalha com o sujeito epistêmico que, mesmo não correspondendo a ninguém em particular, sintetiza as possibilidades de cada indivíduo e de todos ao mesmo tempo. Na perspectiva piagetiana, o outro polo desta relação, ou seja, o objeto do conhecimento refere-se ao meio genérico que engloba tanto os aspectos físicos como os sociais.

Perante este enfoque, os estudos realizados por Piaget envolvem a compreensão acerca do desenvolvimento intelectual do indivíduo, em suas particularidades singulares, em que cada sujeito apresenta suas características, como também deve-se levar em consideração o meio no qual o sujeito se encontra, compreendendo assim seus aspectos sociais como físicos.

Segundo Spinillo (1999, p. 57), ressalta que,

[...] existem limites maturacionais que condicionam, em certo sentido, aquilo que pode ser ensinado à criança. Ao mesmo tempo, há evidências de que os efeitos da aprendizagem sobre o desenvolvimento cognitivo não podem ser entendidos como mero acaso. Ao que parece, nenhuma dessas perspectivas, se tomadas ao



extremo, fornece interpretações adequadas acerca das possibilidades de mudanças no curso do desenvolvimento a partir da aprendizagem. (SPINILLO, 1999, p. 57).

A partir da maturação o sujeito passa a desenvolver suas potencialidades de forma significativa, em que passa a compreender o seu processo de formação educacional e social. A maturação envolve o desenvolvimento de uma postura reflexiva, crítica, participativa, que influencia nas relações do sujeito em desenvolvimento.

As interações são essenciais para as relações humanas, como também para o desenvolvimento intelectual, estando associado a fatores internos e externos no processo de assimilação, acomodação, entre outros. “Daí resulta que a teoria do desenvolvimento apela, necessariamente, para a noção de equilíbrio entre os fatores internos e externos ou, mais em geral, entre a assimilação e a acomodação” (PIAGET, 2011, p.89).

#### **4. Espaço físico x qualificação**

No ambiente escolar o espaço físico influencia no processo de aprendizagem. Quando este apresenta uma estrutura adequada, correspondendo as modalidades de ensino atendidas, os resultados serão positivos. No entanto, quando a escola não apresenta condições físicas para suprir as necessidades informacionais dos educandos, implicará em resultados menos significativos.

Segundo Horn (2004), a ambiente influência sobre o processo de aprendizagem, já que:

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam

iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado (2004, p.28).

A partir do momento em que o educando se encontra em um ambiente físico adequado este passa a ter relações diretas, criando emoções, e desenvolvendo a reflexão acerca do espaço em que se encontra envolvido. Mas, não há um espaço modelo, mas sim o que atenda as particularidades dos sujeitos em desenvolvimento.

O ambiente considerado como ideal para o educando na infância, é aquele que desencadeia estímulos cognitivos, em que este sente-se desafiado a realizar descobertas, a participar das atividades propostas em sala de aula, e sinte-se motivado a estar no ambiente escolar, como também estabelecer relações significativas com os demais colegas de sala. Os ambientes necessitam ser planejados, suprimindo as necessidades do educando na infância, desenvolvendo a autonomia e socialização (REGO, 2002).

Na infância a autonomia envolve o cuidar, o desenvolver as atividades propostas sem auxílio, como também ter zelo com os recursos disponíveis em sala de aula. Já que os educandos na infância necessitam desenvolver a autonomia como um procedimento indispensável para suas relações, dentro e fora do ambiente escolar, sendo desenvolvida por meio de orientação. Por sua vez, a socialização envolve o respeitar, o coopera, para que as atividades possam ser desenvolvidas de forma equilibrada e proveitosa.

## **5. A família e a escola**

A família atua de forma direta na formação da identidade social dos filhos, em que esta apresenta os valores necessários para viver em sociedade, por meio da apresentação de informações que contribuirão para as relações com o próximo (REIS, 2001).

A família é a base para a formação dos filhos, a conduta do filho na sociedade está relacionada aos valores que são repassados

em casa. Assim, quando o filho/educando realiza uma ação inadequada é necessária refletir sobre suas vivências, da mesma forma ocorre quando este também apresenta uma conduta adequada, já que alguém foi o seu espelho.

De acordo com Piaget (2007, p. 50),

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...].

É cabível destacar que a escola nunca educará sozinha, esta tem a responsabilidade de instruir, por meio do repasse de informações relevantes para formação profissional. Sendo responsabilidade da família a apresentação de valores, embasados na prática do respeito ao próximo, para que as relações na sociedade ocorram de forma significativa.

Para Parolim (2003, p. 99), ressalta que,

[...]. Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.

A participação da família no desenvolvimento do filho é indispensável, tornando-se possível cooperar com suas relações com o meio, por meio de orientações para viver de forma pacífica na sociedade. A família é a base, e esta deve estar presente nas diferentes etapas da educação básica, para que o filho/educando possa compreender o quão importante é a participação da família, e

consecutivamente levar consigo esta ideologia na constituição de sua própria família.

## 6. Conclusões

O lúdico contribui no processo de mediação do conhecimento, por permitir o docente contextualizar a tória a prática, contribuindo na associação do abstrato ao concreto. Sendo a inserção do lúdico no ambiente escolar de suma importância para a construção do conhecimento da criança.

A utilização do lúdico em sala de aula é uma forma de possibilitar o educando a ter acesso às informações de forma inovadora, de modo que este passe a sentir-se motivado a aprender. Assim, a realização de brincadeiras contextualizando as competências permite o alcance de resultados positivos.

A escola deve ser um espaço que permita o educando ter liberdade para realizar descobertas. O docente deve ter uma conduta inovadora, diversificar na utilização de recursos lúdicos para sair da mesmice, permitindo o educando interagir com as informações e apropriar-se destas.

A participação da família no processo de desenvolvimento dos filhos é de suma importância, sendo possível compreender as necessidades dos filhos, e consecutivamente auxiliar na intervenção de suas dificuldades.

## Referências

ARROYO, M. F. **O significado da infância**. Brasília, n. 28, p.17-21, 1995.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. São Paulo: Summus, 3.ed- 2001

PAROLIM, I. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Fortaleza, 2003.

PIAGET, J. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

\_\_\_\_\_. **Seis estudos de Piaget.** Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

REIS, J. R. T. **Família, emoção e ideologia.** In: LANE, Silvia. **Psicologia Social: O homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPINILLO, A. G. **As relações entre aprendizagem e desenvolvimento discutidas a partir de pesquisas de intervenção.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 51, n. 1, p. 55-74, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.



## Capítulo 6

# Compreendendo o processo de ensino e aprendizagem

*Erivania Gonçalves da Silva*<sup>1</sup>

*Bruno Nunes Oliveira Rocha da Silva*<sup>2</sup>

*Maria Claudia Araújo da Silva*<sup>3</sup>

### 1. Introdução

A educação ao longo dos anos passou por várias mudanças, em que possibilitou o avanço na apresentação dos conteúdos, como também na organização do espaço físico escolar, sendo valorizado perante as condições de aprendizagem.

A educação inovadora corresponde à realização de uma prática docente que permite uma melhor interação entre educador e educando, em que estes juntos realizem novas descobertas, com a utilização de diferentes instrumentos, contribuindo no processo de aprendizagem.

A escola quando acolhe o educando, está deve valorizar suas potencialidades, como também dispor de profissionais qualificados para suprir as necessidades de aprendizagem em sala de aula, já que, diante de questionamentos o docente necessita respondê-los como também realizar indagações, debates com os educandos, e estimular

---

<sup>1</sup> Especialista em pela Educação Matemática pela Universidade Estadual do Cariri – URCA.

<sup>2</sup> Especialista em Engenharia e Segurança no Trabalho pela Universidade Severino Sombra.

<sup>3</sup> Especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Pernambuco.

a realização de pesquisas, para que estes se tornem indivíduos motivados para realização de novas descobertas, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Percebe-se que a educação em seu processo de mediação requer atenção, o ambiente escolar não deve ser monótono, como por exemplo, uma didática apenas embasada na explanação dos conteúdos na lousa, utilização de apostilas, sendo apenas uma didática tradicionalista, isso acaba gerando no educando certa desmotivação em aprender as informações repassadas.

Assim, a utilização de recursos tecnológicos, realização de debates, pesquisas acerca da temática, possibilita melhores aprendizagem, por meio de uma didática diferenciada.

Este trabalho tem como finalidade compreender as práticas pedagógicas e sua influência no processo formativo. Sendo o estudo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica realizada em diferentes recortes científicos, de autores como: Libâneo (2006), Iori (2004), entre outros autores.

## **2. A educação formal na sociedade**

O processo de desenvolvimento do educando envolve a realização de interações com o meio em que se encontra como também, este necessita de estímulos para o seu desenvolvimento intelectual, sendo necessário o docente em conjunto com toda comunidade escolar desenvolver momentos de expansão do conhecimento, e superação das dificuldades de aprendizagens. É necessário que o docente organize o espaço físico, para que este venha a contribuir para a construção de novos saberes, como estimular o educando a estar em constante processo de aprendizagem.

De acordo com Gonh (2006, p. 25):

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente



sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc.

Na sociedade se faz necessário que todo indivíduo tenha condições para exercer atividades, com base em conhecimentos formais, para que se possa contribuir para uma melhor qualidade de vida.

A escola desempenha papel importa, pois permite a construção de saberes, como também procura incluir o sujeito em formação na realidade que se encontra em seu meio. [...] “A educação existe onde não há escola e por toda a parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criado a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado” (BRANDÃO, 2007, p. 13).

É necessário que a escola atue em conjunto com a família, para o alcance de resultados positivos no processo formativo, ocorrendo de forma significativa. Por sua vez, não há apenas um responsável no processo de formação, mas um conjunto de organizações que devem estar presentes durante este processo, fornecendo os subsídios necessários.

É importante destacar que, o processo de aprendizagem no ambiente escolar trata-se de um discurso social e histórico, sendo seus resultados obtidos por meio de esforços pelos sujeitos envolvidos. Com base nas considerações de Mercer (1998, p. 14):

Tornar-se educador” significa tornar-se capaz de compreender e participar das práticas de linguagem da escola. Nos níveis mais avançados, significa tornar-se capaz de participar ativamente dos discursos de disciplina ou tecnologias específicas, as quais são colocadas numa variedade de práticas de linguagem falada e escrita.

Como resultado dessas mudanças, nos dias atuais a escola, além de ter a função de ensinar o conhecimento sistematizado, passa

a ser responsabilizada por desenvolver as habilidades sociais que tradicionalmente eram consideradas encargo das famílias, uma vez que, para aquelas das classes populares, a escola é importante dado seu caráter instrumental e, mais do que isso, de formador de sujeitos políticos os cidadãos.

### **3. A escola como um ambiente de construção de saberes**

É no ambiente escolar em que são apresentadas competências, para que o sujeito em formação possa ter conhecimento acerca das informações relevantes para sobressair em seu meio.

Durante muito tempo a educação foi vista como um direito de quem era detentor de poder, ou dinheiro, em que muitas vezes pessoas de classe social menos favorecida foram excluídas, tendo a educação formal negada.

A escola desempenha papel importante, como destaca Freire (2002):

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. (...). É preciso (...) que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência no mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor (FREIRE, 2002, p.140).

A partir da realização de diferentes movimentos, foi possível alcançar uma grande vitória, o direito da educação para todos, sem distinção de cor, credo ou classe, em que todos passariam a ter acesso à educação básica, sendo esta ofertada com qualidade, para que estes sujeitos em formação pudessem ter condições de se desenvolver intelectualmente e socialmente.

É importante destacar que, a escola apresenta em seus princípios o de reforçar valores primários, sendo estes inicialmente

apresentados pela família, e que não foi desenvolvido diante de sua totalidade. Nas considerações de Tiba (1996, p. 111):

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam. (TIBA, 1996, p. 111).

Ressaltar sobre a gestão escolar é indispensável. A gestão escolar atua no processo de administração das atividades, contribuindo no funcionamento de uma educação de qualidade. Quando a gestão articula medidas voltadas para compreender as necessidades dos educandos, e consecutivamente apresenta medias de intervenção a serem executadas, as possibilidades de avanços são positivas, sendo valorizado o sujeito que se encontra em formação. O ambiente escolar é múltiplo de saberes e de demandas, em que requer atenção às particularidades presentes neste meio.

#### **4. A prática pedagógica tradicionalista**

Na educação, o processo de mediação ao longo dos anos vem sendo alvo de constante discussão, já que a prática pedagógica tradicionalista permaneceu por muito tempo enraizada no ambiente escolar, onde acabava traumatizando os educandos em seu processo de desenvolvimento intelectual. Assim, a prática pedagógica passou a ser discutida, apresentando suas deficiências, e possibilidades.

A atuação docente tradicionalista envolve a execução de uma prática voltada para a transmissão de informações, em que o educando é visto apenas como mero receptor, e o docente é o ser dotado de razão e conhecimento, e que este também não deve ser questionado diante de sua atuação.

Para Libâneo (2006, p.24), no tradicionalismo

Predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo como verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz de assegurar a atenção e o silêncio.

A educação com base no tradicionalismo desencadeou e desencadeia sérios problemas na vida do educando, em que este sente-se limitado, como também intimidado na realização de questionamentos, prejudicando em seu processo de aprendizagem.

Neste enfoque, a tendência pedagógica em questão encontra-se relacionada a reprodução de conhecimentos. Assim, estes devem preparar o educando para atuação em sociedade. O processo de ensino e aprendizagem ocorre de forma autoritária, sendo o docente o único detentor do saber. Na maioria das vezes as atividades são realizadas de forma individual, sendo avaliada a reprodução do conteúdo trabalhado, não há interação entre os educandos, como também não há interação entre docente e educando (LIBÂNEO, 2006).

É cabível destacar que a memorização se caracteriza como a base desta prática pedagógica, sendo necessário o educando disciplinar a mente e seus costumes. Vem a ser como a principal metodologia de ensino a realização de aulas expositivas, sendo os educandos vistos como sujeitos passivos no processo de aprendizagem, sendo necessário aprender os conteúdos em sua originalidade (LIBÂNEO, 2006).

Por sua vez, os principais materiais utilizados para abordagem dos conteúdos são livros didáticos, giz, quadro. Assim, percebe-se que não há valorização acerca dos recursos utilizados no processo de mediação, como também acreditam não existir função didática pedagógica. Neste contexto o processo de ensino e aprendizagem acabam prendendo os seus princípios, entrando na precariedade.

É cabível destacar que não existe uma única prática pedagógica ou manual a ser executado em sala de aula, mas é

relevante que o docente ter consciência das necessidades dos educandos, para que estes possam se desenvolver significativamente.

## 5. A escola nova

A escola nova veio a contribuir significativamente no processo de aprendizagem do educando, em que este passou a ser compreendido diante de suas necessidades. O docente nesta tendência passa a busca identificar as problemáticas que sondam no ambiente escolar, como também as possibilidades a serem executadas para se alcançar o êxito no processo de desenvolvimento do educando e formação.

É importante compreender que:

A didática se correlaciona com um certo número de variáveis que são a sua moldura (sistematicamente compreendida) a posição relacional dos sujeitos em didática, os saberes, as características dos destinatários, a eficácia dos instrumentos, bem como todas as posteriores variáveis das modalidades relacionais e comunicativas (IORI, 2004, p. 28).

A aprendizagem passou a ser valorizada, como também a qualificação docente, para que o educando fosse beneficiado durante este processo. A escola nova vê o sujeito em formação, como indivíduo que apresenta suas subjetividades, e necessita de atenção, para que as limitações existentes em seu processo de desenvolvimento possam ser minimizadas, ou, até mesmo sanadas.

De acordo com Libâneo a educação da escola nova caracteriza-se como “um processo interno e não externo; ela parte das necessidades e interesses individuais necessários para a adaptação ao meio (...) um ensino centrado no aluno e no grupo” (2006, p. 22).

É importante que a escola aproxime todos os envolvidos no processo de desenvolvimento do educando, para juntos inferirem e contribuïrem positivamente neste processo. A gestão escolar deve

estar presente no processo de mediação, para que o docente diante de dificuldades possa ter um apoio, e tomar medidas eficientes para que os educandos sejam beneficiados.

## **6. Conclusões**

As tendências pedagógicas influenciaram e ainda influenciam de forma direta no processo de formação dos educandos, sendo necessário o docente ter uma postura inovadora, reflexiva, e crítica acerca das necessidades que se encontra em seu meio, permitindo o processo formativo ocorrer de forma significativa.

A escola nova veio a ser uma forma de compreender melhor as necessidades dos educandos, como também intervir adequadamente no processo de ensino e aprendizagem.

É importante destacar que os materiais didáticos fazem parte do dia a dia do docente e educando, e que na maioria das vezes estes apresentam uma origem tão distante que não leva em consideração as demandas e realidade do educando. Assim, os recursos didáticos necessitam envolver as particularidades do aluno e o processo de construção do conhecimento.

Por sua vez, na maioria das vezes os docentes acreditam que não são capazes de desenvolver seus próprios recursos didáticos, comprometendo o processo de mediação, que acaba ocorrendo de forma tradicionalista. O docente necessita utilizar sua criatividade para realizar aulas atrativas e motivadoras, para o processo de ensino e aprendizagem ocorrer de forma significativa.

Realizar momentos envolvendo a teoria e a prática é de suma importância, assim, o educando passa a compreender melhor as informações que estão sendo repassadas em sala de aula. A educação deve ser vista como a única forma de mudar a sociedade, minimizando suas problemáticas e oportunizando os indivíduos para uma melhor qualidade de vida, sendo necessário que este processo de formação deve ser levado a sério.

## Referências

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002
- GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p 27-38, jan. / mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2016.
- IORI, V. **Dal fare didattica all'essere in didattica**. In: BERTOLINI, P. (org). **Sulla Didática**. La Nuova Itália Editrice: Milano, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- MERCER, N. **As perspectivas socioculturais e o estudo do discurso em sala de aula**. In COLL, C.; E. D. Ensino, aprendizagem e discurso em sala de aula, Edit. Artes Médicas, 1998.
- TIBA, I. **Disciplina; limite na medida certa**. 41ª Ed. São Paulo; Gente, 1996.





## Capítulo 7

# As dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais

*Luzia Maria Delmondes Ferreira<sup>1</sup>*

*Rosylene Alvino Modesto<sup>2</sup>*

*Maria Vanessa da Silva<sup>3</sup>*

### 1. Introdução

No ambiente escolar docentes se deparam com várias problemáticas que interferem no processo de desenvolvimento da aprendizagem do educando, em especial nesta temática aborda as dificuldades de aprendizagem. Visto que, muitos docentes não têm conhecimentos sobre estas, dificultando o processo de desenvolvimento do educando. Mas como o educando com dificuldades de aprendizagem pode se desenvolver? Muitas questões encontram-se ainda em discussão no ambiente escolar em relação às dificuldades de aprendizagens, sobre como trabalhá-las.

As dificuldades de aprendizagem não devem ser vistas no ambiente escolar como empecilho no processo de desenvolvimento intelectual do educando. Por sua vez, está necessita de atenção, para

---

<sup>1</sup> Especialista em Geografia Geral pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina – FAFOPA.  
E-mail: [luziaadelmondes@gmail.com](mailto:luziaadelmondes@gmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina – FAFOPA.  
E-mail: [mvg.coelho@yahoo.com.br](mailto:mvg.coelho@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina – FAFOPA.  
E-mail: [rosylenealvino@bol.com.br](mailto:rosylenealvino@bol.com.br)

que não venha a comprometer as próximas etapas da educação do indivíduo em formação de forma tão intensa, ocorrendo assim sua minimização.

A atuação docente é indispensável no processo de aprendizagem formal do educando, este profissional apresenta estratégias metodológicas que permitem o desenvolvimento intelectual, por meio da mediação, tornando o momento de aprendizagem prazeroso, bem como deve intervir diante das dificuldades de aprendizagens.

A participação da família no processo de desenvolvimento do educando é de suma importância, e esta entidade deve ser fazer presente no acompanhamento do desenvolvimento do filho/educando, diante das dificuldades de aprendizagem.

Este artigo tem como finalidade compreender as dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais e a atuação docente no processo de superação. Sendo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica realizada em diferentes recortes científicos.

## **2. Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**

Existe uma grande confusão entre o que é problema e o que é distúrbio e, em meio aos dois, é relevante especificar ambos, pois possuem significados diferentes. A criança é considerada como problemática quando apresenta nenhuma coordenação motora, problemas de linguagem, gagueira, troca excessiva de letras. Demonstra dificuldades para dormir, fazer a própria higiene pessoal. Está sempre irritada, tem frequentes crises temperamentais, mostra-se em pânico, medo excessivo, má socialização com crianças da mesma idade (OLIVER, 2011).

O distúrbio, por sua vez, ocorre quando a criança apresenta hiperatividade ou passividade extrema, muita sonolência, fala pouco ou não fala e não se expressa, não reage às pessoas, nem responde às perguntas, não controla suas necessidades fisiológicas, demonstra

comportamento destrutivo. Nos distúrbios supracitados são considerados como problemas psicológicos (ZAMIGNANI, 2002).

As dificuldades, problemas e distúrbios de aprendizagem podem ocorrer em três formas: por causas psicológicas; por traumas, problemas familiares dentre outros. As causas orgânicas ocorrem devido à desnutrição, anemia ou distúrbios como dislexia, disgrafia e outros. As causas do sistema estão relacionadas à inadequação dos métodos aplicados em aprendizagem, despreparo dos professores e outros. As dificuldades de aprendizagem são associadas às diferenças pessoais encontradas em educandos com deficiências, em seu processo de aquisição do conhecimento. As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas a diferentes fatores, tais como: psicologia, sociais, pedagógicas, dentre outros (TOCCA, 2007).

Na concepção de Vygostky (1995), as dificuldades de aprendizagem são associadas muitas vezes no âmbito escolar e familiar com defeito do educando, esquecendo de trabalhar está problemática. Quando a criança não desenvolve habilidades e competências trabalhadas em sala de aula, o docente junto à escola e família devem investigar os fatores determinantes do bloqueio e trabalhar métodos que propiciem seu desenvolvimento, respeitando a singularidade no processo de aquisição do conhecimento.

Para Vygotsky (1995: 134):

“Para a educação da criança mentalmente atrasada, o importante é conhecer como ela se desenvolve, não é importante a insuficiência em si, a carência, o déficit, o defeito em si, mas a reação que nasce na personalidade da criança durante o processo de desenvolvimento em resposta à dificuldade com a qual tropeça e que deriva dessa insuficiência. A criança deficiente não está constituída apenas de defeito e carências, seu organismo se reestrutura como um todo único. Sua personalidade vai se equilibrando como um todo, vai sendo compensada pelos seus processos de desenvolvimento.

A aprendizagem ocorre durante três estágios: subaprendizagem, aprendizagem simples, super aprendizagem ou aprendizagem ideal. A subaprendizagem ocorre quando a criança

entre e contato com determinado assunto, porém não prestou atenção e não assimilou. A aprendizagem simples ocorre quando entra em contato com o assunto, prestou atenção, porém não compreendeu. Super aprendizagem acontece quando é trabalhado com a criança determinado assunto, prestou atenção e assimilou.

### **3. Principais dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais**

Para Teles (2009), por meio dos estudos realizados pela Associação Internacional de Dislexia, a definição do termo é como desvio da leitura e escrita, o termo dis-desvio lexia- leitura e identificação de palavras. A dislexia apresenta como principais características dificuldades na correção ou leitura de palavras (leitura e ortografia).

O educando dislético terá dificuldades fonológicas da linguagem, cognitivos e em variados processos educativos. A dislexia é considerada como problema desenvolvido no processo de formação do indivíduo, com mutações de alguns cromossomos (CRUZ, 2009).

Em relação à disgrafia, esta é determinada como desvio na escrita, sendo considerada como perturbação funcional que prejudica a escrita do indivíduo em relação ao seu traçado ou grafia (TORRES, FERNÁNDEZ, 2001). O docente como mediador deve estar atento a disgrafia perante suas consequências para o educando, orientando na realização adequada da escrita. Porém é relevante destacar que é normal nos anos iniciais à criança apresentar dificuldades do traçado e escrita.

A distorgrafia é considerada como dificuldade em um conjunto de erros na escrita. A distorgrafia afeta o processo de produção textual, em que o sujeito sente dificuldades em identificar as letras a serem utilizadas na estruturação das palavras (PEREIRA, 2009).

É indispensável à atenção as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos educandos, sendo crucial a execução de projetos voltados para minimizar, como também, fornece acompanhamento especializado.

A discalculia é determinada como desvio de cálculo, o indivíduo não consegue compreender sequências matemáticas, porém pode apresentar bom desenvolvimento em outras competências (REBELO, 1998).

Existem diferentes tipos de dificuldades de aprendizagem, em que estas comprometem a formação do indivíduo, e quando não detectada nos anos iniciais comprometem as demais modalidades de ensino.

A discalculia não apresenta com determinante de sua incidência uma única causa, pode estar relacionada a diferentes fatores, tais como genético, neurológico, pedagógico, linguístico entre outros (SILVA, 2008).

#### **4. O docente e as medidas de intervenção**

De acordo com Vygotsky (1991), as dificuldades de aprendizagem devem ser compreendidas, já que a aprendizagem é resultante dos fatores pedagógicos, em que está também ocorrer de forma significativa quando o docente propõe situações que permitam os educandos interagirem e compreenderem as informações apresentadas.

As dificuldades de aprendizagem dizem respeito as limitações que o indivíduo apresenta em seu desenvolvimento normal, sendo aquilo que não se encontra apto a desenvolver só, porém, com acompanhamento adequado é possível acontecer o seu desenvolvimento.

Segundo Valmaseda (1995), durante os primeiros anos da criança na educação básica, é necessário analisar o seu desenvolvimento, visto que se deve levar em consideração que o aprender não é decorar, mas sim ocorrer apropriação das informações apresentadas pelo docente.

É relevante que o docente realize em sala de aula momentos inovadores, e que os educandos investiguem e compreendam os conteúdos propostos, sendo apresentados de forma diferenciada. A

inovação em sala de aula incentiva os educandos no processo de aprendizagem.

O docente deve respeitar as particularidades existentes em cada educando em seu processo de desenvolvimento intelectual, como também propor situações que possibilitem estes se desenvolverem, por meio da realização de procedimentos metodológicos que atinjam os anseios destes educandos.

## **5. A importância da participação da família**

Segundo Tiba (1996), com as mudanças que ocorreram na sociedade a família acabou se distanciando do seu papel, bem como veio a causar danos no processo formativo do indivíduo.

É relevante que a família esteja presente no processo de desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, para que estes sintam-se valorizados, como também superem as dificuldades com mais segurança.

Para Sukiennik (1996: 23), a concepção que se tem é que, entende-se “a família como sendo uma estrutura protetora e que desempenha a tarefa de orientar a criança ou adolescente de forma a favorecer o seu crescimento e aprendizado no contexto social”. Assim, perante as dificuldades de aprendizagem a família deve estar presente na vida do filho, dando suporte e auxiliando em seu desenvolvimento intelectual.

As relações entre família e escola devem ser uma constante, e não uma variável, já que o educando se encontra constantemente presente no ambiente escolar, e a família deve estar atenta a seu processo de desenvolvimento intelectual.

Outro aspecto a ser destacado, segundo Marturano (1999) é que, os educandos que apresentam uma rotina estruturada, por meio da supervisão dos pais/responsáveis estes sofrem menos com as dificuldades no processo de aprendizagem. Como também a disponibilização de recursos para realização dos estudos favorece uma melhor aprendizagem, e ampliação de saberes. Porém, as

crianças que apresentam indicadores de atraso na aprendizagem, estas também apresentam um menor contato com recursos variados, na grande maioria, menos interação com os pais, não há uma rotina estabelecida para os estudos, comprometendo o desenvolvimento da criança.

## 6. Conclusões

As dificuldades de aprendizagem necessitam ser compreendidas no ambiente escolar, em que o educando seja analisado e respeitado em suas particularidades no processo de aprendizagem. É cabível ressaltar que as dificuldades de aprendizagem não são doenças, mas sim déficits no processo de aquisição da leitura, escrita, interpretação, cálculo, entre outros.

A escola deve favorecer condições para o educando se desenvolver, por meio de recursos materiais e profissionais qualificados. É relevante que a família também esteja presente no processo de desenvolvimento do educando com limitações no processo de aprendizagem, para que se sinta valorizado e motivado a superar esta problemática existente em seu desenvolvimento intelectual.

É necessário que a família esteja consciente de sua contribuição no processo formativo do filho/educando, estabelecendo uma rotina para realização das atividades escolares, como também o auxílio por meio da realização de estratégias para superação das dificuldades de aprendizagens. Já que, não compete apenas a escola em realizar medidas de intervenção para o processo de aprendizagem, mas a família deve se fazer presente neste processo.

## Referências

CRUZ, V. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas**. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas, Lda, 2009.

- MARTURANO, E. M. **Recursos no Ambiente Familiar e Dificuldades de Aprendizagem na Escola**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 135-142, maio/ago.1999.
- OLIVEIRA, M. K. **De Vygotsky Processo de Aprendizagem da Leitura e Escrita**. São Paulo, SCIPIONE, 1993.
- PEREIRA, R. S. **Dislexia e Disortografia - Programa de Intervenção e Reeducação** (vol. I e II). Montijo: You!Books, 2009.
- REBELO, J. A. **Dificuldades de Aprendizagem em Matemática: as suas relações com problemas emocionais**. Coimbra: Revista Portuguesa de Pedagogia, 1998.
- SILVA, W. C. **Discalculia: Uma abordagem à luz da Educação Matemática**. Relatório Final (Project de Iniciação Científica). Universidade Guarulhos, Guarulhos, 2008.
- SUKIENNIK, P. B. **O aluno problema: transtornos emocionais de crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- TACCA, Maria Carmen V. R. **Dificuldades de aprendizagem: percurso histórico e Novas compreensões**. Artigo não publicado, Brasília: UnB, 2007.
- TELES, P. **Dislexia: Método Fonomímico - Abecedário e Silabário**. Lisboa: Distema, 2009.
- TIBA, I. **Disciplina: o limite na medida certa**. 2. ed. São Paulo: Gente, 1996.
- TORRES, R. & FERNÁNDEZ, P. **Dislexia, Disortografia e Disgrafia**. Amadora: McGrawHill, 2001.
- VALMASEDA, M. Os problemas de linguagem na escola In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995
- VYGOTSKY, L. V. **A formação social da mente**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991
- VYGOTSKY, Lev S. **Obras escogidas V - Fundamentos da defectologia**. [Tradução Carmem Pance Fernandez]. Haban: Pueblo y educacion, 1995.



# Capítulo 8

## A dislexia e suas complicações no processo de aprendizagem

*Soraia Kaline Delmondes<sup>1</sup>*  
*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

As dificuldades de aprendizagem encontram-se presente na vida de muitos educandos, em que estes acabam se desmotivando em seu processo de aprendizagem, por não acreditarem em seu potencial, acreditando que não conseguem se desenvolver. A dislexia caracteriza-se por ser um desvio que compromete diferentes processos na aprendizagem, como: leitura, escrita, realização de cálculos, entre outros, em que requer atenção para o sujeito acometido, no desenvolvimento de estratégias voltadas para seu desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-PE. E-mail: soraiakd2012@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

Durante a infância o educando já apresenta sinais de limitações em seu processo de desenvolvimento da aprendizagem, sendo necessária a atenção por parte do docente, realizando o acompanhamento adequado, permitindo o seu desenvolvimento junto com os demais alunos da turma.

A realização de procedimentos metodológicos diferenciados contribui no processo de desenvolvimento da aprendizagem do educando, em que este passa a ser estimulado em seu processo de apropriação das informações, sendo motivado e associando as informações aos objetos ou recursos utilizados em sala de aula.

A realização do acompanhamento especializado é indispensável, para que o educando possa ser compreendido diante de suas limitações no processo de aprendizagem. Como também, o docente passa a ser orientado diante dos procedimentos a serem realizados para que se possa alcançar o êxito.

É cabível destacar que a família desenvolve papel importante perante as dificuldades de aprendizagem, em que ao apoiar o educando este sentira-se segura em seu processo de desenvolvimento, como também terá um maior impulso a desenvolver-se, considerando-se importante para o seio familiar, e motivando-se a estar presente no ambiente escolar.

O presente estudo tem como finalidade compreender a dislexia e sua necessidade de intervenção na infância, e participação docente no processo de desenvolvimento do educando disléxico. Caracterizando-se o estudo como pesquisa de cunho bibliográfico realizado em diferentes fontes científicas, embasada em autores como: Ellis (1995), Pereira (2009), Guarido (2008), entre outros.

## **2. Pressupostos: Dislexia**

Todo indivíduo apresenta suas particularidades em seu processo de aprendizagem, em que uns apresentam maior facilidade, e outros demoram um maior período de tempo para aprender. Quando um sujeito apresenta dificuldades de

aprendizagem, não significa dizer que este será incapaz de aprender, mas que este apresenta um desequilíbrio em seu desenvolvimento.

Segundo Pain (1989) considera os pressupostos de Piaget como essências na compreensão do processo de aprendizagem, perante a forma em que o sujeito se desenvolve, já que a assimilação e a acomodação são aspectos presentes neste processo, em que a ausência ou excesso comprometem no alcance de resultados.

Com base ainda nos pressupostos apresentados pela autora, há neste processo, perante as limitações a presença da hiperatuação de uma das formas, como hipoatuação. Assim, as dificuldades de aprendizagem comprometem a forma de compreensão do sujeito acometido, em que este não é capaz de interpretar objetos perante suas características próprias, como também na assimilação das informações.

Durante muito tempo a dislexia foi considerada como doença, sendo esta uma consideração errônea. A dislexia caracteriza-se por ser um desvio no processo de aprendizagem do educando, que necessita da realização de acompanhamento adequado para que este sujeito possa se desenvolver.

De acordo com Ellis (1995), a dislexia pode apresentar diferentes sintomas, entre elas: a ausência de interesse em livros, coordenação motora baixa, dificuldades em realizar atividades simples, como montar quebra-cabeça, timidez, dificuldades em realizar cálculos, separar sílabas, dificuldade em transcrever o conteúdo da lousa para o caderno, dificuldades em desenhar formas geométricas, dificuldade em identificar direita e esquerda, como também vocabulário pobre, entre outros.

É relevante levar em consideração que, a dislexia caracteriza-se como:

Perturbação que afeta as aptidões da escrita e que se traduz por dificuldades persistentes e recorrentes na capacidade da criança em compor textos escritos. As dificuldades centram-se na organização, estruturação e composição de textos escritos; a construção frásica é pobre e geralmente curta, observa-se a

presença de múltiplos erros ortográficos e [por vezes] má qualidade gráfica (PEREIRA, 2009, p. 9).

A dislexia é um desvio que afeta diferentes habilidades do educando, em que este necessita de acompanhamento adequado para que possa se desenvolver intelectualmente. Assim, o mediador deve realizar procedimento que estimulem e reforce a superação das limitações, para que este sujeito possa desenvolver-se junto com os demais.

Para Fonseca (1999, cit. por Moura, 2011), ressalta que a “dificuldade duradoura” que surge em “crianças inteligentes, escolarizadas, sem qualquer perturbação sensorial e psíquica já existente”.

Assim, percebe-se que o educando disléxico pode desenvolver habilidades, como também pode ser inteligente ao comparar com a média, mas este apresenta dificuldades graves na realização da prática da leitura, como também de demais atividades que envolva a grafia.

De acordo com Condemarín (1987, p.23), o sujeito disléxico é comprometido e leva consigo:

- **Alterações na memória;**
- **Alterações na memória de séries e sequências;**
- **Orientação direita-esquerda;**
- **Linguagem escrita;**
- **Dificuldades em matemática;**
- **Confusão com relação às tarefas escolares;**
- **Pobreza de vocabulário;**
- **Escassez de conhecimentos prévios (memória de longo prazo).**

A dislexia não compromete o desenvolvimento do sujeito em uma única forma, mas pode influenciar na vida deste gerando confusão diante de suas relações no processo de aprendizagem, seja no desenvolvimento das habilidades da leitura e escrita, na realização de cálculos, entre outros. Sendo necessário um maior enfoque em seu processo de desenvolvimento, respeitando e

incentivando na realização de descobertas, apesar da existência deste bloqueio.

Na linguística a dislexia não é considerada como uma doença, mas uma limitação que o sujeito apresenta no processo de desenvolvimento de habilidades da leitura, sendo esta uma síndrome linguística. Os fatores que desencadeiam este distúrbio são variáveis, envolvendo também os aspectos presentes na linha de análise do investigador.

Segundo Condemarim (1987) fatores de ordem pedagógica podem comprometer a aprendizagem do sujeito com dislexia, como por exemplo, a atuação de uma docente sem a devida qualificação, e com ausência de conhecimentos linguísticos e metalinguísticos, passa a inferir de forma negativa no processo de desenvolvimento da leitura e da escrita do sujeito com dislexia.

### **3. O docente e as dificuldades de aprendizagem**

No ambiente escolar é corriqueira a presença de docentes não saber lidar com as dificuldades de aprendizagem, fazendo com que estes realizem considerações e procedimentos inadequados acerca das dificuldades de aprendizagem. Para que o docente possa trabalhar de forma adequada, é necessário primeiramente identificar o tipo de dificuldade de aprendizagem, sendo diagnosticado por profissional especializado, para consecutivamente realizar medidas adequadas no processo de desenvolvimento do educando.

De acordo com Galaburda, citado por Coll, Marchesi e Palácios (2004, p.68) “nem sempre o que o cérebro funciona mal é por culpa de uma falha cerebral: pode ser resultado de um ambiente nocivo”. Diante das considerações apresentadas pelo autor, as disfunções cerebrais não é o único fator que pode comprometer a aprendizagem, mas o meio, seja em suas relações, como nos procedimentos metodológicos em sala de aula.

É cabível destacar que o homem nasce com condições para aprender, sendo necessário a realização de estímulos, sejam eles internos ou externos para possibilitar o aprendizado. Por sua vez, existem aprendizados que podem ser tidos como natos, como por exemplo, o ato de andar, aprender, sendo necessário passar pelo processo de maturação física, psicológica como social.

Para Glat (2007), a aprendizagem ocorre no meio social e temporal, diante das relações do indivíduo, em que este passa a ter mudanças em seu comportamento, sendo também resultante de predisposição genética. O indivíduo que se encontra em processo de desenvolvimento do conhecimento, seja diante da aprendizagem formal ou informal, não resulta apenas de seu potencial cognitivo, vem a ser resultante da interação do seu aparelho biológico, das interações sociais, e nas estruturas psicoafetivas e cognitivas.

É importante para o docente procure compreender o nível de aprendizagem em que seu aluno se encontra para que possa disponibilizar os subsídios necessários para novas aprendizagens. Esta ação não envolve o medir, mas o compreender as particularidades do educando.

No ambiente escolar há educandos com diferentes tipos de desvios, tais como dislexia, discalculia, disgrafia, entre outros tipos. É relevante que o docente busque compreender os desvios existentes em sala de aula, para que se possa alcançar o êxito no processo de aprendizagem do educando acometido.

O termo dificuldades de aprendizagem está focado no indivíduo que não responde ao desenvolvimento que se poderia supor e esperar do seu potencial intelectual e, por essa circunstância específica cognitiva da aprendizagem, ele tende a apresentar desempenhos abaixo do esperado (FELIPE, BENEVENUTTI 2013, p. 62).

Cada tipo de dificuldade de aprendizagem apresenta suas especificidades, a discalculia caracteriza-se pela dificuldade do educando em realizar procedimentos que envolva cálculos. A disgrafia caracteriza-se pela dificuldade que o educando tem em

escrever, em sua grafia. A disortografia caracteriza-se pela dificuldade em que o educando tem em escrever a ortografia correta, confundindo, como também utilizando de forma inadequada acentuação, entre outros.

Perante este enfoque, percebe-se o quão relevante é o docente compreender as dificuldades de aprendizagem existentes no ambiente escolar, para que este possa favorecer condições para os educandos se desenvolverem intelectualmente. A prática pedagógica deve ser executada de forma adequada, para que os educandos possam se sentir estimulados na realização de novas descobertas (GUARIDO, 2008).

#### **4. O educando com dislexia e as possibilidades de aprendizagem**

O educando com dislexia pode também desenvolver-se intelectualmente, este apenas apresenta dificuldades no processo de assimilação das competências trabalhadas, mas não significa que esteja impossibilitado a aprender, mas que necessita de apoio, e acompanhamento adequado para que possa se desenvolver significativamente.

É relevante que este sujeito seja compreendido diante de suas limitações, e respeitado, levando em consideração suas particularidades e necessidades de estímulos.

É relevante destacar que o educando com dislexia apresenta uma deficiência em seu processo de desenvolvimento intelectual, e necessita de atenção,

A dislexia é uma necessidade especial. E uma criança com dislexia não é portadora de deficiência nem mental, física, auditiva, visual ou múltipla, bem como, também, não é uma criança de alto risco. Uma criança não é disléxica porque teve seu desenvolvimento comprometido em decorrência de fatores como gestação inadequada, alimentação imprópria ou nascimento prematuro. A

dislexia tem um componente genético. Ser disléxico é condição humana (MARTINS, 2001, p.1).

A realização de estímulos cognitivos é de suma importância, em que o educando passa a interagir de forma direta com as informações trabalhadas em sala de aula. A aprendizagem do educando disléxico ocorre de forma significativa quando o docente apresenta as informações por meio da utilização de recursos variados, em que este passa a associar, como também sente prazer no processo de assimilação.

A realização de momentos de leitura de forma diferenciada contribui para o processo de desenvolvimento do educando disléxico, em que este passa a treinar, como também passa a apropriar-se de palavras desconhecidas, o que vem a contribuir para o desenvolvimento da leitura como da escrita. Assim, a prática da leitura vem a ser uma ótima alternativa para minimizar a problemática (SHAYWITZ, 2006).

Na prática docente muitos pesquisadores abordam a utilização do lúdico, das tecnologias, sendo estas facilitadoras do processo de aprendizagem. A escola deve fornecer condições para que o educando possa se desenvolver intelectualmente, por meio de recursos humanos capacitados, como também recursos materiais, para que o processo de mediação e aprendizagem possa ocorrer de forma significativa.

## **5. A importância do apoio da família**

De acordo com Ulbra (2008), “a dislexia pode ser definida como distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. A dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula”. Para superar esta limitação é relevante que a família este presente no desenvolvimento do filho.

A família desenvolve papel importante no processo de desenvolvimento dos filhos, em que esta contribui no processo de



formação de valores, como também na formação educacional, por meio da realização de incentivos a estes estarem presentes no ambiente escolar, como também auxiliar no desenvolvimento das atividades propostas.

Perante as dificuldades de aprendizagens a família pode auxiliar por meio do apoio, como também realizando em casa atividades de reforço, o que vem a contribuir para o desenvolvimento do filho/educando. Mas é relevante que os pais compreendam as particularidades de desenvolvimento deste sujeito, que suas limitações não é do seu querer, mas sim da dificuldade em que tem que tem em assimilar ou apropriar-se, o que requer compreensão tanto da família, como do docente, ou demais envolvidos (MARTINS, 2003).

As relações entre família e escola são de suma importância, para que se possa alcançar o êxito no processo de desenvolvimento do filho/educando. Quando a escola realiza ações voltadas para maior participação da família, esta passa a compreender as limitações e necessidades do filho/educando, e consecutivamente passa a realizar em conjunto com a escola medidas que venham a contribuir para o desenvolvimento deste sujeito.

A família é a base na formação dos filhos, e esta deve estar presente em seu processo de desenvolvimento, o que requer atenção nas particularidades apresentadas pelo sujeito em desenvolvimento, para que diante de procedimentos inadequados, ou inapropriados possa ser investigado, como também minimizado, para que não venha a comprometer o seu processo de desenvolvimento intelectual e social.

## **6. Conclusões**

A dislexia ao ser compreendida pelo docente, este passa a desenvolver medidas eficientes que possam a contribuir para o processo de aprendizagem do educando acometido, para que este

sujeito possa sentir-se incluído no processo de aprendizagem, e desenvolver-se junto com os demais.

A prática pedagógica influencia diretamente no processo de aprendizagem do educando, em que este necessita de estímulos para aprender de forma significativa. O educando com dislexia necessita de um reforço a mais, para que possa assimilar melhor os conteúdos vivenciados em sala de aula.

É cabível destacar que a dislexia não é uma doença, mas sim um desvio, ou, dificuldade em que o educando tem em compreender, ou utilizar a leitura e escrita, como também este pode apresentar dificuldades em realizar procedimentos que envolva cálculos. Mas, o educando disléxico também pode ter suas habilidades, e estas devem ser estimuladas, para que venha a ser uma segurança a estimular outras descobertas.

A família deve estar presente no processo de desenvolvimento do filho/educando disléxico, para que este possa sentir-se motivado, e venha a alcançar resultados positivos em seu processo de desenvolvimento intelectual, como também social. Assim, a escola deve incentivar a família a estar presente no processo de desenvolvimento educacional dos filhos, para que juntas possam alcançar o êxito no processo de desenvolvimento destes sujeitos.

## Referências

- ELLIS, A. W. **Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva**. 2. ed. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.
- FELIPE, S. M.; BENEVENUTTI, Z. S. **Dificuldade de aprendizagem**. UNIASSELV. Revista Maiêutica pedagogia, v. 01, n. 01, 2013. Acesso em: 03 set. 2013.
- GUARIDO, R. L. O que não tem remédio, remediado esta: **medicalização da vida e algumas implicações da presença do saber médico na educação**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

MARTINS, V. **A dislexia e a formação dos docentes**. 2003. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/disle/disle2.shtml>>. Acesso em: 07 abril 2016.

\_\_\_\_\_. **Como sondar a dislexia pedagógica**. 2011. Disponível em: <<http://vicentemartins.blogspot.com.br/2007/06/como-sondar-dislexia-pedaggica.html>>. Acesso em: 07 abril 2016.

MOURA, O. **Portal da Dislexia**. 2011. Disponível: <http://www.dislexia-pt.com>. Acesso: 20-04-2016.

PEREIRA, R. S. **Dislexia e Disortográfica** – Programa de Intervenção e Reeducação (vol. I e II). Montijo: You!Books, 2009.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura**. Trad. Sob a direção de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p.

ULBRA. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Curitiba: Afiliada, 2008. 167 p.



## Capítulo 9

# Os desafios no ambiente escolar e a necessidade da participação da família

*Erivania Gonçalves da Silva<sup>1</sup>*

*Bruno Nunes Oliveira Rocha da Silva<sup>2</sup>*

*Maria Aparecida da Silva Souza<sup>3</sup>*

### 1. Introdução

No ambiente escolar muitos questionamentos surgem em relação a problemática comportamentais que afetam a prática docente, como também o processo de aprendizagem do educando. A indisciplina ao longo dos anos tem sido uma problemática que tem aumentado, e que tem causado sérios danos tanto ao mediador, como também ao educando. A indisciplina muitas vezes afeta o psicológico do docente, em que vem a desmotivar a realizar o seu papel, como também prejudica o educando, por não estar se dedicando como deviria em seu desenvolvimento intelectual.

A escola quando realiza momentos voltados para aproximação da família no ambiente escolar, permite a construção e reconstrução de laços afetivos, tanto entre pais e filhos, como da família e escola, em que juntos passam a ver as atribuições que

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Matemática pela Universidade Estadual do Cariri – URCA.

<sup>2</sup> Especialista em Engenharia e Segurança no Trabalho pela Universidade Severino Sombra.

<sup>3</sup> Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Patos – FIP.

competem a cada uma, auxiliando no desenvolvimento do sujeito em formação.

Perante este enfoque, é possível destacar que não existe apenas uma problemática que infere no processo de aprendizagem do educando, como também na execução da prática docente, sendo necessária a realização de uma análise minuciosa acerca das possíveis problemáticas.

A violência no ambiente escolar é corriqueira, sendo esta prática seja pela violência física, verbal, psicológica, entre outras formas. A escola ao intervir sobre a incidência da violência no ambiente escolar, busca construir um espaço pacífico, de relações positivas entre os participantes deste meio.

A participação da família no processo de formação educacional dos filhos é crucial, estes passam a ver o quanto são importantes, como também passam a desenvolver valores, como também uma conduta mais afetiva, dentro do ambiente familiar, como em sala de aula, valorizando suas relações no seu meio.

A indisciplina causa sérios danos na vida do educando como na atuação docentes. Seja pelo educando comprometer o seu processo de aprendizagem, como também a atuação do docente e desenvolvimento dos demais membros da turma.

O presente estudo tem como finalidade analisar os desafios no processo de formação do indivíduo e a relevância da participação da família. Sendo o estudo desenvolvi por meio de pesquisas bibliográficas.

## **2. A violência na escola**

A violência sempre esteve presente nas formas de organização da sociedade, em que o homem procurava expor sua forma de pensar, e colocar sua ira por meio da agressão física, verbal e psicológica.

A violência pode ocorrer em diferentes formas, seja ela lesão corporal ou verbal. Perante este enfoque Charlot citado por Abromovay (2002, p. 69) define violência como sendo:

Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo. - Incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; - violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Ainda segundo o autor no ambiente escolar ocorrer também diferentes formas de violência desde: a realização de ameaças e agressão aos docentes, praticas por educandos, como verbais, físicas, psicológicas. Nos últimos anos problemáticas vem ocorrendo de forma mais acentuada, tanto na rede pública de ensino como particular.

Em conformidade com Peralva 1997 citado por Lucinda (1999, p. 32):

A violência entre alunos constrói-se em torno de duas lógicas complementares: de um lado, encenação ritual e lúdica de uma violência verbal e física; de outro, engajamento pessoal em relações de força, vazias de qualquer conteúdo preciso, exceto o de fundar uma percepção do mundo justamente em termos de relações de força. Nos dois casos, o que está em jogo é a construção e a auto-reprodução de uma cultura da violência.

Este tipo de violência pode causar “desinteresse pelos estudos, trabalho, depressão ou até reações extremamente violentas”. (AMORIM; ROMANELLI, 2005, p. 65 apud WHAT, 2003). Quando se trata de violência de forma geral, primeiramente faz-se referência

aquele comportamento existente de agressão premeditada, pode causar sérios danos, sejam físicos ou psicológicos. O *bullying* pode estar presente na vida do educando como na do docente, em que um indivíduo sofre com coisas ou expressões verbais que o insultam, seja por sua aparência ou comportamento.

Com base nas considerações de Oliveira e Guimarães (2009), nos estudos realizados acerca da violência no país, constatou-se que na adolescência e juventude há uma maior incidência de violência praticada, apresentando envolvimento como a delinquência e criminalidade, envolvendo desde o tráfico de drogas, armas, torcidas organizadas, eventos musicais, entre outros.

É notório que na maioria das vezes a violência a averiguada de forma individualizada, assim, os adolescentes e jovens vem a ser frutos de uma sociedade que produz indivíduos com comportamento violento. Por sua vez, a violência juvenil trata-se como um dos maiores presentes no ambiente educacional, em relação a escola.

A violência é utilizada como a forma de justificar um comportamento, de apresentar a versão do agressor, mesmo que não seja justificável ao certo. “A violência não é nem bestial nem irracional – não importa se entendemos estes termos na linguagem corrente dos humanistas ou de acordo com teorias científicas” (ARENDR, 2009, p. 47). Assim, é possível destacar que, se a violência é resultado da sociedade em suas relações, a não-violência deve também ser um fruto desta, sendo necessária a realização de projetos destinados a não-violência nos mais variados âmbitos.

### **3. A escola frente à indisciplina**

A escola deve realizar medidas que possam contribuir para uma melhor interação entre docente e discente, onde juntos possam realizar momentos significativos, e a aprendizagem possa ocorrer com base em seus princípios.



A indisciplina pode ser decorrente de diferentes fatores, necessitando ser analisada em suas causas, para que se possa realizar medidas de intervenção adequada, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem. Para Aquino (1996, p. 62-63):

O aluno-problema é tomado, em geral, como aquele que padece de certos supostos distúrbios psicopedagógicos; distúrbios estes que podem ser de natureza cognitiva, ou seja, distúrbios de aprendizagem ou de natureza comportamental. Dessa forma, a indisciplina e o baixo aproveitamento dos alunos representam dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente.

Muitas vezes a indisciplina pode estar relacionada à presença do autoritarismo por parte do docente, em que este não aceita determinadas condutas, como também aproveita o papel que exerce para ter domínio em sala de aula.

Para Aquino é relevante compreender as causas da indisciplina, permitindo os educandos sentirem-se valorizados, como também estes passem a ver a sala de aula como um espaço atrativo. Analisar a conduta docente também é relevante, e se necessário desenvolver um novo planejamento, com utilização de métodos mais eficientes para o fazer pedagógico.

Com base nas considerações de Tiba (2006, p. 159), “se a criança encontrar terreno fértil dentro de casa, se tornará uma planta rebelde na escola, expandindo-se depois em direção à sociedade”. Caracteriza-se como uma responsabilidade da escola e favorecer uma educação que aproxime a família deste meio, para juntas trabalharem problemáticas envolvendo a indisciplina, violência, entre outros, educando os filhos/educandos a agirem por meio de uma conduta adequada, sendo sujeitos disciplinados, tendo uma boa relação na sociedade.

É importante destacar também que a indisciplina em sala de aula pode estar relacionada a problemas no ambiente familiar, em

que o educando leva para sala de aula os problemas, que realiza a partir da manifestação de ações consideradas inadequadas.

#### **4. A família e seu papel formativo**

A família desenvolve papel importante na formação dos filhos, e esta deve servir de exemplo, para que os filhos possam desenvolver uma conduta adequada para viver em sociedade.

De acordo com Pestalozzi (apud FREINET, 1974, p. 14) ressalta sobre o papel da família:

Não há livros, não há métodos artificiais que possam substituir a educação em família. A melhor história, o quadro mais emocionante visto num livro são para a criança como a visão de um sonho sem vínculos, sem seguimento, sem verdade interior. Pelo contrário, o que se passa em casa, sob os olhos da criança, liga-se naturalmente, no seu espírito, a mil outras imagens precedentes, pertencendo à mesma ordem de ideias e, portanto, têm para ela uma verdade interior.

Quando a família não participa ativamente, esta passa a influenciar de forma negativa, já que o sujeito em formação necessita de orientação para estabelecer relações significativas em seu meio.

A família influencia no processo formativo da identidade, na construção de valores, e costumes, atua como um espelho, que servirá de exemplo para os filhos. A realização de medidas voltadas para boa formação dos filhos é de suma importância, assim, estes sujeitos desenvolverão uma conduta adequada para viver em sociedade.

#### **5. Relações família e escola**

É de suma importância à participação da família no ambiente escolar, assim será possível estabelecer relações de cumplicidade no

processo formativo, por meio da compreensão de problemáticas que afetam o processo de desenvolvimento intelectual e social do sujeito em formação, e consecutivamente realizar medidas eficientes para sanar as problemáticas.

Sisto (2001, p. 100) afirma que, [...] “embora não exista uma concordância quanto ao papel desempenhado pelos afetos no processo de conhecer, é consenso o fato de que os estados afetivos interferem no cognitivo”. É cabível destacar que, as funções sejam elas afetivas como cognitivas apresentam origem e significações distintas, mas que apresentam relações, já que as funções cognitivas passam a ser significativas com a afetividade, e vice-versa.

Perante este enfoque, realizado pelo autor supracitado, é relevante que se tenha afetividade, pois esta contribui no processo de aprendizagem do sujeito que se encontra em desenvolvimento.

A educação apresenta seus princípios, como está também tem suas responsabilidades, a LDB, ressalta que:

Art 2º A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, s.p.).

É de responsabilidade da escolar de apresentar e trabalhar competências que contribuam no desenvolvimento intelectual do educando para que este possa ter condições de viver em sociedade. É necessário que a escolar estabeleça relações com a família, para juntos alcancarem resultados positivos.

Quando a escola passa a compreender as necessidades do educando, é possível definir estratégias que contribuam para o desenvolvimento deste indivíduo em formação. “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições” (FREIRE,1996, p. 47).

A família participativa no ambiente escolar possibilita uma melhor compreensão acerca das necessidades existentes, como também é capaz de auxiliar nas dificuldades enfrentadas pelos filhos em seu processo de desenvolvimento.

## 6. Conclusões

A família desenvolve papel importante no processo de formação dos filhos, o que requer sua participação no ambiente escolar, para que diante de dificuldades no processo de desenvolvimento dos filhos esta possa auxiliar, como também nortear em suas relações sociais.

Os desafios no ambiente escolar devem ser averiguados, e consecutivamente a escola em conjunto com seus profissionais devem realizar estratégias que possibilitem minimizar, propiciando condições para o educando se desenvolver socialmente e intelectualmente.

Dar relevância aos aspectos sociais é crucial, assim será possível compreender o que acontece na vida do educando, respeitando suas fases, como também limitações no processo de aprendizagem, e relações em sala de aula.

A indisciplina deve ser vista não apenas por um único lado, que é a conduta inadequada do educando, mas é necessário analisar o que se encontra por trás de sua incidência, para que se possa tomar as medidas adequadas, e que este sujeito possa se desenvolver e relacionar-se no seu meio de forma significativa.

## Referências

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília, 2002.

AQUINO, J. B. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

ARENDR, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. São Paulo, Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação. **Lei nº 9.424, de dezembro de 1996**.

FREINET, C. **Conselhos aos pais**. São Paulo: Estampa, 1974. (Coleção Técnicas de Educação, n. 6).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCINDA, M. C.; NASCIMENTO, M. G.; CANDAU, V. M. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

SISTO, F. F. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, W. F.; GUIMARÃES, M. R. **O conceito de violência em Hannah Arendt e sua repercussão na educação**. <http://www.educapaz.org.br>. Acessado dia 1º de junho de 2009.

TIBA, I. **Disciplina: limite na medida certa**. São Paulo: Integrare, 2006.



# Capítulo 10

## Família e escola: formação de valores e preparação profissional

*Erivania Gonçalves da Silva<sup>1</sup>*

*Bruno Nunes Oliveira Rocha da Silva<sup>2</sup>*

*Maria Aparecida da Silva Souza<sup>3</sup>*

### 1. Introdução

Com as mudanças que ocorreram na sociedade, passou a gerar mudanças na organização e relações no ambiente familiar. Por sua vez, a família desempenha papel indispensável no processo de formação dos filhos, por meio da apresentação de valores adequados para convivência no meio social. Neste enfoque, a moral como também a ética é desenvolvida no ambiente familiar, contribuindo no processo de relações com vizinhos, colegas, membros da família, entre outros.

A moral não compete à escola para realizar o seu desenvolvimento, sendo uma responsabilidade da família, em que esta será o espelho para o filho desenvolver suas relações.

Neste sentido, não requer apenas matricular o filho na escola, é necessário que a família seja um bom espelho, contribuindo para as relações do filho no ambiente escolar, como também fora dele. É

---

<sup>1</sup> Especialista em pela Educação Matemática pela Universidade Estadual do Cariri – URCA.

<sup>2</sup> Especialista em Engenharia e Segurança no Trabalho pela Universidade Severino Sombra.

<sup>3</sup> Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Patos – FIP.

importante destacar que, o processo de aprendizagem requer também o acompanhamento educacional a ser realizado pela família. A formação social como profissional apresenta duas instituições como responsáveis a família e a escola.

É importante destacar acerca dos desafios que a escola tem enfrentado, sendo um deles a ausência da família na vida dos filhos/educandos, em que esta passa a responsabilidade de educar para a escola, como também cobra da escola a formação social. Diante de tal incidência fica evidente que a família não quer assumir a responsabilidade de educar seus filhos, estando preocupada com suas atividades diárias, e esquecendo a sua responsabilidade de educar para a vida e acompanhar nas relações sociais e desenvolvimento educacional.

A família e a escola desempenham papel importante no processo de formação do indivíduo. No ambiente familiar são apresentados valores e costumes, para o sujeito em formação se adequar as normativas que se encontram presentes neste meio para viver.

Este artigo tem como finalidade compreender o papel da família e da escola no processo de formação do indivíduo. Sendo o estudo constituído por meio da realização de pesquisa bibliográfica realizada em diferentes recortes científicos, estando embasada em pressupostos de autores como: Libâneo (2001), Eizirik (2001), entre outros autores.

## **2. Educar: o papel da família**

A busca pela compreensão da responsabilidade da família no processo de formação educacional, contribui para conscientização acerca do seu papel, bem como das responsabilidades das demais instituições na sociedade. A família educa o filho para que este possa viver em seu meio, respeitando o próximo diante de suas particularidades. É uma responsabilidade da família ensinar a



relacionar-se, por meio do respeito a diversidade e ao meio ambiente.

Os valores fazem parte da vida do indivíduo, e estes devem ser repassados pela família, para o sujeito em formação seja conscientizado acerca do respeito, dignidade, honestidade, entre outros aspectos que envolvem os valores, sendo repassados pela família. Esta instituição deve ser um exemplo para os filhos (ZAGURY, 2001).

As famílias a cada dia estão se comprometendo com as atividades profissionais, o entretenimento tecnológico e acabam esquecendo dos filhos, de suas responsabilidades em assegurar não só o bem-estar material, mas emocional e social. A família deve auxiliar os filhos diante de suas necessidades, em especial em seu processo de desenvolvimento educacional, para que estes tenham o devido apoio, e superem as dificuldades de aprendizagem.

Com base nas considerações de Zagury (1994. p. 75), ressalta que, o “administrar conflitos é uma arte e um exercício de paciência. Porque o antigo dito popular ensinar é repetir assume, na relação com os filhos, uma dimensão infinita”. Assim, os pais /responsáveis devem se fazer presente diante das problemáticas presentes no processo de desenvolvimento do filho, de forma que este possa compreender o certo, o errado, a necessidade de ser resiliente nas adversidades, como de ter boas relações na sociedade.

É importante que os pais sejam pacientes para orientar seus filhos, para que estes não sejam frutos da ignorância, como também não sejam prejudicados em suas relações sociais, decorrente da ausência de orientação família.

### **3. Instrução escolar**

É no ambiente escolar que o indivíduo passa a construir saberes acerca das competências, sendo elas essências para sua educação formal, em que propiciará condições para uma melhor qualidade de vida, como também sua inserção no mercado de trabalho.

É relevante que a escola tenha uma boa estrutura física, para os educandos sentirem-se à vontade, como também diante do público heterogêneo que esta atende, facilitando a locomoção dos educandos com deficiências.

Neste enfoque, a qualidade da educação requer compreender o tipo de educação que está sendo abordada, diante das suas variadas concepções. Assim, Freire apresenta a educação emancipadora, sendo esta um direito humano. Para Morosini (2009, p. 172) “a educação é um direito humano; conseqüentemente, a educação de qualidade apoia todos os direitos humanos”. A educação formal, esta procura compreender a necessidade de formação do indivíduo, sua aprendizagem, a organização do espaço, das políticas de funcionamento, dos profissionais e sujeitos envolvidos, de forma que se possa alcançar aprendizagem e mudanças sociais.

Neste enfoque, a ausência da atenção no processo de formação segundo Enguita (1989, p. 158) apresenta suas peculiaridades:

Professores e pais costumam prestar pouca atenção àquilo que não seja o conteúdo do ensino, isto é, da comunicação, e o mesmo faz a maioria dos estudiosos da educação. Entretanto, apenas uma pequena parte do tempo dos professores e alunos na escola é dedicada à transmissão ou aquisição de conhecimentos. O resto, a maior parte, é empregado em forçar ou evitar rotinas, em impor ou escapar ao controle, em manter ou romper a ordem. A experiência da escolaridade é algo muito mais ampla, profundo e complexo que o processo da instrução: algo que cala em crianças e jovens muito mais fundo e produz efeitos muito mais duradouros que alguns dados, cifras, regras e máximas que, na maioria dos casos, logo esquecerão. As atitudes, disposições, etc., desenvolvidos no contexto escolar serão logo transferidas a outros contextos institucionais e sociais, de forma que sua instrumentalidade transcende sua relação manifesta ou latente com os objetivos declarados da escola ou com seus imperativos de funcionamento.

A presença de profissionais qualificados no ambiente escolar é indispensável, para o alcançar os princípios estabelecidos na educação no processo de formação do público atendido. O docente

quando está preparado para atuar no ambiente escolar realiza estratégias voltadas para minimizar as problemáticas existentes em seu âmbito, como também passa a averiguar sua conduta, para que esta não venha a comprometer negativamente no processo de desenvolvimento dos educandos.

#### **4. Transições e separação familiares**

Compreender os acontecimentos no ambiente familiar é de grande importância, diante das dificuldades encontradas no ambiente escolar. A separação dos pais muitas vezes apresenta resultados negativos na vida do filho, quando não aceita tal incidência, ficando emotivo, e acaba perdendo a concentração na realização de atividade que são propostas no ambiente escolar, como também passam a não mais interagir como de costume com os seus colegas.

Neste enfoque, as transformações familiares, são resultantes de várias ações, Eizirik (2001, p. 63), ressalta que:

[...] das pesquisas sobre a associação das transições familiares com mudanças no comportamento das crianças, uma lição geral sobressai: existe cada vez mais evidência para a hipótese de que muitos efeitos das transições familiares, pobreza, problemas sociais e outros fatores de risco para as crianças são provavelmente mediados pelos processos mais íntimos das relações emocionais dentro das famílias, principalmente entre pais e filhos”.

A importância do apoio da família no ambiente escolar é de suma, em que juntos passam a compreender as necessidades dos filhos/educandos em seu processo de desenvolvimento, articulando medidas a serem realizadas tanto no ambiente escolar como no familiar.

Segundo Eizirik (2001, p. 66):

À medida que os filhos crescem, a família gradativamente abre-se para o mundo externo, representado principalmente pela escola.

Os cuidados de filhos em idade escolar exigem da família grande coesão e organização. A escola funciona como verdadeira vitrina da família, mostrando o que está indo bem e o que está indo mal. Por isso, é natural que seja a escola quem tome frequentemente a iniciativa de encaminhar a criança para atendimento.

A família deve ser acolhedora, participativa e ativa na vida do filho, mesmo que diante da incidência da separação devem estar comprometidos em auxiliar nesta fase difícil para o filho, dando todo o apoio, bem como averiguando se este encontra-se prejudicado em seu processo de desenvolvimento e relações sociais. Na maioria das vezes quando ocorre à separação do pai e da mãe, o membro que saiu de casa acaba se afastando do filho, e isso compromete no desenvolvimento deste sujeito, em que requer atenção na incidência da separação no ambiente familiar.

## **5. As relações entre família e escola no processo de aprendizagem**

A família e escola quando unidas passam a compreender os fenômenos que envolvem o processo de desenvolvimento do filho/educando, e determinarem estratégias a serem realizadas para o alcance de resultados positivos no processo de desenvolvimento intelectual e social deste sujeito em formação.

Para Libâneo (2000, p. 7-13), ressalta que:

[...]. Os educadores são unânimes em reconhecer o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino, levando a uma reavaliação do papel da escola e dos professores. Entretanto, por mais que a escola básica seja afetada nas suas funções, na sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, ela mantém-se como instituição necessária à democratização da sociedade[...]

As relações no ambiente escolar, entre família e escola, auxiliam no processo de superação das dificuldades, em que juntas conseguem alcançar o êxito.

Por sua vez, a atuação em conjunto entre família e escola possibilita superar de forma eficiente as dificuldades existentes no processo de desenvolvimento dos filhos. Assim, é importante que a escola realize momentos que envolva a participação da família, para aproximar os filhos e conseguir alcançar resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem (FREIRE, 2001).

A escola deve realizar momentos que proporcionem a interação com a família, para que juntas possam superar o desafio que é educar e instruir o indivíduo, já que, com as transformações que vem ocorrendo na sociedade, a cada dia que passa o homem passa a mudar sua forma de pensar como agir, existindo desde condutas adequadas, como inadequadas. Por sua vez, todo pai deseja o melhor para o seu filho, o que vem a ser necessária à sua presença em suas relações sócias como educativas.

Os pais/responsáveis necessitam estar por dentro do que ocorre na vida do filho/educando, de forma que possa auxiliar a escola diante das dificuldades enfrentadas, seja na incidência da indisciplina, como auxiliar o filho em suas dificuldades de aprendizagem.

## **6. Conclusões**

Com as mudanças que vêm ocorrendo no ambiente familiar é necessário que a escola procure analisar o educando dentro dos problemas existentes em seu meio familiar, para assim serem realizadas as medidas adequadas, propiciando melhores condições no processo de aprendizagem.

A escola deve ser um local acolhedor, que incentive a participação da família, permitindo a família ter consciência do seu papel no processo de formação dos seus filhos, superando juntas os desafios no processo de educar e instruir.

Neste contexto, não é suficiente que a família apenas supra as necessidades básicas dos filhos, com vestimentas e alimentação, mas também se faz necessário que esta esteja presente em seu processo de desenvolvimento educacional e social.

Por meio das relações entre família e escola fortalece o processo de desenvolvimento do educando, atuando juntas, discutindo as problemáticas, como também determinando estratégias a serem realizadas diante de problemáticas existentes no processo de formação dos filhos/educandos.

A educação deve ser vista como uma ferramenta capaz de desencadear mudanças na sociedade. A família deve se comprometer no processo educativo, seja realizado no ambiente familiar, como no processo de instrução, em seu desenvolvimento no âmbito escolar. O sucesso da educação formal não envolve apenas a atuação da escolar, mas de toda sociedade civil organizada, família, escola e instâncias governamentais.

## Referências

EIZIRIK, C. **O ciclo da vida humana**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ENGUIITA, M. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2000.- (Coleção Questões da Nossa Época: v. 67).

MOROSINI, M. C. Qualidade na educação superior: tendências do século. In: **Revista Estudos em avaliação educacional**. São Paulo: FCC, v. 20, no, 43, maio/agosto de 2009.

ZAGURY, T. **Limites sem trauma**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sem padecer no paraíso**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

# Capítulo 11

## As dificuldades na infância e utilização do lúdico

*Maria Aparecida Teixeira Eugênio<sup>1</sup>*  
*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

As dificuldades de aprendizagem na infância passam muitas vezes por despercebidas pelos docentes, em que considera normal o educando apresentar dificuldades em seu processo de desenvolvimento intelectual. A dislexia é considerada com uma das dificuldades de aprendizagem que mais afetam os educandos, e que muitas vezes esta limitação no processo de aprendizagem é despercebida, como também desencadeia uma conduta considerada pelo docente inadequada pelo educando, perante a ausência de concentração, como também a ausência de interesses em desenvolver as propostas em sala de aula.

---

<sup>1</sup> Especialista em Geografia Geral pela Faculdade de Formação de Professores –FAFOPA. E-mail: [teixeirzildinha@gmail.com](mailto:teixeirzildinha@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

O educando necessita vivenciar o lúdico em processo de aprendizagem, para ser estimulado a realizar novas descobertas. A utilização do lúdico no ambiente escolar permite a interação do educando com as informações que são repassadas pelo docente, em que ele associa por meio do brincar o aprender. Assim, o processo de aprendizagem deve ocorrer de forma inovadora para que o educando aprenda de forma diferenciada.

O docente quando apresenta uma conduta ativa, este possibilita a aprendizagem da turma, em que preocupasse com os resultados, como também com a sua prática, e caso necessário reformula o seu planejamento para que se possa obter resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.

A educação apresenta os seus princípios formativos, e estes não devem ser negados aos sujeitos em formação, o que requer da escola uma postura ativa, inovadora, reflexiva, inclusiva, entre outras, para que o sujeito em formação possa ter condições de se desenvolver profissionalmente e socialmente, já que o princípio da educação é preparar os indivíduos para o mercado de trabalho ao longo de suas etapas.

Este estudo tem como finalidade apresentar o valor que as brincadeiras tem quando se trata de ensino e aprendizagem. Sendo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica realizada em diferentes fontes de consulta, embasado em autores como: Soares (2006), Nutti (2009), Teles (2004), entre outros.

## **2. Dificuldades de aprendizagem na infância**

As dificuldades de aprendizagem na infância são variáveis, o educando pode apresentar limitações na apropriação da escrita, como na leitura, assim também na assimilação das informações que são repassadas. O que vem a ser necessário compreender, para que estas sejam minimizadas por meio da utilização de procedimentos eficientes por parte do docente.



A escola deve favorecer condições para todos os educandos se desenvolverem intelectualmente, por meio do atendimento especializado multidisciplinar, possibilitando a compreensão das limitações no processo de aprendizagem, e consecutivamente intervenção adequada.

O processo de aprendizagem ocorre sociointeracionalmente, por meio das relações entre ensinante-aprendente-meio, possibilitando o acesso ao processo de desenvolvimento cognitivo, por meio da realização de estímulos variados (SOARES, 2006).

O docente deve ter consciência que cada aluno possui suas especificidades no processo de construção do conhecimento, e que deve respeitar os limites de cada aluno, bem como propor momentos que possibilitem o maior progresso deste educando com dificuldades de aprendizagem.

Segundo Nutti (2009), ressalta sobre a definição estabelecida em 1981 pelo National Joint Committee for Learning Disabilities (Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem), nos Estados Unidos da América, em que,

Distúrbios de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central. Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, retardo mental, distúrbio social ou emocional) ou influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogênicos), não é resultado direto dessas condições ou influências.

As dificuldades de aprendizagem quando não minimizadas durante a infância, estas podem desencadear sérios problemas nas próximas etapas da educação básica, o que requer atenção do

mediador, como também da família, perante as limitações e relações dos filhos.

### **3. Dislexia: uma das maiores problemáticas dos educandos**

A partir deste indício clínico muitos estudos passaram a ser realizados, como também surgiram diferentes definições e termos para a dislexia, entre os termos se destacaram: dislexia congênita, estrefossimbolia, alexia do desenvolvimento, dislexia constitucional, entre outras (TELES, 2004).

A identificação da dislexia deve acontecer o quanto mais rápido possível para evitar o sofrimento do educando em seu processo de desenvolvimento intelectual, sendo necessário que seja identificada por profissional específico da área de saúde mental e psicológica, realizando assim, uma identificação precisa para consecutivamente realizar a medida de intervenção adequada.

Muitos educandos na infância percebem que são diferentes dos demais, por não conseguir desenvolver determinada atividade em sala de aula, porém procuram não demonstrar o problema, ocultando dos adultos, e muitas vezes passam por despercebido aos olhos dos adultos.

Por sua vez, a dislexia na infância caracteriza-se também pela memória curta, em que o educando, o que acaba desencadeando aspectos psicológicos emocionais que afetam negativamente a vida do sujeito que se encontra em fase de desenvolvimento.

Shaywitz (2006) ressalta que, “compreender a dislexia, ou, a dificuldade no processamento de palavras e sons, evita possíveis sofrimentos para o educando e educador no processo de ensino e aprendizagem”. Por sua vez, é cabível destacar que o principal sofrimento minimizado é o psicológico, que influencia sobre os processos de aprendizagem, em que o educando não tem consciência do problema que leva consigo e se martiriza, considerando-se como “burro”.

#### **4. Utilização do lúdico como mitológico no processo de aprendizagem**

De acordo com Schwartz (2004), o utilitário e pedagógico destas atividades, vem sendo muito utilizado por educadores. O jogo é considerado como um meio significativo para se alcançar outros objetivos, fora e além dele. Sem negar essa possibilidade, já que a atuação livre do educando resulta em qualquer intenção que o adulto como orientar possa oferecer condições educativas para este se desenvolver.

“A ludicidade poderia ser a ponte facilitadora da aprendizagem se o professor pudesse pensar e questionar-se sobre sua forma de ensinar, relacionando a utilização do lúdico como fator motivante de qualquer tipo de aula” (CAMPOS, 1986 p.10). Entretanto, para que isso ocorra é necessário que o docente busque resgatar a ludicidade, e a parti dos momentos lúdicos será possível alcançar resultados positivos na prática de ensino. Muitos docentes apresentam o jogo como estratégia importante para a educação, em eu permite o educando participar de atividades do seu cotidiano.

O lúdico é uma ferramenta indispensável para a execução da prática docente, em que veio a permitir avanços em relação ao processo de mediação e apropriação das informações por parte dos educandos. A sua utilização adequada permite o educando desenvolver diferentes potencialidades, relevantes para sua formação educacional.

A utilização de jogos e brincadeiras não deve ocorrer de forma constante, mas moderadamente, para que também a criança não venha a ver este recurso como uma forma simples passa tempo, mas como uma forma de ter acesso a informações de forma diferenciada e divertida.

## 5. Qualificação docente

A qualificação docente é de suma importância, pois permite compreender as necessidades informacionais, do sujeito em formação. O educando na infância necessita de uma base, perante a construção de valores, na compreensão do mundo que o cerca perante suas necessidades informacionais. Este sujeito deve ser acompanhado tanto no ambiente escolar, como no seio familiar, para que possa se desenvolver de forma significativa.

É necessário que o educador esteja em constante qualificação, não se limite a uma única formação, e que este esteja sempre inovando no ambiente escolar, levando consigo o estímulo para os educandos na construção de saberes (KISHIMOTO, 2003).

Para Miacaret (1991, p. 12), para atuação na EI, se faz necessário que o docente tenha compreendida as o educando, e sua prática deve:

A prática na aula deve ser esclarecida pelos princípios teóricos e melhorada pelos resultados da investigação. A teoria pedagógica só pode erguer-se a partir de uma prática conhecida e refletida.

Em sala de aula o educador se depara com diferentes sujeitos, com particularidades específicas, tais como: alunos que apresentam um processo de assimilação mais lento, e outros mais acelerados. O que requer deste profissional é flexibilidade, capacidade de atenção, respeito à diversidade, como também a capacidade de inovação, para adequar significativamente as competências a procedimentos metodológicos, que venham a contribuir no processo de assimilação das informações apresentadas.

## 6. Conclusões

As limitações que os educandos apresentam na infância devem ser compreendidas, e minimizadas, para que estes não levem estes problemas para as próximas etapas da educação básica.

Quando o docente tem uma visão ampla em sala de aula, ele apenas não avalia se o aluno está aprendendo, mas procura diante dos erros intervir, para que este sujeito em formação possa se desenvolver intelectualmente.

A utilização do lúdico contribui significativamente no processo de assimilação na infância, em que o educando relaciona a teoria as brincadeiras, como também passa a desenvolver outras potencialidades, como: cooperação, socialização, capacidade de inovações, entre outros. Assim, o lúdico deve ser visto como uma possibilidade de desenvolver habilidades, e valorizar o processo de ensino e aprendizagem.

A qualificação docente quando ocorre de forma contínua, contribui para a atuação profissional, em que é possível identificar as possibilidades a serem trabalhadas em sala de aula para estimular os alunos, como também lidar com as problemáticas que sondam e possam ocorrer no ambiente escolar.

## Referências

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da Aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1986.

KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57-71.

MIACARET, G. **A formação de professores**. Coimbra: Semeclina, 1991.

NUTTI, J. **Distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem**. 2009. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entriD=339>>. Acesso em 29 jan. 2016.

SCHWARTZ, G. M. **Dinâmica Lúdica: Novos Olhares**. Barueri, SP: Manole, 2004.

TELES, P. **Dislexia. Como identificar? Como intervir?** Artigo publicado na Revista Portuguesa de Clínica Geral, novembro/dezembro 2004, Vol 20, nº 5. Acessado em 29-10-2015.



## Capítulo 12

# Os desafios da prática docente na contemporaneidade

*Soraia Kaline Delmondes<sup>1</sup>*

*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

No ambiente escolar o docente se depara com diferentes situações que vem a comprometer a execução de suas atividades, tais como: ausência de recursos materiais e didáticos, desvalorização profissional, indisciplina, entre outros aspectos. Assim, é relevante compreender estas problemáticas, como também apresentar ações que possam contribuir na execução da atuação do docente, em prol do êxito educacional.

A indisciplina no ambiente escolar vem sendo um dos grandes fatores de desistência de professores em desenvolverem suas

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-PE. E-mail: [soraiakd2012@hotmail.com](mailto:soraiakd2012@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

atividades profissionais em sala de aula, pois estes não são respeitados diante da função exercida. O docente deve ser considerado como uma hierarquia, já que este leva para sala de aula informações relevantes para formação educacional, e necessita ser respeitado, como também respeitar os sujeitos em seu meio.

A prática docente muitas vezes é resultante de um fazer pedagógico inadequado, em que o mediador não tem conhecimentos pedagógicos específicos para a modalidade de ensino trabalhada, comprometendo o processo de desenvolvimento intelectual dos educandos.

Por sua vez, este profissional necessita estar apto para atuar em sala de aula, suprimindo as necessidades informacionais existentes, fornecendo condições e informações relevantes para a formação dos educandos.

A família deve estar presente no processo de desenvolvimento dos filhos, para que estes sejam acompanhados, como também orientados em suas relações no ambiente escolar, respeitando a diversidade existente, para que se possa ter relações pacíficas.

Este estudo tem como finalidade abordar as dificuldades existentes na execução da prática docente, e as possibilidades de aprendizagem diante dos desafios existentes no ambiente escolar. Caracterizando-se como estudo bibliográfico, embasado em autores como: Brito (2006), Aquino (1996), Freire (1999), entre outros.

## **2. As limitações existentes em sala de aula: qualificação x recursos**

De acordo com Brito (2006) a formação docente é de suma importância, esta deve fundamentar-se sobre uma prática significativa, embasada em conhecimentos, como também nas experiências vividas, para que se possa determinar os procedimentos a serem executados, como também estimar as possibilidades de aprendizagem.



Assim, é indispensável levar em consideração os saberes que o docente tem, e como estes podem influenciar no desenvolvimento do educando, diante das competências trabalhadas.

É cabível destacar que a estrutura física como a organização do espaço físico escolar implica no processo de aprendizagem, já que é capaz de estimular o educando em seu processo de desenvolvimento. A escola necessita de condições para atender o seu público, como também estar atenta às demandas dos educandos (PIMENTA, 2002).

A legislação educacional realiza uma abordagem sobre as incumbências das entidades perante a oferta da educação básica, em que envolve desde a responsabilidade do Estado como dos Municípios, no fornecimento de condições para o funcionamento da educação, em prol do alcance de seus princípios, envolvendo desde o repasse de recursos financeiros para organização do espaço físico, como: materiais didáticos, paradidáticos e formação continuada dos educadores, entre outros.

Para Vygostky (1997, p. 47):

Construir todo o processo educativo seguindo tendências naturais de super compensação, significa não atenuar as dificuldades que derivam do defeito, senão estabelecer somente tais tarefas e fazê-lo em tal ordem, que correspondam à graduação do processo de formação de toda a personalidade sob um novo ângulo.

A docência em sua prática necessita que o sujeito em ação tenha conhecimentos acerca da competência ou modalidade de ensino em que irá atuar, para que possa suprir as necessidades informacionais existentes.

Em sala de aula o mediador encontra-se limitado, pois muitas vezes não dispõe dos recursos necessários para realizar suas atividades, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem. É relevante que as escolas disponibilizem os devidos recursos para que a prática docente possa ocorrer de forma significativa.

### 3. A indisciplina

A indisciplina no ambiente escolar caracteriza-se como a conduta inadequada do educando, em que este dificulta a realização das atividades do docente, comprometendo o seu rendimento, como também nos demais da turma. A indisciplina em sala de aula também pode desencadear a desmotivação do docente na realização de suas atividades, ocorrendo quando o profissional não se encontra motivado a desenvolver suas atribuições, desencadeando problemas como baixa autoestima, síndromes, entre outros.

A indisciplina por parte do educando, esta necessita ser compreendida, pois algo de errado encontra-se por trás, sendo necessária a atenção do mediador, para atuar em conjunto com a escola, buscando minimizar esta incidência, como também fazer com que o educando possa se desenvolver.

A indisciplina está presente no desrespeito ao desenvolvimento biológico por parte dos pais: motivados pelo amor, pelo desejo de satisfazer todas as necessidades dos filhos, alguns pais não modificam seus comportamentos nem suas ofertas à medida que a criança cresce. (TIBA, 2006, pág.37)

É cabível destacar que a indisciplina do educando também pode ser desencadeada pelo docente, perante conflitos em sala de aula, em que o mediador impõe normas desnecessárias e o educando age de forma revoltada, passando a gerar conflitos. “A indisciplina seria, talvez, o inimigo número um do educador atual, cujo manejo as correntes teóricas não conseguiriam propor de imediato, uma vez que se trata de algo que ultrapassa o âmbito estritamente didático-pedagógico”. (AQUINO, 1996, pág. 40)

Perante este enfoque, a indisciplina necessita ser compreendida diante de suas causas, para que estas sejam averiguadas e minimizadas, possibilitando o alcance dos princípios da educação, como as relações entre docente e discente ocorram de forma pacífica.

#### 4. A escola como ambiente de formação social e profissional

Conforme a LDB a escola desempenha papel importante no processo de formação educacional, caracterizando-se a educação básica em seus princípios como:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, s/p).

Para educação ocorrer com êxito, é relevante que o docente esteja qualificado para desenvolver suas atividades, como também as escolas junto com as esferas responsáveis pelo funcionamento da educação disponibilizem os recursos necessários para sua atuação.

No ambiente escolar o educador realiza tanto o compartilhamento de informações, como também a construção de novos conhecimentos e reformulação. O processo de aprendizagem ultrapassa o físico, e amplia-se ao mental, em que os métodos contribuem em prol do alcance da aprendizagem, contribuindo para o educando apropriar-se das informações (OLIVEIRA; BUENO, 1997).

É na escola que o indivíduo passa a desenvolver-se, por meio do acesso a variadas informações, contribuindo no desenvolvimento

social e educacional. Esta deve fornecer condições para que o indivíduo possa desenvolver suas potencialidades (LIBERAL, 2005).

Quando o docente está qualificado, este passa a atuar de forma significativa no processo de desenvolvimento intelectual do educando, por meio da realização de procedimentos metodológicos diferenciados, na sistematização de suas práticas, como também na seleção de informações realmente relevantes para formação dos educandos.

A educação deve ser vista como prioridade, sendo também ofertada com qualidade, para que seja possível alcançar resultados positivos na formação de indivíduo. A educação é a única ferramenta capaz de minimizar as problemáticas existentes na sociedade, e esta deve ser dada a devida relevância.

## **5. A família na escola**

A família como base no processo de formação dos filhos deve estar presente diante de suas limitações no processo de desenvolvimento educacional, servindo como apoio, permitindo o educando sentir-se seguro, e desenvolver-se por meio da motivação e apoio da família.

Paulo Freire (1999, p.18) diz que:

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda se a opção é progressista, senão se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da justiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho senão viver a opção que escolher. Encarná-la diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se fez.

A participação da família no ambiente escolar é de grande importância, estando consciente do processo de desenvolvimento do filho/educando. A realidade que se encontra nas escolas é que muitos pais não levam a sério o processo de desenvolvimento

educacional dos filhos, atribuindo muitas vezes a escola à responsabilidade de educar para a vida.

A indisciplina deve ser apresentada para a família para que juntos possam superar este desafio, e o educando possa estabelecer relações pacíficas em sala de aula. A família necessita compreender as limitações que o filho se encontra acometido, para que se possa alcançar o êxito no processo de desenvolvimento do educando.

O interesse e participação familiar são fundamentais. A escola necessita saber que é uma instituição que completa a família, e que ambos precisam ser um lugar agradável e afetivo para os alunos/filhos. Os pais e a escola devem ter princípios muitos próximos para o benefício do filho/aluno (TIBA, 1996 pág.140)

Quando a família estabelece relação direta no ambiente escolar esta passa a compreender as necessidades do filho/educando, passando a realizar medidas que venham a ser eficientes no processo de desenvolvimento do sujeito. As relações entre família e escola são essenciais, para que se possa alcançar o êxito no processo de desenvolvimento, em que juntas discutem e compreendem os aspectos que caracterizam as problemáticas e necessidades do sujeito em formação, como intervindo.

## **6. Conclusões**

A prática docente requer comprometimento e responsabilidade por parte do docente, desenvolvendo com comprometimento suas atribuições, levando para os educandos informações relevantes para sua formação profissional e social. Assim, requer do mediador a realização de uma melhor compreensão acerca das particularidades existentes em sala de aula, e que este atue perante a criação de estratégias voltadas para a superação das problemáticas.

As dificuldades existentes no ambiente escolar são variadas, e requer do mediador atenção, capacidade de reflexão, intervenção,

para que se possa alcançar resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem. Mas, este profissional não pode atuar sozinho, requer a contribuição de todos que constituem o ambiente escolar, como também do Estado.

O docente deve ter uma boa relação em sala de aula com os educandos, compreendendo suas limitações, e propiciando condições para que estes possam se desenvolver, respeitando suas particularidades, como também exigindo respeito.

A família necessita estar presente no processo de desenvolvimento dos filhos, orientando a ter relações pacíficas em seu meio, para que possa se desenvolver significativamente. Assim, a escola deve incentivar a participação da família no ambiente escolar, para compreender a conduta e necessidades do filho/educando em seu desenvolvimento, dando o devido suporte formativo.

## Referências

AQUINO, J. G. **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. In: LAJONQUIÉRE, Leandro de. A criança, “sua” (in) disciplina e a psicanálise. In: TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. São Paulo: Sumus, 1996.

BRASIL. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRITO, A. E. **Formar professores: rediscutindo o trabalho e os saberes docentes**. In: MENDES SOBRINHO, J. A. de C; CARVALHO, M. A. (Orgs.). Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa** 11 eds. Rio de Janeiro; Paz e terra, 1999

LIBERAL, E.F. et al. **Acidentes e danos com escolares: incidência, causas e consequências** *Jornal de Pediatria* .v. 81, n.5(supl), p.155 – 163, 2005;

OLIVEIRA, M.A.F.C.; BUENO, S.M.V. **Comunicação educativa do enfermeiro na promoção da saúde sexual escolar**. Rev.latino-Am.enfermagem, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 71-81, 1997.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. Cs. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. - 1ª Edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TIBA, I. **Disciplina: limite na medida certa. Novos paradigmas/** Içami Tiba. – Ed. Ver. Atual e ampli. – São Paulo: Integrare Editora, 2006.





## Capítulo 13

# Inclusão de crianças com deficiências nas Escolas regulares de ensino

*Lucilene dos Santos Lima Alves<sup>1</sup>*

### 1. Introdução

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e praticando sem nenhum tipo de discriminação.

A Constituição Federal garante expressamente o direito à igualdade (art.5), e trata nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos a educação. Esse direito deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art.205).

Na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 58 e seguintes consta que a substituição do regular pelo especial é possível. Entretanto esta substituição não está de acordo com a Constituição Federal que prevê atendimento educacional especializado, e não educação especial. Para os portadores de deficiência, justamente por se tratar deste atendimento, é necessário o oferecimento de instrumentos de acessibilidade ao ensino e aprendizagem.

---

<sup>1</sup> AL VES, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco-UPE e Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais precisa ser repensada, implicando numa mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesse contexto, faz-se necessário que a inclusão de criança com necessidades especiais nas escolas de ensino regular seja obrigatória, pois as oportunidades devem ser iguais para todos. Logo, pensar acerca da escola inclusiva nos remete buscar alternativas de diferenciação pedagógicas, possibilitando a todos o direito social de aprendizagem. Assim, requer, da mesma forma, a transformação das práticas pedagógicas em práticas educativas de redução das desigualdades e preconceitos.

Em se tratando das deficientes, é importante compreender que estes podem atingir desenvolvimentos intelectuais semelhantes aos das pessoas normais, pois são capazes de resolver suas atividades escolares, mostrando-se competentes e responsáveis.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar informações sobre a importância da inclusão de crianças com deficiências nas escolas regulares de ensino, onde serão abordados alguns aspectos como: educação especial sob panorama jurídico, as necessidades educacionais especiais, bem como a inclusão socioeducativa compreendida em uma dimensão sociocultural.

Para a realização desse trabalho, fez-se necessário buscar conhecimentos mais aprofundados em autores da área como: Sassaki, Maria Tereza Engler, Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, entre outros, leitura em livros, revistas, e pesquisas na internet sobre o assunto em questão, destacando os objetivos propostos.

Com base nos aspectos contemplados na pesquisa, esse estudo objetiva proporcionar alguns pontos de reflexões acerca do tema, especificamente no processo de inclusão de crianças deficientes nas escolas públicas.

## **2. Educação especial e educação inclusiva: aspecto jurídico**

No contexto da educação especial, o termo educacional se refere a todo espaço institucional voltado para o desenvolvimento e a aprendizagem. Esse espaço tem de ser comprometido com os múltiplos aspectos de desenvolvimento e a aprendizagem. Esse espaço tem de ser comprometido com os múltiplos aspectos do desenvolvimento e precisa ter como referência as diferenças individuais e as possibilidades sócio educacionais de seus sujeitos.

É a escola o lugar preferencial de atendimento educacional especializado, pois se configura como o espaço que pressupõe a convivência entre os pares. A possibilidade de conviver, trocar situações do cotidiano é um objetivo implícito no processo de aprendizagem, bem como no desenvolvimento humano. O direito de todos os indivíduos a educação, como caminho possível de integração com o meio social, deve ser respeitado independentemente das dificuldades ou deficiências do educando. (WERNECK, 1997, p. 54).

A escola, para que possa ser considerado um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumprida das normas estabelecidas pelos níveis centrais para tal, deve transformar-se num espaço de decisão ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como um espaço de todos e para todos.

Este novo desenho da escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças no seu interior. Assim, o que se deseja na realidade é a construção de uma

sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educativas especiais.

A Constituição Federal de 1988 traz como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3. Inciso IV).

O Estatuto de Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A Lei nº 5.692/71, que altera a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de 1961, ao definir tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o Ministério da Educação e Cultura cria o Centro Nacional de Educação Especial, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotados, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotado, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria

produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado, para que a oferta de matrículas para alunos com deficiência de classes comuns do ensino regular seja ampliada, pois se compreende que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas.

Outro grande passo que impulsionou a inclusão educacional foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, onde estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b). As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

O plano de Desenvolvimento da Educação PDE lançado em 2007 representou um grande avanço na Política Nacional de Educação Especial, onde apresenta entre outros eixos, a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Para a implementação desse documento foi publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do

Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

Assim, com a implementação da Política Nacional Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial passa a integrar o sistema de ensino, assumindo sua esfericidade de forma articulada a educação comum, superando o paradigma integracionista e assistencialista que permeou historicamente as práticas em educação especial.

### **3. Crianças com deficientes no contexto escolar**

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (1999:30), o aluno portador de necessidades é aquele que por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologia educacional específica. Esses documentos, (1999:30) classificam os alunos da seguinte forma: os portadores de deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla; portadores de condutas típicas problemas de conduta e portadores de superdotados.

A integração escolar a que mais interessa aos educadores em geral, obviamente tem sido conceituada como um processo de educar/ensinar crianças ditas normais junto com crianças portadoras de deficiência, durante uma parte ou na totalidade do seu tempo de permanência na escola. Trata-se de um processo gradual e dinâmico, que assume várias formas segundo as necessidades e características de cada aluno, sempre se levando em consideração o seu contexto.

Afinal, educadores de renome nacional e internacional lutaram para que, nesses ambientes, pessoas deficientes, até então escondidas e absolutamente excluídas, encontrassem espaços de convivência. Não podemos negar o que se tem avançado, como se

estivéssemos partindo do zero e nada tivesse sido feito de bom e necessário.

Todas as providências em prol da integração, na escola, não podem ser da iniciativa apenas dos educadores especializados. Sem que haja, em toda a comunidade escolar, mudanças de atitude quanto à diferença, o que implica principalmente uma atitude de não rejeição dos alunos com deficiências, corre-se o risco de apenas inseri-los no convívio com outras crianças, sem que se efetivem, entre todos, trocas interativas com a plena aceitação dos portadores de deficiência, o que é fundamental para a valorização da sua autoimagem e da sua autoestima.

Nas escolas, o ideal da inclusão torne-se realidade, é preciso trabalhar todo o contexto em que o processo deve ocorrer. Caso contrário, corre-se o risco de contribuir para mais preconceitos em torno dos deficientes. As diferentes formas de segregação ou rejeição que têm sofrido, considerando os mecanismos psicológicos que têm por detrás, costumam caracterizar-se por desumanidade e perversidade. (MONTE, 1995, p. 63).

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais com alunos portadores ou não de deficiências que apresentem necessidades educacionais especiais. “A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver.” (WERNECK, 1997, p. 66).

Os aspectos externos de um mundo em que educação é concebida como bem de investimento, com vistas ao consumo, evidenciam a urgência das discussões sobre inclusão, independentemente de que os protagonistas sejam, ou não, os portadores de deficiência. “Ou, como mais modernamente são denominados alunos que apresentam necessidades educativas especiais, categoria heterogênea e muito abrangente, da qual, na



literatura atual, os deficientes têm feito parte.” (XAVIER, 2002, p. 70).

Inserir os alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino constitui o primeiro passo para a jornada da inclusão passo mais indutor, devendo ser seguido de medidas pedagógicas que garantam o acesso à aprendizagem e ao conhecimento proposto na vivência escolar.

É preciso acionar os meios que efetivamente possibilitem a permanência do aluno na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo. É identificar o caminho eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da educação para todos e com todos. A prática da inclusão na realidade brasileira revela algumas dificuldades: despreparo do sistema regular de ensino para atuar no processo; resistência da comunidade escolar na aceitação dos alunos. (CARVALHO, 1994, p. 146).

As barreiras à aprendizagem são obstáculos que se impõe aos alunos, criando-lhes dificuldades no aprender. Inúmeros fatores geram tais dificuldades: alguns são intrínsecos aos alunos e outros, talvez a maioria, externos a eles.

Para isso é dever examinar a prática pedagógica sob a ótica da remoção das barreiras à aprendizagem, isso é um desafio a todos nós educadores, que, até então, temos examinado a questão sob a ótica das características do aprendiz. As suas condições orgânicas e psicossociais é que tem sido responsabilizada pelo insucesso na escola. Pensar em remover as barreiras à aprendizagem não exclui o ângulo, participações do educador, escola, o sistema educacional e as influências que nele exercem os aspectos ideológicos, cuja responsabilidade é dos modelos econômicos e políticos que tem sido adotado.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à

necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (XAVIER, 2002, P. 19).

É importante proporcionar as crianças deficientes condições adequadas e recursos para melhorar sua eficiência, no contexto de atividades significativas, com a máxima utilização da visão presente. Assim, cada pessoa desenvolve processos particulares de codificação que formam imagens mentais. A habilidade para compreender, interpretar e assimilar a informação será ampliada de acordo com a pluralidade de experiências, da variedade e qualidade do material, a clareza, a simplicidade e a forma como o comportamento exploratório é estimulado e desenvolvido.

#### **4. Inclusão sócio-educativa**

A educação inclusiva prevê a inserção de indivíduos, a inclusão em classes regulares de ensino independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, origem socioeconômica, raça ou religião. Este aprender juntos, leva em consideração o contexto social, o contexto histórico e cultural em questão inseridas.

A inclusão, como movimento social, iniciou na segunda metade da década de 80, nos países desenvolvidos. No Brasil, tomou impulso na década de 90, com a difusão das ideias da Declaração de Salamanca (1999) e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394, em 20 de dezembro de 1996, que define Educação Especial, no capítulo V: Da educação especial; artigo 58, como: a modalidade escolar, oferecida preferencialmente na rede de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. É este artigo que define educação especial em termos da lei e regulamenta a prática de educação inclusiva.

Assim, os anos 90 são marcados, com o advento da educação inclusiva, pelo respeito às características do indivíduo frente ao

processo pedagógico. O movimento pela sociedade inclusiva, segundo Werneck (1997), foi explicitado pela primeira vez em 199<sup>o</sup>, pela resolução 45/91, da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta resolução defendia a sociedade para todos.

Para essa mesma autora, o ‘embrião do conceito foi em 1981, ao instituir-se o Ano Internacional das Nações Unidas. Esse ano seguiu-se a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de deficiência (1983-1992). Nesta foram consolidados os princípios éticos e políticos que vêm sustentando o processo de construção da cidadania pessoas com deficiência.

A inclusão como prática educativa, no entanto, é recente na sociedade. É recente em nossa sociedade. Contudo, as práticas anteriores educação, como a exclusão, a segregação institucional e a integração de pessoas com necessidades especiais, vêm dando espaço gradativamente, a inclusão. Como o objetivo da educação inclusiva é uma sociedade para toda a sua prática, repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. (SASSAKI 1990, p. 42).

Assim, o direito a educação das pessoas com deficiência, que são pessoas que, segundo a Política Nacional de Educação e do Desporto (1994), precisam receber educação diferenciada, e cursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas, em virtude de sua condição portadora de deficiência auditiva, visual, mental, múltipla ou física, ou ainda, alta habilidades ou condutas típicas; é uma prática muito recente.

A educação da pessoa com deficiência deve ser compreendida em uma dimensão bem ampla, ou seja, não só educativa, mas também sociocultural, com o objetivo de desenvolver suas potencialidades, sem dificuldades, porém respeitando-as, aprimorando sua participação na sociedade, visando sempre, a inserção na sociedade. “Nas escolas regulares, para trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais, em seu ensino

comum, os professores necessitam de formação adequada. ” (ALMEIDA, 1995, p. 69).

Com a educação inclusiva, os professores da classe comum de ensino regular, bem como a escola regular, passam a ter um novo alunado, alunos especiais, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades educativas especiais, estudante. Estudante que começam a frequentar, pertencer, às escolas da sua comunidade, onde seus irmãos, primos e vizinhos estudam.

A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode se dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o pertencer é um direito, não uns estados privilegiados que dever ser conquistado.

Ao professor da sala de aula é imprescindível, além da capacitação e de apoio, que ele esteja preparado para receber o novo aluno, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Para que se dê essa significativa aprendizagem é necessário saber o que professor pensa, expectativas, suas ansiedades em relação ao diferente. É preciso saber, também, o que esse professor necessita e o que ele almeja. (SASSAKI 1997:123).

É importante que o papel da escola, dos seus educadores e de todos que frequentam, seja o respeito à diversidade, e as diferenças dos outros com justiça e sem discriminações. O objetivo das escolas de ensino regular é de apenas trabalhar com crianças normais, uma vez que, dificilmente, se encontram alunos com deficiências, devido à falta de espaço adequado, de materiais e professores preparados para atuar nestas áreas.

O número de alunos com necessidades especiais vem aumentando a cada ano nas escolas comuns, eles também devem ter o acesso ao ensino regular, é preciso compreender que são capazes de realizar as atividades escolares pelo uso de equipamentos e outros

meios indispensáveis ao desenvolvimento e suas potencialidades de aprendizagem.

Os alunos deficientes necessitam de ações que permitam construir uma postura em relação a sua realidade. Eles precisam de integração com as pessoas e o mundo a sua volta. São muitos os obstáculos que dificultam, por isso, as escolas de ensino regular precisam ser adaptadas às necessidades. O professor, por sua vez precisa ser regente, trabalhar os conteúdos, mas as parcerias entre os especialistas são fundamentais e produtivas, os recursos tecnológicos, equipamentos e jogos pedagógicos são eliminadores de barreiras para a plena participação dos alunos. (ALMEIDA, 1995, p. 81).

Os professores são pessoas de apoio, ou seja, profissionais envolvidos terão de realizar, de forma cooperativa, interativa e bem definida do ponto de vista de papéis os seus trabalhos com competência e coordenação.

Na sala de aula todos têm que respeitar as diferenças dos deficientes, também ao ritmo próprio da sua aprendizagem. E agrupando-os com os outros, de modo que favoreça as relações sociais e que o processo de ensino aprendizagem seja bem-sucedido.

## **5. Conclusões**

No contexto educacional da educação especial, entende-se o termo educacional como todo espaço institucional voltado para o desenvolvimento e a aprendizagem do indivíduo. Esse espaço precisa ser comprometido com os múltiplos e interdependentes aspectos do desenvolvimento cognitivo, afetivo, socioemocional e, tendo como referência as diferenças individuais e as possibilidades socioeducativas de seus sujeitos.

Toda criança deve ter o direito de estar inserida em um programa educacional, independentemente de suas possibilidades de aprendizagens. O direito de todos a educação como caminho

possível de integração com o meio social deve ser respeitado, independente das dificuldades e deficiência.

A proposta educacional inclusiva é aquela que vê a criança ou adolescente com deficiência como titular dos mesmos direitos que as demais crianças. Os apoios especiais são instrumentos, às vezes necessários, para que eles tenham acesso a uma educação de qualidade e sem discriminações, mas não pode impedi-los de frequentar o mesmo ambiente que qualquer outro educando.

Em se tratando do ensino e aprendizagem, para trabalhar com as diferenças nas salas de aula é preciso que enfrentemos os desafios da inclusão escolar sem fugir das causas do fracasso e da exclusão, e desconsiderando as soluções paliativas sugeridas para esse fim. Pois, percebemos, que as medidas comumente indicadas para combater a exclusão não promovem mudanças, apenas visam neutralizar os desequilíbrios criados pela heterogeneidade das turmas.

Assegurar oportunidades iguais, no entanto, não significa garantir tratamento idêntico a todos, mas sim oferecer a cada indivíduo meios para que ele desenvolva, tanto quando possível, o máximo de suas potencialidades. Assim, para que o princípio de igualdade de oportunidades se torne de fato um direito real, é indispensável que sejam oferecidas oportunidades educacionais diversidades. O verdadeiro significado de igualdade de oportunidades repousa mais na diversificação do que na semelhança de programas.

Enfim, cabe aos responsáveis que atuam no campo das definições de políticas educacionais inclusivas, a missão de melhorar as respostas políticas, de forma a contribuir para criar as condições para que a inclusão deixe de ser discutida como uma eventual opção e passe a ser aceita como uma questão de direitos humanos e uma reforma essencial ao desenvolvimento da cidadania.

## Referências

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

\_\_\_\_\_ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 7.853, de 24 de outubro de 1989.

\_\_\_\_\_ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, E.N.S. de & MONTE, F. R. F. do. “ **A educação inclusiva de portadores de deficiências em escolas públicas do DF**”. In GOYOS, C.; ALMEIDA, M.A.& SOUZA, D. de (org.). Temas em Educação Especial. São Paulo, Editora da Universidade federal de São Carlos – UFSCAR, 1995.

\_\_\_\_\_ Constituição da República do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_ **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_ **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_ Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação especial. Brasília: MEC/\*SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_ **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_ Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_ **Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

---

PCN – **Adaptações curriculares em ação – Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília, 1999.

ORGANIZÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**.3.ed.Rio de Janeiro: WVA,1999.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo: um livro sobre as pessoas com síndrome de Down**. Rio de Janeiro. 1997.

XAVIER, ALEXANDRE GUEDES PEREIRA. “**Éticas, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**”. In: Revista Integração, ano 14, n°24. Brasília: Ministério da educação/ Secretaria de Educação especial, 2002.



## Capítulo 14

# O papel do psicopedagogo no processo de inclusão social na escola

*Edna Maria Rodrigues da Silva*<sup>1</sup>

*Antônia Derlângia Correia do Nascimento Nobre*<sup>2</sup>

### 1. Introdução

O referido estudo trata-se de uma pesquisa voltada para o papel do psicopedagogo e a sua importância dentro da educação inclusiva no âmbito escolar. Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é investigar a colaboração do psicopedagogo no processo de inclusão social na instituição escolar, além de destacar alguns conceitos no que se refere ao atendimento educacional especializado, trazendo uma discussão em torno do desafio do professor ao trabalhar a inclusão e da grande relevância de estabelecer parceria com o psicopedagogo.

Partimos do pressuposto de que esse tema é pertinente na realidade escolar, o que justifica a necessidade de realizar esta investigação, visto que a inclusão social ainda hoje não acontece como as leis e diretrizes propõem.

Sendo assim, a escolha deste tema se deu frente ao objetivo de destacar a importância do psicopedagogo para a inclusão social

---

<sup>1</sup>Autora, mestranda em Educação pela UNISULLIVAN INC. E-mail: [ednazinha.encantado@yahoo.com.br](mailto:ednazinha.encantado@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Co-autor, mestrando em Educação pela UNISULLIVAN INC. E-mail: [der.langia@hotmail.com](mailto:der.langia@hotmail.com)

dentro da instituição escolar, mostrando os desafios que o aluno e todos que compõem a escola enfrentam dentro do processo educativo.

Como metodologia utilizamos a pesquisa teórico-bibliográfica, com os principais autores que aludem a temática: Nádia Bossa, Pilar Sánchez e Windys Ferreira, além de documentos oficiais que abordam a inclusão escolar e a atuação do psicopedagogo. Este material permitiu um aprofundamento do assunto aqui abordado.

Este estudo, em seu desenvolvimento, traz uma análise do atendimento educacional especializado feito em sala de aula, tendo em vista, as leis que regem o processo de inclusão, destacando ainda a declaração de Salamanca como um marco histórico para a educação especial e a integração de crianças portadoras de deficiências, e aqueles que possuem um baixo rendimento escolar.

Nas considerações finais é realizado um breve resumo de toda a pesquisa: discorreremos sobre a importância do psicopedagogo frente ao desafio de incluir e trabalhar a aceitação de diferenças além de debater sobre o papel da escola em promover uma educação inclusiva, num contexto de educação para todos.

## **2. Contextualização da inclusão social na escola**

Falar em inclusão escolar não se restringe apenas ao atendimento a crianças portadoras de deficiência, sejam elas, físicas ou mentais. Do contrário, crianças com necessidades especiais são todas aquelas que apresentam dificuldades de aprendizagem quer seja por alguma deficiência biológica ou por fatores internos e externos à escola. Definindo os externos como a relação com a família, as condições de vida que lhe é oferecida, a realidade social e cultural à qual está inserida e todos esses exemplos são desafios enfrentados pela criança e pela equipe escolar, principalmente no que diz respeito ao professor e ao psicopedagogo.

Skliar afirma que:

Precisamos compreender o discurso em torno da deficiência para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está numa cadeira de rodas, ou o que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera... a deficiência está relacionada com a própria ideia de normalidade e com sua historicidade (SKLIAR, 2000. p.5).

Nesse sentido, ressaltamos que quando se inicia um debate sobre inclusão social, de imediato nos remete a ideia que indivíduos portadores de deficiência, no entanto, o conceito real vai além desse ponto de vista, contemplando crianças que apresentam fracasso escolar, dificuldades de aprendizagem, ou outros distúrbios.

Sendo assim, inclusão escolar é uma definição para a convivência coletiva de crianças que apresentam todas as dificuldades acima supracitadas com aquelas que não possuem laudo médico e, ainda mostram um ótimo rendimento escolar em todos os conceitos avaliados e exigidos pelo sistema educacional. Trata-se da ação de compartilharmos com pessoas diferentes de nós, aprendendo a aceitá-las da maneira que são.

Gadotti afirma que:

A educação tem importante papel no próprio processo de humanização do homem e de transformação social, embora não se preconize que, sozinha, a educação possa transformar a sociedade. Apontando para as possibilidades da educação, a teoria educacional visa à formação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela. (GADOTTI, 1995. p. 18)

Nesse contexto, compreende-se a grade relevância que a educação apresenta para a humanidade principalmente no que diz respeito ao seu processo de transformação social. Em todas as sociedades modernas concebe-se ser a educação responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com

qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

É necessário contextualizarmos a Educação Especial, pois, ela é a principal responsável pelos avanços da inclusão, uma vez que, por meio dela exigiu-se uma aceitação de conviver com as diferenças ao ser regulamentada em lei. Evidenciamos que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

A declaração de Salamanca (1994) é tida como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. Para o autor, a inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

Com a Declaração de Salamanca que ocorreu em 1994 na Espanha, os contextos foram mudando bem como a sua nomenclatura. Inicialmente eram chamados de doidos, doentes, de excepcionais, deficientes até serem considerados portadores de necessidades especiais assegurados em leis que garantem a sua inclusão em todos os setores necessários à vida.

Hoje, com a regulamentação da Educação Especial podemos afirmar que foi um grande avanço para quem apresenta algum tipo de deficiência, apesar de ainda não acontecer como está prevista em lei, uma vez que, a educação inclusiva em algumas instituições escolar não funciona, são inúmeras crianças e jovens vítimas de preconceitos e descaso, tanto por parte da família como por profissionais, são excluídos de ciclos de amizades, de uma educação igualitária e com qualidade.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) destacam a Educação Especial como,

Processo educacional escolar definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e

promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001. p. 69).

Sendo assim, a Educação Especial requer recursos diferenciados que contribuam para a inclusão e a integração de alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que se torna um desafio trabalhar com sujeitos diferentes em aspectos físico e, na maioria das vezes mentais.

Nota-se que é um desafio lidar com as diferenças, porém, esse deve ser superado naturalmente sem tratar o indivíduo com necessidades especiais diferente dos demais, ou com sentimento de piedade, procurando evitar estabelecer comparações desnecessárias para o seu desenvolvimento e crescimento enquanto ser humano. Outro fator nesse contexto refere-se à família que em alguns casos, tentam isolar como forma de proteção, o que contribui para que fique ainda pior a sua auto aceitação visto que também há um enfrentamento pessoal com essa situação, bem como a sua convivência como membro ativo da sociedade.

A inclusão de alunos com deficiência, que apresentam necessidades educacionais especiais na sala de aula comum do ensino regular, evidenciou que a prática pedagógica tradicional, baseada apenas na transmissão de conhecimento, é ineficaz para ensinar grande parte dos alunos.

Nesse sentido, convém destacar que a inclusão escolar não deve se limitar a separar crianças com necessidades especiais e agrupar em uma sala separando de outras que não apresentam nenhum distúrbio ou dificuldade de aprendizagem, do contrário, incluir significa unir, trabalhar junto, promover a interação entre os dois grupos citados buscando unificá-los, ensinando a descobrir valores e conviver em união, mantendo a situação de forma espontânea, sem medo de magoar, de ofender, de rotular, porque isso não é um defeito, mas uma circunstância da vida, a qual deve

ser encarada com coragem e autonomia, superando as dificuldades e os desafios que surgirem ao longo da vida.

No processo de educação inclusiva o importante é buscar trabalhar para manter a equidade, ou seja, buscar educar de acordo com as diferenças que cada um apresenta, evitando que alguma dificuldade resulte em impedimento à aprendizagem. Em se tratando de inclusão a sociedade de modo geral precisa conhecer os direitos e aprender a cumpri-los, nesse sentido, faz-se necessário educar dando oportunidades iguais, não educando a todos de um modo igual, mas dar a cada um, o que necessita para que atinja os seus objetivos e suas características individuais sejam respeitadas. Educar seguindo a proposta inclusiva consiste em respeitar as diversidades e seguir na vivência o que se propõe nos pilares da educação, com ênfase no aprender a conviver, que é um dos maiores desafios da educação inclusiva.

### **3. O atendimento inclusivo diante das diferenças**

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada na tese de que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, reconhecendo, assim, a diversidade que existe entre os alunos e que estes possam receber uma educação que respeite suas características “pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência)”. (SÁNCHEZ, 2005, p.11).

Para atender as diferenças é preciso conceber alguns elementos estruturantes que exige a demanda das ações educativas para educação especial, ou seja, saber o que se necessita, o que se tem, para se efetivar uma prática.

Acerca da organização dos sistemas de ensino para esse atendimento, as diretrizes, visando à incorporação da Educação Especial aos pressupostos da educação inclusiva, trazem, na essência dos seus fundamentos, o respeito aos dispositivos legais e orientações de caráter internacional, já até então dispostos a

propósito desse processo, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a LDB 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Plano Nacional de Educação(2001), entre outros de mesma relevância. Para tanto:

Esses dispositivos legais e político-filosóficos possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. Nesse sentido, tais dispositivos devem converter-se em um compromisso ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder, e em responsabilidades bem definidas para sua operacionalização na realidade escolar. (BRASIL, 2001, p.18).

Como documento legal, as diretrizes nacionais definem como deverá ser o atendimento para alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, organizando e orientando os sistemas de ensino nesse processo de mudança de paradigmas, ampliando as concepções teóricas e práticas da Educação Especial, pois que esta, historicamente, funcionava como serviço paralelo ao ensino regular. Ficando assim determinado:

Art. 7º. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. (BRASIL, 2001, p. 71).

Para atender as diferenças, como se observa, é necessário um conjunto de ações estruturais respaldadas em leis que garantam ações de educação especial. São diversas as responsabilidades das escolas quanto à organização das classes, dos professores, dos alunos, do currículo, do apoio pedagógico especializado, no qual doravante daremos maior atenção, bem como, aos aspectos relacionados à formação dos professores que atuam nesses ambientes.

Em consonância com tais determinações, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva surge no contexto educacional brasileiro como mais uma ferramenta governamental na tentativa de assegurar a implantação e manutenção de um ensino inclusivo.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial. (BRASIL, 2008, p.14).

Tal documento, elaborado em 2007, pela equipe da Secretaria de Educação Especial – MEC, tendo a colaboração de alguns pesquisadores de áreas afins, tem o objetivo de orientar os sistemas de ensino nas questões relacionadas aos alunos com Necessidade Educacionais Especiais (NEEs) buscando garantir:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008 p. 14)

Nesse contexto entende-se que a inclusão escolar é de responsabilidade do Estado, da escola e da família, cada segmento deve cumprir o seu papel com o objetivo de atender com qualidade e igualdade todos aqueles com necessidades educacionais especiais, as chamadas NEEs, que não se restringe apenas ao indivíduo com deficiência física ou mental, contempla também o educando que apresenta déficit de atenção, dislexia, discalculia ou qualquer outro distúrbio voltado à dificuldade de aprendizagem.

De acordo com Mantoan:



A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência/ e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003. p.67).

Nesse sentido entende-se que o atendimento a crianças com necessidades educativas especiais deve respeitar as limitações de cada indivíduo e desenvolver o seu trabalho considerando as dificuldades por eles apresentadas, mesmo que não sejam utilizadas práticas de ensino que alcance as especificidades dos alunos, esses têm a possibilidade de aprender por meio da interação e de uma qualidade de ensino.

#### **4. O psicopedagogo frente à inclusão escolar**

Ao discutir o assunto voltado para o atendimento às diferenças, surge a necessidade de fomentar sobre a Psicopedagogia, uma vez, que essa é uma ciência que lida com dificuldades de aprendizagem, desde a sua definição à compreensão dos motivos que as causam. Para tanto, Bossa assevera que:

A Psicopedagogia não é sinônimo de psicologia Escolar ou Psicologia Educacional. É uma área de estudos recente resultante da articulação de conhecimentos dessa e de outras disciplinas, apontando com novos caminhos para a solução de problemas antigos na Psicopedagogia, enquanto área de aplicação atua o Psicopedagogo. Esse profissional ocupa-se dos problemas de aprendizagem, os quais inicialmente foram estudados pela Medicina e pela Pedagogia, sendo hoje tratados por um corpo teórico que vem se estruturando a partir das contribuições de outros campos. (BOSSA, 2000, p. 14).

Nessa perspectiva, a Psicopedagogia é uma área de atuação ampla que contempla tanto o campo institucional quanto o clínico.

Por estudar o processo de aprendizagem, tentando entender os problemas que dela decorrem percebemos a sua relevância para o atendimento educacional especializado. Em se tratando de lidar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, é preciso ressaltarmos que não se trata apenas de alunos com deficiência física, biológica ou psicológica, mas também de alunos que apresentam dificuldades na leitura e na escrita, ainda ligadas ao raciocínio e ao cálculo, dificuldades no desenvolvimento psicomotor e cognitivo, entre outros.

O Psicopedagogo é o profissional especialista e, portanto, apto para auxiliar os educadores, podendo realizar atendimentos pedagógicos, visto que se o aluno apresenta dificuldades, o professor também deve ser investigado e observado para conhecer a sua prática didática e metodológica, deve haver ainda uma consulta com o núcleo gestor, uma vez que, o fracasso escolar envolve toda a equipe da escola, não somente o aluno que é protagonista do processo de ensino e aprendizagem, mas também os profissionais nele envolvidos.

É preciso destacarmos que o atendimento pode acontecer de forma individual para diagnosticar particularmente os problemas enfrentados pelo educando, procurando contribuir de forma significativa para a superação dos problemas apresentados. O psicopedagogo pode também optar por um trabalho realizado no coletivo, para observar as interações da criança, com os seus colegas e professores, seu comportamento diante do novo, do diferente, para intervir posteriormente no que foi identificado.

Nesse contexto, cabe ao psicopedagogo trabalhar junto à família, tentando conhecer as causas dos problemas, disponibilizando de recursos próprios da Psicopedagogia, como por exemplo: a ficha de anamnese é a mais indicada, por se tratar de uma entrevista feita diretamente com os pais ou responsável do educando, sobre a sua vida pessoal, sua relação com a família, suas preferências, seus desejos e frustrações, suas atitudes e comportamentos, bem como o de sua família para com ele, além de

ser considerado um documento oficial por ser um registro com assinatura.

Na sala de aula, o psicopedagogo pode utilizar recursos lúdicos, para trabalhar diretamente com o educando, conversar a fim de conhecer o seu discurso para entendê-lo, ganhar a sua confiança, que é um fator importante nesse processo de intervenção. Ainda no âmbito escolar, o psicopedagogo procura conhecer o funcionamento da escola, ao dialogar com o núcleo gestor, busca saber como é realizado o trabalho do professor, se a metodologia utilizada contribui para o avanço da criança, o psicopedagogo sugere novas estratégias de ensino, novos recursos, atividades diferenciadas e dinâmicas. Ações como essas podem ser percebidas durante uma observação da aula, ou através de relatos da professora, relatórios, registros no plano diário, e, principalmente por parte dos alunos.

Segundo Bossa (2000), o termo Psicopedagogia distingue-se em três conotações: como uma prática, como um campo de investigação do ato de aprender e como (pretende-se) um saber científico.

Nesse sentido, é importante compreendermos que o psicopedagogo não é o profissional que irá promover a mudança e de imediato obter um resultado positivo, mas esse especialista servirá de apoio e auxílio para melhorar e intervir no processo de ensino e aprendizagem. Por meio de sua atuação, a aceitação bem como o trabalho diante das diferenças pode ser vista por uma óptica motivadora, que diverte e não desanima o professor, o aluno com necessidades especiais e o que não apresenta tais necessidades. É preciso destacarmos ainda mais pelo fato de atuar numa abordagem clínica e poder diagnosticar e encaminhar para outros profissionais da área da saúde como psicólogos, terapeutas, psicanalistas, psiquiatras e médico clínico geral entre outros.

O psicopedagogo pode despertar o professor para um olhar sensível e atento diante de seus alunos visando enxergá-los com suas particularidades, olhando com atenção, percebendo quando esse

está passando por algum problema ou apresenta alguma dificuldade, mesmo que não esteja ao seu alcance identificar com precisão. Dessa forma, fica evidenciado que considerar as especificidades de cada aluno é fundamental e desse modo poderá garantir a qualidade de ensino para todos os alunos e não apenas para aqueles que apresentam dificuldades mais evidentes. É importante que os professores percebam a diversidade existente em suas salas de aula. E, a partir disso acompanhar e mediar cada caso conforme sua especificidade.

Deve-se lembrar que todos os alunos apresentam características físicas, comportamentais e emocionais próprias, sendo que devido à existência de tais características, uma prática de ensino voltada para um conjunto homogêneo de alunos não alcança êxito. Ressalta-se nesse sentido que o psicopedagogo em sua atuação irá considerar cada individualidade por priorizar a escuta do outro, para depois avaliar, não no sentido de rotular o aluno, mas para descobrir o que está contribuindo para o seu não aprender.

Para propiciar essa descoberta o psicopedagogo procura utilizar recursos que objetivam oportunizar o aluno a construir e compreender qual é a sua condição nesse processo de aprendizagem. Ressalta-se que tais recursos são voltados e embasados no universo lúdico por ser considerada uma estratégia inovadora e dinâmica para envolver com maior facilidade a criança na construção do conhecimento. Podemos citar como recursos: o uso de jogos diversos como da memória, quebra cabeça, de encaixe ou montagem que trabalhe regras, atividades com tipologias textuais como poema, música, recreações, brincadeira de faz de conta, atividades que envolva pintura com materiais diferentes, recorte e colagem, testes projetivos também são meios bastante utilizados para diagnosticar a concepção e observação da criança, seu raciocínio, a caixa lúdica é mais uma indicação para a atuação psicopedagógica, por conter diferentes materiais e propiciar à criança a usar a sua imaginação para criar e inventar o que desejar.

Logo, o psicopedagogo tem um papel importante no que diz respeito à sua contribuição para contexto de inclusão escolar, de aceitar as diferenças, de aprender e ensinar a lidar com o novo, de incluir e educar com valores, quebrando os paradigmas instituídos por uma sociedade preconceituosa, insensível e desumana.

## **Conclusões**

Na atualidade, podemos considerar que ainda há muito preconceito entre as pessoas, isso ocorre pelo fato do desafio de conviver com a diversidade. Somos diferentes, na forma de pensar, de agir, de vestir, nos diferenciamos na cor, na opinião, na classe social, na religião, mas em se tratando do âmbito escolar, a exclusão é ainda maior.

Percebemos essa afirmação se concretizar, quando nos deparamos com profissionais que rotulam os alunos por apresentarem dificuldades em aprender um determinado conteúdo, por não desenvolver habilidades iguais aos dos demais colegas, ou quando presenciamos pais de alunos menosprezando o filho por ser diferente do vizinho, por não aprender no mesmo ritmo, e ainda, quando vemos crianças com necessidades psicológicas e físicas ficando à mercê da piedade das pessoas, o que não pode ser considerada uma forma de respeito ao ser humano.

Aceitar e conviver com as diferenças ocorre a partir do momento que incluímos, que ajudamos e nos sensibilizamos sem diminuir o outro. No processo de ensino e aprendizagem, muitos foram os desafios surgidos e enfrentados, com a criação de leis citadas neste artigo notamos que houve um avanço no ato de inclusão através da educação especial, que nos submetemos a essa aceitação que deveria ser livre por se tratar de seres humanos que tem sentimentos e emoções.

Nesse sentido, surge o psicopedagogo como um profissional habilitado para atuar diante das diferenças. Entendemos que no âmbito escolar, o psicopedagogo pode avaliar os fatores que

contribuem para a manifestação das dificuldades de aprendizagem que pode ser de responsabilidade da escola como: metodologias de ensino e aprendizagem descontextualizadas, a falta de eficácia no planejamento, a ausência de profissionalismo e capacidade do professor para com o seu papel de educar, turmas numerosas, atividades fora da realidade do aluno e que não condiz com o seu nível de desenvolvimento e faixa etária, acompanhamento familiar inexistente, entre outros.

O psicopedagogo pode ainda identificar se os fatores que desencadeiam as dificuldades estão ligados ao desenvolvimento do indivíduo como: problemas com seus familiares, de ordem emocional, ou algum distúrbio de aprendizagem e transtornos atitudinais ou relacionados ao seu comportamento. Sendo assim, destacamos as palavras de Ferreira (2005) quando ele diz que:

Toda perspectiva de inclusão não será alcançada se não tivermos atingido o âmago dos processos de exclusão social tão inerentes à vida em sociedade. Reconhecer a exclusão, seja ela de qualquer natureza e tome a forma que tomar, é no meu entendimento, o primeiro passo para nos movermos em direção à inclusão na sala de aula, na escola, na família, na comunidade ou na sociedade (FERREIRA, 2005. p.46).

Através das reflexões apresentadas nesse estudo pode-se também afirmar que o direito à educação, como pressuposto de uma sociedade inclusiva, está acima das dificuldades, quer sejam físicas, pedagógicas ou didáticas que qualquer sistema, escola ou profissional venha amparar-se para justificar o desrespeito a esse direito.

A escola precisa acompanhar e interagir com as mudanças advindas de uma educação inclusiva, tornando-se verdadeiramente em um espaço democrático, dialógico e dinâmico, dentro do conceito de educação para todos, como procuramos destacar neste trabalho. É nessa condição que se pode falar em uma escola inclusiva.

Outro aspecto importante a ser considerado são as políticas públicas para a efetivação do processo de inclusão. Compreendemos que estas precisam focarem conteúdos e práticas próprias da inclusão, no sentido de instrumentalizar e dar condições necessárias para que professores e alunos tenham êxito nas atividades de ensino.

Diante do exposto, ressalta-se a importância do psicopedagogo no processo de inclusão escolar, que através de seus próprios métodos é mais um profissional para somar na luta contra a exclusão, tendo em vista, que no processo de educação, se visa qualidade de ensino e aprendizagem e não quantidade, sendo assim, este estudo possibilitou uma reflexão acerca do desafio que nós seres humanos independentes da função que desempenhamos, nos deparamos.

Portanto, consideramos dentro dos objetivos deste artigo um importante subsídio teórico para auxiliar o professor em seu processo de inclusão, numa perspectiva educacional voltada para a pesquisa. Vale lembrar, que neste estudo não está uma receita pronta, mas as considerações aqui destacadas servirão para ampliar a prática pedagógica do professor, no sentido de encarar a educação inclusiva como um desafio necessário para atingir o objetivo de uma educação para todos.

## Referências

- ARANHA, Maria Salete F. **Trabalho e emprego**. Brasília: CORDE, 2003.
- BOSSA, Nádia. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- BOSSA, Nádia. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 2ª ed. Revista e Aumentada- Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRASIL, 1988, **Constituição Federal**, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesqui>>-Brasília, S. G. / Cenesp.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.

HERRERO, M. J. P. **Educação de alunos com necessidades especiais**. Traduzido por: Maria Helena Maurão Alves Oliveira e Marisa Bueno Mendes Gargantini. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

M. S. F., 2005, **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.sa/prolei/mais.htm. Acesso em 18 de outubro de 2016.

SÁNCHEZ. Pilar A. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão: Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. Brasília. v. 1, n. 1, out. 2005. p. 7-18.

SANTOS. M. P., dos. **Educação Especial: A família e o movimento pela inclusão**. Brasília: MEC/ SEED, 1999, p.78.

SKLIAR, C. **A invenção da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade**. Mimeo, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 22 outubro de 2016.



# Capítulo 15

## A educação básica e o atendimento a pessoas com deficiências

*Soraia Kaline Delmondes<sup>1</sup>*

*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

A sociedade necessita adaptar-se as necessidades das pessoas com deficiências, para que estas possam se sentir incluídas e desenvolver-se. Mas, muitos são os desafios no processo de inclusão social, já que nem todos estão preparados ou tem conhecimentos acerca do incluir, de respeitar a diversidades, como também lidar com estes, o que vem a desencadear resultados negativos para os sujeitos acometidos, como também para a própria sociedade.

A educação inclusiva envolve o atendimento a pessoas com limitações no processo de aprendizagem, em que requer a presença

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Ambienta pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-PE. E-mail: soraiakd2012@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

de profissionais preparados para suprir suas necessidades intelectuais e sociais. Quando o docente compreender as particularidades do público que trabalha, melhores serão as condições e possibilidades de aprendizagem, já que os sujeitos estarão sendo compreendidos, e a prática docente será executada de forma que possibilite melhores aprendizagens.

O ambiente escolar necessita estar adaptado, tanto em sua estrutura física, possibilitando a locomoção dos educandos com limitações locomotivas, como também didáticas, para que o processo de aprendizagem possa ocorrer com êxito, e estes sujeitos desenvolvam-se intelectualmente, como também se sintam motivados na realização de novas descobertas.

O fazer pedagógico na inclusão, envolve a realização de uma postura diferenciada por todos os educadores, em que estes levem em consideração as limitações dos sujeitos que se encontram em sala de aula, oportunizando o alcance do progresso formativo e social. Os procedimentos metodológicos influenciam de forma direta no processo de aprendizagem, o que requer do docente a sistematização e definição de estratégias eficientes para assimilação das informações repassadas.

O presente trabalho tem como finalidade compreender a educação básica no atendimento a pessoas com deficiências, e as possibilidades de aprendizagem. Caracterizando-se como pesquisa bibliográfica, embasada em autores como: Magalhães (2002), Corrales (2000), Miltler (2003), entre outros.

## **2. Concepções sobre deficiências**

As deficiências são múltiplas, estas não apresentam apenas um tipo, o que requer a compreensão acerca das deficiências, para que se possa trabalhar de forma adequada. As deficiências podem ser congênitas ou adquiridas, podem ser temporárias ou definitivas, sendo necessária a intervenção médica para determinar sua

permanência na vida do indivíduo, como também a melhor forma de lidar com as limitações.

A pessoa com deficiência foi definida pela ONU (2008), como:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ONU).

Durante a realização da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU diferentes tipos de políticas foram aprovados, em prol de melhores condições de vida para as pessoas com deficiências, para que estas tivessem assegurado o seu direito de inclusão e desenvolvimento social, possibilitando uma melhor qualidade de vida.

As políticas públicas sócias foram e são criadas com base das necessidades da sociedade, para que esta tenha direito a qualidade de vida, que inferi de forma direta na formação do indivíduo, oportunizando ao progresso formativo, social e econômico.

Ainda com enfoque na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2008), ressalta que a deficiência:

e). Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Perante este enfoque, as deficiências envolvem as limitações existentes nas relações sociais, desenvolvimento intelectual, caracterizando-se como as barreiras existentes no cotidiano do indivíduo, em que requer do Estado e demais entidades a realização de estratégias voltadas para a inclusão e asseguarção de direitos a este público.

### 3. A LDB e a educação especial

A oferta da educação básica busca contemplar um público amplo, para que estes venham a ter condições de se desenvolverem, e terem oportunidades para ingressarem no mercado de trabalho, como também ter o direito a uma vida social e digna.

Perante este enfoque, é relevante compreender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em suas considerações acerca da educação especial, em que estabelece em seu art. 58 como:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

A educação especial vem sendo ao longo dos anos aprimora em seu processo de seu desenvolvimento, para que os educandos com limitações no processo de aprendizagem possam se desenvolver. Ainda com base no artigo 58, este ressalta sobre a responsabilidade da escola, em que esta disponibilizará de profissionais qualificados, para atender a demanda existente, levando em consideração suas peculiaridades. Como também, o serviço educacional ofertado para educandos com deficiências será realizado em classes, escolas, como também na disponibilização de serviços especializados, e se possível estes educandos serão integrados a classes comuns, para que se possa desenvolver junto com os demais, diante das mesmas oportunidades.

Conforme Art. 59, ressalta que os sistemas de ensino têm como responsabilidade de assegurar a educandos com deficiências, superdotados:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Assim, percebe-se que, as pessoas com deficiências apresentam os seus direitos em relação ao acesso à educação básica, em que estes devem ter desde uma boa estrutura física, como atendimento educacional especializado, para que possa se desenvolver intelectualmente, e relacionar-se significativamente em seu meio.

#### **4. A escola no atendimento a pessoas com deficiências**

A escola é um ambiente em que proporciona o desenvolvimento intelectual e social do sujeito, em que oferece condições por meio da disponibilidade de recursos materiais, como recursos humanos aptos para atender a diversidade diante de suas particularidades.

De acordo com Magalhães (2002, p. 35), ressalta que a educação é indispensável para o desenvolvimento humano,

Em sociedades democráticas a educação representa um direito de toda a população, incluindo, então às pessoas denominadas

portadoras de necessidades educacionais especiais. Quando se realiza tal afirmação significa que o sistema escolar deve receber toda e qualquer clientela, independentemente, das características psicossociais que as diferenciem da maioria da população e, fundamentalmente, lançar um olhar para as diferenças que circulam na escola em situações de diálogo e conflito (MAGALHÃES, 2002, p.35).

Muitos avanços ocorreram no ambiente escolar, entre eles a inclusão de pessoas com deficiências neste espaço, em que estas têm direito a uma educação que contemple suas particularidades, e respeite suas limitações.

O ambiente escolar necessita ser um espaço voltado para construção de saberes, que estimule o educando com deficiência a realizar descobertas, como também a interagir com o seu próximo, para que possa desenvolver relações estáveis em seu meio (CORRALES, 2000).

A adequação do espaço físico possibilita a locomoção dos sujeitos com deficiências físicas, em que estes sentem-se motivados a estabelecer relações, como também passam a ver o ambiente escolar com um espaço de progresso e inclusão. Por sua vez, quando o educando com deficiência se depara com barreiras locomotivas, este se decepciona, e passa a se ver excluído.

Por sua vez, educandos com necessidades comunicativas, necessitam de profissionais qualificados, que saibam trabalhar com a língua de sinais, para que estes possam se desenvolver, e estabelecer relações adequadas na sociedade, e terem acesso ao mundo de informações, que se encontra disponível por meio desta forma de linguagem (MITTLER, 2003).

Perante este enfoque, o ambiente escolar deve estar preparado, por meio da presença de profissionais multidisciplinar, que contemplem as necessidades existentes, e busquem estar em constante qualificação para suprir as necessidades educacionais existentes neste meio.

## 5. A qualificação no atendimento a pessoas com deficiências

O docente em sala de aula atua de forma direta na transmissão do saber, em que este deve levar para sala de aula informações relevantes, por meio da utilização de procedimentos metodológicos diferenciados, que estimule o educando na realização de descobertas. Quando o docente reflete acerca das necessidades existentes em sala de aula, este proporciona melhores oportunidades de aprendizagem.

A qualificação docente é essencial para realização das atividades, propiciando o alcance do êxito, já que o docente quando qualificado esta busca compreender o seu campo de atuação, levando possibilidades para o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (PAIVA, 1996).

As limitações no processo de aprendizagem são variadas, o que requer do docente uma postura investigativa para compreendê-las, e consecutivamente identificar medidas que facilitem o processo de aprendizagem, por meio da utilização recursos metodológicos eficientes, que facilitem a compreensão. Assim, o docente percebe a necessidade de estar em constante qualificação, para que este possa oportunizar o educando a desenvolver-se.

Chiavenato afirma que treinamento (1999, p.295):

É uma experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de desempenhar um cargo. Também é um processo educacional de curto prazo aplicado de maneira sistemática e organizado, através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos definidos.

A educação inclusiva requer em sala de aula a presença de profissionais qualificados, que possam suprir as necessidades existentes, e possibilitar aos educandos com deficiências oportunidades de compreender e apropriar-se das informações apresentadas. O docente necessita estar em constante qualificação,

para estar por dentro das mudanças na sociedade, e as particularidades existentes em sua profissão.

## 6. Conclusões

O atendimento educacional voltado para pessoas com deficiências necessita ser executado com base nas necessidades deste público, levando em consideração suas particularidades comunicativas, como também locomoção e capacidade de aprendizagem, para que se possa realizar medidas adequadas no alcance da aprendizagem.

A escola deve ser um espaço acolhedor, para que estes sujeitos sintam-se acolhidos no processo de aprendizagem, e possam socializar-se bem em seu meio, sendo respeitados diante de suas limitações.

A docência quando está embasada em saberes acerca das deficiências, esta sistematize os procedimentos a serem executados em sala de aula, para que todos os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem sintam-se incluídos, e alcance o progresso intelectual e social.

## Referências

BRASIL. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**-Política de Educação Inclusiva 2008, Brasília: MEC, 2009.

CORRALES, J. **Aspectos políticos da implementação das reformas educacionais**. 2000. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/PESQUISA/BBEONLINE/det.asp?cod=52761&ty pe=M>. Acessado em: 02 de dezembro de 2009.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Atlas, 1999.

DEJOURS, C. (2004). **Subjetividade, trabalho e ação** (H. Karam, & J. Abrahão, Trad.). Revista Produção, 14(3), 27-34.



MAGALHÃES, R. C. B. P.; LACET, Sarah Jesuino de Paiva. CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. **Inclusão, necessidades educacionais especiais e docência: palavras que se entrecruzam.** In: SALES, José Albio Moreira de Sales; BARRETO, Marcilia Chagas Barreto; FARIAS, Isabel Maria de Sabino. Docência e formação de professores: novos olhares sobre temáticas contemporâneas. Fortaleza: EDUECE, 2009.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Armed, 2003.

PAIVA, V. **Desmistificação da Profissões: quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho.** Revista Contemporaneidade e Educação, 1996.



## Capítulo 16

# Educação inclusiva: uma perspectiva histórica dessa modalidade

*Francisca Cleide Pires Cantarele Lima*<sup>1</sup>

### 1. Introdução

É a partir do século XVIII que se encontram as primeiras iniciativas visando evitar o isolamento dos cegos e dos demais excepcionais, numa tentativa de desenvolver as potencialidades que eles ainda dispunham (LEMOS, 1981, apud BUENO, 1993).

Mediante a análise do processo histórico é possível verificar que a forma como a sociedade relaciona-se com as pessoas com necessidades especiais está vinculada às conquistas dessa mesma sociedade. Várias foi às concepções de deficiência que permearam o debate sobre as pessoas com necessidades especiais dentro da sociedade e, principalmente, seu acesso à educação, sendo que as atitudes sociais estão atreladas aos conceitos e atributos da saúde, da doença e da deficiência.

Optou-se neste trabalho por apresentar somente alguns momentos significativos da história da Educação Especial, considerando que este tema já foi amplamente discutido por diversos autores da área. No entanto, tais informações têm sido acessadas apenas por professores especialistas da Educação Especial e, acreditamos que deveriam ser socializadas a todos os professores.

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia, Especialista em Geografia e Psicopedagogia pela FLP-CE.

Os pressupostos trazidos por essa pesquisa possibilitam ir além do conhecimento da Constituição Federal onde estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Esse artigo nasceu da necessidade de investigar até que ponto a Constituição de 1988 favorece a Educação Especial, será que todas as escolas estão adequadas para receber esses alunos? E os professores foram capacitados para trabalhar com essa modalidade? A partir de quando? A escola pública se estruturou? Assim, é importante indagar sobre a formação e as transformações avanços, conquistas e desafios sobre o processo de ensino na Educação Especial.

Vivemos na era da automação, as distâncias encurtaram, o mundo globalizado somos consumidos pelo tempo e pela tecnologia as escolas necessitam de avanços de organização e de mecanismos avançados de planejamento estratégico e de gestão de pessoas.

A proposta da escola nova ganhou forças a partir de 1932, a LDB desde 1988 propaga essa conquista, mas percebe-se que não é bem assim, pois, até hoje se conta ainda com um número significativo de escolas que não estão adequadas para essa inclusão onde infelizmente, algumas instituições realizam apenas ações pontuais o que tem sido objeto de reflexão de diversos autores.

Outra importante distinção conceitual diz respeito à constituição de fundamentação na esfera de valores de uma proposta capaz de sustentar uma educação inclusiva. No entanto a educação as Instituições os educadores não podem e não devem estar na zona de conforto com tal situação, a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Compreender a inclusão é dimensionar o enfoque de uma educação integradora, é também dinamizar, adaptar o currículo às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, é pertinente conhecer sua formação histórica, seus aspectos conceituais e indicia-los, confrontá-lo com a sociedade e seus

dilemas, bem como com o seu processo de aceitação nas redes de ensino. Assim, tem-se como ponto de partida uma leitura abrangente acerca dessas transformações impasses desafios, avanços, inovações e valorização da Educação

## **2. Educação inclusiva utopia ou realidade?**

A educação Especial Inclusiva é uma das modalidades destacadas em três artigos da LDB Capítulo V. art. 58 a 60. Duas, são as leis mais importantes, para a educação: A Constituição da República Federal do Brasil de 1988. E a LDB 9394/ 96, sem falar nas legislações específicas em nível nacional como o Decreto Nº 7.611/2011.

Independentemente de suas modificações no decorrer da história, a escola foi e é, a Instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado. E para cumprir o seu papel, o de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa como prepará-la para cidadania e qualificá-la para o trabalho, como definem a Constituição e a LDB, é necessário que suas incumbências sejam exercidas plenamente.

No Brasil, desde o começo de sua história, temos a forte tradição de uma escola para pouco. Essa situação começaria a mudar a partir do séc. XX depois da Proclamação da República. Ainda assim, por muito tempo a escola exerceu e ainda exerce uma educação excludente.

O fato da Nova LDB reservar um capítulo específico para a educação especial pode revelar o reconhecimento social dos trabalhos realizados na área ou ser fruto das lutas pelos avanços e conquistas de direitos para pessoas com necessidades especiais historicamente discriminadas na sociedade. A convenção de Guatemala em 1999 afirma nesse Decreto no Brasil, que todas as pessoas com deficiência têm os mesmos direito, abrindo as portas para a educação criar novos rumos com análise e interpretação onde

faça valer de fato e de direito e que não haja nenhum impedimento e ou discriminação.

Brasil (2008, p.4) nos aponta que:

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Aqui a educação especial deixa de ser apenas da modalidade de ensino infantil e passa a atuar em todos os níveis de aprendizagem.

Período, com as lutas sociais, os avanços sobre uma sociedade discriminatória e sobre o estudo de como lidar com essas pessoas veio a contribuir para uma política de educação discursiva, criando assim um paralelo entre diversidade x deficiência x ensino especializado.

Os alunos que são atendidos pela Educação Especial, têm urgência da necessidade de organização do ensino, ou a capacidade de oferecer a cada aluno aquilo que ele especificamente necessita, estratégias particulares um determinado ritmo uma certa forma de trabalhar o conhecimento e uma educação igualitária que incorpore a urgente necessidade personalização.

A educação inclusiva ganhou uma ferramenta importante, nos que diz respeito às cobranças sociais, educacionais e governamentais, não se podia mais jogar responsabilidades apenas as escolas, seria responsabilidade de todos lutarem pela interação desses na educação e no meio em que deveria atuar, sobre tudo seria uma maneira de lembrar aos representantes políticos suas responsabilidades sobre esses membros da sociedade.

Daí por diante o que ocorre são lutas constantes para a inserção social dos portadores de deficiência em todos os espaços sociais. Numa percepção mais ampla podemos dizer que se muda o conceito de cidadania, e coloca ao meio, novos sujeitos sociais,

quebra-se uma hierarquia de poder e imperializa novas possibilidades de ensino-aprendizagem a educação especial.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério Público Federal (MPF), O Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), entre outros, são contribuintes a formação do ensino especializado. As lutas desses membros tinham/tem um mesmo objetivo que era o acesso e permanência tanto na educação fundamental como na educação superior, o importante é a garantia do fortalecimento as escolas públicas.

De acordo com Brasil (2008, p.14):

Com relação à distribuição das matrículas por etapa de ensino em 2006: 112.988 (16%) estão na educação infantil, 466.155 (66,5%) no ensino fundamental, 14.150 (2%) no ensino médio, 58.420 (8,3%) na educação de jovens e adultos e 48.911 (6,3%) na educação profissional. No âmbito de educação infantil, há uma concentração de matrículas nas escolas e classes especiais, com o registro de 89.083 alunos, enquanto apenas 24.005 estão matriculados em turmas comuns. O Censo de Educação Especial na educação superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos, representando um crescimento de 136%.

A Política Nacional de Educação Especial dimensionou o acesso dos portadores de deficiências ao sistema de ensino. Um grande saldo e marco em relação há tempos passando. Considerando o processo histórico, vão se modificando os conceitos, as práticas e metodologias de ensino, a legislação, indicando avanços no que diz respeito a propostas pedagógicas.

A isso, Arantes (2006, p. 35), nos alonga: O planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre a inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados,

permitindo a (re) definição dos papéis da educação especial e do lócus do atendimento desse alunado.

### **3. Proposta x Escola e Comunidade**

O Projeto Político Pedagógico Inclusivo, como instrumento teórico-metodológico norteador do processo de ensino de uma Instituição Educacional, que contém uma coletânea de dados definidos com o objetivo adequado que incorpore e de estabelecer pontes entre a escola e a comunidade para favorecer mais essa modalidade com apoio no currículo, uma vez que a adversidade não deve ser vista como um problema, mas como um crescimento das relações humanas trabalhando o cidadão como sujeito de mundo para viver melhor na sociedade, com planos, projetos, metas e o cuidado individual de cada aluno, apontam alguns fatores que dificultam ações coletivas deve conter essas características.

Os cidadãos que querem formar a missão da Educação Inclusiva com todos os aparatos de acessibilidade o perfil dos profissionais, a formação continuada a gestão democrática as expectativas, o que se espera o conteúdo curriculares coerentes com essa realidade os projetos de parceria, a construção das competências, a metodologia de ensino os planejamentos flexíveis o acompanhamento do pedagogo e de outros profissionais.

Segundo o MEC. E o Secretaria de Educação Especial, no Programa de Educação Inclusiva-2004, relata que: numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e o foco central de toda ação educacional contando com todo apoio que permeiam no cenário Nacional.

Escolas Inclusivas devem conhecer e responder às diferentes necessidades de seus alunos assegurando uma educação de qualidade com currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino diferenciadas, fazendo inclusive uso de recursos e parcerias com a comunidade. (ZÓRTEA, 2007, p.39)



A autora trata da necessidade das escolas se organizarem tanto nas questões estruturais como organizacionais buscando parcerias com a comunidade para oferecer de fato e de direito uma escola de qualidade.

Para tanto, se faz necessário compreender o que é inclusão, interação, diversidade, no campo social que demarca a existência de uma sociedade pluralista e ao mesmo tempo multiculturalista, que na mesma proporção que demonstra tolerância sobre os fatos sociais, cria um processo de rejeição sobre o outro e suas ações ou sobre o mundo e suas ações, evidenciando assim, uma complexidade na formação do sujeito social.

Nesta perspectiva, a inclusão é um processo de interação, ambos são indissociáveis, significa, portanto, unificar, fazer parte. Não existe assim, inclusão sem a interação, separada a ação é incompleta. Neste caráter, podemos dá vários significados a inclusão.

Para Stainback & Stainback (1999, p. 178), inclusão é o “processo de criar um todo, de juntar todas as crianças e fazer com que todas aprendam juntas”. Para os autores é um processo de participação conjunta, que como sujeitos sejam envolvidos no processo da aprendizagem de modo coletivo.

Arantes (2006, p. 40) enfatiza a inclusão e seu processo educativo como:

Um novo paradigma, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino.

Aqui a ideia de ruptura apresenta em caráter de resignificação, como uma atitude de nova expressão, compreensão, de novos fazeres ao contexto de incluir-integrar. Deve-se quebrar o paradigma de sociedade que não enxerga o outro na sua diferença.

É preciso, contudo, criar condições de autonomia social, pessoal, educacional para que se repense os direitos de igualdade, de limitações, em ênfase as dificuldades apresentadas por cada um.

Outro fator importante é que, falamos de educação inclusiva, mais faltam escolas desse porte para receber os especiais para que haja mudanças nessa cultura e nas consequentes práticas existem os aparatos essenciais como o financeiro, estrutura transporte escolar e a acessibilidade de todos os órgãos.

Quanto ao gestor, ele deve garantir uma prática de reflexão sobre as consequências das práticas desenvolvidas sobre a Educação Especial, para transformar a cultura escolar num espaço produtivo de segurança, respeito, dignidade onde ele organize os espaços de discussões, o que primeiro ele precisa investir, acreditar e avaliar para depois diagnosticar as barreiras que impedem as ações conjuntas no processo educacional e não só está voltado para o cumprimento de metas.

A família, por sua vez se recusa de mandar os filhos para a escola e as crianças têm vergonha de ser discriminada muito com as dificuldades enfrentadas a sociedade tem uma cultura de que deficiente é uma pessoa que não produz.

Alguns professores perpassam ao longo do tempo por situações constrangedoras, sua postura tem passado por muitas críticas, o Sistema de Ensino está sempre reinventando novas metodologias no ensino buscando modelo de outros países, as propostas do governo vem recheada de coisas novas e para ser implantada no Brasil faz uma grande diferença isso, porque nosso sistema não tem a mesma estrutura funcional dos Países de Tecnologia de Ponta e hoje se observa no ensino muitos métodos diferentes de se trabalhar com o educando da Educação Inclusiva onde professor fica confuso uma hora com metodologia tradicional, outra hora construtivista, ainda não se tem uma receita viável.

O professor faz o que está ao seu alcance, mas deve apresentar resultados positivos aos Sistemas de Avaliações como: PISA, SAEB, SAEPE e outros. O desenvolvimento, das competências conceituais,

atitudinais e aparte psicológico, holístico e humanístico ficam a desejar. O professor é comandado pela política de todas as esferas ele perdeu sua identidade sua autonomia ele é condicionado a seguir as propostas determinadas pelo o sistema de ensino e mostrar resultados. Isso porque os Indicadores Nacionais apontam resultados abaixo da meta.

Com isso, o princípio da inclusão orienta-se em oferecer suportes ao processo da aprendizagem, assegurando aos indivíduos condições e ofertas de aceitação à diversidade. Daí o avanço em afirmar que quando estamos “entre” sociedade inclusiva, conseguimos educar e ter uma educação inclusiva.

É preciso também esclarecer que para almejar uma educação inclusiva se faz necessário, desenvolver um currículo equilibrado e diversificado, estabelecendo critérios flexíveis à colaboração de um intercâmbio entre escola e sociedade, afinal, essa abordagem pressupõe pensar a inclusão, o ensino como uma ação reflexiva, ativa e compensatória.

Para Mantoan, (2006, p.16), considerada uma das maiores defensoras da inclusão, esclarece que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que está pautada no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir a igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular.

Evidenciar-se, que a inclusão veio para instituir um direito que todos já o possuem, o aperfeiçoamento da identidade, além de criar uma mútua relação entre os direitos humanos e o ser individual, estabelecendo com isso o sentido da equidade social-inclusiva, capaz de valorizar as particularidades de cada um.

Marques (2009, p.151) ressalta que “o paradigma da inclusão é o maior representante da valorização do homem na sua

diversidade, rompendo com o ciclo vicioso de uma sociedade dominante excludente”.

Crer em uma sociedade inclusiva é fortalecer a aceitação das diferenças, é entender que inclusão não é apenas aceitar o indivíduo na sua deficiência, e nem tão pouco garantir espaço adequados, é propor abertura para permanência em comunidade, minimizando o conceito de exclusão e estabelecendo o conceito de sociedade para/da diversidade.

A recusa dos pais e das crianças para ir à escola é outro problema enfrentado muitas vezes os pais não aceitam, a sociedade discrimina a pessoa, com o olhar de desprezo e de coitadinho com limites, e que deficiente é uma pessoa improdutivo, inútil sem perspectivas e que o tratamento é bem diferente das pessoas normais.

#### **4. A máscara do faz de conta**

Acontece quando, a escola faz de conta que cumpre o seu papel, que atende a Educação Inclusiva, o sistema faz de conta que distribui os recurso sem tempo hábil e o professor faz de conta que está realizando um bom trabalho os aluno fazem de conta que aprendem e os pais na zona de conforto bem acomodados, não buscam não cobram não investigam não se mobilizam os poderes públicos consideram que tudo está muito está bem obrigado em panos mornos adormecidos e o tempo passando e ninguém é cobrado.

A Educação Inclusiva deve promover e quebrar os velhos paradigmas o aluno deveria ser o sujeito de direito e o foco de toda ação educativa contando com o apoio de todos os profissionais que compõem o cenário educacional dentro da escola regular, o que na verdade retrata outra realidade observa-se uma falta de apoio, uma indiferença uma frieza um descompromisso, uma causa solta sem encaminhamentos e sem avaliações, por parte de muitos profissionais, até porque muitos desconhecem a pauta e nunca foram orientados e nem capacitados para defender essa causa os mesmos não tem objetivos e nem avaliação.

A importância da contribuição do Conselho Escolar no desenvolvimento escolar e pedagógico da escola, enfatizando o empenho dos gestores no cumprimento dos mecanismos legais em prol da democratização da escola para diagnosticar problemas apontar soluções, intervir no processo de ensino desde que a gestão seja participativa aberta autônoma, crie espaços para essas ações conquiste os funcionários a desenvolver e conduzir todo trabalho coletivo O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez nunca estão preparados para esse atendimento e acompanhamento a atuação é solta falta uma triagem e uma organização mais sólida desse processo.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos os gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola (MITLER, 2003, p.25).

Segundo o autor, A Educação Inclusiva exige mudanças um olhar crítico culturas e nas suas consequências. A escola deveria repensar essa prática, nunca podia delimitar e nem só privilegiar só o ensino regular, pois a exclusão acontece a partir do momento que você não oferece esse espaço.

## **5. Conclusões**

É notório que apenas leis e declarações, por mais pertinentes e apropriadas que sejam por si só não revertem situações e crenças arraigadas na consciência social dos indivíduos. Ainda que haja iniciativas governamentais e esforços internacionais, é bem sabido que a mudança do paradigma da educação especial vista como algo à parte, um apêndice da educação e conseqüentemente, também um apêndice da sociedade, é algo que requer ações de convencimento e para tal necessariamente deverá expandir-se e deixar de permear apenas a comunidade científica.

Assim, a Educação Inclusiva só terá êxito na escola se adotar práticas e metodologias a postura e a filosofia de acordo com a necessidade de cada aluno. A inclusão deve iniciar e só funciona a partir da Educação Infantil com planos e adaptações curriculares adequados, respeitando o tempo pedagógico do aluno com turmas condizentes à sua idade à sua adversidade as condições as peculiaridades e a deficiências. São muitos os desafios e as barreiras, merece uma reflexão mais profunda para os ajustes que deverão ser feitos.

A educação pode e deve melhorar uma vez que ela é seja também o foco do ensino como o regular, até porque se percebe é que existem bons exemplos de práticas pedagógicas que funcionam, sabendo que escola é a Instituição que cuida e é responsável pelo pleno desenvolvimento da pessoa seu processo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E para cumprir o seu papel a escola deve ter profissionais preparados não só uma vez com programas, mas sempre todo tempo com formação continuada.

A inclusão implica em mudanças significativas, é garantir a aprendizagem plena precisa da valorização dos profissionais à segregação das pessoas começa a partir do momento que não se oferece condições e quando a escola é dividida em dois espaços, escola especial e escola de ensino regular.

Portanto, necessitamos de Políticas Públicas coerentes que não só faça de conta que a educação está bem e acontecendo, de salários dignos de formação continuada com foco nos objetivos do currículo centrada na realidade da educação que estamos vivendo hoje, ou seja: dessa sociedade sem dignidade e discriminada.

Em se tratando dos processos de inclusão e exclusão, a literatura, ao longo da história, evidencia que os autores, nacionais ou estrangeiros, parecem insatisfeitos com os paradigmas que têm predominado nas práticas da Educação Especial pois, a despeito de todos os esforços, constata-se que os alunos com deficiências, distúrbios de conduta e talentos especiais continuam excluídos, seja

das escolas comuns e até de escolas especiais, seja da apropriação do saber, na intensidade e ritmo necessários para sua aprendizagem.

## Referências

- ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEEP, 2008.
- BRASIL, Ministério Da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva Na Escola**. Brasília, 2004.
- BRASIL, **Programa de Educação Inclusiva: Direito á Diversidade**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Espacial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. In: Inclusão: **Revista De Educação Especial**. Brasília/DF: 2008.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- MARQUES, C. A. Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault. JESUS, D. M. [et al.]. In: **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.
- MITLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MORINA, A. **Teoria e prática da educação inclusiva**. Archidona: Cisterna, 2004.
- PROGEPE. **Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar**, Secretaria Estadual de Educação do Governo de Pernambuco PROTEPE- 2012.
- STAINBACK, S., STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magde France Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ZÓRTEA, A.M. **Inclusão na Educação Infantil**. Brasília, 2007.





# Capítulo 17

## A educação superior e mudanças pedagógicas

*Maria Jacilde Pereira Cordeiro<sup>1</sup>*

*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

O ensino superior no Brasil vem sendo alvo de estudos por muitos pesquisadores, em que buscam compreender suas mudanças, avanços e em especial sua didática, que requer muitos docentes preparados. Perante este enfoque, será que os docentes do ensino superior têm conhecimento das mudanças que ocorreram no ensino superior? E dos benefícios que surgiram ao longo dos anos? Assim, percebe-se que há uma história e diferentes ações que envolvem a docência no ensino superior.

Com os avanços tecnológicos permitiu aos docentes e discentes o acesso a pesquisas avançadas, possibilitando a

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC., Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Araripe – FAFOPA. E-mail: [jpc\\_c@hotmail.com](mailto:jpc_c@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

descoberta de novos conhecimentos, e benefícios para uma melhor qualidade de vida. A ciência envolve o estudo, por meio da compreensão dos fatos e fenômenos que permeiam na sociedade, sejam problemáticas ou inovação, mas ambos possuem princípios de articulação e benefícios para o homem.

O docente desempenha papel importante no processo formativo do educando, necessitando este estar qualificado para atender as variadas necessidades que possam surgir em seu âmbito. A docência no ensino superior exige do professor, flexibilidade e métodos inovadores que possam instigar no educando o prazer por novas descobertas, em especial por realizar suas próprias descobertas.

O presente trabalho tem como finalidade descrever a docência no ensino superior e a necessidade de inovação, e suas contribuições para formação profissional. O desenvolvimento deste estudo foi por meio de pesquisa bibliográfica realizada em diferentes recortes científicos, embasado em pressupostos de autores como: Martins (2000), Anastasiou e Pimenta (2000), entre outros autores.

## **2. A educação superior no Brasil**

Com a rápida expansão do Ensino Superior no país vem desencadeando uma grande necessidade de docentes qualificados em diferentes áreas do conhecimento, para contribuírem de forma significativa no processo de desenvolvimento dos acadêmicos em plena formação. Sendo necessário salientar que, com o aumento do número de matrículas nas universidades passou-se a dar mais importância a escolarização a nível superior em especial perante sua atuação no mercado de trabalho (MOROSINI, 2000).

É importante ressaltar que a partir do pós-guerra, possibilitou para o Brasil a expansão em diferentes áreas, em especial no sistema educacional, desde o nível básico a educação superior. Para Martins (2000), nos últimos anos vem crescendo o ingresso de jovens no

ensino superior, como também as possibilidades de ingresso na graduação.

Nas universidades há uma necessidade de constante qualificação pedagógica que merece atenção, visto que a atuação docente implica no processo formativo. Para Teixeira (1989), citado por Coelho e Vasconcelos (2009):

O Brasil esteve fora do processo universitário quando o tema principal do debate, no século XIX, era “a nova universidade, devotada à pesquisa e à ciência, que iria reformular o conhecimento humano em todos os campos do saber e, além disto, criar a consciência das culturas nacionais...”

De acordo com Morosini (2000), inicialmente o ensino superior tinha apenas o objetivo de preparar profissionais para o mercado de trabalho, porém com os avanços foram idealizadas mais perspectivas para as universidades, em especial por instigar a pesquisa científica, sendo esta de grande relevância perante as problemáticas que sondam na sociedade, passando a ser praticada a partir da década de 90.

Ainda segundo o autor, é cabível ressaltar que nos últimos anos têm desencadeado uma inversão de valores para formação profissional, em que posteriormente formava-se profissionais qualificados, em que possuem como princípios nas universidades de construir conhecimentos, em que atualmente muitos pensam apenas na obtenção de diploma, sendo estes, os principais prejudicados.

### **3. Mudanças pedagógicas no ensino superior**

Com as necessidades de profissionais qualificados para atuação no mercado, muitos jovens têm ingressado no ensino superior. É importante ressaltar um pouco sobre o surgimento das universidades, em que a partir do progresso da humanidade surgiram as IES, em que possibilitou a expansão dos cursos

superiores, necessitando de docentes preparados para realizarem o processo de formação profissional dos acadêmicos. Em conformidade com os estudos realizados na UNESCO, citado por Anastasiou e Pimenta.

(...) de 1950 a 1992, o número de professores do ensino superior, saltou em nível mundial de 25 mil para 1 milhão. São professores improvisados, mal preparados para desenvolver a função de pesquisador e sem formação pedagógica (ANATASIOU E PIMENTA, 2000 p. 38).

Ainda segundo os autores, a formação docente para o ensino superior vem sendo alvo de muitas discussões no mundo inteiro, sendo este profissional objeto de estudos, visto que seu papel é de suma importância para a formação profissional dos educandos. Assim, também estas discussões são voltadas para o processo de qualificação, e as contribuições de sua didática inovadora perante as mudanças que vem ocorrendo na sociedade.

É cabível ressaltar que até meados da década de 70 o que predominava nas universidades era professores sem qualificação profissional, em que também não existia certa exigência para atuar no ensino superior, sendo apenas necessário ter concluído a graduação, comprometendo o processo de construção da aprendizagem dos acadêmicos, por tais profissionais apresentarem uma didática sem formação apropriada, sendo suas aulas na maioria das vezes embasadas em repetições e improvisos (CARVALHO, 1992).

De acordo com Zabalza, a formação profissional no ensino superior é crucial, em que esta é uma necessidade de aperfeiçoamento constante. O autor ainda ressalta que:

(...) torna-se desnecessário falar a respeito da contínua formação se não é sob a perspectiva de crescer como pessoas (...). A idéia de aperfeiçoamento, de desenvolvimento pessoal, entre outras costuma ser atribuída comumente ao conceito de educação. (ZABALZA, 2004 p. 39).

#### 4. Saberes e prática docente

De acordo com Pimenta (2002), à docência no ensino superior necessita que o professor tenha domínio em uma determinada área de conhecimento em específico. Assim, ter domínio do conhecimento é crucial para que a aprendizagem ocorra de forma significativa perante os métodos utilizados, sendo que este profissional deve estar consciente dos resultados vindos com sua atuação.

Ainda segundo o autor, o ensino na universidade exige flexibilidade, criatividade, e uma postura crítica por parte do docente. Porém, é cabível ressaltar que os atuais professores do ensino superior não tiveram durante sua graduação uma prática pedagógica transformadora ou inovadora, mas sim tecnicistas e tradicionalistas.

Segundo Tardif (2002, p. 39), a prática docente no ensino superior deve ser compreendida perante suas necessidades, em que:

[...] os saberes são elementos constitutivos da prática docente. O professor deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, essas múltiplas articulações entre prática docente e os saberes fazem dos professores um grupo social e profissionais cuja existência depende, em grande parte, de sua capacidade de dominar integrar e mobilizar tais saberes.

Para Pacheco (2008: 28) “A formação tem em conta a história e a ação dos professores como fatores estruturantes das aprendizagens, das interpretações e utilizações que delas venham a fazer”. O processo de construção de saberes necessita de qualificação por parte do mediador ou docente, assim permitirá o alcance de resultados positivos, visto que o docente preparado faz uso de diferentes recursos metodológicos que possam contribuir para formação profissional dos indivíduos em transformação.

## 5. As tecnologias na prática pedagógica no ensino superior

Para Moran (2010), as tecnologias permitem a ampliação do conhecimento, sendo utilizada desde as primeiras etapas da educação até o nível superior, como uma forma de instigar as novas descobertas, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem de forma ampla. O acesso as informações se dá num processo constante, e as tecnologias ligam o conhecimento em diferentes áreas do saber no ambiente escolar, propondo novos métodos de ensino e aprendizagem.

É cabível ressaltar que há dois tipos de comunicação, sendo presencial e a virtual, sendo que as instituições que trabalham com tais tipos de comunicação, buscam aprimorar sua forma de articulação para o alcance de bons resultados na construção do conhecimento. No entanto, é importante que o educando tenha o contato físico ou direto com o docente para que suas dúvidas sejam esclarecidas e construam elos de confiança e afeto. Conectados, podemos realizar trocas mais rápidas, cômodas e práticas. (...) A comunicação virtual permite interações, espaços temporais mais livres, a adaptação a ritmos diferentes dos alunos, novos contatos com pessoas semelhantes, fisicamente distantes, maior liberdade de expressão a distância (MORAN, 2010, p.57-58).

Para Tajra (2002, p. 43),

Entende isso como um imperativo tecnológico e o define como “um estado no qual a sociedade se submete humildemente a cada nova exigência da tecnologia e utiliza sem questionar todo novo produto, seja portador ou não de uma melhora real”. A tecnologia educacional está ligada a teoria e evolução da comunicação e nos avanços tecnológicos da informática, dos audiovisuais, dos impressos e das mídias digitais.

No âmbito escolar as ferramentas ou recursos tecnológicos existentes, contribuem diretamente no processo de mediação, visto que o docente pode apresentar vídeos, realizar pesquisas sobre a

temática ou área de conhecimento em específico. “Tecnologia é um conjunto de discursos, práticas, valores e efeitos sociais ligados a uma técnica particular num campo particular” (BELLONI, 1997. p.53). Por meio dos novos recursos tecnológicos permite ao docente dinamizar sua prática docente, tornando-a atrativa e explorativa.

De acordo com Tapscott (2011), o acesso as informações permitem ao indivíduo um leque de conhecimentos, desde que estes sejam devidamente escolhidos com fins de crescimento intelectual. “Não vivemos na era da informação. Estamos na era da colaboração. A era da inteligência conectada” (Tapscott, 2011). Assim, o acesso a informação por meio da internet permite ao educando tirar dúvidas sobre temáticas, ou até mesmo discutir com outros docentes e educandos de outras instituições.

## **6. Conclusões**

O ensino superior no Brasil passou ao longo dos anos por muitas mudanças, e tais mudanças possibilitou avanços na prática docente, permitindo aos educandos meios de progredir por meio de recursos tecnológicos e uma didática inovadora para a construção de novos conhecimentos, até mesmo o desenvolvimento de novas descobertas que contribuíram e contribuem para a ciência e sociedade.

É cabível ressaltar que a docência no ensino superior possui papel importante no processo formativo de profissionais para atuarem no mercado de trabalho, que se encontra cada vez mais competitivo e exigente, perante o perfil de profissional que realmente possa atender as necessidades, por sua vez, as universidades possuem esta responsabilidade de preparar o indivíduo. Sendo assim, as universidades necessitam de profissionais qualificados para atuarem como docentes, suprindo as mais variadas necessidades que possam surgir, atuando de forma flexível e inovadora.

## Referências

- ANASTASIOU, L. G. C.; PIMENTA, S. G. **Docência no ensino superior**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 2ª ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.
- CARVALHO, J. M. **A formação do professor pesquisador Brasil: análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica (1945/1964)**. UFRJ: Faculdade de Educação, 1992.
- COELHO, S. S. e VASCONCELOS, M. C. C. **A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América latina**. IX Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.
- MARTINS, C. B. *O ensino superior brasileiro nos anos 90*. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: 2000.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. 17ª. Ed. São Paulo: Editora Papirus, 2010.
- MOROSINI, M. C. **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.80p.
- PIMENTA, S. G. & ANASTASIOU, L. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SAMPAIO, H.; HILSDORF, M. L. S.; ROMANELLI, **O ensino superior particular: Um vôo histórico**, 2004.
- TAJRA, S. F. **Informática na Educação**. Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor da Atualidade. 4ª. Ed. São Paulo, Érica Ltda, 2002.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.



TASPCOTT, D. “A Inteligência está na rede”. **Revista Veja Impressa**, Ed. 2212, 13 de abril de 2011. São Paulo, p. 20.

ZABALZA, M. A. **O ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.



## Capítulo 18

# Relato de experiência no ensino da disciplina de “empreendedorismo” no curso de graduação tecnológica em recursos humanos

*Patrícia Pereira de Sousa Timóteo<sup>1</sup>*

### 1. A proposta

O projeto “Feira de empreendedorismo” nasceu na disciplina de “Empreendedorismo” no 4º (quarto) semestre do curso de Graduação Tecnológica em Recursos Humanos da UVA – Universidade do Vale do Acaraú, ministrada pela professora Patrícia Pereira de Sousa Timóteo em agosto de 2015 em Crato - Ceará.

Inicialmente seria apenas um evento compreendido em um único dia, no encerramento da disciplina, como tradicionalmente acontece. Porém a necessidade de expandir a carga horária extra, levou a ampliar o trabalho com os alunos, para além da sala de aula. Tomando maiores proporções e alcançando resultados inesperados.

Considerando que “Empreendedorismo” compreende a arte do fazer acontecer, tornar sonhos em realidade, capacidade de ação, a professora optou por tornar o trabalho extra em prático. Tornando um trabalho tradicionalmente teórico, em uma vivência prática real e diferenciada para os alunos. Adequando a metodologia

---

<sup>1</sup> Mestranda e Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

ao propósito maior da disciplina: conhecer sobre a experiência de montar um negócio próprio.

Assim a professora ousou inovar propondo à turma o seguinte trabalho, a ser exercido durante todo o período da disciplina:

### **Criar e administrar uma empresa informal real, que opere e dê lucros durante o período da disciplina estudada.**

O trabalho seria em grupo, e a empresa que apresentasse os melhores resultados, ganharia a competição entre os grupos. Conquistando a melhor nota e o certificado de primeiro lugar na competição. Com certificados até a terceira colocação, a ser entregue e reconhecido em cerimônia de encerramento da disciplina. Após a apresentação das empresas concorrentes em público, no evento destinado a esse fim.

Nesse contexto seriam averiguados os lucros obtidos durante a operação do negócio. O plano de negócio da empresa, confeccionado em sala de aula, relatando todo o planejamento de implantação e operação da empresa. E a apresentação das empresas no evento de encerramento das mesmas.

Nesse evento, uma comissão julgadora, formada por discentes, coordenadores e colaboradores, avaliaria todo o material, e votaria na empresa candidata. Determinando assim aquela que seria a vitoriosa no processo. No intuito de promover a aproximação dos colegas, interação da turma, e competição impulsionando a superação entre os pares. Colaborando em equipe. Favorecendo o desenvolvimento das lideranças naturais, a divisão de papéis, e o desenvolvimento pessoal mediante a interação grupal.

## **2. Desenvolvimento dos trabalhos**

Apesar do caráter desafiador da proposta de trabalho, a receptividade não foi unânime. Até então a professora não conhecia a situação da turma, que advinha de uma junção entre outras salas,

encontrando-se fragmentada e desunida. Com dificuldades de relacionamento e de aceitar regras. A quantidade numerosa de alunos não facilitava o desenvolvimento dos trabalhos, e o descontentamento com as mudanças administrativas recentes ficava evidente.

As dificuldades eram imensas. A fama da classe espalhava-se por toda universidade. E em toda turma despontavam lideranças negativas, opondo-se a metodologia adotada pela professora, e ao trabalho a ser executado. E as dúvidas sobre a capacidade da professora por parte dos colegas de trabalho, começavam a brotar.

Contudo, a professora encontrava-se consciente de seu papel, e procurou focar-se na motivação racional da turma, através da valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e de sua capacidade de ação na prática. Tomando como base as experiências de cada um, buscava evoluir na produção dos conhecimentos do grupo.

Fundamentando-se na metodologia de Paulo Freire para educação de jovens e adultos, a professora seguia refletindo e planejando os próximos passos mediante o avanço verificado. Tendo em vista o processo de andragogia (metodologia ensino de pessoas adultas) em comum nesse cenário.

Sobre como inserir o aluno na esfera temática da aula, Paulo Freire explica em sua obra:

A resposta nos parece estar:

- a) num método ativo, dialógico, crítico e criticizador;
  - b) na modificação do conteúdo programático da educação;
  - c) no uso de técnicas como a da Redução e da Codificação.
- Somente um método ativo, dialógico, participante, poderia fazê-lo. (FREIRE, 2001, p. 115).

Assim as adversidades se transformaram em motivação. Adequando a metodologia de ensino ao propósito maior da disciplina estudada, conforme anteriormente comentado. A professora enxergou a necessidade de conectar os assuntos

estudados, com o exercício prático extra, passado para a turma, fomentando a prática externa, aos conhecimentos estudados em sala de aula. Um trabalho subsidiando a outro, alimentando-se ciclicamente dos avanços atingidos no anterior.

A cada assunto novo estudado, as equipes eram convidadas a fazer modificações operacionais nas empresas, e aplicar os conceitos estudados em sala de aula. Dessa forma os alunos executavam na prática os temas abordados, e consolidavam conhecimentos produzidos. E sentiam-se estimulados quando viam o valor do que estavam aprendendo. Pois sentiam a necessidade de utilização desses, logo que acessados. Isso lhes trazia significado e importância ao aprendizado.

Como resumia Carlos Alberto Torres, um dos maiores estudiosos de Paulo Freire, para Paulo Freire, “o conhecimento é uma construção social, constitui um processo de produção discursiva e não um mero produto final resultante do acúmulo de informações ou de fatos” (Torres, 1997, p.151)

Assim também, deviam ser apresentados para os colegas de sala os avanços realizados, demonstrando o comprometimento com o assunto abordado. E impulsionando a superação, para demonstração dos resultados no grupo maior. Gerando uma empolgação e envolvimento de toda classe no processo de descoberta do tema. Esse método se mostrava ainda mais importante para desenvolver a colaboração em equipe e união de todos.

Conforme versava Paulo freire sobre a importância de apresentar os resultados de seus trabalhos: “Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Freire, 1997, p.32).

## **Conclusões**

Aos poucos os alunos não resistiram e se entregaram ao convite. Cada vez mais familiarizados com os assuntos estudados,

sentiam-se também sempre mais estimulados a participar e mostrar o que eram capazes de produzir. E juntos avançaram e conseguiram desenvolver um trabalho fantástico e inesperado pelos coordenadores. Trazendo uma projeção do trabalho a nível regional, rendendo o reconhecimento de todos inclusive em outras instituições.

Os alunos surpreenderam com o resultado de seus esforços. Os trabalhos foram tão bem feitos, que se tornou difícil para a comissão julgadora escolher as melhores empresas. Pois todos apresentavam um nível satisfatório de trabalho. E representavam o esforço em equipe, durante todo um período de estudos e produção prática. Segundo Moacir Gadotti, “O fracasso de muitos projetos educacionais está no fato de desconhecer a participação dos alunos. O aluno aprende quando o professor aprende; ambos aprendem quando pesquisam” (Gadotti, 2007, p.13).

Os vencedores da competição receberam seus certificados das mãos do palestrante na cerimônia de encerramento, empreendedor renomado na região, quando os alunos puderam ter contato com esse empresário de destaque. O qual expôs sua trajetória pessoal de sucesso, servindo de inspiração para todos eles. O orador respondeu a seus questionamentos e dúvidas levantadas. Na ocasião, foram diretamente elogiados pelo trabalho.

A palestra obteve “Record” de público entre os discentes, obrigando a direção a limitar os alunos participantes por superlotação do espaço. Todos na universidade queriam participar do evento. E permitiu trazer um contato real que só teriam no ambiente externo, para dentro do ambiente universitário, onde puderam explorar, estudar e aprender com o exemplo bem-sucedido.

Durante o curso da palestra o visitante indiretamente corroborou a temática estudada. Ao enfatizar os conhecimentos que adquiriu, e a importância de preparar-se intelectualmente para esse momento através do estudo como estavam fazendo na universidade.

E o trabalho dos alunos adquiriu ainda mais significado, quando viram que a grande empresa do palestrante se iniciou exatamente como eles: buscando uma ideia para abrir um negócio. Então confirmaram que aquela experiência prática vivenciada, não foi em vão. E dependendo do uso dado ao conhecimento adquirido, pode render grandes frutos.

Alguns alunos descobriram um potencial empreendedor latente para o empresariado, e uma possibilidade de realização de fato. Decidindo por dar continuidade a empresa criada. Transformando-a em meio de vida e negócio para expandir no futuro. Outros apenas puderam vivenciar sua capacidade de fazer acontecer de fato. Desenvolver a pró-atividade tão valorizada no mercado de trabalho para o qual se preparam.

O mais importante é que buscaram e desenvolveram seus potenciais ao longo da disciplina. E viram a importância não só econômica, mas também social do empreendedor, que pode transformar a sociedade em que vive. Fazendo a diferença, mudando os padrões, e deixando seu legado para as futuras gerações.

## Referencias

FREIRE, Paulo (1991). **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **À sombra desta mangueira**. 2.ed. São Paulo: Olho d'Água, 1995. 120 p.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 158 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 148 p. (Coleção leitura).



\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 245 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir (2007). **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar.** 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil.

TORRES, Carlos Alberto (1997). **Pedagogia da luta: da pedagogia do oprimido à escola pública popular.** Campinas: Papirus.



## Capítulo 19

# A intervenção pedagógica no processo de alfabetização

*Cícero Ivanildo Regis do Nascimento*<sup>1</sup>

*Maria de Fátima Neri de Oliveira*<sup>2</sup>

*Dionizio Ferreira da Silva*<sup>3</sup>

### 1. Introdução

O processo de alfabetização vem sendo discutido nos últimos anos, em especial diante das limitações que se encontram por trás, que muitas vezes passa por despercebido aos olhos dos docentes em sala de aula. Mas como o docente pode propiciar condições para o educando desenvolver as habilidades da escrita e leitura? Será que o reforço escolar pode contribuir neste processo? Estas e outras perguntas tornaram-se corriqueiras, e necessitam de atenção, para que se possa alcançar o êxito no processo de alfabetização.

Durante o processo de alfabetização o sujeito passa a ter contato com os signos, em que estes contribuirão para as relações sociais do indivíduo, possibilitando compreender as mais variadas informações dispostas em seu meio. Mas no processo de alfabetização ainda se encontra em passos lentos, já que muitos educandos saem da alfabetização sem estarem completamente alfabetizados e letrados, o

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

que vem a dificultar o seu desempenho nas competências, como também desmotivando em seu processo de aprendizagem.

Assim, é relevante refletir acerca do processo de alfabetização, como também da realização de intervenção, em especial o reforço escolar que atua de forma significativa, auxiliando na apropriação de saberes. A qualificação docente é indispensável, quando o docente está preparado para atuar em sala de aula, este possibilita melhores condições para o processo de aprendizagem, por meio de um fazer pedagógico diferenciado.

O presente estudo tem como finalidade compreender a prática docente no processo de alfabetização nos anos iniciais da educação básica. Sendo embasado em autores como: Werneck (2000), Reis (2007), Nunes (1992), entre outros autores.

## **2 . As dificuldades no processo de alfabetização**

Em sala de aula o docente se depara com variadas problemáticas, inerentes da ausência do domínio da leitura e escrita, tais como: dificuldades na compreensão de textos, dificuldades na produção textual, dificuldades para realizar cálculos, argumentação entre outros.

É comum em sala de aula ter aluno com distúrbios no processo de aprendizagem, a dislexia caracteriza-se por ser um desvio que mais acometem educandos. Para Martins (2003), ressalta que: “o termo dislexia é aplicável a uma situação na qual a criança é incapaz de ler com a mesma facilidade com a qual leem seus iguais”.

É cabível destacar que a dislexia não é uma doença, em que o sujeito será incapaz de socializar-se ou desenvolver-se intelectualmente, mas um distúrbio que dificulta o processo de assimilação das informações apresentadas. Muitos pais no primeiro momento em que descobrem que o filho tem dislexia apresentam uma reação de espanto, decepção, e alguns até mesmo pensam ser uma doença que limitará o filho.

Quando o educando apresenta uma maior dificuldade na aprendizagem da escrita e leitura, passam a ter dificuldades durante a realização de uma produção textual, já que não conhecem a gramática.

De acordo com Nunes (1992), educandos com dislexia apresentam uma grande dificuldade na apropriação da escrita e desenvolvimento da leitura. Apesar de apresentarem condições para desenvolver estas habilidades, por meio do apoio educacional e familiar estas ainda não vão se desenvolver rapidamente, levarão um maior tempo, e necessário que se tenha respeito, para que estes sujeitos não se desmotivem diante das dificuldades.

Também é importante levar em consideração que há outros fatores por trás das dificuldades no processo de alfabetização. Assim, como há crianças que demoram um maior tempo para aprenderem, há outras que superam as dificuldades antes do previsto.

O fazer pedagógico influencia diretamente sobre o processo de alfabetização, o que requer do docente uma reflexão acerca do seu planejamento, para que se possa alcançar o êxito.

### **3. Trabalhando o reforço escolar**

Na Constituição Federal apresenta o direito a educação, visando o desenvolvimento intelectual como um direito social, apresentando a necessidade de atenção sobre o processo de formação do indivíduo. Por sua vez, no documento da Unicef (2009, p. 9), aborda que:

“O direito de aprender: potencializar avanços e reduzir desigualdades” é afirmado que a garantia do direito de aprender no Brasil passa pela inclusão da Pré-escola e do Ensino Médio na escolarização obrigatória, de forma a universalizar o acesso também a essas etapas da educação, com qualidade, para assegurar o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos.

Perante este enfoque, percebe-se que a educação apresenta um caráter formativo profissional, como também social, em que

busca minimizar as desigualdades, e propiciar uma melhor qualidade de vida. A educação deve ser vista como a única forma de minimizar a desigualdade, como também de contribuir para o desenvolvimento econômico de uma nação.

O reforço escolar deve ser trabalhado em sala de aula, para que o educando possa assimilar, discutir, interagir com as informações de forma mais tranquila, apresentando estas suas inquietações. Assim, a escola realmente estará desenvolvendo o seu papel social, e alcançando uma educação que supra as necessidades formativas.

De acordo com Werneck (2000, p. 13), por meio das dúvidas que os educandos apresentam, é relevante que o docente atue intervindo, criando estratégias para que estes possam apropriar-se das informações. Quanto o processo de mediação o autor ressalta que:

Creio que ensinamos demais e os alunos aprendem de menos e cada vez menos! Aprendem menos porque os assuntos são a cada dia mais desinteressantes, mas desligados da realidade dos fatos e os objetivos mais distantes da realidade dos adolescentes.

Assim, o processo de mediação realiza uma reflexão acerca dos fenômenos que ocorrem em sala de aula. Assim, o foco no processo de mediação não pode ser apenas os resultados, mas se estes realmente apropriaram-se para consecutivamente para avaliar.

#### **4. A família no processo de aprendizagem**

É no ambiente familiar que o sujeito em formação desenvolve valores, costumes e crenças, em que estes são essenciais para suas relações na sociedade. Com as transformações que vem ocorrendo, muitas famílias estão se distanciando de sua função na vida dos filhos, repassado para a escolar o dever de educar para a vida.

A educação formal compete a escolar, em que o sujeito desenvolve saberes essenciais para suas relações profissionais como

também na sociedade. A escola não pode desempenhar o papel de educar sozinha, necessitando do apoio da família para que se possa superar as problemáticas presentes no desenvolvimento do filho/educando. Percebe-se que tanto a família como a escola apresentam objetivos semelhantes, em especial o de preparar o filho/educando para estabelecer relações positivas na sociedade (MARCHESI, 2004).

Nas dificuldades no processo de desenvolvimento da aprendizagem, é relevante que a família forneça o apoio necessário para filho, para que este possa superar suas limitações, e sinta-se motivado. A família não deve apenas fornecer recursos para a sobrevivência dos filhos, mas também deve estar presente, contribuindo na construção de valores que venha a propiciar para o bom desenvolvimento nas suas relações sociais.

Em conformidade com Reis (2007, p.6), ressalta que:

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos.

Assim, quando há uma boa relação entre família e escola o processo educativo passa a alcançar os seus objetivos com maior êxito, em que uma instituição concede o suporte à outra. A ação educativa da escola com a família ocorre por meio de discussão, repasse de informações, orientações, estando direcionados a formação intelectual o social do educando.

É indispensável que a família esteja por dentro dos acontecimentos na vida educacional dos filhos, assim é possível realizar em conjunto com a escola ações voltadas para minimizar as dificuldades presentes no processo de desenvolvimento da aprendizagem, como também estimulando a estar em constante descoberta.

## 5. O docente e a necessidade de qualificação

A formação docente não finaliza durante a conclusão de uma graduação, esta passa a exigir mais qualificação. O docente deve buscar novos conhecimentos, como também compreender as necessidades presentes em sala de aula, estando atualizado as mudanças que ocorrem na educação.

Para Ferreira (2006, p. 19), ressalta sobre a formação continuada:

É uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não é só uma exigência que se faz devido aos avanços da ciência e da tecnologia que se processaram nas últimas décadas, mas como uma nova categoria que passou a existir “mercado” da formação contínua e que, por isso, necessita ser repensada cotidianamente no sentido de melhor atender à legítima e digna formação humana.

A formação continuada não é realizada apenas como um mero momento de capacitar, mas de refletir acerca das práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula, se estas estão atingindo os anseios, e propiciando a superação de limitações no ambiente escolar. O docente deve criar estratégias para superar os desafios presentes em seu cotidiano, propiciando o alcance de um ensino que desencadeie a aprendizagem.

Para Mazzeu (2009), a qualificação para atuação em sala de aula apresenta uma perspectiva histórico social, envolvendo uma prática pedagógica que leve para sala de aula conhecimentos relevantes para os sujeitos em formação atuarem. Para que o docente possibilite a formação de sujeitos críticos e ativos, este necessita ser um espelho, estimulando no processo de aprendizagem.

## 6. Conclusões

O reforço escolar é um procedimento indispensável para minimizar as problemáticas no processo de alfabetização, em que o



sujeito passa a reconstruir seus saberes, como também apropriar-se de novos, desenvolvendo habilidades na leitura, escrita, oralidade, reflexão, socialização, entre outros aspectos que podem ser desenvolvidos durante a execução do reforço escolar.

O docente deve trabalhar o reforço escolar como uma forma de assegurar aos educandos com limitações no processo de alfabetização condições para aprenderem, e aperfeiçoarem-se.

O fazer pedagógico deve estar embasado em saberes concretos, em que estes estimulem o educando em seu processo de descoberta do mundo da leitura e escrita, levando para sala de aula momentos de aprendizagem diversificados.

## Referências

FERREIRA, N. S. C. **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCHESI, A.; GIL H. C. **Fracasso Escolar - uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

MARTINS, V. **Dislexia**. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/vicente.martins>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MAZZEU, F. J. C. **Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social**. Cad. Cedes [online], Campinas, v.19, n. 44, p. 59-72, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000100006&script=sci_arttext). Acesso em: 30/07/2016.

NUNES. T. **Dificuldade na Aprendizagem da Leitura: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 1992.

REIS, R. P. In. **Mundo Jovem**, nº. 373. fev. 2007, p.6.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação da infância e da adolescência brasileira em 2009. **O Direito de Aprender**: Potencializar avanços e reduzir desigualdades. Resumo Executivo. Disponível em Acesso em: 20/03/2013.

WERNECK, H. **A nota prende, a sabedoria liberta**. São Paulo: DP&A, 2000.



## Capítulo 20

# A educação de jovens e adultos e caracterização social

*Cícero Ivanildo Regis do Nascimento*<sup>1</sup>

*Maria de Fátima Neri de Oliveira*<sup>2</sup>

*Dionizio Ferreira da Silva*<sup>3</sup>

### 1. Introdução

O homem ao longo dos anos passou a ser compreendido diante de suas relações sociais, em sua forma de organização e progresso, como também diante de suas limitações socioeconômicas. Por sua vez, com a revolução industrial e a maximização do capitalismo, desencadeou nas sociedades problemáticas, como as desigualdades, em que nem todos os sujeitos tinham o mesmo padrão de qualidade de vida, por não terem acesso à educação, como também a outros recursos básicos.

O acesso à educação durante muito tempo foi um direito de poucos, em que apenas eram privilegiadas as pessoas que se enquadravam na burguesia, tendo estes um padrão de vida elevado. Por meio dos movimentos que ocorreram destinados a minimizar as desigualdades na sociedade, incorporaram a necessidade de oferta da

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

educação para todos, passando a atender as necessidades formativas de todos os sujeitos, independentemente de cor ou classe social.

Assim, as desigualdades envolvem a forma de viver do homem, perante suas condições de trabalho, educação, acesso a recursos básicos, entre outros aspectos. Porém, antes dos estudos mais aprofundados acerca das desigualdades, esta era pouco vista como uma problemática social, mas sim como uma relação de poder. Por sua vez, muitos questionamentos surgem, tais como: Será que a EJA pode realmente contemplar as necessidades do seu público? Como o docente pode trabalhar de forma eficiente? Estas e outras perguntas necessitam ser esclarecidas, para que o docente venha a desenvolver com êxito a sua prática pedagógica.

A prática docente na EJA necessita ser executada de forma adequada, por meio da apresentação de conteúdos que venham a suprir as necessidades informacionais destes sujeitos. A formação continuada vem a ser uma ótima alternativa, para o docente aprimorar seus saberes acerca do público em que trabalha.

O presente estudo tem como finalidade compreender a Educação de Jovens e Adultos e as necessidades deste público. Caracterizando-se como um estudo de cunho bibliográfico embasado em autores como: Rosseau (1991), Aranha (1996), Souza (2012), entre outros.

## **2. Compreendendo as desigualdades na sociedade**

Para Marx (2006), as desigualdades sociais caracterizam-se por ser resultantes das relações entre aspectos políticos e jurídicos presentes no meio. Assim, o poder e desencadeia estas desigualdades, em que envolvem relações contraditórias, em que um produz e outro domina, resultando nas classes operarias sendo os menos favorecidos, e nas burguesas, os mais ricos.

De acordo com Koshiba (2004, p. 20), aborda sobre as desigualdades,

Uma vez que a desigualdade pressupõe a exploração do homem pelo homem, para que ela tivesse se verificado teria sido necessário, no mínimo, que uma economia produtora razoavelmente desenvolvida estivesse já em funcionamento. Nesse sentido, parece pouco provável que as sociedades humanas de antes da revolução neolítica fossem caracterizadas pela desigualdade social.

Perante este enfoque, percebe-se que na humana predominava dois tipos de desigualdades, a natural envolvia as caracterizações biológicas do sujeito, e como também a desigualdade moral ou política, em que era resultante da realização de medidas sistematizadas pelo homem, envolvendo as camadas sociais.

Existem bases que envolvem as desigualdades sociais, sendo estas resultantes da noção de propriedade privada, em que veio desencadear em um sentimento de insegurança nas relações entre os seres humanos, surgindo uma grande competitividade.

O que caracterizava a sociedade primitiva, era que esta vivia em bando, em que estes apresentavam como princípio de vida apenas suprir as necessidades de vida com o básico, na alimentação, segurança e reprodução. Mas, após o termino desta forma de organização humana, o homem passou a viver de forma isolada, esperando surgir novas necessidades (ROSSEAU, 1991).

De acordo com Eric Hobsbawm (2007, p. 11), aborda sobre os avanços que ocorreram na sociedade, em que:

A globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica com as que se criaram com os mercados livres globais desde a década de 1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século O impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela (...).

Por sua vez, por meio destes avanços foi ficando para trás a forma rudimentar de viver, e as relações e atividades foram-se aperfeiçoando, desencadeando no surgimento da propriedade privada, por meio do domínio de terras, animais, armas ou até mesmo de pessoas. Por meio da globalização dos avanços nas práticas produtivas do homem, e em suas relações sociais, a desigualdade passou a ser mais evidente, como também a submissão e poder.

É cabível destacar que esta concepção acerca de propriedade criou nos primitivos, embasado na acumulação de bens e, em que o sujeito com superioridade era considerado melhor que os demais.

Estas mudanças também influenciaram sobre as relações familiares, em que as relações entre os membros passaram a ser mais civilizadas. Por meio destas mudanças, foi apresentada a fragilidade perante a natureza e animais, como também a apresentação da afetividade conjugal e fraternal (ROSSEAU, 1991).

Entretanto, a facilidade da vida em grupo trouxe outro problema: a ociosidade e a busca por algo que desse sentido a vida, além do trabalho. Assim, o lazer se instituiu, porém, com o passar do tempo, quando a comodidade passou a ser vista como necessidade passou a surgir novos conflitos, fazendo com que o homem ficasse mais infeliz pela privação das comodidades, do que feliz em possuí-las.

Por sua vez, diante destas mudanças na organização social, desencadeou outro problema, em que desse sentido a sua vida, sendo apresentado o lazer como uma alternativa para suprir esta nova demanda. As desigualdades vêm a ser apresentada diante da propriedade privada, em que o homem busca superar e atingir grandes riquezas.

### **3. Os avanços sociais e o acesso à educação básica**

Segundo Aranha (1996), com os avanços que passaram a ocorrer na sociedade, como a modernização, e necessidade de mão

de obra na indústria, a qualificação veio a ser imprescindível, passando a ganhar destaque durante a década de 30, resultantes da realização de movimentos, sendo estes promovidos por educadores, como também por ações do próprio governo. Em durante esta década foi fundado o Ministério da Educação e Saúde, responsável pelas reformas educacionais no âmbito nacional.

Perante este enfoque, é cabível destacar que a realidade brasileira apresenta dados alarmantes na educação:

Não existe escola para todos em todos os níveis; 41% dos jovens não terminam ensino médio; 2/3 dos jovens entre 15 e 17 anos não estão na escola; são elevados os índices de evasão e repetência escolar e analfabetismo. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica mostra que, entre 1995 e 2001, o desempenho discente piorou. Em 2002, 74% dos que se submeteram à avaliação do ensino Médio (Enem) tiveram desempenho insuficiente. Vale lembrar que, para o ensino médio, de cada cem estudantes, sessenta não o concluem, e que 53% dos alunos estão atrasados na escola. (BACKX, 2008, p. 122).

Assim, percebe-se as necessidades e particularidades presentes no fornecimento da educação básica, em que requer da realização de investimentos por parte do governo, para que se possa ter uma educação de qualidade, como também está possa atingir um maior número de sujeitos.

Por sua vez, no campo educacional, perante o processo de transição democrática, foi provavelmente responsável pela regulamentação do Artigo 205 da C.F de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A partir da CF foi possível alcançar melhorias na oferta de ensino, como também acerca das necessidades presentes na

sociedade, em que o homem passou a ser visto com um maior enfoque, diante de suas necessidades educacionais, e sociais.

Para Morin (2003) a educação para a cidadania deve ocorrer de forma contextualizada, em que o sujeito possa desenvolver saberes acerca das competências necessárias para o desenvolvimento intelectual, necessário para atuação profissional, como também para viver no meio social.

#### **4. Caracterização da Educação de Jovens e Adultos**

Por meio da Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, com a participação de 155 governos, em que discutiram propostas e firmaram, para que fosse possível fornecer a educação básica para crianças, jovens e adultos, independentemente de sua posição social, cor, credo ou sexo.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é resultante de avanços, em que envolve aspectos de desigualdades sociais, em que o sujeito com menor poder aquisitivo, ou que não tinha condições para estudar devido à necessidade de auxiliar no sustento da família, ou por outros fatores teve que se ausentar do ambiente escolar, prejudicando o seu processo de formação profissional e social.

Por sua vez, em seguida na Declaração de Hamburgo foram apresentadas as considerações acerca da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, em que apresentou em seu item 9:

Educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito.



O acesso à educação é um dever do Estado, em que este deve favorecer condições para que os educandos possam ter uma maior facilidade, como também flexibilidade, possibilitando aos sujeitos que não tiveram condições de se desenvolverem intelectualmente da idade certa, poder ter acesso à educação.

É relevante compreender a caracterização da Educação de Jovens e Adultos, já que este processo de formação é amplo, e envolve variados aspectos, conforme destaca Gadotti citado por Romão (2001, p. 119), “a do conhecimento, das práticas sociais, do trabalho, do confronto de problemas coletivos e da construção da cidadania”.

Por sua vez, a oferta desta modalidade de ensino envolve o ensino fundamental como também o médio, buscando oportunizar os jovens e adultos condições para se qualificarem e estarem aptos para estabelecerem relações no mercado de trabalho e terem melhores oportunidades de vida. A Constituição de 1988, apresenta em seu art. 208, inciso I, em que “o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive àqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Assim, este instrumento normativo apresenta tanto a responsabilidade do Estado em fornecer o acesso à educação básica aos jovens e adultos, como também passa a ser um direito constitucional.

## **5. O docente na EJA**

A prática docente na EJA necessita de atenção, já que o docente não pode trabalhar em sala de aula informações que não condizem com suas necessidades sócias e profissionais. O sujeito que se enquadra no perfil da EJA não pode ser visto da mesma que uma criança, este já apresenta um pensamento crítico acerca do mundo, e requer que o docente estimule diante de suas necessidades reais, como também levando em consideração os aspectos culturais.

Assim, o processo de alfabetização na EJA:

É mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escreve o que se entende. (...) implica um auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Para isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com que os quais possa se alfabetizar. (FREIRE, 1989, p.72)

Perante este enfoque percebe-se que o sujeito da EJA apresenta suas particularidades formativas, já que apresenta suas próprias representações sociais, e que estas influenciam diretamente sobre a sua forma de viver, em que requer que o educador procure trabalhar durante o processo de alfabetização com informações que estejam contextualizadas a sua realidade.

É cabível destacar que a prática pedagógica é resultante da realização de análises acerca das dimensões sociais, culturais, sendo estas sistematizadas para que se possa alcançar o êxito durante o processo de desenvolvimento intelectual do sujeito, envolvendo a utilização de técnicas, como também da compreensão do meio em que o sujeito se encontra (SOUZA, 2012).

A prática docente na EJA envolve a realização de uma reflexão por parte do docente acerca das particularidades presentes no cotidiano deste educando, já que as limitações presentes em seu processo de aprendizagem também podem envolver determinantes sociais, como por exemplo, o desafio de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, entre outros aspectos que podem comprometer o processo de desenvolvimento do sujeito.

Para Veiga (1989, p. 16) a Prática Pedagógica caracteriza-se por ser “... uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social ...”. Quando o autor aborda prática pedagógica como uma prática social, busca

apresentar que o processo educativo também envolve a dimensão de compreender o sujeito diante de suas caracterizações, e o mediador deve saber lidar com estas particularidades.

## 6. Conclusões

As desigualdades sociais vieram a ser um fator que contribuiu para o surgimento de ações voltadas para minimizar as problemáticas presentes neste meio, em que várias profissões passaram a atuar em conjunto com o Estado, passando a incorporar estratégias de intervenção, analisando o indivíduo em situação de vulnerabilidade e de risco, e identificando suas necessidades de atenção e respeito.

A Educação de Jovens e Adultos foi um avanço, em que possibilitou aos indivíduos que não tiveram condições de estudar na idade certa uma nova possibilidade, por meio da disponibilização de horários mais flexíveis, sendo vistos diante de suas particularidades sociais, como também intelectuais.

A prática docente na EJA deve propiciar a estes sujeitos uma melhor interação com informações realmente relevantes para sua formação social e profissional, para que estes possam ter melhores oportunidades de vida. Esta prática deve ocorrer de forma inovadora, motivando estes educandos a se desenvolverem, e sentir-se seguros em suas relações sociais e profissionais.

## Referências

- ARANHA, M.L. A. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996. pgs 198 - 214.
- BACKX, S. **O serviço social na educação**. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. Serviço Social e políticas sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 121-137, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERNANDES, R. C. **O que é terceiro setor?** In: IOSCHPE, Evelyn et al. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOMES, M. A. O. **Filosofia e Ética Ambiental.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. p. 07-21.

KOSHIBA, L. PEREIRA, D. M. F. **História Geral e Brasil: trabalho, cultura, poder: ensino médio.** Editora Atual. 1. ed. São Paulo, 2004.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2001, pp.79-89.

SOUZA, João Francisco de. **Prática Pedagógica e Formação de Professores.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática.** Campinas, SP: Papyrus, 1989.

## Capítulo 21

# As dificuldades de aprendizagem e ação pedagógica

*Maria Jacilde Pereira Cordeiro<sup>1</sup>*

*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

O processo de mediação vem sendo discutido durante muito tempo, em especial perante a presença das dificuldades de aprendizagem, em que o educando apresenta limitações no processo de assimilação e apropriação das informações trabalhadas em sala de aula. Como trabalhar em sala de aula com os desvios no processo de aprendizagem? O docente necessita realizar seu planejamento com base nas limitações? Estas e outras perguntas são frequentes no ambiente escolar.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC., Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Araripe – FAFOPA. E-mail: [jpc\\_c@hotmail.com](mailto:jpc_c@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

As dificuldades de aprendizagem em sala de aula muitas vezes passam por despercebidas, o que vem a desencadear sérios problemas para a vida educacional deste sujeito. Os desvios no processo de aprendizagem são variáveis, envolvendo desde a leitura, escrita, pronúncia, assimilação, realização de cálculos, entre outros.

A atuação docente frente às dificuldades de aprendizagem é crucial, pois este deve criar estratégias voltadas para superação das limitações presentes no ambiente escolar. Ter uma postura diferenciada em sala de aula, permite superar as limitações presentes, e proporcionar o alcance do êxito no processo de mediação.

O docente como agente de mudanças, e este em sala de aula deve promover momentos que proporcionem ao educando condições para o seu progresso intelectual. As limitações no processo de aprendizagem necessitam ser compreendidas, para que se possa alcançar o êxito.

A família no apoio ao educando na superação das dificuldades de aprendizagem, é essencial. Assim, o sujeito com limitações passa a ser compreendido e motivado pela família, que é a base no processo de formação social.

A escola como um ambiente facilitador do desenvolvimento da aprendizagem.

O presente estudo tem como finalidade compreender a atuação docente na superação das dificuldades de aprendizagem. Caracteriza-se como um estudo de cunho bibliográfico, embasado em autores como: Jardim (2001), Ulbra (2008), Mello (2009), entre outros.

## **2. Conceitos acerca das dificuldades de aprendizagem**

O homem está em constante processo de desenvolvimento social e intelectual, este desenvolvimento pode ocorrer formalmente, como também informal, por meio de suas relações diárias.

Os educandos que apresentam dificuldades no processo de assimilação, e apropriação da leitura e escrita, necessitam de intervenção para ocorrer a aprendizagem efetiva. Por sua vez, estes

sujeitos muitas vezes são lentos no processamento de informações, apresentam um vocabulário pobre, como também apresentam dificuldades em organizar seus pensamentos, são distraídos, desencadeando a ineficiência nos estudos (JARDIM, 2001).

Perante este enfoque, as dificuldades de aprendizagem podem causar sérios danos para a vida do indivíduo acometido, em que este passa a sentir-se limitado em suas relações durante a apresentação dos conteúdos e nas atividades propostas.

Educandos que apresentam desordem neurológicas apresentam uma grande dificuldade no primeiro momento que tem contato com as informações, necessitando de um maior período de tempo para compreender. Assim, o mediador necessita compreender e ser paciente no processo de repasse das informações.

Por sua vez, é cabível destacar que o fracasso escolar apresenta também em suas causas as dificuldades de aprendizagem, que acabam desmotivando o educando. Para Fernandez (2001, p. 33), ressalta que:

Fracasso escolar afeta o aprender do sujeito em suas manifestações sem chegar a aprisionar a inteligência: muitas vezes surge do choque entre o aprendente e a instituição educativa que funciona de forma segregadora. “Para entendê-lo e abordá-lo, devemos apelar para a situação promotora do bloqueio.

O educando que apresenta limitações no processo de aprendizagem, apresenta desvios em suas relações sociais, como também na apropriação das informações repassadas, ao comparar com um grupo etário a que pertence. Assim, vem a ser relevante compreender os distúrbios presentes no processo de aprendizagem, em especial a dislexia.

### **3. A dislexia**

O desenvolvimento da leitura e da escrita são indispensáveis para viver em sociedade, porém muitos educandos apresentam

limitações no processo de apropriação. A dislexia é um desvio que limita o educando, em que este tem dificuldades para assimilar, escrever, como também realizar atividades que envolvam cálculos.

De acordo com Ulbra (2008: 12) “a dislexia pode ser definida como distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. A dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula”. Perante este enfoque, vem a ser relevante que o docente compreenda a dislexia, para que possa intervir adequadamente, possibilitando ao educando condições para este se desenvolver.

Em relação ao diagnóstico para Cechella citado Soares et al (2010: 214), ressalta que:

Utilizar procedimentos que possibilitem determinar o nível funcional da leitura, seu potencial e capacidade, a extensão da deficiência, as deficiências específicas na capacidade de leitura, as disfunções neuropsicológicas, os fatores associados e as estratégias de desenvolvimento e recuperação para a melhoria do processamento neuropsicológico e para a integração das capacidades perceptivo-linguísticas.

É crucial a realização da identificação das limitações no processo de aprendizagem, como também o acompanhamento adequado. Assim, possibilita ao docente identificar estratégias eficientes que podem ser incorporadas em sala de aula para contribuir no processo de aprendizagem dos sujeitos acometidos por distúrbios.

Mello (2009), o cérebro desempenha papel importante no processo de aquisição das informações, como também atua no funcionamento das demais estruturas do corpo humano. Assim, é cabível destacar que as limitações no processo de desenvolvimento da aprendizagem, está diretamente relacionado a problemas no desempenho cerebral, o que requer uma maior atenção e empenho por parte do sujeito acometido.



#### **4. Ação docente na superação das dificuldades de aprendizagem**

O fazer pedagógico inferi sobre o processo de aprendizagem, em que requer do mediador uma conduta diferenciada, para que estes sujeitos possam ter condições para se desenvolver. A utilização de procedimentos metodológicos diversificados, e sistematizados em sala de aula contribui para motivar o educando a realizar descobertas e superar suas limitações.

O docente não pode realizar sua prática pedagógica de forma tradicionalista, este deve propor diferentes condições para o alcance de resultados positivos no processo de aprendizagem. “Ensinar não é apenas transmitir informações a um ouvinte. É ajudá-lo a transformar suas ideias. Para isso, é preciso conhecê-lo, escutá-lo atentamente, compreender seu ponto de vista e escolher a ajuda certa de que necessita para avançar: nem mais, nem menos” (MARUNY, 2000, p. 23).

O desenvolvimento da leitura e escrita é crucial, o docente deve levar para sala de aula momentos em que permita o sujeito interagir com as informações repassadas, por meio da utilização de objetos concretos, realização de momentos lúdicos envolvendo os conteúdos, como também a realização de debates, permitindo a interação.

Para Maruny (2000, p. 34):

Ler também serve para controlar e lembrar do que escrevemos. Quando perguntamos à criança o que é que ela queria escrever, pedimos-lhe que leia seu escrito. A própria criança pode precisar ler o que já escreveu para avançar, tal como nós adultos fazemos ao repassar nossos textos enquanto escrevemos. Esta atividade traz informação decisiva para a criança.

As limitações no processo de aprendizagem quando superadas, ou quando são intervidas, possibilita no educando o despertar para desenvolver-se intelectualmente, como também

socialmente, em que este irá sentir-se seguro em apresentar suas concepções, como também seus anseios. Assim, as limitações não podem ser vistas apenas como a ausência do interesse, mas estas necessitam ser investigadas diante de suas reais causas, e significações.

## **5. A família no apoio ao educando com limitações no processo de aprendizagem**

A família desempenha papel importante no processo de desenvolvimento dos filhos, em que realiza orientação para o convívio social, como também contribui por meio do incentivo na realização das atividades propostas em sala de aula. É relevante que a família esteja presente no processo de desenvolvimento destes sujeitos, para superar os desafios presentes em seu cotidiano.

Goleman (1995), “o controle das emoções é fator essencial para o desenvolvimento da racionalidade e cognição do indivíduo”. Além disso, o autor considera ainda que a afetividade pode “aumentar a capacidade de pensar, de analisar realisticamente os problemas da vida, de fazer planos e executar ações com mais acertos, prazer e competência”.

É na família em que as limitações passa a não ser vista como um grande desafio, mas como uma barreira, em que unidos serão capazes de superar, pois esta dará o devido e necessário apoio aos filhos para que estes possam superar as dificuldades presentes em seu desenvolvimento. De acordo com Morais (1997:183), “as crianças que provêm de ambientes letrados têm mais facilidade em aprender a ler e a escrever do que crianças provenientes de ambientes não-letrados”.

Porém, em pleno século XXI as famílias estão esquecendo o seu verdadeiro papel na sociedade, e acabam atribuindo a escola a responsabilidade de educar, e preparar os filhos para viverem em sociedade. Quando há esta ideologia na família as limitações no processo de aprendizagem passam a causar danos maiores na vida

dos filhos/educandos, em que estes sentem-se desvalorizados e incapazes de aprender.

Os desvios no desenvolvimento da aprendizagem não devem ser vistos como doença, mas como uma dificuldade que pode ser superada, e que necessita de apoio tanto de profissionais, como também da própria família, para motivar o sujeito a superar seus anseios.

## **6. Conclusões**

O educando necessita ser compreendido em seu processo de desenvolvimento intelectual, para que as limitações presentes durante este processo não venham a prejudicar, o que vem a ser relevante que o docente tenha uma postura diferenciada, buscando compreender as limitações presentes como também intervir. A sala de aula, em especial durante o processo de mediação, deve ser um momento em que todos participem, e apropriem-se das informações repassadas.

Quando o docente trabalha as limitações do educando, este está proporcionando condições par ao desenvolvimento deste sujeito, possibilitando sua inclusão, seu desenvolvimento social e intelectual.

A família necessita estar presente no processo de desenvolvimento do filho/educando, para que este sinta-se valorizado, como também motivado a superar suas limitações. Assim, estes sujeitos passam a desenvolver outra visão acerca de suas limitações, em que este pode superar e aprender assim como os demais.

## **Referências**

CEHELLA, C.; DEUSCHLE, V. P. O déficit da consciência fonológica e sua relação com a dislexia: diagnóstico e intervenção. **Revista CEFAC**, v. 11, supl. 2, p. 194-200, 2009.

FERNANDEZ, A. **Os Idiomas do Aprendente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

JARDINI, R.; S. R.; THIMÓTEO P.; MORENO, A.; C.B. **Fundamentação Teórica: alfabetização e reabilitação dos distúrbios da leitura e escrita**. Casa do Psicólogo, Livro 1, 2006.

MARUNY C. L. **Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler/** Lluís Maruny Curto< Maribel Ministrall Morillo e Manuel Miralles Teicidó; tradução Ernani Rosa.-Porto Alegre: Artmed, 2000.

MELLO, A. **Principal órgão do corpo humano, o cérebro é responsável por gerar todos os comportamentos do indivíduo**. Disponível em: <[http://www.hportugues.com.br/imprensa/sugestao\\_pauta/plonearticle.2009-0121.5041458825](http://www.hportugues.com.br/imprensa/sugestao_pauta/plonearticle.2009-0121.5041458825). Acesso em: 14/06/2016.

ULBRA. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Curitiba: Afiliada, 2008. 167 p.

## Capítulo 22

### Avaliação da aprendizagem

*Maria Jacilde Pereira Cordeiro<sup>1</sup>*

*Estanislau Ferreira Bié<sup>2</sup>*

#### 1. Introdução

Durante muito tempo a avaliação tem sido desenvolvida de forma inadequada, em que o docente utiliza esta ferramenta como instrumento punitivo, procurando manter o educando sobre seu domínio por meio da avaliação. Quando a avaliação é realizada de forma irregular, esta pode desencadear sérios danos no processo de desenvolvimento da aprendizagem do educando, o que vem a ser necessário a realização de mudanças na prática docente, em especial na utilização, elaboração da avaliação educacional.

O educando quando é visto apenas diante das notas obtidas na realização de exames, este não está sendo compreendido em suas

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC., Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Araripe – FAFOPA. E-mail: [jpc\\_c@hotmail.com](mailto:jpc_c@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL- Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC - Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela FATE - Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO - Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE - Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário UNINTA; Licenciado em História pelo Centro Universitário UNINTA e em Pedagogia pela FAK - Faculdade Kurios. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e Policial Militar (Oficial da Reserva).

particularidades, o docente compreendendo apenas as informações transcritas, esquecendo como este sujeito pode apresentar suas considerações, sua capacidade de reflexão, como também a prática das informações trabalhadas. Assim, é relevante que o docente leve em consideração variados aspectos no processo de desenvolvimento intelectual do educando, e não se restrinja apenas a atividades avaliativas (exames).

Por sua vez, é cabível salientar que, o fazer pedagógico influência de forma direta no processo de aprendizagem, em que o docente quando utiliza ferramentas diferenciadas, pode propiciar melhores aprendizagens, motivando os educandos a desenvolverem-se intelectualmente, e estimulando a buscarem novas informações, aplicando-as dentro e fora do ambiente escolar.

A gestão escolar, deve estar presente no processo de desenvolvimento da prática docente, para dar o devido suporte ao educando na realização de suas atribuições, para que o processo avaliativo seja executado com êxito, conforme os seus princípios formativos. É no ambiente escolar em que o sujeito desenvolverá saberes acerca das competências relevantes para viver em sociedade, o que requer de toda participação e comprometimento nas atividades desenvolvidas, para que se possa alcançar resultados positivos.

O presente estudo tem como finalidade analisar a avaliação educacional no processo de desenvolvimento da aprendizagem. Caracterizando-se como pesquisa bibliográfica embasada em autores como: Villas Boas (2004), Freitas (2003), Perrenoud (1999), entre outros.

## **2. Conceitos de Aprendizagem**

A aprendizagem é resultante do processo de assimilação das informações repassadas, sendo estas aplicadas dentro de um determinado âmbito, contribuindo para as relações sócias, como também institucionais. A aprendizagem ocorre quando o sujeito leva

consigo os saberes repassados (CASTANHEIRA, MACIEL & MARTINS, 2009).

No ambiente escolar a aprendizagem é alvo de constantes discussões, já que muitos educandos apresentam limitações em seu processo de desenvolvimento intelectual, necessitando muitas vezes de acompanhamento multidisciplinar, reforço, entre outras medidas, sendo estas formuladas em prol do alcance do desenvolvimento da aprendizagem. O que requer que o docente esteja atento ao processo de desenvolvimento do educando, para que este possa se desenvolver, e estabelecer relações significativas com as informações apresentadas, e aplicá-las em seu cotidiano.

Segundo Drouet (1995, s/p), a educação apresenta quatro elementos essenciais:

- Comunicador ou emissor (professor) - mensagem (conteúdo educativo) - receptor da mensagem (aluno) - meio ambiente (escolar, familiar, social). Se qualquer um deles falhar, haverá um obstáculo à comunicação, o que poderá causar problemas de aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem necessitam ser levadas em consideração no processo de avaliação do educando, em que muitas vezes o docente não tem conhecimento acerca das limitações no processo de aprendizagem, e avalia o educando de forma inadequada, como também não leva em consideração suas particularidades, e não realiza medidas de intervenção, o que vem a dificultar o processo de desenvolvimento deste sujeito.

Segundo Castanheira, Maciel e Martins (2009, p. 32), “o modo como o professor conduz o seu trabalho é crucial para que a criança construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe permitirão o uso efetivo do ler e do escrever”.

A aprendizagem é resultante da realização de estímulos cognitivos, em que o educando passa a sentir interesse pelas informações apresentadas, sendo esta motivação resultante da utilização de estímulos, procedimentos metodológicos. A aprendizagem necessita ser vista, como uma necessidade

informativa indispensável, sendo constituída por saberes que contemplam a realidade do educando, e que este necessita compreender, e abstrair-se destas informações.

### **3. O fazer pedagógico no processo de ensino e aprendizagem**

O fazer pedagógico necessita ser executado de forma adequada. O docente quando não busca compreender as necessidades dos educandos, como também não estimula o processo de aprendizagem, a mediação passa a ser algo monótono, como também não obtém êxito em sua execução, o que requer do mediador uma postura ativa, diferenciada e inovadora.

De acordo com Vigotski (2003, p. 75):

Na base do processo educativo deve estar a atividade pessoal do aluno, e toda a arte do educador deve se restringir a orientar e regular essa atividade. No processo de educação, o professor deve ser como os trilhos pelos quais avançam livre e independentemente os vagões, recebendo deles apenas a direção do próprio movimento.

A prática docente contribui no processo de aprendizagem. Quando o docente utiliza em sala de aula recursos variados, este está possibilitando uma melhor compreensão das informações repassadas, em que se torna mais fácil para o educando assimilar e apropriar-se. A utilização de objetos concretos, do lúdico, de pesquisas, das tecnologias, motiva o educando a estar em constante processo de descobertas, como também possibilita uma melhor assimilação.

Assim, o fazer pedagógico deve levar em consideração as necessidades cognitivas, e informacionais dos educandos, para que estes estabeleçam relações positivas no processo de ensino e aprendizagem. Em conformidade com Seber (2009, p. 26), “o ritmo próprio de cada criança para aprender pode variar tanto quanto a



qualidade das estimulações propiciadas pelo meio social em que ela cresce”.

O docente quando qualificado este exerce suas atribuições de forma diferenciada, levando para sala de aula procedimento metodológicos inovadores, como também informações que realmente venham a somar no processo de desenvolvimento intelectual do educando. Não é uma quantidade exagerada de informações que serão repassadas, mas sim informações indispensáveis para o educando, não sendo valorizada a quantidade, mas sim a qualidade da informação, já que nem sempre quantidade é sinônimo de qualidade.

#### **4. A prática avaliativa e “avaliação formativa”**

A avaliação no ambiente escolar caracteriza-se por ser um instrumento que possibilita identificar a aprendizagem do educando, se este compreendeu, abstraiu-se das informações ou não. Por sua vez, este também vem a ser um instrumento que possibilita o docente refletir acerca de sua atuação, em que os resultados serão um reflexo de sua atuação, e se necessário este deverá rever sua prática.

Segundo Perrenoud (1999, p. 14-15), este ressalta sobre a necessidade de compreender a prática avaliativa,

Se a avaliação formativa nada mais é do que uma maneira de regular a ação pedagógica, por que não é uma prática corrente? Quando uma artesã modela um objeto, não deixa de observar o resultado para [...] se preciso for „corrigir o alvo“, expressão comum que designa uma faculdade humana universal: a arte de conduzir a ação pelo olhar, em função de seus resultados provisórios e dos obstáculos encontrados. A avaliação formativa introduz uma ruptura porque propõe deslocar essa regulação ao nível das aprendizagens e individualizá-la.

É cabível destacar que a avaliação envolve diferentes aspectos, presentes no desejo de aprender, na realização de experiências, nos

sentimentos, apresentando um significado singular para cada sujeito. Por sua vez, no ambiente escolar, cada docente apresenta sua concepção acerca do processo avaliativo, o que resulta na realização da avaliação de forma variada, como também pode ocorrer de forma semelhante.

Freitas (2003, p. 144), ressalta sobre a avaliação, em que está “incorpora os objetivos, aponta uma direção”. Assim, o processo avaliativo é resultante de um planejamento, da sistematização e execução de procedimentos, apresentando objetivos a serem alcançados, por meio da realização de estratégias voltadas para este alcance.

A avaliação deve ser vista como ferramenta indispensável para o progresso do educando e da escola, em que esta passa a compreender as potencialidades existentes, como também as suas limitações, e consecutivamente passa a idealizar estratégias e projetar, para que sejam alcançadas mudanças em prol da educação.

De acordo com Villas Boas (2004), ressalta sobre a avaliação formativa apresenta suas próprias particularidades, em relação com a avaliação tradicional, já que a avaliação tradicional promove a aprendizagem do educando e docente, e a formativa é utilizada apenas para identificar se o aluno aprendeu ou não, sendo este aprovado ou reprovado.

Perante este enfoque, é necessário que o processo de avaliação seja capaz de averiguar as necessidades existentes em sala de aula, e seja possível a promoção do saber. O educado quando visto diante de suas particularidades, este passa a ser valorizado e motivado a constantes descobertas.

## **5. Docente e gestão no processo de avaliação educacional**

No ambiente escolar é necessário que a gestão e o docente estabeleçam boas relações, para que juntos possam atuar em prol do desenvolvimento dos educandos, propiciando melhores condições de aprendizagem, e compreendendo estes sujeitos em suas

particularidades. A escola atua por meio de um conjunto de atores indispensáveis para o alcance do êxito na formação educativa.

É relevante ressaltar sobre a avaliação, em que Hoffmann (2006, p.14):

Não se pode dizer que se avaliou porque se observou algo no aluno. Ou denominar por avaliação apenas a correção de sua tarefa ou teste e registro das notas porque, neste caso, não houve a mediação, ou seja, a intervenção pedagógica decorrente da interpretação das tarefas uma ação pedagógica desafiadora e favorecedora à superação intelectual dos alunos.

A gestão necessita trabalhar em conjunto com o educando, discutindo o verdadeiro sentido de avaliar, como a avaliação pode ser desenvolvida, e como seu êxito pode ser alcançado. Assim, juntos estarão definidas estratégias eficientes, para que todos os educandos sejam beneficiados em seu processo de desenvolvimento intelectual. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (1997, p.84) com a compreensão da avaliação como:

[...] elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão continua para o professor sobre sua prática docente [...].

A gestão também necessita atuar em prol das problemáticas existentes em sala de aula como indisciplina, dificuldades de aprendizagem, entre outras, que influenciam na aprendizagem do educando, para que este possa ter melhores condições de aprendizagem, e supere suas limitações.

## 6. Conclusões

A avaliação quando é compreendida por parte do docente, este passa a valorizar o educando diante de suas potencialidades e particularidades, levando este a realizar experimentos, como também desenvolver uma melhor compreensão acerca das informações apresentadas. Assim, é possível identificar o fazer pedagógico como um dos responsáveis pelo alcance de resultados positivos na prática avaliativa, em que o educando necessita ser estimulado para a construção de saberes.

A prática docente não deve ser vista pelo docente como uma mera transmissão do saber, mas como um processo de interação do educando com as informações repassadas, para que consecutivamente este sujeito possa ser avaliado de forma adequada. A avaliação formativa, como somática e diagnóstica são essências, mas é necessário que ambas sejam executadas mediante os seus princípios, e que o educando e docente sejam analisados, para que se possa alcançar o êxito.

A gestão escolar quando está presente no fazer pedagógico, proporciona ao docente segurança, como também auxilia diante das dificuldades existentes em sala de aula, para que juntos possam realizar medidas eficientes. Assim, o processo avaliativo é resultante de uma série de fatores, como também envolve um conjunto de sujeitos para que se possa obter resultados positivos.

## Referências

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais.** Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Org.). **Alfabetização e letramento na sala de aula.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2009.

- DROUET, R. C. da R. **Distúrbios da Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1995, 20743p.
- FREITAS, L. C. **Questões de Avaliação Educacional**. Campinas, SP: Komedi, 2003.
- HOFFMANN J. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- PERRENOUD, P. **Avaliação, da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SEBER, M. da G. **A Escrita Infantil: o caminho da construção**. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e Ação na Sala de Aula).
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Tradução Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VILLAS BOAS, B. M. de F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2004.



## Capítulo 23

# Educação holística na formação de professores e seus desafios

*Antônia Derlângia Correia do Nascimento Nobre<sup>1</sup>*

*Edna Maria Rodrigues da Silva<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

Muitas foram as mudanças que ocorreram no processo educacional ao longo dos tempos, uma reflexão sobre o paradigma holístico na educação contemporânea e sua importância na formação de professores, como uma das formas de tornar a educação mais completa, mais significativa, deixando de lado a mecanicidade da aprendizagem.

O presente texto fundamenta-se em artigos sobre educação holística e em livros que abordam o assunto em questão e considera quatro pontos significantes.

No primeiro momento baseia-se no artigo a evolução dos paradigmas descritos por descreve-se as mudanças de paradigmas que ocorreram ao longo da existência da humanidade na Terra, destacando o conhecimento científico, sua refutação e aceitação e todos os processos que modificaram o sistema educacional ao longo da história humana.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC. E-mail: [der.langia@hotmail.com](mailto:der.langia@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC. E-mail: [ednazineha.encantado@yahoo.com.br](mailto:ednazineha.encantado@yahoo.com.br)

Em seguida são descritas de forma resumida as características do paradigma newtoniano-cartesiano, com um modelo de educação que prioriza a lógica, desarticulando a teoria da prática, mostrando também as consequências negativas que esse modelo trouxe para a educação.

O terceiro ponto conceitua a holística, mostrando suas principais características abordando sua importância para a educação contemporânea.

Por último é mostrada a opinião de alguns autores sobre a formação de professores e a importância das universidades adotarem o paradigma holístico, na formação de docentes, refletindo também sobre a missão das universidades frente a esse novo paradigma.

## **2. Mudança de paradigmas e do conhecimento**

Caminhando pelos paradigmas do conhecimento descritos por Marilda Aparecida Behrens e Anadir Luíza Thomé Oliari no artigo intitulado: a evolução dos paradigmas da educação: do pensamento científico tradicional a complexidade, foi descrito o caminho histórico do conhecimento.

Analisando esse caminho, percebe-se que a educação humana passou por diferentes mudanças desde o início de seu conhecimento até os dias atuais. Essa mudança de paradigma surgiu da inquietação própria da humanidade em tentar descobrir os enigmas que envolvem sua própria existência.

Observando esse caminho é fácil notar que inicialmente a humanidade atribuía aos deuses o poder de guiar todos os fenômenos da natureza tendo como base paradigmática segundo Cardoso (1995), a existência de dois mundos: o real e o sobrenatural.

A Teoria do Conhecimento clássico surge no século VIII a VI a.C. na Grécia Antiga, o qual diz que o conhecimento é explicado como parte da natureza, a busca da verdade se dá pela razão e tudo tem que ser comprovado. O conhecimento científico se dá de forma racional, discursiva e demonstrativa.



A busca o conhecimento através da fé, surge com a Teoria do Conhecimento na Idade Média, período que nasce o Teocentrismo que se fundamenta na crença de que Deus ocupa o centro do universo, e tudo acontece segundo a sua vontade.

Em oposição às teorias citadas surge o Antropocentrismo, no Renascimento período em que o homem passa a ser o senhor e dominador de todas as coisas, sendo capaz de criar e transformar, de acordo com suas características próprias. Copérnico e Galileu têm significativa contribuição para a evolução da ciência quando a Terra deixa de ocupar o centro do universo, e tudo passa pelo processo de medida e quantificação.

O conhecimento passa a ser baseado em certezas inquestionáveis a partir da Idade Moderna, com a proposta de Descartes, em que o conhecimento se fundamenta pela certeza e pela objetividade.

No século XVII, o método indutivo proposto por Bacon, argumentando que a fonte do conhecimento está nos fatos, os quais devem ser observados cuidadosamente e descritos minuciosamente, sendo revalidados pela razão.

No mesmo sentido é proposto por Descartes o método analítico, através da indução e da dedução, fundamentado na lógica e na matemática, surgindo assim o paradigma cartesiano. Esse paradigma tem a proposta de estudar as partes, para em seguida estudar o todo.

### **3. Paradigma newtoniano: cartesiano**

Durante muito tempo perdurou em nossa sociedade um modelo de educação centrado na razão, um modelo linear, fragmentado onde a teoria se distancia da prática numa vertente de saberes dissociados em um sistema de compreensão lógico-formal. Esse sistema de educação se processa no modelo paradigmático newtoniano-cartesiano.

No artigo abordagem holística na educação, Miguel Araújo considera que esse modelo se fundamenta na categoria da razão analítica, que se vai caracterizando pela redução de toda a realidade a sistemas de entendimento matemático-lógico formais lineares. Considera também que o mundo e a natureza são interpretados a partir de leis ordenadas da lógica instrumental e apresentadas como máquinas que funcionam mecanicamente.

Assim o mecanicismo proposto por esse paradigma, assemelha-se a repetições, cópias e acomodação da aprendizagem. A partir desse paradigma começam a surgir fragmentações entre corpo e mente, filosofia e ciência, sentimento e pensamento, ciência e fé, dissociando também o mundo real do mundo espiritual, onde o conhecimento acontece de forma desordenada.

Para Araújo nos emblemas desse paradigma estão ilustrados os valores do progresso que é proporcionado pela ciência e pela técnica como estandartes que conduzirão a humanidade à verdadeira felicidade através da luminosidade fulgurante da supremacia da razão analítica

Sendo assim o progresso proporcionado pela ciência e pela técnica proposto por esse paradigma leva o ser humano a encontrar a supremacia da felicidade, visando o bem-estar de forma equivocada.

Nesse modelo de Ciência segundo Capra (1996), o homem é o senhor do mundo, pois se dá o direito de transformar, explorar, servir-se e escravizar a natureza. Percebe-se que essa visão distancia o homem de sua própria “casa”, como se a vida da Terra seja equiparada a sua própria vida, ou seja, como se fosse só uma passagem.

Esse paradigma tradicional propõe um modelo de educação em que o conhecimento é transmitido ao aluno imposto pelo professor que detém o saber. O aluno é o receptor do conhecimento que lhe é transmitido, absorvendo essa aprendizagem de forma passiva e mecânica. A aprendizagem se dá por repetição, por cópia, e não por troca de experiências. As disciplinas são organizadas dentro de cada área não estabelecendo ligação com as demais

Esse sistema tão distante da realidade deve ser substituído por um sistema de educação mais abrangente onde, o conhecimento seja construído de forma dinâmica, prazerosa e se estabeleça de forma interligada.

#### **4. Paradigma holístico**

Como reação a visão newtoniano-cartesiana, de um universo fragmentado, característica de um paradigma substancialista e mecanicista segundo Weil (1990), instala-se de maneira progressiva um novo paradigma que traduz uma perspectiva no qual “o todo” e cada uma de suas sinergias estão estreitamente ligados, em interações constantes e paradoxais, o paradigma holístico. (Weil, 1999. Grifo do autor.)

Falar da visão holística é falar de uma visão ecológica, sistêmica, libertadora. A educação holística é um elo entre ciência e consciência. Não é a união de partes esfaceladas e sim a amplitude de uma atitude individual para universalização global, em que partes que se articulam para um aperfeiçoamento de atitudes que conduzam a uma Cosmovisão.

Para Cardoso (1997), a holística é um novo modo de relação do homem com o mundo, uma nova visão do cosmos, da natureza, da sociedade, do outro e de si mesmo. É conseqüentemente uma nova postura, diante da ciência da arte, da filosofia e da tradição de sabedoria dos povos.

Dessa forma a educação acontece de forma dinâmica, particular e ao mesmo tempo integrada em que há uma ligação entre o ser humano e o ser humano, ser humano e sociedade, ser humano e natureza e ser humano e cosmo, levando em conta todos os saberes.

Weil (1999), explicita um conjunto de métodos que permitem ao homem, a compreensão da perspectiva holística, agrupando-os em duas categorias: os que visam o conhecimento pelos caminhos intelectuais ou experimentais, e os que levam a experiência holística pelos caminhos tradicionais.

Esses métodos sintetizam-se na transdisciplinaridade e na sensibilidade respectivamente, promove um encontro de saberes que se articulam entre si dentro do real.

Para Morim, o ser humano é a um só tempo, físico, biológico, psíquico, social, cultural e histórico, e essa unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas. Essa desarticulação dirige o ser humano a uma aprendizagem incompleta o que dificulta entender o que significa o ser humano.

“O destino planetário do gênero humano é outra realidade chave até agora ignorada pela educação. O conhecimento do desenvolvimento da era planetária que tendem a crescer no século XXI, e o reconhecimento da identidade terrena, que tornará cada vez mais indispensável a cada um e a todos, devem conter-se em um dos principais objetos da educação.” (MORIN,2000. pg.16)

Entende-se que o futuro da humanidade é uma das preocupações da visão holística, em torno de particularidades que se encaminham para a coletividade em uma conexão entre a fé e o conhecimento, visando uma educação que transcende o mundo material.

Educar numa visão holística significa se utilizar de práticas pedagógicas que se sustentem não só no mundo real, mas também no mundo abstrato levando em consideração o sentimento, a razão, a sensação e a intuição. Essas práticas também devem conduzir o ser humano a integrar-se numa cultura de paz, integrando o intelectual ao planetário

O processo de construção da cosmovisão holística busca a compreensão do mundo como uma rede de relações em que tudo se forma num processo dinâmico em interatividade com os diversos elementos e os fenômenos naturais que se processam em transformações constantes

Para Morin (2000), a educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal centrado na condição humana. Ainda afirma

que estamos na era planetária em que os seres humanos devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano

Para Cardoso (1995), a atual abordagem holística da educação não pretende ser uma nova verdade que detenha a chave única das propostas para os problemas da humanidade. Ela é essencialmente uma abertura incondicional e permanente para o novo.

Compreende-se que esse é constante e precisa ser entendido, interpretado e vivido com dinamismo usando de metodologias criativas, para favorecer a interdisciplinaridade, a integração e o diálogo entre os diferentes saberes.

A evolução da educação expande-se de forma progressiva em todos os compostos. Assim essa formação não se dá somente visando o intelectual, ampliando em todos os campos do saber, unindo, enfatizando além dos outros campos o campo espiritual.

Assim percebe-se a necessidade de uma formação integral do indivíduo de maneira geral e articulada. Para isso é necessário que os formadores sejam pessoas com uma visão ampla sobre a educação, que busquem novos meios para construir um novo perfil profissional.

## **5. Formação de professores e holística**

Para que o aconteça a construção de uma educação que vise desenvolver cidadãos críticos e reflexivos é de extrema urgência que haja uma conscientização por parte dos professores e instituições de ensino para que busquem estratégias e ações que possam ampliar as práticas educacionais com metodologias adequadas às mudanças que ocorrem na sociedade.

Demo (2006, pag. 126), falando sobre a mudança do perfil do professor afirma que

É preciso superar aquele professor que, uma vez formado, só dá aula, a vida toda, quase sempre a mesma aula, e não estuda mais.

Este perfil, nem de longe, é ‘culpa’ do professor. Antes, é resultado do ambiente instrucionista de um lado, e, de outro, das agrugas da vida de professor, pois precisa trabalhar como um condenado para obter remunerações indignas. O perfil buscado do professor é daquele que, além de formação original adequada, mantém-se em formação permanente como condição fatal de sua profissão. Deve ser a imagem viva de quem sabe aprender, estudar, pesquisar, elaborar, para poder construir tais efeito nos alunos.

Para que o professor supere as dificuldades que surgem no cotidiano de sua profissão é necessário que se tenha em mente que a aprendizagem não precisa acontecer de forma fragmentada, para isto é necessário que o mesmo passe por um processo de formação continuada para que possa acompanhar as inovações que surgem na atualidade.

Sobre o significado mais amplo da docência Morin enfatiza que:

O círculo da docência não deveria fechar-se como uma cidadela sitiada sob o bombardeio da cultura de mídia cidadela sitiada, sob o bombardeio da cultura de mídia, exterior à escola, ignorada e desdenhada pelo mundo intelectual. O conhecimento dessa cultura é necessário não só para compreender os processos multiformes de industrialização e super comercialização culturais, mas também o quanto das aspirações e obsessões próprias a nosso “espírito da época” é traduzido e traído pela temática das mídias. (Morin, 2002. Pg. 80, grifo do autor.)

Dessa forma as mídias poderão favorecer uma educação voltada para a realidade, onde estas não sejam vista com competitividade, mas como recurso, que poderá ser uma base para se chegar ao entendimento do que está acontecendo a sua volta.

No livro os sete saberes necessários à educação do futuro, Morin, fala da necessidade de se introduzir e desenvolver na educação o estudo das características cerebrais, mentais, dos conhecimentos humanos, de seus processos e modalidades, das disposições tanto psíquicas, quanto culturais que conduzem ao erro e a ilusão.

Percebe-se assim a necessidade de uma educação cada vez mais completa, mais interligada, adequando a visão holística na formação de professores, para que estes sejam capazes de ajudar na construção de um saber mais dinâmico e significativo. As universidades devem colocar em foco, a educação holística como a chave para a transformação,

Para falar das universidades recorre-se ao entendimento de Morim e Kochhann

A universidade conserva, memoriza, integra, ritualiza, uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança ao reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la, gera ideias, saberes e valores que passam a fazer parte da herança. Assim ela é conservadora regeneradora, geradora. (Morim, 2003)

Enquanto isso Kochhann (2006. Pg. 24) afirma:

[...] Universidade é o espaço privilegiado para a construção do eu e do ser, mediante trocas de conhecimentos adquiridos frente ao processo indissociabilizante, ensino, pesquisa e extensão, momento em que o docente e o acadêmico se unem pelos laços da intelectualidade e do desejo de fazer mais para alcançar a identidade própria e se compreender criticamente a realidade futurante [...].

A ideia de conservação descrita por Morin, é vista em dois sentidos: vital ou estéril. A conservação é vital quando tem o significado de preservação, de salvaguarda, e é estéril quando é dogmática, cristalizada, rígida.

Nesse sentido professor e alunos são os sujeitos adequados para as mudanças educacionais. O professor deve repensar suas práticas, adequando-as a uma visão holística, buscando estimular o estudante a ser curioso, criativo e investigador; incentivando a construir seu próprio conhecimento acerca da realidade que vive.

O professor em formação acadêmica conforme Silva (2009), adquire um conjunto de saberes técnicos e teóricos referentes a sua

profissionalidade, porém distante do ambiente escolar sobre o qual atuará futuramente.

Observa-se, no entanto, que a teoria se distancia da prática por que os futuros profissionais não têm contato direto com o ambiente que vai trabalhar e com os seres que fazem parte desse ambiente.

Silva ainda alerta para a diferença que há entre os saberes teóricos e os saberes práticos. São nas salas de aula que os professores iniciantes se deparam com situações conflituosas e problemas inesperados e surpreendentes. A falta de socialização da teoria acarreta uma série de dificuldades na profissão.

Para falar dessa prática Silva (2009), alerta que é nessa experiência de experiências de ensino que o aluno mestre irá validar, negar, desenvolver e consolidar os saberes teóricos transformando-os em experiências a partir de sua prática e de sua experiência individual e coletiva no ambiente escolar como um todo.

Os professores são formados nas disciplinas que vão atuar, é sobre elas que o mesmo detém o conhecimento, mas isto não é tudo. As situações cotidianas conduzem os professores a buscarem soluções indo além desse conhecimento teórico que muitas vezes surge e precisam ser resolvidos com uma maior amplitude desvinculado das disciplinas.

Segundo Morin, há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e por outro lado, realidades ou problemas, cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários.

A crise geral da manifestação para Weil (1990), tem atingido de modo especial as universidades contemporâneas que se compartimentalizaram de forma perigosa e institucionalizada, decorrendo daí a transmissão de tendências reducionistas que ameaçam a nossa própria sobrevivência.

A partir daí Weil, fala da urgência de se criar um novo tipo de universidade na qual essas distorções possam ser corrigidas e uma



nova mentalidade orgânica e interativa seja implantada para fazer frente aos desafios que o futuro imediato nos reserva.

Para que essa nova visão se estabeleça dentro das universidades é de suma importância que as universidades se renovem amparadas pelo novo modelo de educação que visa a integração dos saberes em um novo paradigma, o paradigma holístico.

## **6. Conclusões**

Diante do que foi expresso é possível concluir que desde os primeiros sinais de educação, a humanidade tenta buscar modelos para seguir e obter uma educação qualitativa. Analisando o processo de transformação pelo qual tem passado até os dias atuais, percebe-se que as várias mudanças paradigmáticas vieram contribuir para um novo olhar sobre a educação.

Esse novo olhar se estabelece de forma dinâmica dentro dos parâmetros educacionais visando uma nova educação. Essa educação deverá ser pautada na diversidade, na interdisciplinaridade, desenvolvendo-se de forma integrada, envolvendo corpo, mente, espiritualidade, universo, aspectos naturais e artificiais em conexão com o mundo atual.

A educação do presente e do futuro deverá pautar-se na busca, na interação, na valorização e na produção do conhecimento em sintonia com os aspectos sociais, culturais e ambientais que se manifestam na sociedade, educando o ser humano como um todo integrado. Esse modelo de educação baseia-se no paradigma holístico.

Os profissionais da educação deverão ser preparados para desenvolver esse modelo de educação, entendendo que esse novo paradigma abrange um espaço cada vez mais amplo, surgindo no momento oportuno apontando o que fazer e como fazer. O momento é de trocas, visto que o professor ensina e ao mesmo tempo aprende. Os sentimentos de inferioridade e de superioridade, devem perder lugar para a reciprocidade. Assim juntos trilham os caminhos para o conhecimento adquirido e produzido.

Esse novo modelo deverá sintetizar a fé e a razão, refletindo sobre os meios que serão utilizados pela humanidade, para combater as catástrofes que foram geradas pela falta de respeito ao meio ambiente, aos seres vivos e a própria espécie humana. O mesmo homem que provocou os desastres à natureza terá em suas mãos o poder de restituí-la, reorganizando a natureza e o que dela foi retirado, e isso só será possível com essa troca de saberes. Em alguns momentos o professor será aluno que precisa de orientação e em outros o aluno será o professor que deverá orientar.

Uma educação baseada no paradigma holístico é o novo desafio que surge para adequar uma nova visão de mundo. Essa nova visão deverá ter como objeto principal o homem como ser biológico, físico, cultural, social e espiritual em interação com o ambiente com o cosmo, através de um ensino e uma aprendizagem que busque a essência e a sensibilidade do ser humano crítico que possa construir uma sociedade mais justa.

## Referências

- CARDOSO, Clodoaldo M. **A Canção da inteireza: uma visão holística da educação.** São Paulo. Summus, 1995.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1996.
- DEMO, Pedro. **Professor do Futuro e Reconstrução do Conhecimento.** Petrópolis, RJ. Vozes. 2006.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília DF: UNESCO 2000.
- SILVA, Marilda da. **Complexidade da Formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos [on line].** São Paulo: Editora UNSESP; São Paulo: Cultura Acadêmica; 2009.
- WEIL, Pierre. **Holística: uma Nova Visão e abordagem do Real.** São Paulo: Palas Athena, 1990.

## Capítulo 24

# **Educação x trabalho: um resgate histórico necessário para o entendimento do sujeito e sua relação com o trabalho e o processo educativo**

*Cicera Reuva da Silva Carvalho<sup>1</sup>*

### **1. Introdução**

Observando os acontecimentos retroativamente, podemos alcançar como se deu o ponto de partida para entendimento de uma relação que se estabelece desde o surgimento do homem primitivo, que sempre buscou estratégias para uma condição de subsistência de forma coletiva. Iniciando historicamente pelo homem primitivo e sua relação com o trabalho e educação de suas famílias, temos uma noção que os homens eram livres e as atividades eram divididas entre si, a forma de trabalho como a caça e pesca possibilitava para os mesmos, uma forma de vida livre, se preocupando apenas, com o bem comum de uma comunidade, e o que conseqüentemente produzia-se era dividido entre todos.

A relação de trabalho e educação, por sua vez, passa por um processo de lapidação, tendo como princípios, estabelecer costumes e atividades mais específicos. “Assim a passagem da comunidade

---

<sup>1</sup>Cicera Reuva da Silva Carvalho, Mestranda pela UNISULLIVAN INC.; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Juazeiro do Norte- FJN; Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA; E-mail: [reuvasilva@gmail.com](mailto:reuvasilva@gmail.com)

primitiva para a sociedade dividida em classes exige algumas advertências prévias para não incorremos em erros muitos comuns” (Ponce, 2007). Com isso as sociedades vão se decompondo de forma semelhante. Mesmos assim podemos analisar as mudanças no tempo em que a relação trabalho e educação são postos de formas diferentes para a sociedade, determinando a divisão de culturas, costumes e de ambos que com o início do século XIX tem outra roupagem, onde a educação passa a ser vista como privilégio para poucos e os poucos continuam sendo opressores, quando deveriam ser colaboradores em uma sociedade que as universidades são para os ricos e mão de obra para os pobres.

Após a Revolução Industrial, o mundo passou por mudanças significativas, principalmente com relação à chegada das máquinas, aumentando a necessidade de conhecimentos que fossem de grande importância para seu manuseio, posteriormente acarretando em uma necessidade de qualificação de mão de obra para atender as necessidades do modelo de produção capitalista.

Partindo para o Brasil precisamente no período colonial, momento em que a igreja dominava as práticas assimilativas, a mesma instituição religiosa servia de espaço para a aprendizagem das primeiras letras, ministradas pelos sacerdotes que ali se agregavam. Com a vinda da família real para o Brasil, houve várias mudanças significativas na política industrial do país, fazendo assim a criação das primeiras escolas de ofícios e posteriormente o surgimento das escolas profissionais técnicas, que historicamente foram evoluindo com relação a melhoria na qualidade da educação no país, ousou-se então a criação do PRONATEC oferecendo cursos de aprimoramento destinados ao ensino médio técnico, com tudo podemos observar o quanto mudou com relação a ligação entre educação e trabalho principalmente quando diz respeito a educação profissional e tecnológica no Brasil.

Este artigo tem como objetivo, resgatar historicamente como se estabelece as relações de educação e trabalho e as práticas assimilativas, comparando as mudanças e desafios que ao longo do

tempo foram modificando o homem ontologicamente. A metodologia a qual foi usada para a escrita desse trabalho se deu através de pesquisas bibliográficas feitas em documentos, livros, revistas de bastante relevância acadêmica e em sites sobre o assunto tendo como modelo a método qualitativo.

## **2. Educação do homem primitivo x homem antigo: avanços e retrocessos.**

Extraordinária ousadia essa que nos mostra o caminho percorrido pelo homem desde os “costumes invariáveis” dos primitivos até esse momento singular em que ele começa a compreender a pequena importância de muitos dogmas e a tirania de muitas tradições. Para esse “novo homem” era necessária uma nova educação, mas nenhuma das escolas que existia em Atenas era capaz de proporcioná-la. O ideal que dominava até então era o ideal que os senhores da terra haviam concebido e imposto, ao passo que o novo ideal era o dos comerciantes e industriais, que até então tinham estado excluídos do ginásio. (PONCE. 2007, p.53).

A relação entre trabalho e educação em uma comunidade se faz através de práticas vindas da cultura singular de um povo, assim sendo, como cultura ou prática de subsistência, como um trabalho sem interesse material, onde a produção do alimento era apenas para o próprio consumo e não para a acumulação de bens. Essa relação do homem primitivo está embasada na cultura de auto sobrevivência, sem colocar em risco as relações com o próximo através das divisões de classe, que os tornam detentores de poderes ou tornando-se opressores, transformando o povo em uma sociedade de desiguais.

No entanto, com o surgimento do homem primitivo, já se fazia presente a participação da mulher nos trabalhos da comunidade, os mesmos viviam em pé de igualdade, assim como na educação dos filhos, as mulheres já tinham papel ativo nas

atividades para garantir o próprio sustento. Ponce corrobora com a afirmação dizendo:

Na comunidade primitiva, as mulheres viviam em pé de igualdade com os homens, e o mesmo acontecia com as crianças. Até os sete anos, idade a parti da qual já deviam começar a viver as suas próprias expensas, as crianças acompanhavam os adultos em todos os seus trabalhos, ajudavam-nos nas medidas das suas forças e como recompensa, recebiam sua porção de alimentos como qualquer outro membro da comunidade. A sua educação não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente. (PONCE, 2007. p,18).

Fazendo um comparativo com a sociedade em que vivemos atualmente, o papel da mulher na sociedade primitiva tinha o diferencial da igualdade, não havia importância de valores concretos para o desenvolvimento de seu trabalho, associando o trabalho de casa ao do campo. De tal modo, as crianças recebiam educação igual à dos adultos, ou seja, eram tidos como pequenos adultos. Isso implica em uma educação cuja lógica pedagógica se estabelecia diante do processo do dever ser, sugeridos assim, desde o nascimento. O mesmo conceito de educação que fazia parte da comunidade primitiva se estabelecia de forma livre, em que as gerações comboiavam as mais velhas, adequando-se todos da mesma forma, mudando posteriormente com a divisão de classes.

Com o aparecimento das classes sociais, houve provavelmente uma dupla origem: o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada (PONCE, 2007, p.22). Com o passar do tempo, o homem adquiriu seu valor, mostrando ser capaz de satisfazer as exigências devidas para sua função, a parti de então essa transformação tem grande importância histórica, pois se torna o começo de uma mudança progressiva, pois com isso deixa de ser implícito e passar a serem implícitos os fins da educação para a estruturação da comunidade. Mas esse processo não veio somente como vantagem, pois a sociedade passando a ser desigual há uma transformação no

processo em que o responsável se torna explorador e os executores se tornam explorados.

Percebe-se que nos primórdios a forma de educação do homem primitivo não é diferente das demais formas de educação, ao mesmo tempo em que os privilegiados eram os filhos das classes dominantes sendo distribuídas de forma diferenciada em que para os dominantes cabiam à riqueza e o saber, e para as outros sobravam o trabalho e a ignorância acompanhados de punições. Com a transição, período que o homem deixa seus costumes primitivos e passa a adquirir a noção de divisão por classes, a relação de trabalho e educação se faz compreendida com diferentes fins. Dessa forma, o ideal pedagógico não é mais educar para um bem comum e sim para a separação entre opressores e oprimidos, buscando assegurar a vida dos grupos dominantes alienando os demais. Para Paulo Freire, em seu livro pedagogia do oprimido isso é compreendido da seguinte forma:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que tem sua humanidade roubada, mas também, ainda que se forma diferente, nos que a roubaram, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível da história, mas não vocação histórica, na verdade se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude sônica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação do homem como pessoas, como “seres para si” não teria significação (FREIRE, 1987, p.16).

Podemos analisar que na fala do autor há certo descontento com relação à violência simbólica entre as classes dominantes e dominadas, havendo realmente uma desumanização com relação à liberdade do homem, tornando-os assim sujeitos alienados em troca de uma possível oportunidade de ser opressor sendo influenciado pelo sistema capitalista.

Faz-se necessário retroagirmos na história para darmos uma pincelada sobre a relação entre educação e trabalho na sociedade antiga em analogia as suas práticas. Na Grécia o comércio de

escravos era bem ativo, tornando-os os principais produtos a serem comercializados para fins de trabalho braçal, postos a serviço dos senhores de escravos. Na Grécia Antiga, no princípio, a educação e o trabalho eram comuns a todos e estavam relacionadas às práticas da agricultura e da pecuária, do artesanato e da arte, à própria vida (PORTELA, 2000).

Analisando sobre a educação na Grécia antiga, Espartas e Atenas apresentam suas representações singulares, que aqui se faz importante o destacar. A educação dos espartanos era direcionada para os fins de batalhas e lutas, eram preparados desde os sete anos pelo estado, fazendo parte das forças militares até os quarenta anos e participando do grupo de reserva após os sessenta anos, pois a superioridade através das atividades militares era mantida sobre as classes dominadas. À medida que iam ficando mais velhos, os treinos se tornavam mais intensos e violentos. Os espartanos faziam parte das forças militares por outro lado, não tinha acesso à escola, poucos que faziam parte da nobreza tinham o controle da leitura e da escrita.

Em Atenas a relação de trabalho e educação acontecia através das práticas militares, e poucos tinham o domínio da leitura e da escrita, por outro lado, os atenienses dominavam o comércio, enquanto para os espartanos as atividades militares eram obrigatórias, para os atenienses mesmo tendo uma disciplina menos violenta, mas as consideravam como ofício fundamental. A preocupação com a formação dos jovens atenienses com relação a prática militar não descartava a possibilidade de escolher outros afazeres, no entanto podiam gozar dos prazeres da arte, ginástica, filosofia e poesia, dividindo as atividades em turnos para melhor aproveitar o que lhes eram de direito, afinal, a cidade era conhecida como um berço intelectual e o principal berço de educação da Grécia. Durante muitos séculos os “pobres” da Grécia aprenderam desde criança fora das escolas, nas oficinas e nos campos de lavouras e pastoreios, os meninos “ricos” inicialmente aprenderam fora da escola, em acampamentos ou ao redor de velhos mestres. (BRANDÃO, 2007).



As atividades por sua vez ensinadas por escolas particulares, o estado não tinha poder sobre elas, e não podiam exigir tarefas ou obrigações, deixando a mercê dos mestres. Digamos que o ensino não era solto, sendo que os mestres tinham suas próprias concepções e práticas pedagógicas. Suas principais atividades eram à música a ginástica e a gramática. Entre os gregos sempre se conservou a ideia de que todo saber que se transfere pela educação circula através de trocas interpessoais, de relações física e simbolicamente afetivas entre pessoas (BRANDÃO, 2007). Ainda quanto ao ensino regular de base privada, nos remete a ter a certeza que os privilegiados eram às classes dominantes. Brandão em seu livro *O que é educação* respalda sobre isso. Assim surge em Atenas às escolas de bairro, não raro, “lojas de ensinar” abertas entre outras no mercado. Ali um humilde mestre escolar “reduzido pela miséria a ensinar” leciona as primeiras letras e contas. (BRANDÃO, 2007).

### **3. A contribuição dos sofistas**

Os sofistas afirmam que “o homem é a medida de todas as coisas” e parecem encerra nessa frase a mesma doutrina que muitos séculos mais tarde se transformará na bandeira do indivíduo burguês. (PONCE, 2007). A Filosofia ensinada pelos sofistas aos atenienses a partir dos 16 anos até chegar aos ensinamentos com os grandes filósofos, Sócrates, Platão e Aristóteles, aos 18 anos dava início aos treinamentos militares. O movimento dos sofistas brotou para entender às pretensões da sociedade em sua época. Portanto, levemos em conta que o movimento dos sofistas é fruto de uma crise em vários âmbitos das relações sociais. (BEZERRA; SANTOS, 2010)

Como afirma Jeager (1995) já desde o começo a finalidade do movimento educacional comandado pelos sofistas não era a educação do povo. No fundo não era senão uma nova forma da educação dos nobres. Desta forma, a nova educação vem para suprir a carência que deixava a educação imitativa. É através dos conteúdos da música, poesia, gramática, retórica e dialética que os sofistas

queriam proporcionar um conhecimento geral nos diversos âmbitos que envolviam os homens. (BEZERRA; SANTOS, 2010; Apud JEAGER, 1995).

Enquanto em Espartas a relação educação/trabalho se apresenta pela formação do jovem para a guerra, para os jovens atenienses, acontecia de forma diferenciada, mas não tendo só como foco as batalhas, mais sim, através da filosofia, arte e esportes, em algumas dessas atividades sendo protagonizadas pelos pedagogos. “O pedagogo era o educador por cujas mãos a criança grega atravessava os anos a caminho da escola por caminhos da vida” (BRANDÃO, 2007).

Partindo para Roma, podemos perceber que o cenário muda de forma curvativa. Os grandes comerciantes de escravos se destacam nessa prática, e assim Roma expande sua riqueza, os proprietários de comércio e terra, educavam seus filhos para as tarefas mais simples. Durante os primeiros sete anos da vida da criança romana, cabia à mãe a responsabilidade por sua educação, o que envolvia os aspectos biológico, intelectual e moral (MELO, 2008). Também segundo Ponce (2007) a agricultura a guerra e a política constituíam um programa que um romano nobre deveria realizar. Para os grandes proprietários, quanto mais escravos possuíam, mais ricos se consideravam, quanto mesmo escravos, menos status. Ponce complementa dizendo que “os escravos mais robustos e temíveis não eram apunhalados à traição como em espartas, mas educados como gladiadores, era com o que Roma conseguia ao mesmo tempo distrair-se e proteger-se”.

Em meados do século IV a.C, uma nova forma de educação passa a ser necessária em Roma, por conta das influências das classes políticas exigindo assim uma nova forma de educar, de tal modo como na Grécia, em Roma se fazia respeitável a participação do professor na formação do jovem. Os profissionais da educação destacavam-se por: Ludimagister, direcionados a educação primária, os Gramáticos para o ensino médio e os chamados Retores, direcionados ao ensino de nível superior. Atendida pelo

pimus magister, ludimagister ou litterator, um similar do gramatista grego. “Os professores responsáveis por essas escolas podiam ser antigos escravos, velhos soldados ou ainda indivíduos que haviam perdido todas as suas propriedades” (MELO, 2008). Com o passar do tempo cria-se uma nova necessidade de instrução, passando assim a procura por professores mais capacitados, passando igualmente da educação primária para à secundária. Melo refere-se a esse acontecimento da seguinte forma:

Em face desse perfil, as escolas secundárias eram frequentadas por jovens aristocratas, com idade entre 11 e 16 anos, que ficavam a cargo do grammaticus ou litteratus, cuja respeitabilidade e remuneração eram maiores que a do ludimagister. Cabia a esses “profissionais” do ensino a formação de seus discípulos, a qual compreendia o estudo da gramática e da literatura, bem como da exposição, análise e comentários dos autores privilegiados. A esse ensino eram agregados os da música, geometria, astronomia e a oratória. (MELO, 2008. p 224).

Vale salientar que o essencial da cultura era transmitido pelos grammaticus, instruindo seus alunos aos conhecimentos necessários à política, transformando seus alunos em meros formadores de opinião pública. Aos retores eram transmitidos a responsabilidades de formar jovens mais críticos.

Ao ensino da gramática e da retórica agregava-se o da história, cujos objetivos eram o estudo dos modelos de estilo, assim como a memorização de uma gama de exempla destinadas a favorecer a memória do orador. Especificamente, o Direito e a Filosofia constituíam-se especialidades, e requeriam, sobretudo a Filosofia, uma vocação particular. (MELO, 2008. p. 225).

Conforme vimos, a formação através da retórica preparava alunos para atuarem em privilegiados cargos da administração romana. Fazendo um comparativo com as instituições escolares de Atenas, em Roma as mesmas eram particulares, e sempre com o privilegio, as oportunidades consecutivamente direcionadas aos filhos dos grandes latifundiários, mesmo privadas, as instituições,

sempre estiveram sobre os cuidados de Roma. “Augusto foi o primeiro governante que nomeou funcionários com essa finalidade, o de vigilância do ensino dos jovens” (PONCE, 2007).

Quanto às estruturas físicas das escolas em Roma, por sua vez, eram bastante precárias, as mesmas só possuíam bancos disponíveis para os alunos, e aos mestres os materiais didáticos eram pouco disponíveis. Os profissionais da educação em Roma com suas atribuições direcionadas a cada série, já era uma profissão, mesmo rara, mal valorizada, ainda que mal pagos os pais dos alunos complementavam a gratificação com presentes, suprindo assim um pouco das necessidades dos mestres.

A relação entre educação/trabalho tinha como êxito no processo de ensino aprendizagem consequentemente alunos que eram candidatos a assumir responsabilidades políticas do estado, como: governador e prefeitos. “Com a diversidade do comércio da época, os comerciantes não estavam interessados em satisfazer uma vasta clientela, e sim em servir a uns quantos fregueses poderosos” (PONCE, 2007). A consequência desse episódio constatava a grande concorrência entre os professores (retos) em relação ao aumento da burocracia no império, passando o império a ser uma grande indústria, uma grande disputa de conhecimentos e cargos.

É verdade que hoje vivemos uma situação em que a classe de docentes é bastante desvalorizada, visto que, os salários não são os melhores. Na antiguidade, mais precisamente em Roma não era diferente, até o século V os profissionais da educação eram funcionários municipais e já recebiam seus honorários com irregularidade, comparados com hoje, passando meses sem receber, enquanto que em Roma passavam o ano, então podemos imaginar as condições que eles viviam e as condições em que se submetiam como profissional.

#### 4. Avanços pós revolução industrial

A relação entre trabalho e educação sofrerá uma nova determinação, com o surgimento do modo de produção capitalista (SAVIANI, 2007). Absorvendo o que Saviani aponta, a sociedade burguesa constituía uma produção em que se mostrava como mercado de venda e troca. Lembrando-se das relações feudais, com o avanço da produção intensificou-se o desenvolvimento da economia medieval, dando início ao processo de origem da sociedade capitalista. No processo evolutivo, o artifício de evolução tem como base, o deslocamento dos povos do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, tendo a necessidade do domínio intelectual para tal transformação, tendo o conhecimento como prioridade para as exigências do mercado econômico que tem como consequência o início da revolução industrial, um marco histórico que não deveria deixar de ser citado, principalmente a respeito da educação pós-revolução industrial.

O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica viabilizada pela introdução da maquinaria que passou a diminuir as funções manuais (SAVIANI, 2007). Com o resultado do impacto da Revolução Industrial, alguns países tiveram como prioridade organizar e enriquecer o sistema de ensino, buscando priorizar a educação básica, havendo não só a revolução industrial, como também uma revolução no sistema educacional, com o aparecimento das máquinas, exigindo o mínimo de qualificação geral para seu manuseio. O preparo intelectual para algumas tarefas específicas aflorou o então ensino em cursos profissionalizantes, tendo como referência segundo Saviani (2007) o padrão escolar determinado diretamente pelas necessidades do processo produtivo.

Constatamos, portanto, que o impacto da revolução industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção. No entanto a educação que a burguesia concedeu e

realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada a execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se os domínios dos respectivos fundamentos teóricos e aqueles das profissões intelectuais para as quais se requeria o domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigentes para atuar nos diferentes setores da sociedades. A referida separação teve uma dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e “escolas de ciências e humanidades” para os futuros dirigentes; e a proposta de escola única e diferenciada, que efetuava internamente distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de uma origem social. (SAVIANI, 2007 p. 159)

Percebe-se então no contexto abordado por Saviani, que a amostragem da divisão de trabalho indica que a formação para a classe dominante não é a mesma para a classe dominada, ou seja, a educação para a formação de mão de obra limita a classe dominada em uma aprendizagem direcionada há uma determinada tarefa. Enquanto que na burguesia, se esbalda de conhecimentos teóricos para assim permanecer alienadores de uma classe que não tem acesso à educação voltada para conhecimento intelectual. Para Oliveira (2014), em seus estudos sobre Antônio Gramsci, a luta de classes não é apenas uma luta econômica, mas também uma luta cultural. Gramsci ao longo de sua vida se dispôs a analisar as relações entre as condições do modo de produção capitalista e a organização cultural no mundo ideológico.

Karl Marx em sua concepção teórica sobre o materialismo histórico, período marcado pelas grandes mudanças causadas pelo ascendente processo de industrialização nos países europeus, tornando essa concepção uma das maiores correntes do pensamento revolucionário, tanto no ponto de vista teórico como da prática social, e um dos pensadores mais difíceis de compreender,

explicar ou sintetizar, o mesmo para compreender o sistema capitalista e modifica-lo escreveu sobre filosofia, sociologia e economia, com intenção de contribuir para o desenvolvimento da ciência. Seus escritos não eram apenas para a classe acadêmica, mas sim, para quem quisesse assumir sua vocação revolucionaria seja ele trabalhador/operário ou burguês, somando para o desenvolvimento de uma nova sociedade, suas ideias influenciaram o desenvolvimento da ciência, filosofia e do movimento operário mundial.

Por outro lado, para Marx, quanto à apropriação do saber, o trabalhador se apodera do instrumento de trabalho a parti do momento em que ele o conhece. A destruição das relações na sociedade em que o trabalhador detém a posse do instrumento de trabalho garantido pela posse do saber, ao contrário, implica profundas e constantes transformações no processo de trabalho, isso os torna no contexto de relações capitalistas parte de um processo que produz a mais-valia, assim os proprietários dos meios de produção (o detentor do capital) e de subsistência, compra do trabalhador o direito de usar sua capacidade de trabalho (frente ao conhecimento adquirido), por um determinado período de tempo, começando um ciclo entre exploradores e explorados, assim produzindo objetos que não lhe pertencem, voltando-se contra eles como estranhos. Assim, Marx faz uma complementação acreditando que a educação fazia parte de um controle contra as classes dominante, havendo então uma consciência falsa que os impedem de ver o real interesse das classes a que eram submetidos. Na pratica, o marxismo assume um comprometimento com as classes exploradas e oprimidas, e é nesse intuito ideológico de Marx, que é a revolução que deverá melhorar sua situação diante dessas classes.

## **5. Mas, e no Brasil? Como aflorou a relação entre educação e trabalho?**

Com o surgimento do capitalismo, buscaram-se várias estratégias para o indivíduo trabalhar mais, ou seja, diminuindo os salários os trabalhadores teriam que ficar algumas horas a mais para que ao final do mês tivesse condições de receber um salário que pudesse satisfazer algumas necessidades e mesmo assim não recebiam o esperado, percebe-se que historicamente, “ainda não tinha se interiorizado aquilo que os empregadores chamavam de” disciplina do trabalho” ou seja, predisposição para se dedicar diariamente por longas horas a tarefas rotineiras, cansativas e sem significado, em troca de um misero salário” as condições de trabalhos que eram oferecidas não eram dignas de uma luta do trabalhador (CARMO, 1998).

O modelo capitalista que vivemos nos permite muitas vezes fazer escolhas quanto a forma de trabalho, mas essa questão dispendiosa mostra-se muitas vezes com obstáculos a serem ultrapassados e corrobora com a afirmação que segundo Carmo (1998) mostra que, “a formação de um assalariado requer uma transformação de valores de tradição e de costumes”. Pressupõe toda uma criação cultural para que o assalariado esteja predisposto a aceitar o trabalho para outrem como uma lei “natural” e evidente.

Portando, não podemos deixar de citar como começou o processo dessa relação a qual esse artigo está intitulado. Deste modo, no Brasil colônia, assim como na idade média, quanto a colonização do Brasil, é evidente que a igreja católica dominava com suas práticas assimilativas. Diversos fatores contribuíram para uma educação dominante, os engenhos que até então faziam parte da paisagem rural, a igreja onde se celebravam as missas, eram espaços de aprendizagem das primeiras letras, ministradas pelos religiosos. No que diz respeito às relações entre educação e trabalho, o mesmo era exercido pelos escravos (negros africanos) e índios. Castanho complementa essa afirmativa da seguinte forma.



A força de trabalho colonial era formada, portanto, pelos escravos e pelos trabalhadores livres, com a diferença de que no primeiro caso a compra do trabalho era feita com a mediação de terceiros e por tempo indeterminado, enquanto que, no segundo, era direta entre o comprador e o vendedor (mesmo que houvesse a capatazia na intermediação de fato) e por tempo determinado. (CASTANHO, 2006).

No que se refere à educação profissional no Brasil sobre os meios de produção e de consumo, no momento em que há as primeiras mudanças pós-colonização, as fazendas constituíam-se como centros de produção, com o tardio desenvolvimento urbano, as atividades desenvolvidas eram de fins agrícolas. Portanto os fazendeiros implantaram engenhos de açúcar, posteriormente surgindo às necessidades para o desenvolvimento de tal tarefa, dando início ao crescimento da mão de obra escrava. Durante o período colonial, a aprendizagem de ofícios artesanais e manufatureiros deu-se, pois, nas fazendas, nos engenhos, colégios e residências dos jesuítas, assim como nos de outras ordens religiosas. (CASTANHO, 2006).

Com a então vinda da família real para o Brasil, significando uma mudança de dependência para o país, mesmo com a mediação portuguesa até a independência do Brasil, houveram modificações na política industrial, o resultado disso foi o surgimento da escola profissional, portanto cria-se em 1809 o colégio das fabricas, sendo o primeiro estabelecimento de poder público no Brasil, com educação voltada para artistas e aprendizes vindos de Portugal, ainda assim havia uma grande resistência por parte da coroa portuguesa quanto a implantação de estabelecimentos industriais, “e Muitos dos que existiam em vários ramos de atividades (fundições e oficinas de ourives, tipografias) foram fechados provocando a destruição da estrutura industrial existente. ” (CANALI, 2009).

Com a chegada de D. João VI a situação muda, pois é retomado o processo de autorização de abertura de novas fabricas, por tanto o

Brasil passa a ter um novo período para o ensino profissional. Com a produção manufatureira nascem às sociedades civis, e assim, começam a funcionar os liceus, instituições que iniciam seu funcionamento com recursos próprios e doações de subsídios, passando a incorporar e funcionar como segundo grau e fazendo parte do ensino público. CANALI (2009). Nessa conformação de ensino profissional, ainda se mantém a discriminação contra a mão-de-obra escrava praticada durante o período colonial, vez que continuava vedada a matrícula aos escravos nos diversos Liceus instalados em muitas unidades do Império. Sendo o ensino ainda visto como excludente, direcionado simplesmente às elites.

Com o acontecimento histórico marcado pela Primeira Guerra Mundial, o Brasil começou a importar os produtos industriais que precisava, mas com o referido acontecimento mundial, o Brasil se viu na obrigação de instalar várias indústrias, e durante esse processo começa a necessidade de pessoas qualificadas para assumir funções antes não existentes, partindo então para o engrandecimento das escolas de educação profissional.

Compreendendo a situação criada pelo rápido desenvolvimento industrial, “ o Congresso, pela lei nº 3454 de 06 de janeiro de 1918 autorizou o governo a rever a questão do ensino profissional no país” sendo no mesmo ano aprovado pelo decreto nº 13064 o novo regulamento das Escolas de Aprendizes e Artífices (GARCIA, Apud FONSECA, 1961, p. 177).

Percebe-se que, com o passar do tempo a uma evolução quanto às práticas e mudanças nos nomes das instituições, sendo mudada a nomenclatura. Podemos observar com clareza as mudanças a serem nomeadas com novas nomenclaturas citadas das seguintes formas: com relação às escolas de ensino profissional; no ano de 1909 as escolas eram nomeadas como, Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1937 passou a serem chamados de Liceus Industriais, no ano de 1942 ganham o nome de Escolas Técnicas, em 1959 passa a ser Escolas Técnicas Federais, no começo dos anos 60 ao final dos anos 70 passaram a denominação (ginásios agrícolas) com o nome

Centros Federais de Educação Tecnológicas os chamados CEFET, por volta de 2005 a 2008 passaram de Universidades Tecnológicas Federais a Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologias. Historicamente percebemos o quanto mudou no que diz respeito à educação profissional e tecnológica e suas nomenclaturas.

Em meados dos anos de 1900, mais precisamente nas décadas de 30 e 40, houve o processo de solidificação no tocante a industrialização no país, havendo uma maior exigência necessária para o campo da indústria, nessa época passa a ser aprimorado o processo de industrialização brasileira, o resultado disso foi à criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Outro ponto que devemos destacar é a criação de cursos noturnos para os trabalhadores, que durante o dia estão na labuta, nas indústrias e a noite nos bancos escolares para o aperfeiçoamento da prática, que para os mesmos eram ofertados os cursos de desenhos e o ensino primário, dando oportunidade para quem não tinha acesso ao ensino primário, oferecidos por professores titulados com ingressos através de concursos.

Quanto à responsabilidade da educação profissional não citada nos artigos da LDB, tentamos esclarecer que fica sobre o aparato do governo, através dos ministérios da educação e do trabalho, contando com o apoio dos empresários por meio de serviços do comércio, Sistemas Nacionais de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outros órgãos. Com a ideia de justificar a qualidade do ensino profissional é proposto a aplicação do Decreto nº 2.208, que denomina uma ampla reforma no ensino médio regular e no sistema público de educação profissional, que prevê o atendimento aos níveis de escolaridades como cita o Art. 3º do decreto acima citado, fazendo com o que haja uma interação da formação adquirida em instituições especializadas de cunho formal e não formal, adquirida por diversos meios, inclusive pelo trabalho, pois com processo de globalização econômica e o aumento da competitividade e as profundas mudanças no processo de produção para tanto, exige um certo aperfeiçoamento necessário

para o desenvolvimento de atividades de cunho tecnológico, assim se faz importante a qualificação.

Um dos acontecimentos que modificou a aprendizagem no Brasil na era Vargas, foi a reforma Capanema, que o dicionário interativo da educação brasileira o cita como:

Nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo” (DICIONARIO, 2001).

A mesma estruturou a educação em dois níveis, educação básica e educação superior, a reforma que tinha como proposta formar intelectuais e trabalhadores, oferecia vários cursos profissionalizantes com o intuito de ampliar a formação dos jovens, “essa organização tinha a intenção de ampliar a formação do jovem, não só com a visão de curso preparatório, ou seja, primar por uma formação ampla e geral independente da continuidade dos estudos ” (ZOTTI, 2006). Esta modalidade de ensino era direcionada aos alunos que não iam para as universidades, igualmente percebe-se que o ensino para formação de mão de obra se torna uma forma de divisão quanto as classes, pois para a elite era oferecida o ensino superior, formando os intelectuais, enquanto os menos favorecidos seguiam com os cursos profissionalizantes com o objetivo de aprimorar somente trabalho de mão de obra. Sales e Oliveira falam sobre isso esclarecendo que:

Em 1942, no contexto da ditadura varguista, foi realizada a Reforma Capanema, que estruturou o ensino profissional, através das Leis Orgânicas, determinando que o acesso ao ensino superior dos egressos dos cursos técnicos industriais, agrícolas e comerciais deveria se restringir às carreiras diretamente ligadas àqueles. Desse modo, instituiu-se um sistema educacional dualista, que formava, por um lado, intelectuais (ensino secundário) e, por

outro, trabalhadores (cursos profissionais), estabelecendo-se a denominada dualidade estrutural. (SALES, OLIVEIRA, 2010.p10)

Mais uma vez destacamos que há uma divisão de classes, rotulando a quem se destina o que, no papel do ensino profissional brasileiro. Em 1946 essa dualidade tem um fim, pois é quebrada pelas Leis de números, (1.076/1950 e 1.821/1953) e principalmente com a criação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de nº 4.024/61 a mesma “estabeleceu a equivalência geral entre todos os ciclos e ramos de ensino médio, para efeitos propedêuticos” (SALES, OLIVEIRA, Apud, CUNHA, 2000).

O mais recente programa criado com uma política que integra o ensino médio ao técnico foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O mesmo articulado pelo governo federal em 2011 por meio da Lei 12. 513/2011 com objetivo de expandir e democratizar a oferta de ensino profissional e tecnológico com uma formação da força de trabalho no país.

O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. De 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. Em 2015, foram 1,3 milhão de matrículas (MEC, 2012).

Entre os principais objetivos do PRONATEC podemos citar:

- I- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II- Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV- Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

- V- Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI- Estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Sobre as informações encontradas no site do Ministério da Educação, comparando-os com os anos de 2011 em sua criação ao ano de 2016, a expectativa para 2016 é de dois milhões de vagas previstas para o Pronatec. Serão mais de 350 mil vagas em cursos técnicos e 1,6 milhão de vagas em cursos de qualificação profissional. O programa que oferta vaga aos jovens também avança com a oferta para os adultos denominado de Pronatec- EJA, e com a oferta de cursos a distância, favorecendo aos jovens e adultos recursos para uma boa certificação profissional. A modalidade do Pronatec - EJA oferece oportunidades para os jovens e adultos que não conseguiram concluir os estudos na idade certa, passando a ser organizado de maneira complementar compostos também de conhecimentos do mundo do trabalho e de experiências de vida dos estudantes, que em 2016 passarão a ser ofertados pelo sistema S e pelos Institutos Federais.

## **6. Conclusões**

Ao voltarmos um pouco no tempo percebemos que em cada comunidade na sua formação, há uma variável em sua cultura e o homem como sujeito ativo que faz parte desse processo, transmite isso através de seus costumes e vivências, cada povo com sua maneira de subsistência, seja ela de forma intelectual ou braçal, como opressor ou oprimido. Esse artigo pode traçar um pouco sobre isso, de como as comunidades desde as primitivas encontravam formas de como fazer parte como sujeitos de um ciclo que a cada dia que passa, vai se transformando através de suas práticas, com isso citamos a comunidade primitiva em que a relação entre educação e trabalho se dava de forma coletiva, pois tudo que era produzido era dividido por igual. Assim o homem começou a perceber seu valor,

então através disso, houve uma divisão de trabalho, o homem passou a valorizar sua própria atividade, a consequência disso foi a divisão por classes, que posteriormente houve o interesse de qualificação para o desenvolvimento de tais tarefas.

A questão é que essa divisão veio como uma enfermidade atingindo principalmente as classes oprimidas, tirando-lhes o direito de igualdade, passando a ser tratados como inferiores a aqueles que são donos do capital, esse fato está impregnado em uma sociedade que só visa os bens materiais, e esquecem os bens culturais a que se iniciou de forma primitiva.

A relação entre trabalho e educação mostra que após o surgimento do capitalismo as funções passam a ser mais específicas, ou seja, mais direcionadas há uma atividade que venha a garantir o bem-estar das classes mais favorecidas, tornando exaustivo o trabalho das classes menos favorecidas, que logo após a Revolução Industrial, o trabalho aumentou cada vez mais em horas e trabalho, tornando inviável uma mínima qualidade de vida digna. As pessoas ainda precisam aprender que mesmo com essa divisão entre classes A ou B precisa prevalecer uma consciência coletiva, só assim podemos avançar e fazer valer a ideias de vários programas educacionais que estão surgindo.

## Referencias

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PONCE, Aníbal. Trad. José Severo D.C Pereira. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007

CARMO, Paulo Sergio do. **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

- DEITOS, ROBERTO ANTONIO; LARA, ANGELA; DE BARROS, M. A. R. A. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 165-188, 2016.
- PORTELA, Josania L. Relação: educação, trabalho e cidadania. **ANPEd-23<sup>a</sup> Reunião Anual-Educação não é privilégio (Centenário de Anísio Teixeira). Programas e resumos. Caxambu, MG**, v. 24, 2000. Acesso em > 20/08/2016
- BEZERRA, Ada Augusta Celestino; SANTOS, Mildon Carlos Calixto dos. Contribuições Da Práxis Pedagógica Segundo Os Sofistas, Sócrates E Platão A Arete Na Formação Educacional Do Cidadão Em Atenas. **Aracaju, SE: 3ºENFOPE**, 2010>. Acessado em 18/08/2016
- CASTANHO, Sérgio. Educação e trabalho no Brasil colônia. LOMBARDI, José Claudinei;
- SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: HISTEDBR**, 2006.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Reforma Capanema. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: 15 de set. 2016.
- CANALI, H. B. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. **V Simpósio Sobre Trabalho e Educação**, 2009.
- ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Universidade Federal, 2006. **Goiânia. Anais... Goiânia: Universidade Federal de Goiás**, 2006.
- GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. **Trabalho e Crítica**, 2000 Série-Estudos - Periódico



do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande- MS, n. 25, p. 219-231, jan/jun. 2008. Quadrimestral, ISSN 2318-1982.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação profissional e aprendizagem no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. **Pesquisa de Mestrado concluída, a qual contou com o apoio da FAPEMIG. Disponível em: Acesso em**, v. 21, 2010.

### **Sites consultados**

<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br> A influência de Marx na educação  
ROBERTO GIANCATERINO, acessado em 01/08/2016

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_099.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_099.html)

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/mapa.pdf> visitado em  
21/09/2016

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)

<http://portal.mec.gov.br/pronatec>



## Capítulo 25

# A reforma do ensino médio no Brasil inovação e atraso

*Maria de Fatima Alves<sup>1</sup>*  
*Antônio Vanúbio da Silva<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

Este artigo se insere na área de Políticas Públicas de Educação e teve como temática a análise avaliativa: A Reforma do Ensino Médio no Brasil Inovação e Atraso. Vinculada aos alunos do Ensino Médio que foram surpreendidos diante a Reforma do Ensino Médio, apresentando uma decisão governamental através de Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.

Tal medida preconiza o “Novo Ensino Médio” do nosso país. O novo currículo do ensino médio terá disciplinas opcionais em cinco áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional.

Nesse contexto, os alunos poderão escolher as disciplinas a cursar no Ensino Médio. Esta escolha, então, será de acordo com que

---

<sup>1</sup> **PEDAGOGA**, (UNIFOR), Administração Escolar (UNIFOR), Psicopedagoga (UECE), Gestão Escolar (UECE-UNDESP), Coordenação Pedagógica (UFC), Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC. Estudante (Letras Inglês-PARFOR - UECE ). Professora (Prefeitura Municipal de Fortaleza). Supervisora da Secretaria Municipal de Educação – Caucaia [fatthyeduck@hotmail.com](mailto:fatthyeduck@hotmail.com)

<sup>2</sup> **PROFESSOR**, Graduado - Habilitação e Licenciatura em Biologia / Química (UVA) Pós-Graduação Biologia / Química (Kurios-FAK), Especialista em Gestão Escolar (UFC). Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC. [vanubiosilva@yahoo.com.br](mailto:vanubiosilva@yahoo.com.br)

o aluno almeja para seu futuro: preparação para o ingresso de uma faculdade, tendo em vista que a modernidade e o uso das tecnologias estão presentes no cotidiano de todo cidadão, conseqüentemente, dos jovens estudantes, Tiramonti (2005) explana sobre a proposta cultural sobre as mídias.

A transmissão cultural proposta pelas mídias é muito mais forte do que a transmissão cultural da escola. A dificuldade da escola para conservar seu valor cultural resulta de sua dificuldade para proporcionar às jovens ferramentas que os desloquem do lugar de espectadores passivos e lhes permitam decodificar e interagir de forma crítica com esses novos códigos culturais apresentados pelos meios audiovisuais e eletrônicos, compreender os interesses em jogo, os propósitos implícitos etc. É uma mudança radical do projeto cultural da escola (TIRAMONTI, 2005).

Desta forma, percebe-se que já estava na hora de avançar com a atual matriz da Reforma do Ensino Médio, pois estamos no século XXI, em plena era que envolve recursos tecnológicos no dia a dia do ser humano, vive-se numa forma de comunicação globalizada. Atuando com abordagens em temas, pesquisas e assuntos diversificados. Sendo assim, Krawczyk (2011) explana que:

O reconhecimento de que as novas gerações possuem uma “matriz cognitiva” que prioriza a experiência midiática, havendo, portanto, necessidade de a escola ensinar a abordá-la criticamente, não exclui, como alguns pensam, a importância da leitura (seja de livros em papel, seja de livros digitalizados) para ampliação do universo de referência dos alunos, de conhecimento e trocas culturais e da constituição de uma visão de mundo que lhes ofereça as condições para uma verdadeira liberdade de ação. (KRAWCZYK, 2011, pág. 762).

Vale destacar, que é de suma importância a organização e elaboração de um currículo ponderado e formatado de modo a favorecer a formação cidadã plena destes jovens estudantes. Sendo assim, faz-se necessário elaboração de uma lista das disciplinas que a escola irá oferecer numa perspectiva inovadora, com o novo

currículo nacional e a política de fortalecimento ao Ensino Médio, que será também de tempo integral.

Ressaltasses ainda que o Ministro de Educação mencionou que este projeto foi construído para a melhoria da educação do país, bem como foi formatado tomando por base e exemplos, o ensino médio de outros países, tais como: Portugal, França, Finlândia, Austrália e Coreia do Sul.

O Brasil tem uma relação educacional histórica com Portugal, que é cabível mencionar, aqui. Pois, sabe-se que até o ano 1.822 foi uma história partilhada, quando então, ocorreu a independência do Brasil. Nesta época, o Brasil ainda era colônia de Portugal. No caso, não havia Universidades ou Faculdades em nosso país. Sendo assim, os filhos da elite brasileira viajavam para Portugal para fazer seus cursos superiores. Dentre os quais, se destacavam Direito na Universidade de Coimbra.

No âmbito do ensino médio descreve, assim em Portugal: Educação pré-escolar: também chamada de educação de infância tem como alvo as crianças dos 3 aos 5 anos, é de frequência facultativa e existem jardins-de-infância particulares e públicos. Porém, as crianças acabam indo antes dos 3 anos, porque parte das mães trabalham fora e as crianças, não tendo com quem ficar, vão para a escola.

## **2. O Ensino básico é dividido em:**

1º Ciclo, do primeiro ao quarto ano para as crianças dos 6 aos 10 anos;

2º Ciclo inclui o 5º e 6º ano para as crianças dos 10 aos 12 anos;

3º Ciclo do 7º ao 9º ano para as crianças de 12 a 15 anos.

Estes ciclos mencionados correspondem ao ensino fundamental no Brasil. As notas no ensino básico são variáveis, entre 1 a 5. Quando um adolescente termina o ensino básico e entrar no ensino secundário, terá que optar por qual área de ensino quer irá seguir, que poderá ser científico-humanístico (os que servem

para prosseguir estudos), tecnológico, artístico especializado ou profissional. Pode-se dizer que quando termina o ensino básico o estudante optará por quais disciplinas irá cursar no ensino secundário.

O Ensino secundário: Inclui o (10º, 11º e 12º ano) para os adolescentes entre os 15 e 18 anos. O ensino secundário daquele país corresponde ao ensino médio, no Brasil, as notas vão de (0 a 20 valores), o estudante não terá todas as disciplinas como no Brasil e deverá ter frequência obrigatória em 5 disciplinas. As disciplinas escolhidas têm a ver com que curso superior que o estudante quer seguir. No final, do ensino secundário o estudante fará o Exame Nacional e é a média das provas feitas, que dará acesso ao ensino superior. Por exemplo, para entrar num curso de Medicina, a média mínima do último Exame Nacional foi de 18 valores e para entrar em Direito foi de 16. As médias variam a cada ano e de universidade para universidade.

Um brasileiro que for estudar em Portugal, com o histórico escolar e os certificados de conclusão de curso, para que sejam aceitos em Portugal devem ser reconhecidos em um Consulado Português no Brasil, antes de ir para Portugal.

Já na França o ensino médio francês é chamado de Lycée. Quando os alunos terminam o lycée, eles fazem uma prova chamada Baccalauréat, que tem três seções independentes (no caso, os alunos escolhem a seção que vão fazer): A série scientifique (S) que trabalha com as ciências naturais, físicas e matemática. A série économique et sociale (ES) com ciências sociais/econômicas de matemáticas. A série littéraire (L) que foca em francês, línguas estrangeiras, filosofia e arte. Além desses, existem nove tipos de Bac técnicos. A primeira parte do exame é feita durante o segundo ano do segundo grau e contempla provas de língua francesa (oral e escrita).

O aluno que faz o Bac numa certa série, não precisa tentar entrar num curso que tenha a ver com a série que ele escolheu, todos os diplomas são aceitos. Destacando que, o sistema educacional na

França é dividido em três partes: *enseignement primaire*, *enseignement secondaire* e *enseignement supérieur*. O ano letivo francês (la rentrée scolaire) começa em setembro e termina em julho. A partir dos 6 anos o ensino é obrigatório.

Desde 2006, o ensino religioso não é mais parte do currículo francês e há uma lei que proíbe a exposição de quaisquer objetos religiosos nas escolas. Sendo assim, como forma de inculcar um senso de tolerância étnica e religiosa entre os alunos. Idade fundamental para o ensino médio: 15 anos – *Seconde* – 2<sup>o</sup> 16 anos – *Premier* – 1<sup>o</sup> 17 anos – *Terminale* – *Term ou Tle*. São ofertadas às crianças a partir dos 5 anos, mas basicamente existe o "Child Care" em centros licenciados. O outro tipo para esta idade são as famílias em residências cadastradas para tomar conta de crianças que são chamadas de "Family Day Care".

O sistema básico de ensino na Austrália é de 12 anos. O primário e o secundário (high school) são baseados na idade do aluno, assim todos na sala têm a mesma faixa de idade. Dificilmente um aluno irá repetir o ano. Os alunos mais fracos passam para turmas mais fracas. As classes são chamadas de "anos" (Year). A maioria entra no primário com a idade de 5 anos e a criança estuda na primária até o ano 7 (Year 7).

Ensino secundário (do governo privado): O estudante vai para a High School - escola secundária aos 11/12 anos e entra no "ano 8". Na Austrália, a obrigatoriedade de estudar vai somente até o "ano 10" ao completar 15 ou 16 anos. Os "anos 11 e 12" são opcionais (17 /18 anos) e são destinados aos alunos que pretendem ir para universidade, onde começam a direcionar seus estudos para uma das qualificações pretendidas. As opções para o estudante que sai no ano 10, é fazer um estágio, chamado na Austrália de "apprenticeship". A segunda opção é fazer cursos vocacionais e técnicos tipo TAFE.

Nos anos, (11<sup>o</sup> e 12<sup>o</sup>) ou os últimos dois anos da escola secundária, os alunos são avaliados pelos resultados dos trabalhos e testes de todo o ano-projeto. A média total desses resultados será a

base para o chamado "OP", que nada mais é do que uma nota, que varia de 1 a 15. Nos últimos 2 anos (Year 11 e 12) os estudantes direcionam seus estudos para as profissões, escolhendo o que estudar dependendo da carreira que pretende seguir. Por exemplo, um estudante pode nunca estudar geografia ou história, se a opção profissional dele não exigir esta matéria. Em geral as matérias dividem-se em letras tipo Maths A, B, C e os resultados são letras A B, C, D e E.

Não existem escolas grátis para estudantes internacionais. Existe um programa de English as Second Language (ESL) que só é grátis para filhos de imigrantes. Requisitos para estudantes internacionais que quiserem cursar uma High School, na Austrália terão que mostrar os últimos dois anos de estudo no país de origem traduzidos juramentados. O nível ou teste de Inglês algumas vezes, não é exigido contanto que mostre que já estudou inglês na escola. As escolas do governo oferecem transporte público, de modo geral, os estudantes que moram nas proximidades da escola do governo que frequentam. E alguns podem ir a pé ou de bicicleta. Escolas privadas em geral, os pais levam e buscam, e nem sempre existe transporte público até a escola (algumas têm ônibus privados). A Austrália está no Hemisfério Sul, portanto o ano letivo e acadêmico coincide com o ano do calendário.

Iniciando no fim de janeiro e terminando em dezembro. As férias escolares são em geral em abril, julho e setembro. As datas das férias das escolas públicas diferem uma semana das escolas particulares, pois os particulares em geral são ligados a religião e oferecem mais opções em música e esportes. Algumas escolas podem oferecer nos anos 11 e 12 qualificações profissionais no nível de Certificado 2 e 3. A escolha de escolas privadas ou do governo é geralmente relativa às preferências pessoais e financeiras e não por motivos educacionais.

O sistema de educação na Austrália é unificado e integrado com qualificações por níveis. Isto quer dizer que o sistema é flexível e averbado pelo governo australiano, permite que você mude de



lugar na Austrália sem interromper os estudos. São reconhecidas nacionalmente e internacionalmente.

Já sobre os certificados e diplomas dos Cursos Técnicos permitem os estudantes entrarem e saírem de diferentes níveis apropriados às suas capacidades acadêmicas. Pelo sistema integrado de ensino se permite Curso-Certificado que lhe dará créditos para posteriores cursos de Diploma e de Graduação. Caso você queira continuar estudando na Universidade, os cursos técnicos são uma “ponte” para entrar na universidade australiana ajudando na procura de emprego. Apesar das qualificações serem reconhecidas nacionalmente algumas instituições e Universidades só aceitam alunos se estes tiverem acordos internos, ou seja, convênios.

A Finlândia já liderou rankings internacionais, há cerca de 40 anos, isso, após implementar reestruturação no sistema escolar. Além disso, alcançou o melhor sistema educacional do mundo na década passada. Não obstante, recentes declínios no ranking PISA, ainda segue como referência.

### **3. Coreia do Sul: ensino médio**

O sistema de ensino sul-coreano é considerado uma referência educativa, sobretudo por seu expressivo desenvolvimento na segunda metade do século XX, até os dias atuais. Trata-se de um sistema educacional competitivo em que os educandos precisam alcançar ótimos desempenhos para ingressar nas melhores escolas e universidades. Suas avaliações são tidas como referências internacionais.

### **4. O Ensino Médio divide-se em duas frases Júnior e Sênior**

A fase júnior é a única obrigatória para todos. Enquanto isso, para ingressar no ensino médio sênior é preciso passar por testes competitivos. Assim como na Finlândia, no ensino médio o

estudante coreano pode optar por frequentar cursos com diferentes ênfases.

O sênior acadêmico - ensino médio combinado de aulas adiantadas em matérias que o aluno deseja se organizar para progredir estudando na faculdade.

Em quanto isso, há o ensino vocacional - com o intuito de preparar os estudantes para áreas como agricultura, tecnologia, comércio e indústria de pesca. Dessa forma, há escolas com finalidades específicas, cursadas pelos melhores alunos de cada área, como música e artes, atletismo, língua estrangeira, ciência, etc.

As escolas na Coreia do Sul já atuam em tempo integral, com aulas e horários de estudo de manhã até tarde da noite. Destaca-se, que, na educação os professores sul-coreana são valorizados. A carreira de professor é prestigiada no país, com boas remunerações, bem como status social. Ressaltando que, as escolas acostumam contar com clubes temáticos, mantidos pelos próprios estudantes para exercitarem atividades como: música, xadrez, esportes e até debate político.

A Finlândia e a Coreia do Sul ocupam grande destaque nas posições dos rankings avaliativos e estatísticos da educação. A exemplo, o índice estatístico e avaliativo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, exame que avalia os alunos em leitura, matemática e ciências de mais de seis dezenas de países, incluindo o Brasil.

## **5. Brasil: Plano nacional de Educação (PNE)**

O Plano Nacional de Educação (PNE), representa uma conquista histórica para a Educação, com a definição de novas e ousadas metas de qualidade e o compromisso de contar com o equivalente a 10% do PIB, para investimento no setor. Apesar de todo o tempo que foi necessário para a aprovação do PNE e da atenção que ainda será preciso dedicar para garantir que suas metas

saiam do papel e cheguem até as salas de aula, a aprovação é um grande marco na luta pela qualidade da Educação no Brasil.

Nesse contexto, a meta 6 do PNE tem como objetivo: Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica. A meta tem como estratégia:

Ampliar a exposição das crianças e jovens a situações de ensino é bandeira fundamental na busca pela equidade e pela qualidade na Educação. Mas é importante considerar que Educação Integral não é sinônimo de mais tempo na escola, apenas. Aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino é preciso propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola. Por ser prática relativamente nova no País, programas em curso, como o Mais Educação, do governo federal, precisam de diagnóstico constante, em busca de evolução permanente. (PNE, 2017).

Conforme a plataforma (Educação & Participação), o índice estatístico dos alunos está reduzido. Sendo assim, foi detectado grande redução no percentual destes alunos que estudam no Ensino Médio de 16,7% para 9,1%, uma queda de 46% no período de um ano. Revela sobre este fato: “Quando tem foco, quando há disposição, é possível alcançar objetivos. É possível alcançar sucesso em programas educacionais que garantam aos jovens e as crianças do Brasil uma educação de qualidade”, ressaltou o ministro Mendonça Filho.

O ministro informou que o MEC deverá investir R\$ 1,5 bilhão para a execução da política nos próximos dois anos. De acordo com Mendonça Filho, o aumento se dará de maneira gradual, a partir de 2017. Entretanto, o ministro não detalhou a proposta. Com relação ao estudo integral, o ministro convocou os governadores dos Estados a unirem esforços com o Ministério da Educação (MEC) para que 500 mil jovens sejam atendidos pela política até 2018.

## **6. Desvantagens e vantagens: o que muda com a medida provisória**

A Medida Provisória (nº 746) reformula a forma e o conteúdo pedagógico da etapa escolar do ensino médio. Conforme legisla a (MP nº 746 de 22/09/2016):

Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. (BRASIL, 2016).

Desvantagens com as mudanças que consta na Medida Provisória (MP nº 746, de 22/09/2016):

A carga horária será ampliada de 800 horas/aula em 200 dias letivos para => 1.400. o ensino de artes será optativo no médio (será obrigatório somente no ensino infantil e fundamental). Educação física – no ensino médio será facultativa aos estudantes. o currículo será composto pela base nacional comum curricular e terá disciplinas de ênfase em cinco áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais, e formação técnica e profissional. (Brasil, 2016).

Tendo em vista que, em torno de (1930 -1932) foram criados e elaborado o sistema de ensino e os currículos. Todos adequados as situações e necessidade da época. Sendo assim, estes “Currículos” necessitam de uma revisão, reelaboração. Mediante todos os acontecimentos da trajetória temporal, como também referendando aos tempos modernos dos séculos XX e XXI, as descobertas, as tecnologias as quais favorecem a formação cidadã dos jovens da nossa sociedade. Sendo assim, entende-se que as novas tecnologias de comunicação são estratégias de conhecimento e formação de um

espírito crítico e não como simples auxiliares da tarefa escolar ou das competências para o trabalho. Nesse sentido, Krawczyk (2011) explana:

É evidente que o uso crítico das tecnologias pode não só permitir ao aluno ter acesso a informação variada e atualizada, como também oferecer condições para uma prática de estudo e um conhecimento diferente, abrindo espaço para a curiosidade e a criatividade e novas possibilidades de informação e descobrimento; de ampliação de seu universo de referência e de intercâmbio com outras culturas. (KRAWCZYK, 2011, PÁG. 762).

Portanto, estas mudanças, com acréscimo de conhecimentos com o manuseio das novas tecnologias permite a inovação. Porém, há uma penumbra ao excluir matéria, como História e Filosofia, dentre outras. O que serão destes jovens sem atitudes formativas de fatos históricos e ações reflexivas? Que fossem optativas, ou de pré-requisitos para continuidade de outras, crédito que seria mais plausível.

O ensino médio adotará o sistema de créditos ou disciplinas, semelhante ao que acontece nas universidades. Inclui a possibilidade de profissionais "com notório saber" ministrarem disciplinas em áreas afins à formação, mesmo que não tenham licenciatura. Foi Revoga a Lei nº 11.161 de 2005 que incluiu a língua espanhola entre os conteúdos obrigatórios do ensino médio. [...]. Outra novidade da referida MP é que os alunos poderão levar alguma disciplina cursada para o curso de Graduação, bem como também poderá haver a possibilidade e a necessidade de oferecer estas disciplinas por blocos e horários definidos pois se o estudante não tiver certeza de sua escolha, poderá ficar em muitos horários diferenciados. Mas, nessa fase o educando já tem maturidade para assumir esse compromisso de decisão, definindo o que quer na sua maioridade?

No que compete a Matriz Curricular: necessitava de uma revisão, reelaboração. Os tempos modernos, as tecnologias, o protagonismo juvenil. Os resultados baixos dos exames correlatos à

faixa etária. Dessa maneira, busca-se, uma melhoria e incentivo para estes estudantes. Que os faça permanecerem mais na escola e priorizem a sua formação. Proporcionando assim, o fortalecimento da educação, e preparação destes jovens, para uma sociedade justa e compromissada, no exercício de sua cidadania. Para que isso aconteça, não seria mais viável possibilitar a abertura de um debate amplo e democrático com a sociedade a respeito do tema?

## **7. Historicidade do tempo integral no Brasil**

O projeto de escola pública em tempo integral os CIACs foram implantados, na década de 1990, pelo governo de Fernando Collor de Mello (primeiro presidente eleito no Brasil pelo voto direto). Os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Ciacs), programa federal inserido em diversos estados brasileiros a partir de 1991, (Di Giovani: Souza, 1999):

Os CIACs foram instituídos em 1991 pelo governo Collor como parte do “Projeto Minha Gente”, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), do Rio de Janeiro, implantados na gestão de Leonel Brizola. O objetivo era prover a atenção à criança e ao adolescente, envolvendo a educação fundamental em tempo integral, programas de assistência à saúde, lazer e iniciação ao trabalho, entre outros. (DI GIOVANI: SOUZA, 1999).

O primeiro imóvel foi inaugurado, em 1991, em Paranoá. Em 1992, os Centros Integrados de Apoio à Criança - CIACs passaram a se intitular de Centros de Atenção Integral à Criança e aos Adolescentes - CAICs. Sendo que, era para ser uma organização de 5 mil estabelecimentos de ensino e assistência, mas limitou-se a 444 escolas que, em pouco diferenciava de uma escola regular. Mesmo assim, já sinalizou a ideia de escola em tempo integral.

A partir de então, a educação em tempo integral foi expandindo e experimentada no estado de São Paulo, na gestão

Pública sob a administração do governador Geraldo Alckimin no período de (2003-2006), o Secretário de Educação era Gabriel Benedito Isaac Chalita, que instituiu o Projeto Escola de Tempo Integral com resolução da Secretaria de Educação sob o n<sup>o</sup>. 89 - SÃO PAULO/2005. Este “Projeto Escola de Tempo Integral” foi implementado em algumas escolas da “rede pública estadual de ensino fundamental”.

Destaca-se, que este projeto tem como objetivo prorrogar de (5) horas aulas para (9 horas). Sendo assim, o tempo diurno de permanência dos estudantes na instituição escolar acontece manhã e tarde. Com propósito de ampliar suas possibilidades de aprendizagem, são oferecidas oficinas extracurriculares compostas por orientação para Estudo e Pesquisa. Atividades de Linguagem. Atividades de Matemática. Atividades Artísticas. Atividades Esportivas, Motoras e de Participação Social. Ambas com o protagonismo juvenil em crescente abordagem e aplicação. Todas as atividades de acordo com as “Diretrizes das Escolas de Tempo Integral: objetivando o sucesso escolar e ganho do “tempo e qualidade. Vale ressaltar que toda responsabilidade desta elaboração foi baseada nos ditames do apostilamento da “A Coordenadoria de estudos e ensaio”, (22/07/2011) como também das Normas Pedagógicas (CENP), órgão da Secretaria de Estado da Educação.

Nesse contexto, a função social da escola é vista como o intuito de “alavancar um processo de aprendizagem, que visa a formação de pessoas aptas a exercerem sua plena cidadania” (SÃO PAULO, 2006b, p. 14). Nesta situação, faz-se necessário para alcançar este objetivo a revisão nas diretrizes do MEC as quais preconizam a “ampliação do tempo físico com a intensidade das ações educacionais” que propõe a manutenção do currículo básico do ensino fundamental, enriquecido com “procedimentos metodológicos inovadores”. As oficinas curriculares que desenvolverão atividades “de natureza prática, inovadora, integradas às temáticas e conhecimentos e saberes já interiorizados ou não pelos alunos” (SÃO PAULO, 2006b, p. 14).

A experiência brasileira remete o reconhecimento internacional das Nações Unidas e que representou um marco histórico em relação à implantação das escolas públicas em tempo integral no nosso país. As avaliações do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), realizadas nos anos de 2005 e 2007 os dados coletados por meio da observação empírica e dos questionários foram utilizados de forma a documentar e fundamentar a análise a ser apresentada, possibilitando o detalhamento e a exemplificação da problemática retratada a partir do estudo específico proposto de modo bem positivo.

## **8. Conclusões**

Percebe-se como educadores que esta MP nº 746, de 22/09/2016, surge de cima para baixo, sem qualquer consulta aos docentes e discentes ou a população brasileira. Enquetes sobre o que seria possível de mudanças no sistema educacional. Sendo assim, observa-se que esta MP é um tanto quanto tirânica e antidemocrática, como também prioriza a exclusão e segregação. Um aluno menos instruído irá procurar terminar as disciplinas mais fáceis que o promovam, porém o que tiver mais poder aquisitivo, poderá se preparar melhor. Não há uma sintonia e respeito ao princípio isonômico. Na “Igualdade para todos”.

Deste modo, a educação brasileira, já estava com Currículo antigo, com base ainda nas ações e reivindicações de 1922, “Semana de Arte Moderna”. Com aferições as Artes e outras mudanças singulares. Desta forma, de fato já havia a necessidade de uma modernização e adequação aos tempos modernos. Porém, causa-nos ainda certa estranheza. No ano das olimpíadas o Brasil implementa uma Lei – MP onde o ensino de Educação Física passa a ser opcional. E aquele aluno que gosta? O que fará? São questões básicas, porém necessárias. Os jovens de (S. Paulo) em forma de protesto, tomaram posse dos prédios educacionais. Nesse sentido, entende-se que é preciso impedir a Reforma Universitária empreendida pela ditadura



militar que separou Estudos Básicos/ Educação Profissional, afastando, entre outros, Filosofia e Educação.

## Referencias

BRASIL. Educação&Participação | Educação Integral - Um ambiente digital de...  
Disponível em: <<https://educacaoeparticipacao.org.br/>>. Acesso em: 05/07/2017.

\_\_\_\_\_.MP. 746 / 2016. Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-norma-pe.html>>. Acesso: 17/10/2017.

\_\_\_\_\_. Brasil está mais distante do cumprimento da meta 6 do Plano. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/noticias/brasil-esta-mais-distante-do-cumprimento-da-meta-6-do-plano-nacional-de-educacao>>. Acesso em: 17/10/2017.

DI GIOVANNI, Geraldo e SOUZA, Aparecida Neri de. Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol.20, n.67, p.70- 111, ago. 1999.

KRAWCZYK, N. O Ensino médio no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2009. (Coleção Em Questão, 6).

\_\_\_\_\_. REFLEXÃO SOBRE ALGUNS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL HOJE. CADERNOS DE PESQUISAS. V.41 N.144. SET./DEZ. 2011.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Relatório SARESP 2005. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006a.

TIRAMONTI, Guillermina. La Escuela em la encrucijada del cambio epocal. Educação & Sociedade, Campinas, v.26, n.92, p.889-910, out. 2005.

TOP 10+. Top 10 países com os melhores sistemas de educação do mundo. Disponível em: <<http://top10mais.org/top-10-paises-com-os-melhores-sistemas-de-educacao-do-mundo/>>. Acesso em: 17/10/2017.



## Capítulo 26

# A docência e sua necessidade de adequação do espaço físico

*Maria Lesimária Cruz e Silva<sup>1</sup>*

### 1. Introdução

O ambiente escolar influencia de forma direta no processo de desenvolvimento do indivíduo, em que este deve estar adequado para suprir as necessidades informacionais dos educandos. A escola deve adequar seu espaço físico, como também organizar este conforme as modalidades de ensino atendidas, para que todos sejam estimulados na realização de novas descobertas.

Durante a educação infantil, o educando necessita estar em constante contato com recursos lúdicos, para assim, ocorrer estímulos cognitivos que permitam sua aprendizagem. Na educação infantil as competências devem ser apresentadas por meio da utilização de cartazes, objetos concretos, que fiquem de fácil acesso para os educandos estarem em contato com as informações, permitindo a realização de questionamentos acerca de suas dúvidas, como também realizar associações em seu cotidiano.

O ambiente físico quando não adequado este pode desencadear limitações para o educando, passando a não se sentir estimulado a realizar as atividades, ocorrendo limitações em suas

---

<sup>1</sup> Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação - FACITE.  
E-mail: [lesimariamaria14@gmail.com](mailto:lesimariamaria14@gmail.com)

habilidades, sendo na maioria das vezes resultantes de uma prática pedagógica tradicionalista, desmotivadora.

A organização do espaço físico escolar infere sobre o processo de execução da prática docente, como também na aprendizagem do educando, sendo necessário o docente estar embasado em conhecimentos sobre a organização da sala de aula, atendendo seu público diante de suas necessidades.

Assim, a organização do espaço físico escolar na infância não permeia unicamente um único fator, mas vários, em que deve ser levado em consideração diante de suas particularidades e contribuições no processo de desenvolvimento do educando. Com base neste enfoque, torna-se relevante compreender as problemáticas que se encontram por traz da organização do espaço físico escolar na educação infantil, como também as possibilidades vindas com a realização desta organização.

O presente estudo tem como finalidade compreender a prática docente frente à organização do espaço físico escolar nas possibilidades de aprendizagem. Sendo desenvolvido por meio da realização de pesquisa bibliográfica, envolvendo autores como: Deheinzelin (1994), Moreira (2007), entre outros.

## **2. Papel do docente**

No ambiente escolar o docente desempenha papel importante no processo de apresentação das competências, em que este deve realizar estratégias para que o educando desenvolva conhecimentos acerca das informações que estão sendo apresentadas. Por sua vez, requer do docente a realização de uma prática metodológica estimuladora, permitindo o educando apropriar-se das informações e praticá-las em seu cotidiano.

O docente necessita também ser compreensivo, já que cada educando apresenta suas particularidades no processo de aprendizagem, em que requer deste atenção e respeito com o indivíduo em desenvolvimento.

É relevante que o docente esteja em constante processo de qualificação, para que possa suprir as necessidades existentes em seu espaço laboral. Masetto (1994 p. 96) ressalta algumas características para a formação do professor:

[...] inquietação, curiosidade e pesquisa. O conhecimento não está acabado; exploração de "seu" saber provindo da experiência através da pesquisa e reflexão sobre a mesma; domínio de área específica e percepção do lugar desse conhecimento específico num ambiente mais geral; superação da fragmentação do conhecimento em direção ao holismo, ao inter-relacionamento dos saberes, a interdisciplinaridade; identificação, exploração e respeito aos novos espaços de conhecimento (telemática); domínio, valorização e uso dos novos recursos de acesso ao conhecimento (informática); abertura para uma formação continuada.

No século XXI exige a presença de um profissional flexível e inovador, a sua flexibilidade encontra-se no suporte ao seu público heterogêneo, já a sua inovação diz respeito tanto a suas práticas pedagógicas, como em seu processo de aperfeiçoamento.

Na apresentação dos conteúdos o docente deve estar atento aos educandos, se estes estão apropriando-se das informações, como também propor atividades que venham a despertar o interesse destes na realização de novas descobertas (NOVOA, 1992).

### **3. Educação Inovadora**

A educação ao longo dos anos passou por várias mudanças, em que possibilitou o avanço perante a apresentação dos conteúdos, como também a organização do espaço físico escolar, em que este passou a ser valorizado mediante as condições de aprendizagem.

A educação inovadora corresponde à realização de uma prática docente que permite uma melhor interação entre educador e educando, em que estes juntos realizem novas descobertas, com a utilização de diferentes instrumentos, em que estes venham a

contribuir no processo de aprendizagem. Assim, consideração como uma educação inovadora:

[...] há aquelas de caráter naturalista e idealista inspiradas por Rousseau; de natureza psicológicas – centradas nos interesses e na evolução infantil – e social – que tomam a realidade como marco de referência para seu estudo e transformação –; de caráter individualista e coletivo; progressistas ou conservadoras: há aquelas que são antíteses e outras que se complementam (CARBONELL, 2002, p. 42).

A utilização das tecnologias da informação também são instrumentos essenciais para a apresentação de conteúdos no ambiente escolar, como também estes contribuem para realização de pesquisas e experimentos a serem desenvolvidos pelos educandos fora do ambiente escolar, para em seguida apresentarem suas descobertas, como também abordarem pesquisas realizadas que venham a contribuir para aprendizagem de todos.

#### **4. Sistematização por áreas de conhecimento**

De acordo com Deheinzelin (1994), a sistematização das atividades a serem desenvolvidas no ambiente escolar encontra-se diretamente relacionado com os objetos de conhecimento. Por sua vez, o objeto do conhecimento caracteriza-se por envolver um sistema embasado por regras, sendo estas voltadas para o progresso do público a ser trabalhado, levando em consideração suas particularidades.

Assim, o conhecimento historicamente construído, busca estar integrada a realidade do aluno, sendo relevante que o educador conduza no processo de ensino e aprendizagem de forma adequada, perante suas singularidades.

É importante destacar que, na Educação Infantil, a sua proposta curricular apresenta quatro áreas do conhecimento, sendo elas: Língua portuguesa, matemática, ciências, e artes. A criança

passa a desenvolver conhecimentos relevantes acerca destas áreas, passando a contribuir em suas relações sociais.

Conforme as considerações de Ostetto (2000), considera que na pré-escola é necessária a realização da universalização do conhecimento, em que a criança tenha acesso a diferentes áreas de conhecimento, para que esta venha a interagir e não se sentir surpresas nas próximas etapas, já que estas foram enfatizadas.

Por sua vez, este seria um aspecto positivo, perante a articulação de informação, assim é possível trabalhar conteúdos posterior na educação infantil levando em consideração as particularidades do público, sendo abordado de forma lúdica, estimulando a participação das crianças no processo de aprendizagem, ocorrendo diferenciadamente (OSTETTO, 2000).

As informações a serem trabalhadas na educação infantil necessitam ser apresentadas de forma que a criança sinta interesse em aprender e articular em seu cotidiano, não sendo estas apresentadas de forma tradicionalista e desmotivadora. A partir do momento que a criança tem contato íntimo com suas características internas durante o processo de aprendizagem, este passa a ter melhores resultados.

Ainda segundo Ostetto (2000, p. 8), ressalta que “os conteúdos decorrentes da Língua Portuguesa, da matemática, das ciências sociais e naturais dariam o norte para um trabalho intencional com a criança de quatro a seis anos, de modo a favorecer a ampliação de seus conhecimentos”. Assim, as informações na educação infantil necessitam contemplar os conhecimentos citados acima, para a criança passar a ter conhecimentos acerca destas informações, contribuindo em seu desenvolvimento social e intelectual.

As informações trabalhadas na educação infantil necessitam ser organizadas por área de conhecimentos, possibilitando a superação da prática assistencialista que se encontra presente nesta modalidade de ensino. Apesar de existir muitos questionamentos sobre a real necessidade de trabalhar estas informações na educação

infantil, é necessário que a criança seja apresentada a estas áreas do conhecimento.

Há outro aspecto que contribui para o desenvolvimento do sujeito, em que será destacado no próximo subtítulo, que é a organização do espaço físico.

## **5. O espaço físico e aprendizagem**

A realização da adequação do espaço físico escolar vem a contribuir de forma significativa para construção de novos saberes, já que os educandos necessitam de estímulos, e a adequação do espaço físico escolar contribui para esse processo.

A partir da organização do espaço físico, conforme ressalta Abramowicz e Wajskop (1999) “interfere na qualidade das relações e interações que a criança estabelece com o meio no qual convive”.

A preparação do ambiente, por meio da organização dos móveis, como também das gravuras, e materiais que se encontram dispostos no ambiente escolar é de suma relevância. Já que o educando passa a ter contato direto com estes recursos materiais, que informam e contribuem para realização de atividades em sala de aula, favorecendo desde o conforto, como também estímulos cognitivos.

Segundo Barbosa e Horn (2001, p.76) significa “[...] que uma organização adequada do espaço e dos materiais disponíveis na sala de aula será fator decisivo na construção da autonomia intelectual e social das crianças”. Assim, torna-se necessário a realização de uma organização adequada, que permita novas aprendizagens.

A aprendizagem no espaço físico escolar envolve diferentes fatores, desde a realização da atuação docente que é de suma, como também a disponibilização de recursos materiais para tal. A aprendizagem requer de estímulos: visual, motor, sensorial.

De acordo com Pereira e França (2008, p.10) asseguram que:

[...] quanto ao pátio, devemos colocar tanques de areia em local ensolarado, revolvido constantemente e protegido de animais;



devemos priorizar pelo uso de sombras em dias muito quentes, por isso, as árvores necessitam ser cultivadas nesse ambiente, para que o parque infantil seja instalado num lugar adequado; podemos enfatizar o cultivo de um pomar e de uma horta, para que as crianças aprendam a valorizar os alimentos e a natureza, a manipular a comida e a adquirir hábitos de cuidados próprios e de higiene.

Durante os primeiros anos da educação básica o educando necessita de estímulos para que o processo de aprendizagem venha a ocorrer de forma significativa, e isso requer adequação do ambiente físico, como também a preparação dos profissionais envolvidos neste processo.

## **6. A escola no processo educativo formal**

A escola quando acolhe o educando está deve valorizar suas potencialidades, como também dispor de profissionais qualificados para suprirem as necessidades dos educandos em sala de aula. Já que, diante de questionamentos o docente necessita compreender como também realizar indagações, debates com os educandos, e estimular na realização de pesquisas, para que estes tornem-se indivíduos motivados para realização de novas investigações e venham a contribuir para uma melhor qualidade de vida.

A escola tem como responsabilidade de preparar o educando para suas vivências, já que este ainda não apresenta saberes para viver em sociedade, como também para atuação no mercado de trabalho. A preparação do indivíduo começa a partir da educação infantil, em que esta deve ser dada a devida relevância, já que é durante esta fase que o educando necessita de estímulos para as próximas etapas da educação. Assim, o ambiente escolar caracteriza-se:

O ambiente de aprendizagem escolar é um lugar previamente organizado para promover oportunidades de aprendizagem e que se constitui de forma única na medida em que é socialmente construído por alunos e professores a partir das interações que

estabelecem entre si e com as demais fontes materiais e simbólicas do ambiente (MOREIRA, 2007: 28).

Sabe-se que a escola também deve realizar momentos de interação entre a família, possibilitando uma análise das suas relações dentro e fora do ambiente escolar, já que os problemas na família podem influenciar no processo de aprendizagem do educando. “O caráter socialmente construído de um ambiente de aprendizagem explica as diferentes percepções que estudantes e professores podem ter de um ambiente com a mesma organização” (MOREIRA, 2007).

A escola também necessita realizar momentos que possibilite a interação do educando com os acontecimentos na sociedade, como por exemplo, os projetos voltados para a prática da sustentabilidade, datas comemorativas, entre outros. O educando deve ser incluído tanto no ambiente escolar, como também fora dele, para que durante o seu ingresso no mercado de trabalho este seja conhecedor, e de fácil adaptação às mudanças.

## **7. Conclusões**

O processo de desenvolvimento do educando envolve a realização de interações com o meio em que se encontra, como também este necessita de estímulos para o seu desenvolvimento intelectual. Assim, requer do docente em conjunto com toda comunidade escolar a adequação do planejamento e organização do espaço físico, buscando a construção de novos saberes, como também estimular o educando a estar em constante aprendizagem.

A educação em seu processo de mediação requer atenção, o ambiente escolar não deve ser monótono, ou também como a utilização exagerada de muitos recursos visuais, requer a moderação, para que o educando se sinta estimulado a aprendizagem, como também possibilite uma melhor interação com o meio e que se encontra.

A organização necessita ser vista diante de sua amplitude no ambiente escolar, permitindo suprir as demandas existentes, sejam elas pedagógicas como materiais, física, entre outros. A educação para ser exercida com êxito requer o bom funcionamento dos sistemas, setores, e participação da família. E a organização do espaço físico necessita ser levado a sério, pois é capaz de despertar estímulos nos sujeitos em formação, além de propiciar o bem-estar físico e psicológico.

## Referências

- ABRAMOWICZ, A. e WAJSKOP, G. Os espaços físicos. In: **Educação infantil - Creches: Atividades para crianças de zero a seis anos**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1999. p. 30-55.
- BARBOSA, M.C.; HORN, M.G.S. **Organização do espaço e do tempo na Educação Infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (Org.) Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p.67-79.
- CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. MURAD, F. de. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. 120 p.
- MASETTO, M. T. **Pós-Graduação e formação de Professores para o 3º Grau**. São Paulo: 1994.
- MOREIRA, A. F. **Ambientes de Aprendizagem no Ensino de Ciência e Tecnologia**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e formação docente**. In: Os professores e a sua formação, do mesmo autor. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.
- OSTETTO, L. E. **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**: partilhando experiências de estágio. Papyrus, 2000.
- PEREIRA, C.A.C., FRANÇA, G.R. **A contribuição do gestor escolar para a organização dos espaços nas escolas de educação infantil**. 2008. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TLo168.pdf>> acesso em: 11-11-2015



## Capítulo 27

# Os desafios do multiculturalismo no cotidiano escolar

*Edleusa Delmondes Siqueira Pimentel*<sup>1</sup>

*Chico Verde*<sup>2</sup>

### 1. Introdução

As questões relacionadas à cultura e à educação nos permitem transitar atualmente, enquanto educadores, na problemática do multiculturalismo e nos posicionam de maneira crítica frente à grande diversidade cultural presente nos espaços escolares e à forma pela qual esta tem sido (ou não) trabalhada nas práticas de ensino e de formação docente (CANDAU, 2008).

Neste sentido o multiculturalismo refere-se à compreensão da sociedade formada por identidades plurais, com base na diversidade de classe social, gênero, etnia, raça, padrões culturais e linguísticos, assim como outros marcadores identitários.

O multiculturalismo em educação envolve a natureza da resposta à diversidade cultural em espaços educacionais compreendendo-se, desta forma, a produção das diferenças e sua

---

<sup>1</sup> Licenciada em pedagogia pela Universidade de Pernambuco-UPE, com especialização em Gestão na Educação com ênfase em Psicopedagogia pela Faculdade de Ciências Aplicada Leão Sampaio; Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN INC. E-mail: [edelmondessiqueira@bol.com.br](mailto:edelmondessiqueira@bol.com.br)

<sup>2</sup> Professor Orientador da UNISULLIVAN INC.

incorporação nos processos de ensino-aprendizagem, no cotidiano escolar (CANEN e MOREIRA, 2005; MOREIRA & CÂMARA, 2008).

O presente artigo traz algumas reflexões sobre o multiculturalismo e sua articulação com a educação/educador. Entende-se que a educação, os currículos escolares e a formação dos professores não podem mais omitir a questão multicultural premente no contexto escolar. Entretanto, poucas são as promessas cumpridas da educação multicultural, esta, com a representação da diversidade cultural no currículo e na prática diária, poderia ser o melhor recurso educacional para lidar com o sucesso escolar das minorias e poderia também promover uma maior harmonia e interação cultural, tanto nas escolas como fora delas.

Diante disso o professor deve reconhecer a necessidade de trabalhar dentro e fora de sala de aula às diferenças culturais de/com seus alunos e da sociedade brasileira como um todo. O educador deve considerar nas diferenças culturais do corpo discente, dentro e fora da instituição de ensino, sua influência na escola e no processo de ensino-aprendizagem.

## **2. Referencial Teórico**

O estudo do cotidiano implica a necessidade de uma mudança de percepção da realidade através de um pensamento complexo e em rede. Além disso, é necessário despir-se de qualquer preconceito, hipótese rígida e da crença da existência de uma cultura homogênea e uma única realidade. O cotidiano escolar é impregnado pela diversidade cultural e toda essa diversidade e os conflitos resultantes dela devem ser considerados no processo de ensino-aprendizagem e de sociabilização.

Pensar em multiculturalismo é pensar em políticas que promovam o reconhecimento das diferenças, do outro enquanto sujeito, nas práticas pedagógicas e curriculares.

Segundo Moreira (2010) “pode-se promover a educação multicultural para desenvolver sensibilidade para a pluralidade de

valores e universos culturais, decorrentes do maior intercâmbio cultural do interior de cada sociedade e entre diferentes sociedades” (p.178).

Dentro da perspectiva multicultural, destaca-se a relevância dada a práticas pedagógicas que valorizem a diversidade de identidades culturais, identidades estas que podem ser individuais (em termos de subjetividades), coletivas (em termos de pertencimento a marcadores tais como étnico-raciais, de gênero, orientação sexual e outros) e institucionais (em termos das culturas que caracterizam as instituições, educacionais ou não, onde circulam as identidades individuais e coletivas) (CANEN & CANEN, 2005).

Tais práticas constituem-se em respostas à pluralidade e à construção das diferenças, podendo assumir abordagens mais liberais, folclóricas, de valorização da diversidade, até outras mais críticas ou pós-coloniais, que desafiam preconceitos, questionam desigualdades e enfatizam o caráter híbrido, contingente e plural da construção identitária, nas práticas de ensino e de formação docente (CANEN & SANTOS, 2009).

Segundo Hall (2003), o multiculturalismo pode ser entendido como estratégia e política, usadas para governar ou administrar problemas da diversidade e multiplicidade em sociedades multiculturais. Trata-se de um conjunto de princípios e práticas voltados para a valorização da diversidade cultural e para os desafios a preconceitos e estereótipos a ela relacionados.

De fato, ainda que a valorização da diversidade cultural seja reconhecida, parece ser necessária a discussão mais intensa que traga, para o chão da escola, formas pelas quais suas práticas de ensino e suas propostas curriculares poderiam ser articuladas a esta perspectiva.

Para Canen (2007) os desafios do multiculturalismo, com relação a construção das identidades e das diferenças e às formas pelas quais a tensão universalismo e particularismo é enfrentada, podem ter implicações diversas sobre os currículos e posturas multiculturais em educação.

A autora ainda defende que os problemas que se apresentam, particularmente na área educacional, no mundo complexo e contemporâneo, não podem reduzir-se a olhares que fecham em campos disciplinares de fronteiras rígidas.

Ao contrário, é exigido respostas complexas, mestiças, híbridas. Sínteses criativas a partir de olhares plurais só têm a contribuir no caminho da construção de alternativas educacionais propiciadoras da formação de gerações abertas à diversidade cultural, e desafiadora de congelamentos identitários e preconceitos (CANEN, 2007, p. 101).

Para Canen e Oliveira (2002) três categorias parecem ser centrais nas práticas pedagógicas multiculturais: a crítica cultural, a hibridização e a ancoragem social dos discursos. A crítica cultural pressupõe a possibilidade dada aos alunos de analisar suas identidades étnicas, gerar conhecimentos baseados na pluralidade de verdades, criticar mitos sociais que o subjazem e construir solidariedade em torno dos princípios da prática social, da democracia ativa e da liberdade (CANEN; OLIVEIRA, 2002).

A linguagem híbrida procura superar os congelamentos identitários e as metáforas preconceituosas, incorporando discursos múltiplos e reconhecendo a pluralidade e a provisoriade de tais discursos. Ainda se tem que uma interessante hidridização discursiva pode ser realizada por meio da ancoragem social, com conexões entre os discursos históricos, políticos, sociológicos e outros (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 54).

Segundo Nilma Lino Gomes (2003), ao educador cabe compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificam a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como esse fenômeno interfere na construção da auto-estima e impede a construção de uma escola democrática.

Além disso, é tarefa do educador entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e



ênfatar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra.

Assim, para a autora, é necessária a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a naturalização das diferenças, pois está sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial. Nesse sentido, para lidar de forma positiva com as situações de racismo na escola, o professor não deve se limitar ao currículo mínimo, pois cada temática pode ser abordada de forma abrangente e trazer à tona infinitas discussões acerca dos mais variados assuntos, inclusive sobre a cultura negra e seus estereótipos.

É possível levar o tema para além da sala de aula, utilizando a biblioteca, filmes, documentários, feiras de culturas, fazendo exposições com os alunos, organizando teatros. Através de pesquisas variadas fica mais fácil debater o assunto.

Além disso, o professor deve conversar e ouvir seus alunos. A sala de aula é um ambiente seguro para discutir este assunto e muitos outros. O professor deve conversar com os alunos, uma discussão aberta com a temática do racismo pode esclarecer diversos tipos de pensamentos estereotipados nas cabeças das crianças.

Muitos professores estão tão preocupados em passar o conteúdo da disciplina e esquecem de ouvir seus alunos ou de prestar atenção no que conversam entre eles e no tipo de relações que mantêm entre si. Um educador deve estar atento ao que acontece ao seu redor e aproveitar as oportunidades para trabalhar temas em sala de aula. As culturas negras não se limitam aos aspectos da escravidão, não se concentram somente em datas comemorativas e nem são folclore.

A cultura negra só pode ser entendida na relação com outras culturas existentes em nosso país. (...) quando a escola desconsidera esse aspecto ela tende a essencializar a cultura negra e, por conseguinte, a submete a um processo de cristalização ou de folclorização. (GOMES, 2003, p.79)

É importante também que o professor não ignore situações racistas. Em sala de aula constantemente surgem insultos raciais e situações que demandam alguma forma de intervenção. A questão religiosa e o ensino laico são aspectos que devem ser considerados. O professor não deve abordar religião em sala de aula, mas sim história. Assim, todas as religiões serão abordadas durante as aulas, mas exaltando seu aspecto histórico, sem qualquer referência a superioridades.

No campo da educação, Michael Apple (1999), um dos mais renomados autores da teoria crítica do currículo, sustenta que lutas e conflitos culturais não constituem meros epifenômenos, mas sim eventos reais e cruciais na batalha por hegemonia. Desse modo, as explicações centradas na cultura, na política e na ideologia assumem hoje papel de destaque no cenário social, adicionando-se às análises dos fenômenos complexos e contraditórios que se desenvolvem no nível econômico.

Apple acrescenta, todavia, que valorizar e reconhecer a importância da esfera cultural não pode implicar a desconsideração da força do capitalismo, do caráter determinante das relações de produção e do poder da classe social. Isso seria, insiste o autor, um grave erro.

A centralidade da cultura é também destacada pelos autores associados ao marxismo culturalista, entre os quais se destacam Raymond Williams e Edward Thompson. Para esses teóricos, o modelo base-superestrutura, proposto pelo marxismo ortodoxo, transforma a história em um processo automático e a cultura em um domínio de idéias e significados restritos a um mero reflexo da estrutura econômica da sociedade. Nesse enfoque, a cultura reduz-se a um epifenômeno, secundarizando-se as tensões, mediações e experiências dos seres humanos reais (GIROUX, 1983).

No atual estado em que se encontram a maioria das escolas, o futuro currículo e sua prática docente com vistas a diminuir a marginalização dos grupos subalternos. Que professores estão sendo formados, por meio dos currículos atuais, tanto na formação

inicial como na formação continuada? Que professores deveriam ser formados? Professores sintonizados com os padrões dominantes ou professores abertos tanto à pluralidade cultural da sociedade mais ampla como à pluralidade de identidades presente no contexto específico em que se desenvolve a prática pedagógica? Professores comprometidos com o arranjo social existente ou professores questionadores e críticos? Professores que aceitam o neoliberalismo como a única saída ou que se dispõem tanto a criticá-lo como a oferecer alternativas a ele? Professores capazes de uma ação pedagógica multiculturalmente orientada? (MOREIRA, 2001, p. 43). Professor necessita ser um questionador capaz de refletir e reformular o

Às questões levantadas por Moreira, pode-se acrescentar a que se refere à formação que privilegia as práticas e conhecimentos locais.

Para Iris Amâncio (2008, p. 37), por exemplo, é imprescindível um diálogo entre a cultura e a vida escolar do aluno, já que, muitas vezes, a cultura em que esse aluno está inserido fica fora da sala de aula. E completa:

[...] o diálogo escola/afro-brasilidade, ação exigida pela Lei 10.639, em seu potencial de interatividade, além de alterar o lugar tradicionalmente conferido a matriz cultural africana, resgata e eleva a autoestima do alunado negro, de forma a abrir-lhe espaço para uma vivência escolar que o respeite como sujeito de uma história de valor, que é também a do povo brasileiro.

Portanto, a implantação dessa lei corresponde a uma ação afirmativa, que visa à revisão da qualidade das relações étnico-raciais no Brasil, as quais são produzidas e reproduzidas na/pela escola. Enfim, a relação entre as culturas africana e brasileira, além da indígena, não podem ser vistas apenas como história do passado, ignorada e desconhecida por muitos, pois envolve riquezas diversas e novos horizontes, o que, certamente, devem ser discutidos em todas as instâncias sociais, a começar pela sala de aula.

O professor reflexivo é aquele capaz de entender a realidade social, política e cultural dos alunos e se identificar com ela. Por isso, ele cria possibilidades para que as condições emergentes passem por transformações necessárias para uma relação mais igualitária entre os sujeitos.

Nesse sentido, pretende-se neste diálogo, construir um entendimento de cultura à luz dos estudiosos desse tema para, a partir de então, refletir a atenção que se tem disponibilizado sobre esse entendimento dentro da escola. Seria na verdade a desconstrução do conceito de cultura e outro olhar para essa concepção.

Há uma necessidade urgente de incorporar a formação de professores uma visão multicultural que possa ser traduzida em suas ações pedagógicas.

Nesse sentido Xavier e Canen (2005, p.336) afirmam que:

Formar o professor multiculturalmente orientado implica, conforme temos argumentado, trabalhar em prol de um modelo de professor apto a compreender o conhecimento e o currículo como processos discursivos, marcado por relações de poder desiguais que participam da formação das identidades. Implica tensionar conteúdos pré-estabelecidos e pretensões a verdades únicas, procurando detectar vozes silenciadas e representadas nesses discursos curriculares, de forma a mobilizar a construção de identidades docentes sensíveis a diversidade cultural e aptas a formular alternativas discursivas transformadoras, desafiadoras do congelamento de identidades e estereótipos.

Acresce a ideia da formação de professores multiculturalmente orientados, um chamar da atenção dos educadores para uma possível defesa do multiculturalismo como um viés relativista, aceitando todas as culturas com seus procedimentos e costumes, muitas vezes inadequados, desrespeitosos e injustos para com o ser humano (WERNECK, 2008).

O professor, a partir de uma postura crítica, deve aceitar o diferente, as diferenças, mas também deve reconhecer as situações em que essas peculiaridades podem atentar contra a saúde, o bem-estar ou a dignidade da pessoa humana (WERNECK, 2008, p.417).

Além disso, é importante destacar que ao se defender o multiculturalismo nas escolas, deve-se pôr em evidência o fato de também o professor emergir de um universo cultural. Ele foi educado conforme determinados padrões culturais que devem ser superados para que possa abrir-se para os outros (WERNECK, 2008).

Se o multiculturalismo pretende contribuir para uma educação que valoriza a diversidade cultural e questiona as diferenças, deve superar posturas dogmáticas, que tendem a congelar as identidades e desconhecer as diferenças no interior das próprias diferenças (CANEN, 2007).

### **3. Conclusões**

O multiculturalismo nos permite, através de suas perspectivas teóricas, resgatar a pluralidade no espaço escolar, viabilizando práticas pedagógicas que valorizam a diversidade cultural identitária e, pouco a pouco, vem ocupando um espaço importante nas discussões educacionais, justamente por entender as identidades como constituídas em espaços e discursos plurais. Mais do que identificar as possibilidades de articulação dos potenciais multiculturais nos congressos e apontar trabalhos que mostram tendências multiculturais, devemos compreender a importante contribuição desse referencial que nos ajuda a verificar as possibilidades em promover práticas de ensino e de formação de professores valorizadora da diversidade cultural, diversidade esta que é presente na escola pública e, certamente, deve ser o foco de ações que busquem sua incorporação nas práticas de ensino e de formação docente.

Uma visão multicultural deve traduzir-se em ações pedagógicas que detectam vozes silenciadas e representadas nos discursos escolares. Há ainda que se considerar o incluir como ação de garantia dos direitos constitucionais e educacionais a todos os indivíduos.

Em sala de aula o docente deve nortear-se pelo currículo previamente estabelecido, tendo o multiculturalismo como horizonte de trabalho e não „adendo“ as suas práticas. Questões étnicas, de gênero, de sexualidade, de religiosidade, de repetência e evasão escolar deve ser objeto de análise dos educadores, considerando os processos discursivos marcados por relações de poder desiguais que participam da formação das identidades.

Portanto, trabalhar democraticamente para uma educação multicultural voltada para a diversidade, em vez da proposta segregacionista ou endereçada aos alunos diferenciados culturalmente, como nas formas assimilacionista e compensatória. Para isso necessitamos de: a) possibilitar um contexto democrático de decisões sobre os conteúdos do ensino, no qual o interesse de todos seja representado; b) modificar a forma de entender, praticar e de atuar com a cultura dominante no ensino, integrando outras culturas não dominantes neste processo; c) realizar uma análise crítica, investigando como cada escola internamente, no seu projeto, em suas práticas de ensinar, pode atender à diversidade.

## Referências

- AMÂNCIO, I. M. da C; GOMES, N. L; JORGE, M. L. dos S. **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- APPLE, Michael W., (1999). **Power, meaning and identity: essays in critical educational studies**. New York: Peter Lang.
- CANEN, A. **O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação**. **Revista comunicação e política**, v.25, n.2, p.091-107, 2007.

CANEN, A.G.& CANEN, A., **Organizações Multiculturais**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2005.

GIROUX, Henry A., (1983). **Theory and resistance in education: a pedagogy for the opposition**. London: Heinemann.

HALL, S. **Identidades Culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, mar./abr. 2003.

WERNECK, V.R. **Uma avaliação sobre a relação multiculturalismo e educação**. Ensaio: aval. Pol. Publ. Educ.; Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 413-436, jul./set. 2008.

XAVIER, G.P.M; CANEN, A. **Multiculturalismo e educação inclusiva: contribuições da universidade para a formação continuada de professores de escolas públicas no Rio de Janeiro**. *Proposições*, v, 19, n 3(57) – set. /dez. 2008.





## Capítulo 28

# Educação a distância na formação do indivíduo no ensino superior

*Dionizio Ferreira da Silva<sup>1</sup>*

*Maria de Fátima Neri de Oliveira<sup>2</sup>*

### 1. Introdução

A Educação a Distância nos últimos anos tem contribuído significativamente no processo de formação profissional. A EAD vem sendo uma alternativa para quem não tem tempo para estar todos os dias nas universidades, apresentando desde horários fixos, mas com dias reduzidos, como também a realização de cursos via online, e em horários flexíveis.

No entanto, apesar dos inúmeros benéficos presentes nos cursos ofertados a distância, há ainda desafios no processo de formação, já que os acadêmicos sentem muitas vezes dificuldades em compreender determinados conteúdos, e não tiram suas dúvidas de imediato. Como também estes não têm domínio acerca da utilização dos recursos tecnológicos. Mas como propiciar as instituições de ensino superior a distância pode contribuir para tirar as dúvidas dos educandos? Como propiciar o dinamismo no

---

<sup>1</sup> Especialista em Língua Portuguesa pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-FAFOPA. E-mail: [Dionizio.gtn@hotmail.com](mailto:Dionizio.gtn@hotmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em Gestão na Educação com Ênfase me Planejamento Escolar. E-mail: [fatinhaner17@gmail.com](mailto:fatinhaner17@gmail.com)

processo de ensino e aprendizagem? Estas e outras perguntas são frequentes, acerca da EAD.

A presença de docentes/tutores nas IES que ofertam educação a distância é essencial, para que estes sujeitos possam tirar suas dúvidas. Outra problemática que se encontra por trás, é que muitas vezes há a presença de um tutor, no entanto, este se encontra despreparado, o que vem a levar o acadêmico a gerar mais dúvidas, desmotivando na realização das atividades.

Ambiente virtual de aprendizagem caracteriza-se por ser uma plataforma, em que o acadêmico passa a ter acesso aos conteúdos, atividades, como também tirar suas dúvidas com os docentes. A educação a distância veio a ser uma alternativa, permitindo a formação profissional, buscando preparar indivíduos para exercer atividades no mercado de trabalho com excelência, assim como os cursos ofertados presencial.

O presente estudo tem como finalidade compreender a Educação a Distância nas possibilidades de formação educacional e social no ensino superior. Caracteriza-se o estudo como pesquisa de cunho bibliográfico, com base em autores como: Torres (2004), Gervai (2007), entre outros.

## **2. As tecnologias na educação superior**

A educação também vem acompanhando o desenvolvimento tecnológico, em que as escolas, universidades passaram a adequar sua forma de ensino, buscando possibilitar novas condições de aprendizagem, como também motivar os educandos a realizarem descobertas.

Torres (2004) aborda que:

A partir desse cenário mundial de constantes mudanças decorrentes da globalização da economia e das evoluções tecnológicas – em que o conhecimento é fundamental –, emerge um dos grandes desafios da educação: o acesso à educação permanente facilitado a todos os segmentos da sociedade.

Por meio da utilização das tecnologias em sala de aula é possível o educando a ter acesso a uma grande quantidade de informações relevantes para seu desenvolvimento intelectual. As tecnologias têm propiciado desde o acesso a um leque de informações, como também permitido a formação profissional.

O desenvolvimento tecnológico contribuiu para o surgimento de avanços na prática educativa, em que cursos de modalidades de ensino passaram a ser ofertadas sem a necessidade do contato direto com o docente, por meio da televisão, rádio, internet, entre outros. Segundo Kalinke, “os avanços tecnológicos estão sendo utilizados praticamente por todos os ramos do conhecimento. As descobertas são extremamente rápidas e estão a nossa disposição com uma velocidade nunca antes imaginada. A Internet, os canais de televisão a cabo e aberta, os recursos de multimídia estão presentes e disponíveis na sociedade. Estamos sempre a um passo de qualquer novidade” (1999, p.15).

Nos últimos anos tem aumentado o número de universidades que ofertam cursos de ensino superior a distância, facilitando acesso ao curso superior, como também o ingresso no mercado de trabalho.

### **3. A Educação a distância**

Com os avanços que ocorreram durante o século XX a EAD passou a ser aperfeiçoada, em que passou a utilizar mídias mais avançadas, como também seus procedimentos metodológicos passaram a ser mais eficientes.

Para Desmond Keegan (1980) a EAD apresenta suas caracterizações, que reflete acerca do seu processo educacional, tais como:

- distância física entre professores e alunos;
- influência de uma organização educacional;
- uso da mídia para interligar professores e alunos;
- troca de comunicação bidirecional;

- aprendizes vistos como indivíduos, ao invés de grupos de alunos.

Percebe-se que o ensino a distância apresenta suas particularidades, que faz como que esta seja diferenciada do ensino presencial, o que requer do educando uma maior atenção, já que este não disponibilizará muitas vezes de tutor durante o momento em que estiver com dúvidas, mas poderá enviar questionamentos e aguardar retorno.

Neste tipo de oferta de ensino o educando não tem contato físico com o docente, a sua comunicação ocorre por meio da utilização de mídia, que contribuem no processo de mediação, como também para realização de questionamentos, e utilização de matérias disponíveis no ambiente virtual.

De acordo com Desmond Keegan (1996), ressalta que há todo um critério no processo de elaboração do material a ser disponibilizado para os educandos, em que as equipes pedagógicas junto com os docentes selecionam os conteúdos para elaborarem seu próprio material, que venha a contribuir no processo de desenvolvimento intelectual destes sujeitos.

Na educação a distância pouco há contato de grupo de estudos, sendo assim realizada uma aprendizagem mais individualizada, em que requer uma maior atenção nas vídeos-aulas. Como também dispõe o acesso a uma grande quantidade de recursos virtuais, possibilitando o educando a ampliar seus conhecimentos, não se limitando apenas o livro ofertado, mas tendo acesso a um acervo digital variado.

#### **4. Possibilidades de formação educacional**

Com a educação a distância tem facilitado à formação profissional de muitos indivíduos, em que estes passaram a se capacitar para atuarem no mercado de trabalho. Por meio da disponibilidade de recursos didáticos de qualidade na educação a distância, é possível alcançar resultados positivos. Aos educandos

são atribuídas maiores responsabilidades em seu processo de formação, já que os estudos passam a ser realizados de forma individualizada.

De acordo com Landin (1997, p. 9), ressalta que, “com a grande expansão da EAD no final dos anos 60 e na década de 70, estudiosos desta modalidade educativa apresentam suas contribuições, estas foram classificadas por Keegan (1983) em três grupos”, atribuindo:

- as teorias da autonomia e independência, arguidas por Charles Wedemeyer (EUA) e Michael Moore (Reino Unido), que refletem, como componente essencial, a independência do aluno;
- o trabalho de Otto Peters (Alemanha) em uma teoria da industrialização, que reflete a tentativa de visualizar o campo da educação a distância como uma forma industrializada de ensinamento e aprendizagem;
- a terceira corrente integra as teorias de interação e comunicação formuladas por Baath (Suécia), Sewart (Reino Unido) e Börje Holmberg (Suécia), Daniel & Marquis (Reino Unido).

Assim, por meio da modernização da revolução industrial a formação profissional meio a ser uma exigência, e a EAD uma alternativa para suprir tais necessidades. Por meio da educação a distância o indivíduo tem a cesso a variadas informações, disponíveis dentro do ambiente virtual, como também fora dele, em que passa a aprimorar seus conhecimentos, para consecutivamente aplicá-los na prática.

É relevante que o acadêmico tenha consciência acerca do seu comprometimento durante este processo de formação. A metodologia presente na EAD sempre busca enfatizar o comprometimento, como também a necessidade de participar sempre das atividades propostas e respeitar o tempo determinado pela instituição. A autonomia e independência apresentam seus fundamentos embasados na construção do saber, em que necessita de possibilidades para que possa acontecer com êxito (KEEGAN, 1996).

É cabível destacar que as oportunidades de aprendizagem são resultantes de estratégias, de recursos e procedimentos utilizados, por sua vez na EAD envolve o comprometimento do acadêmico, suporte do docente, meios de comunicação das informações, e respeito às particularidades de cada indivíduo em seu processo de desenvolvimento intelectual. Assim, é relevante que a instituição disponibilize um tutor para tirar as dúvidas e possibilitar a aprendizagem destes sujeitos.

## **5. O docente no processo de mediação**

De acordo com Libâneo (1994, pg.88), o docente necessita estar presente para intervir no processo de mediação, tirando as dúvidas, e possibilitando melhores aprendizagem.

No ensino a distância o docente atua realizando deste a apresentação das competências por meio de vídeo aula realizada, como também por meio da supervisão do rendimento dos educandos, avaliando se estes estão assimilando os conteúdos disponibilizados.

Em conformidade com Gervai (2007, p. 33), ressalta que:

[...] é o processo de intervenção de um elemento intermediário em uma relação. A relação deixa de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento. [...] os mediadores servem como meios pelos quais os indivíduos agem sobre os fatores sociais, culturais e históricos e, por sua vez, sofrem a ação desses fatores também. Assim, o indivíduo é visto como agente ativo em seu processo de desenvolvimento. [...] acreditamos que, dependendo da mediação pedagógica, poderá haver um incentivo para uma maior aprendizagem dos alunos ou não. O professor tem o papel explícito de interferir e provocar avanços que não ocorreriam sem a intervenção do professor.

Assim, percebe-se que o docente contribui no processo de intervenção, em que este identifica as limitações dos educandos, como também cria estratégias voltadas para minimizar as

problemáticas. No ensino a distância, a participação do docente contribui na compreensão das particularidades presentes em sala de aula, como também no suporte pedagógico.

Para Libâneo (2006, p. 42), ressalta que:

Aprender, dentro da visão da pedagogia dos conteúdos, é desenvolver a capacidade de processar informações e lidar com estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência. Em consequência, admite-se o princípio da aprendizagem significativa que supõe, como passo inicial, verificar aquilo que o aluno já sabe. O professor precisa saber (compreender) o que os alunos dizem ou fazem, o aluno precisa compreender o que o professor procura dizer-lhes. A transferência da aprendizagem se dá a partir do momento da síntese, isto é, quando o aluno supera a visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora.

O fato de apresentar limitações, não significa dizer que a EAD é inviável e desmotivadora, mas é necessário a realização de uma compreensão por parte da equipe pedagógica das IES, para que se tenha motivação, e o acadêmico sinta-se motivado e comprometido na realização do curso.

## **6. Conclusões**

A educação a distância veio a ser essencial para o desenvolvimento dos indivíduos, em que estes passaram a ter melhores oportunidades, e condições para alcançarem o tão sonhado curso, ou formação profissional, desenvolvendo saberes necessário para de desenvolver suas atividades.

A educação a distância também veio a contribuir para a maximização da economia, já que possibilitou o ingresso de um maior número de pessoas a diferentes modalidades de ensino, possibilitando o acesso ao mercado de trabalho. Assim, a EAD deve ser vista diante de sua verdadeira relevância social e econômica, desencadeando grandes melhorias.

Por sua vez, ainda se faz presente os desafios no ambiente escolar na oferta da EAD, sendo necessário que as instituições selecionem profissionais qualificados, que tenham desde o domínio acerca da competência, como também possam dar o suporte adequado na utilização dos recursos tecnológicos utilizados.

## Referências

- GERVAI, Solange Maria Sanches. **A mediação pedagógica em contextos de aprendizagem online**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- KALINKE, Marco Aurélio. **Para não ser um professor do século passado**. Curitiba: Gráfica Expoente, 1999.
- KEEGAN, D. **Foundations of distance education**. 3ed. London: Routledge, 1996.
- LANDIM, C. M. das M. P. F. **Educação a distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997. LEITE, Lígia Silva. A EAD: o desafio continua. Disponível em: Acesso em: <http://www.pedagogia.pro.br/ead.htm> 22 julho 2015
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- TORRES, P. L. **Laboratório on-line de aprendizagem: uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação**. Tubarão: Ed. Unisul, 2004. 232 p.